

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA-PPGEO**

Fernanda Ramos Lacerda

**“TRABALHAR NA TERRA É UMA CIÊNCIA”
TERRITORIALIDADES FEMININAS NAS HORTAS COMUNITÁRIAS
URBANAS EM VITÓRIA DA CONQUISTA - BA**

São Cristóvão/SE
2025

Fernanda Ramos Lacerda

**“TRABALHAR NA TERRA É UMA CIÊNCIA”
TERRITORIALIDADES FEMININAS NAS HORTAS COMUNITÁRIAS
URBANAS EM VITÓRIA DA CONQUISTA- BA**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe – PPGeo/UFS, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Sônia de Souza Mendonça Menezes, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Geografia. Área de concentração: Produção do Espaço Agrário e Dinâmicas Territoriais, Linha de Pesquisa: Produção e Organização do Espaço Agrário.

São Cristóvão/SE
2025

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

L131t Lacerda, Fernanda Ramos
"Trabalhar na terra é uma ciência" : territorialidades femininas nas hortas comunitárias urbanas em Vitória da Conquista - BA / Fernanda Ramos Lacerda ; orientadora Sônia de Souza Mendonça Menezes. – São Cristóvão, SE, 2025.
221 f. : il.

Tese (doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, 2025.

1. Geografia agrícola. 2. Agricultura urbana – Vitória da Conquista (BA). 3. Mulheres na agricultura – Vitória da Conquista (BA). 4. Territorialidade humana. 5. Segurança alimentar e nutricional. 6. Mulheres no desenvolvimento da comunidade. 7. Pertencimento. I. Menezes, Sônia de Souza Mendonça, orient. II. Título.

CDU 911.3:631(813.8)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



Ata da Sessão de Defesa da Tese de Doutorado
em Geografia de Fernanda Ramos Lacerda.

Aos quatro dias do mês de agosto de dois mil e vinte e cinco, com início às quatorze horas, realizou-se na sala 402, localizada na Didática VII, na Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos, em São Cristóvão/SE, a sessão pública da defesa de Tese de Doutorado em Geografia de Fernanda Ramos Lacerda, intitulada: "Trabalhar na terra é uma ciência" Territorialidades Femininas nas Hortas Comunitárias Urbanas em Vitória da Conquista - BA". A Banca Examinadora foi presidida pela Professora Doutora Sônia de Souza Mendonça Menezes, que abriu a sessão pública e passou a palavra para a doutoranda proceder à apresentação de sua Tese. Logo após a apresentação, cada membro da Banca Examinadora composta pelas Professoras Doutoras Lilliam Quiros Arias, Giancarla Salamoni, Jorgeanny de Fátima Rodrigues Moreira e Luci Mara Bertoni arguíram a candidata, que teve igual período para sua defesa. Na sequência, a Professora Doutora Sônia de Souza Mendonça Menezes, na condição de orientadora fez comentários sobre a Tese apresentada e destacou a trajetória para a sua construção. Por fim, a banca examinadora reuniu-se para avaliação e decidiu APROVAR a candidata. Foram atendidas as exigências da Resolução nº 25/2014/CONEP, que regula a apresentação e defesa de Tese de Doutorado.

Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos, 04 de agosto de 2025.

Profa. Dra. Sônia de Souza Mendonça Menezes
Orientadora e presidente da banca

Documento assinado digitalmente
SÔNIA DE SOUZA MENDONÇA MENEZES
Data: 03/08/2025 11:05:45 -0300
Verifique em <https://validar.ufs.br>

Profa. Dra. Lilliam Quiros Arias
Examinadora externa

LILLIAM QUIROS
ARIAS (FIRMA)
Verificado digitalmente por
LILLIAM QUIROS ARIAS (FIRMA)
Data: 2025.08.01 16:21:03
-0300

Profa. Dra. Giancarla Salamoni
Examinadora externa

Documento assinado digitalmente
gouv.br
GIANCARLA SALAMONI
Data: 05/08/2025 12:25:59 -0300
Verifique em <https://validar.ufs.br>

Profa. Dra. Jorgeanny de Fátima Rodrigues Moreira
Examinadora externa

Documento assinado digitalmente
gouv.br
JORGEANNY DE FATIMA RODRIGUES MOREIRA
Data: 03/08/2025 21:23:58 -0300
Verifique em <https://validar.ufs.br>

Profa. Dra. Luci Mara Bertoni
Examinadora externa

Documento assinado digitalmente
gouv.br
LUCIMARA BERTONI
Data: 05/08/2025 10:11:56 -0300
Verifique em <https://validar.ufs.br>

Fernanda Ramos Lacerda
-Doutoranda-

Documento assinado digitalmente
gouv.br
FERNANDA RAMOS LACERDA
Data: 14/08/2025 07:07:43 -0300
Verifique em <https://validar.ufs.br>

A todas as mulheres que vieram antes de mim.

Às que seguem comigo e às que virão.

Por todas as minhas relações.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Federal de Sergipe – UFS pela oportunidade e pelo acolhimento. Obrigada a cada um dos professores que trabalharam de forma excepcional mesmo no sistema remoto emergencial de ensino, para garantir a aprendizagem e o cumprimento das atividades frente às intercorrências da pandemia de Covid-19. Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Geografia e a Jobson Serra pela atenção e competência na realização do seu trabalho.

Agradeço à minha orientadora, professora Doutora Sônia de Souza Mendonça Menezes, pelo convite para me candidatar à seleção do PPGEIO na Universidade Federal de Sergipe – UFS, feito desde 2019, quando eu finalizei o mestrado. Sou grata a cada observação, as caminhadas ao campo, as leituras e orientações, a paciência em aguardar minha pesquisa enquanto eu trabalhava quarenta horas semanais na escola, agradeço sua presença, a compreensão das minhas limitações, o incentivo e disposição com todo o meu coração.

Agradeço imensamente às professoras membras da banca, professora doutora Lillian Quiróz Arias da Universidade Nacional da Costa Rica, a professora doutora Giancarla Salamoni da Universidade Federal de Pelotas, a professora doutora Jorgeanny de Fátima Rodrigues Moreira da Universidade Federal do Tocantins, e a professora doutora Luci Mara Bertoni da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, obrigada pela dedicação e tempo dispensados na avaliação da pesquisa. Suas sugestões e comentários foram valiosos para o meu aprendizado e para o aprimoramento do trabalho.

Expresso gratidão também ao Grupo de Pesquisas sobre Alimentos e Manifestações Tradicionais – GRUPAM, que sob a coordenação da professora Sônia, fez incansavelmente diversas discussões de textos e livros que foram essenciais para minha formação, crescimento e amadurecimento. Gratidão pelos encontros calorosos, pelos abraços apertados, pelos ouvidos atentos, pelo carinho e o cuidado de cada um dos membros que posso certamente chamar de família. Agradeço também aos colegas da turma de doutorado 2021.1 pela partilha e companheirismo durante as atividades.

Agradeço à Secretaria da Educação do Estado da Bahia (SEC-BA) pela licença concedida para concluir a pesquisa. Agradeço às minhas amigas e amigos professores por todo apoio antes da concessão da licença, enquanto ainda estava em sala de aula no Instituto

de Educação Euclides Dantas - IEED, agradeço os abraços em meio a crises de ansiedade e a ajuda indispensável na organização das defesas de TCC dos nossos alunos.

Agradeço a todas as professoras e professores que estiveram por algum momento ao meu lado nessa caminhada na educação, especialmente a cada professor da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, minha casa, que de alguma forma contribuíram para minha formação, gratidão!

Agradeço também as informações concedidas pela Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista – PMVC e pela Coordenação de Segurança Alimentar e Nutricional – COSAN, em nome do amigo Dernal Araújo, que contribuíram para a elaboração desta pesquisa.

Agradeço ao meu amigo Fabio Sena pela pesquisa minuciosa no Arquivo Público Municipal de Vitória da Conquista e pela concessão do material, pelas leituras e sugestões durante a construção da pesquisa.

Agradeço a todas as mulheres agricultoras que participaram da pesquisa, contribuindo com suas histórias de vida, conversando sobre suas lutas diárias, sobre suas dores e suas alegrias. Gratidão aos participantes consumidores que relataram sobre a importância do consumo de alimentos das Hortas Comunitárias e suas contribuições para o fortalecimento da prática da agricultura na cidade.

Agradeço especialmente à Débora por sempre se disponibilizar a ajudar, por estar perto, atenta e carinhosa. Agradeço também a Josefa Adriana, por todas as conversas e confissões em meio às dúvidas, aos abraços e sorrisos compartilhados.

Agradeço com muito carinho a presença de Greiziene, amiga que conheci nessa caminhada e que nunca me deixou. Gratidão pelas leituras, pelas perguntas que me fizeram refletir, pela visita quando estive sozinha, pelos sorrisos, lágrimas e pela partilha mesmo à distância.

Agradecimento especial ao meu amigo e companheiro de caminhada Iguaraci Santos, gratidão pelas longas conversas, pelas visitas, cafés e por todos os momentos compartilhados não só durante o doutorado, mas por todos esses quase vinte anos de amizade.

Agradeço à minha amiga Nádia, por insistir em fazer a seleção para o doutorado junto comigo, e mesmo depois de mudar o percurso, nunca me deixou sozinha. Gratidão pela companhia nas viagens e pelas visitas ao campo, pelas inúmeras conversas, estudos e cafés.

Quando contei à minha família que iniciaria o caminho acadêmico rumo ao doutorado, ainda em meio às incertezas da pandemia, os olhares foram de alegria, as expressões faciais refletiram força e o apoio foi unânime. Mas com meu pai foi diferente... meu pai, desde aquele momento, começou a dizer para as pessoas conhecidas (e desconhecidas) que eu era

doutora. Em suas repetidas jornadas ao hospital, em que eu ficava dias ao seu lado, ele dizia para enfermeiros, fisioterapeutas e médicos que entravam no quarto, a seguinte frase: “Essa é minha filha, ela também é doutora”. Sua expressão era de felicidade, muitas vezes com a voz embargada e emocionado. A expressão dos profissionais era sempre de surpresa! A minha expressão era de constrangimento, e eu aguardava a atenção para explicar: “ainda não, estou estudando”. Hoje compreendo que não era apenas um desejo dele que eu fosse doutora, ele verdadeiramente já sabia!

Gratidão ao meu pai (*in memoriam*) e à minha mãe, pela dedicação ao trabalho durante toda a vida para que eu pudesse ter as melhores condições de estudo que eles puderam oferecer. Agradeço os ensinamentos, as preocupações e as orações em silêncio, festejando cada conquista que realizei.

Agradeço aos meus irmãos Fabiana e Felipe, à minha cunhada Viviane e ao meu cunhado Lucas e aos meus sobrinhos Ana Sofia, João Pedro, Rodrigo, Luísa e Luca por sempre acreditarem em mim, me dando apoio e sorrisos em todos os momentos.

Agradeço a compreensão de todas as amigas e amigos pelas ausências durante os últimos quatro anos, gratidão pela paciência de remarcar os encontros e me esperar.

Agradeço ao meu companheiro Alberto pela presença, pelo sorriso de todos os dias, por exercer seu papel de pai de forma tão apaixonada e responsável, por ver a importância da minha pesquisa e ter o cuidado em sempre perguntar o que poderia fazer para me ajudar. Agradeço à minha filha Amelie, pelas perguntas inusitadas, pela compreensão nas ausências e pelas músicas que ecoam pela casa quando toca violoncelo, sempre me fazendo compreender o que significa ter delicadeza e persistência.

Não posso deixar de agradecer a presença do nosso gato Sírius Black, que chegou trazendo leveza e me faz lembrar de levantar da cadeira e alongar!

EPIGRAFE

Acredita-se que foram as mulheres as criadoras da agricultura, talvez por isso em praticamente todas as culturas são masculinos os deuses da guerra e da pesca. Femininas as deusas da fertilidade e da agricultura.

Brandão, 2020.

RESUMO

O objetivo desta tese é analisar o cultivo, a comercialização e o consumo de alimentos provenientes das hortas comunitárias urbanas de Vitória da Conquista, suas repercussões na constituição de territorialidades femininas e na Segurança Alimentar e Nutricional das mulheres agricultoras e suas famílias. Ao enfatizar a participação das mulheres na agricultura, é possível entender o que é singular no território sem perder de vista as reflexões sobre as diversas relações sociais, incluindo as de gênero. Como recorte espacial, tomou-se como base as hortas comunitárias urbanas do município de Vitória da Conquista, localizado no Território de Identidade do Sudoeste Baiano. A escolha por este município se justifica por apresentar uma dinâmica de cultivo de hortaliças e um sistema alimentar que se destaca na região. A categoria Território, nos permitiu compreender os processos pautados na complexidade das relações de poder e na rede de sociabilidade que se forma nesse sistema alimentar. As reflexões sobre gênero possibilitaram entender como as mulheres percebem-se como agricultoras e como vivenciam as experiências cotidianas com seus saberes e fazeres. A pesquisa apresenta como procedimentos metodológicos a realização de estudos teóricos, pesquisa documental, pesquisa de campo, formalização de entrevistas, observação, e registro fotográfico. A escolha pela abordagem qualitativa permitiu a elaboração da investigação em uma perspectiva complexa e inter-relacional e em conexão com a análise crítica. Igualmente promove o debate de forma construtiva e dialógica com diferentes áreas do conhecimento, que se apresenta como condição para análise das transformações sociais e políticas, além de permitir compreender outras possibilidades e realidades compostas por saberes específicos que se manifestam como pertencimento no território. Como resultado, considera-se que as quatro hortas comunitárias urbanas constituem uma forma de praticar a agricultura na cidade que proporciona a constituição de territorialidades femininas, autonomia, geração de renda e sociabilidade das mulheres agricultoras. Além disso, contribuem para a Segurança Alimentar e Nutricional de suas famílias e favorecerem o cumprimento de metas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável propostos pela Agenda 2030.

Palavras-chave: Agricultura Urbana; Gênero; Segurança Alimentar e Nutricional; Território.

ABSTRACT

The objective of this thesis is to analyze the cultivation, commercialization and consumption of food from urban community gardens in Vitória da Conquista, and their repercussions on the constitution of female territorialities and on the Food and Nutritional Security of women farmers and their families. By emphasizing women's participation in agriculture, it is possible to understand what is unique about the territory without losing sight of reflections on the various social relations, including gender relations. As a spatial framework, the urban community gardens of the municipality of Vitória da Conquista, located in the Identity Territory of Southwest Bahia, were used as a basis. This municipality was chosen because it presents a dynamic of vegetable cultivation and a food system that stands out in the region. The Territory category allowed us to understand the processes based on the complexity of power relations and the network of sociability that is formed in this food system. Reflections on gender made it possible to understand how women perceive themselves as farmers and how they experience daily life with their knowledge and skills. The research presents as methodological procedures the carrying out of theoretical studies, documentary research, field research, formalization of interviews, observation, and photographic records. The choice of a qualitative approach allows the development of the research from a complex and inter-relational perspective and in connection with critical analysis. It promotes debate in a constructive and dialogical way with different areas of knowledge, which presents itself as a condition for the analysis of social and political transformations, in addition to allowing the understanding of other possibilities and realities composed of specific knowledge that manifests itself as belonging in the territory. As a result, it is considered that the four urban community gardens constitute a way of practicing agriculture in the city that provides the constitution of feminine territorialities, autonomy, income generation and sociability of female farmers. Furthermore, they contribute to the Food and Nutritional Security of their families and promote the achievement of the Sustainable Development Goals proposed by the 2030 Agenda.

Keywords: Urban Agriculture; Gender; Food and Nutrition Security; Territory.

RESUMEN

El objetivo de esta tesis es analizar el cultivo, la comercialización y el consumo de alimentos provenientes de huertos comunitarios urbanos en Vitória da Conquista, y sus repercusiones en la constitución de territorialidades femeninas y en la seguridad alimentaria y nutricional de las mujeres agricultoras y sus familias. Al enfatizar la participación de las mujeres en la agricultura, es posible comprender las particularidades del territorio sin perder de vista las reflexiones sobre las diversas relaciones sociales, incluidas las de género. Como marco espacial, se utilizaron los huertos comunitarios urbanos del municipio de Vitória da Conquista, ubicado en el Territorio de Identidad del Sudoeste de Bahía. Este municipio fue elegido por presentar una dinámica de cultivo de hortalizas y un sistema alimentario que destaca en la región. La categoría Territorio nos permite comprender dinámicamente los procesos basados en la complejidad de las relaciones de poder y la red de sociabilidad que se forma en este sistema alimentario. Las reflexiones sobre el género nos permiten comprender cómo las mujeres se perciben a sí mismas como agricultoras y cómo viven sus experiencias cotidianas con sus conocimientos y habilidades. La investigación presenta como procedimientos metodológicos la realización de estudios teóricos, investigación documental, investigación de campo, formalización de entrevistas, observación y registro fotográfico. La elección del enfoque cualitativo permite la elaboración de la investigación desde una perspectiva compleja e interrelacional, en conexión con el análisis crítico. Promueve el debate de forma constructiva y dialógica con diferentes áreas del conocimiento, lo que se presenta como condición para el análisis de las transformaciones sociales y políticas, además de permitir la comprensión de otras posibilidades y realidades compuestas por saberes específicos que se manifiestan como pertenecientes al territorio. Como resultado, se considera que los cuatro huertos comunitarios urbanos constituyen una forma de practicar la agricultura en la ciudad que propicia la constitución de territorialidades femeninas, la autonomía, la generación de ingresos y la sociabilidad de las agricultoras. Además, contribuyen a la seguridad alimentaria y nutricional de sus familias y favorecen el cumplimiento de las metas de los Objetivos de Desarrollo Sostenible propuestos por la Agenda 2030.

Palabras clave: Agricultura Urbana; Género; Seguridad Alimentaria y Nutricional; Territorio.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 -	Esquema Teórico Metodológico da Pesquisa, 2024.	35
FIGURA 2 -	Região de Influência de Vitória da Conquista, 2018.	45
FIGURA 3 -	Reportagem sobre Plano de Renovação e Revigoração dos Cafezais, 1976.	50
FIGURA 4 -	Hortas no bairro Lagoa das Flores, 2022.	56
FIGURA 5 -	Cultivo de hortas no bairro Lagoa das Flores, 2022.	58
FIGURA 6 -	Propriedade privada com cultivo de Hortaliças, Bairro Lagoa das Flores, 2022.	60
FIGURA 7 -	Alimentos fornecidos ao PAA pelos agricultores rurais, 2022.	66
FIGURA 8 -	Critérios de Identificação da Agricultura Urbana e Periurbana, 2022.	90
FIGURA 9 -	Atividades da Agricultura Urbana e Periurbana, 2022.	93
FIGURA 10 -	Cartazes de propaganda dos programas para incentivar as mulheres a cultivarem alimentos nas cidades em tempos de guerra, 1917/1945.	100
FIGURA 11 -	Cultivo de hortas urbanas durante as Guerras Mundiais na Inglaterra 1925(A) e na Alemanha 1946(B).	102
FIGURA 12 -	Horta comunitária do Condomínio Crixás IV, São Sebastião, Brasília, 2023.	106
FIGURA 13 -	Cultivo de Horta no Conjunto Penal de Vitória da Conquista, 2018..	108
FIGURA 14 -	Horta Agroecológica Mandala do CETEP, Vitória da Conquista, 2024.	109
FIGURA 15 -	Vista panorâmica dos quintais em Vitória da Conquista na segunda metade da década de 1950.	110
FIGURA 16 -	Reportagem sobre incentivo e criação de Hortas Domésticas em Vitória da Conquista, 1969.	112
FIGURA 17 -	Projeto Municipal de Hortas Comunitárias em Vitória da Conquista, 1980.	113

FIGURA 18 -	Agricultora na Horta Comunitária do Kadija, Vitória da Conquista, 1984.	114
FIGURA 19 -	Reportagem do Jornal Tribuna do Café 1988 (A) e Jornal A Tarde 1989 (B) sobre o trabalho técnico e comunitário na horta urbana do Kadija, em Vitória da Conquista.	116
FIGURA 20 -	Hortas Comunitárias Urbanas em Vitória da Conquista, 2024.	120
FIGURA 21 -	Horta Comunitária do bairro Kadija, Vitoria da Conquista, 2023.	122
FIGURA 22 -	Horta Comunitária do bairro Vila América, Vitória da Conquista, 2023.	123
FIGURA 23 -	Horta Comunitária do bairro Jardim Valéria, Vitória da Conquista, 2023.	124
FIGURA 24 -	Horta Comunitária do bairro Recanto das Águas, Vitória da Conquista, 2023.	125
FIGURA 25 -	Relato de agricultoras sobre o cultivo de alimentos nas Hortas Comunitárias Urbanas de Vitória da Conquista, 2022.	126
FIGURA 26 -	Armazenamento de água para irrigação nas hortas comunitárias dos bairros Vila América e Jardim Valéria, 2023.	128
FIGURA 27 -	Agricultoras explicando sobre o adubo orgânico nas hortas comunitárias dos bairros Jardim Valéria e Recanto das Águas, 2023.	133
FIGURA 28 -	Técnica de irrigação na horta comunitária urbana do bairro Vila América, em Vitória da Conquista, 2023.	138
FIGURA 29 -	Canteiros das hortas comunitárias irrigados pela técnica de gotejamento, 2024.	139
FIGURA 30 -	Agricultora mostrando alimentos cultivados na horta comunitária Recanto das Águas, 2023.	140
FIGURA 31 -	Agricultora plantando alface na horta do bairro Kadija, 2021.	141
FIGURA 32 -	Mulheres agricultoras na horta comunitária do Vila América, 2023.	151
FIGURA 33 -	Mulher comercializando alimentos da Horta Comunitária Jardim Valéria, 2024.	154
FIGURA 34 -	Agricultora na Horta Comunitária do bairro Kadija, Vitoria da Conquista, 2023.	163
FIGURA 35 -	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, 2025.	166

FIGURA 36 - Sala de aula na casa da agricultora e alimentos utilizados no processo de ensino e aprendizagem, 2023.	170
FIGURA 37 - Mulher colhendo hortaliças, na horta comunitária do bairro Jardim Valéria, Vitória da Conquista, 2024.	171

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 -	Criação de Gado em Vitória da Conquista, 2006, 2010, 2017, 2020 e 2021.	54
GRÁFICO 2 -	Hortalças comercializadas no município de Vitória da Conquista, 2017.	63

LISTA DE MAPAS

MAPA 1 -	Divisão distrital e localização da área urbana de Vitória da Conquista, 2025.	39
MAPA 2 -	Distribuição das Hortas Comunitárias Urbanas em Vitória da Conquista, 2025.	117

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 -	Estado da arte sobre Agricultura Urbana e Hortas comunitárias no município de Vitória da Conquista, 2021.	26
QUADRO 2 -	Caracterização das mulheres agricultoras participantes da pesquisa, 2025.	33
QUADRO 3 -	Regiões de Influência e níveis hierárquicos na Bahia, 2018.	45
QUADRO 4 -	Informações sobre Agricultores, beneficiados e valores do PAA em Vitória da Conquista entre 2017 e 2022.	67
QUADRO 5 -	Divisão do trabalho mulheres e homens Mundurukú no Brasil, 1959..	76
QUADRO 6 -	Solicitações relatadas pelas agricultoras nas hortas comunitárias segundo a COSAN em 2023.	130
QUADRO 7 -	Ações realizadas pela Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista informadas pela COSAN, 2023.	131
QUADRO 8 -	Plantas Alimentícias Não Convencionais cultivadas nas Hortas Comunitárias Urbanas de Vitória da Conquista, 2023.	144
QUADRO 9 -	Principais frutas cultivadas nas Hortas Comunitárias Urbanas de Vitória da Conquista, 2023.	149
QUADRO 10 -	Percepção de consumidores das Hortas comunitárias Urbanas de Vitória da Conquista sobre o consumo dos alimentos cultivados, 2024.	163
QUADRO 11 -	Contribuição das Hortas Comunitárias Urbanas de Vitória da Conquista para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, Agenda 2030.	167

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Vitória da Conquista, 2010.	43
TABELA 2 - População de Vitória da Conquista de 1940 a 2022.	44
TABELA 3 - Estrutura fundiária de Vitória da Conquista, 1940 a 2017.	48
TABELA 4 - Produto Interno Bruto por setores (%), Vitória da Conquista, 1939-2020.	52
TABELA 5 - Produção de Café (grão verde Arábica) por município da Bahia, 2017. ...	53
TABELA 6 - Produção Lavoura Temporária em Vitória da Conquista, 2006, 2017, 2020 e 2021.	54
TABELA 7 - Número de estabelecimentos com horticultura por município da Bahia, 2017.	61
TABELA 8 - Ranking dos municípios da Bahia, por quantidade produzida por ano na horticultura, 2017.	62
TABELA 9 - Área e Famílias das Hortas Comunitárias Urbanas, Vitória da Conquista, 2023.	119
TABELA 10 - Diferença entre valores de hortaliças comercializadas em mercados, feiras e nas hortas comunitárias em Vitória da Conquista, 2025.	157

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANCARBA	Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural da Bahia
AU	Agricultura Urbana
APU	Agricultura Periurbana
CAF	Cadastro Nacional de Agricultura Familiar
CCC	Circuitos Curtos de Comercialização
CEASA	Central de Abastecimento
CETEP	Centro Tecnológico de Educação Profissional
CNPC	Conselho Nacional de Política Cultural
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
COSAN	Coordenação de Segurança Alimentar e Nutricional
DAP	Declaração de Aptidão ao PRONAF
IBC	Instituto Brasileiro do Café
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INSAN	Insegurança Alimentar e Nutricional
IPPUC	Instituto de Pesquisa e Planejamento de Curitiba
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
LOSAN	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MST	Movimento dos trabalhadores e trabalhadoras Rurais Sem Terra
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PANC	Planta Alimentícia Não Convencional
PLANAPO	Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PMVC	Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNSAN	Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRRC	Plano de Renovação e Revigoração dos Cafezais
REDE	Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas

SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SEDUR	Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Urbanismo
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SEMDES	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social
SMDR	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural
UESB	Universidade estadual do Sudoeste da Bahia
UNEB	Universidade Estadual da Bahia

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	25
2	CONFIGURAÇÃO TERRITORIAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA.....	38
2.1	Características físico-geográficas e constituição sóciohistórico de formação da cidade.....	38
2.2	Dinâmica populacional e interações sócio espaciais.....	43
2.3	Uso da terra e produção agropecuária.....	46
2.4	Atividade agrícola de horticultura: aspectos da ruralidade no contexto urbano.....	55
2.5	Políticas Públicas de combate a fome.....	64
3	TERRITÓRIO DAS MULHERES NA AGRICULTURA.....	70
3.1	Mulheres na história da agricultura.....	71
3.2	Relações de gênero e territorialidade.....	77
3.3	Reconhecimento das mulheres na agricultura.....	82
3.4	Agricultura urbana: um breve panorama.....	88
4	HORTAS COMUNITÁRIAS URBANAS.....	98
4.1	Transformação sócio histórica das Hortas Urbanas.....	99
4.2	Agricultura Urbana e Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil.	103
4.3	Hortas Comunitárias Urbanas em Vitória da Conquista.....	109
4.4	Gestão pública e participação popular.....	127
5	TERRITORIALIDADES FEMININAS: ENTRE CULTIVO, CIRCULAÇÃO E CONSUMO DE ALIMENTOS	136
5.1	O trato da terra no cultivo de alimentos.....	137
5.2	Vivências femininas e circularidade dos alimentos	149
5.3	Consumo e Autonomia: caminho para a Segurança Alimentar e Nutricional	158
5.4	Hortas Comunitárias Urbanas e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.....	166
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	175
	REFERÊNCIAS.....	179
	Apêndice A - Entrevista semiestruturada com representante do Poder Público.....	206
	Apêndice B - Entrevista semiestruturada com as mulheres agricultoras das Hortas Comunitárias Urbanas.....	207

Apêndice C - Entrevista semiestruturada com os consumidores nas Hortas Comunitárias Urbanas.	209
Apêndice D - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, com destaque para as metas que recebem contribuição das Hortas Comunitárias Urbanas de Vitória da Conquista, 2025.....	210
Apêndice E - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	214
Anexo A – Projeto Municipal de Hortas Comunitárias, Vitória da Conquista, 1984(?).	216
Anexo B - Projeto de Lavoura e Horta Comunitária em Vitória da Conquista, 1986	218
Anexo C - Decreto 3.345 de 1986 sobre permissão para uso de uma área de terreno do município para construção de uma horta comunitária, 1986.	219
Anexo D – Reportagem do Jornal “A Tarde” sobre instalação de uma Indústria de Alimentos Hidrossolúveis, 1989.	220
Anexo E - Reportagem do Jornal Tribuna da Bahia sobre a instalação de uma “vaca mecânica” para produção de leite e alimentos em Vitória da Conquista, 1989.	221



Que nada nos limite,
que nada nos defina,
que nada nos sujeite.
Que a liberdade seja
nossa própria substância

Simone de Beauvoir

1 INTRODUÇÃO

“Recria tua vida, sempre, sempre.
Remove pedras e planta roseiras
e faz doces. Recomeça”.

Cora Coralina

Recomeçar está na essência das mulheres. Recomeça o dia, os ciclos, as lutas, recomeça das perdas e dos ganhos, recomeça dos “nãos” e recomeça na vida como muda de planta replantada. Ainda que o território não seja o mesmo, recomeça. De recomeços também se faz a agricultura, no ato de plantar, regar, adubar e colher, com as mulheres do rural ao urbano nos seus territórios de cultivos.

Para assimilar as diversas maneiras de recomeçar é preciso ver, reparar, é necessário parar e observar, quem sabe contemplar o caminho e ressignificar. Tudo isso, também está diretamente relacionado ao ato de cultivar, que não significa somente plantar ou produzir, cultivar requer cuidado, preparação, fertilização e espera.

No desejo de compreender a ligação entre as mulheres e a agricultura, esta pesquisa dedicou-se a análise das nuances que perpassam os territórios envolvidos pelo trabalho e pelas vidas femininas que cotidianamente alimentam pessoas no correr do tempo. Um tênue fio de esperança acompanha a escrita, quem sabe dos seus territórios elas também possam alimentar suas famílias!

Ao refletir sobre o sentido pessoal do termo alimentação, vieram à memória momentos singulares, e peço licença a você leitora/leitor para descreve-los de forma sucinta, em primeira pessoa. Quando eu era criança, muitas vezes sentávamos em volta da mesa e ouvíamos histórias contadas pelo meu pai e minha mãe, em que relatavam sobre a infância desafiadora que viveram. Minha mãe teve dez irmãos, a família de São José do Rio Preto, interior de São Paulo, atravessou situação de extrema necessidade chegando a passar fome. Para terem o mínimo de possibilidade de permanecerem vivos, minha vó e meu avô entregaram as filhas e os filhos a diferentes grupos familiares. Desde os cinco anos de idade minha mãe não viu mais a sua família.

Meu pai nasceu no interior de Minas Gerais, o mais novo dos oito filhos, também acompanhou os irmãos vivenciando situação crítica, até migrarem para o município de Vitória da Conquista na Bahia. Saber que meus pais passaram fome é algo que marca profundamente meus sentimentos. Ouvir essas histórias ainda criança promoveu em mim, a formação de uma

personalidade atenta às questões alimentares, que se destacaram em minha trajetória profissional, em meus estudos, e permearam de alguma forma as pesquisas acadêmicas.

Entre 2017 e 2019, nas pesquisas realizadas sobre as principais feiras de Vitória da Conquista para a elaboração da dissertação, apresentaram-se inquietações sobre a presença das mulheres nas feiras livres. A maneira como as mulheres se organizam socialmente e como o trabalho por elas realizado se configura pelo desempenho para além das atividades domésticas. Como se realizam os seus saberes e fazeres presentes no cotidiano e no uso de estratégias ou táticas para a comercialização.

A partir dessas observações, e pesquisas em plataformas acadêmicas, foi possível perceber uma lacuna de pesquisa que envolve as mulheres que cultivam hortaliças por meio da agricultura na cidade e a relevância do trabalho e das relações que estabelecem com o território e com o consumo dos alimentos.

Ao pesquisar o estado da arte sobre as hortas comunitárias urbanas em Vitória da Conquista, as investigações revelaram a existência de alguns trabalhos abordando o tema da agricultura urbana e das hortas comunitárias na cidade, (Quadro 1).

Quadro 1 – Estado da arte sobre Agricultura Urbana e Hortas comunitárias no município de Vitória da Conquista, 2021.

Ano	Título	Autores
2013	A Urbanização em Áreas Tipicamente Rurais: Impactos na Produção Agrícola- O caso do Bairro Lagoa das Flores em Vitória da Conquista, Ba.	Silva, Tais Pires da; Rocha, Flávia Amaral; Oliveira, Edvaldo.
2018	Um estudo sobre Agricultura Urbana em Vitória da Conquista, Ba.	Alcântara, Fernanda V. de; Correia, Antônio F. Silva; Mendonça, Diana C. de; Barreto, Joao Ernandes.
2025	Hortas comunitárias de Vitória da Conquista: características e práticas de educação ambiental.	Rocha, Diêgo Gomes; Stracieri, Juliana.

Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

O primeiro artigo faz uma análise sobre o processo de urbanização e seus impactos, enfatizando o papel do planejamento urbano em áreas tipicamente rurais localizadas no urbano. O segundo artigo apresenta um panorama geral sobre agricultura urbana e destaca de forma quantitativa algumas características das hortas comunitárias urbanas. O terceiro artigo buscou discutir as práticas da Educação Ambiental nas hortas comunitárias urbanas do município de Vitória da Conquista.

Embora os artigos científicos tenham contribuído com informações para a elaboração da tese, eles não apresentam ou discutem uma abordagem de gênero. Não apresentam pesquisa em relação as histórias de vida ou o trabalho realizado pelas mulheres, suas

territorialidades, saberes e fazeres. O estudo das mulheres na agricultura urbana, permite particularizar, por meio de uma abordagem territorial, o que é singular, sem se distanciar das reflexões sobre as múltiplas relações sociais e econômicas, o que vivenciam cotidianamente, ou como se estabelecem as territorialidades que constituem o território, e entre elas as relações de poder e de gênero.

Nesse contexto, a categoria território é adequada para analisar espaços formados social e culturalmente, considerando as relações de gênero interligadas e associadas a questões políticas e econômicas. É essencial entender quem são as mulheres e os homens que participam do estudo, especialmente no que diz respeito à agricultura, que também inclui relações de poder, pois “[...] o território é, primeiro, determinada maneira de viver com os outros; em numerosos casos, seus limites geográficos são os das relações cotidianas, o território é, antes de tudo, convivialidade” (Bonnemaison, 2012, p. 300). Concordando com Bonnemaison, o cotidiano e a maneira como as mulheres vivenciam o espaço são responsáveis pela constituição de suas territorialidades e do território permeado por sociabilidades e pelas relações de poder.

A agricultura urbana pode ser caracterizada como uma dessas “[...] iniciativas que surgem em movimento adverso ao proposto pela sociedade urbana, que se propõe a ser uma alternativa ao desemprego, exclusão social, soberania alimentar e resistência desse saber popular excluído” (Ribeiro, J., 2019, p. 11). É importante destacar que “[...] os produtos da agricultura urbana são tão diversos quanto os da agricultura rural. A primeira se especializa em produtos que não requerem grandes áreas de terra, que podem sobreviver com insumos limitados e que muitas vezes são perecíveis”¹ (Sorzano, 2014, p. 3), esta é uma característica das hortas urbanas na cidade, que ocupam áreas limitadas para o cultivo.

Como recorte geográfico, tem-se como base o município de Vitória da Conquista. A escolha por este município deve-se ao fato de apresentar uma dinâmica de agricultura urbana que se destaca na região. Os alimentos cultivados por meio da agricultura periurbana, de modo convencional, são comercializados em feiras e mercados da cidade, e de outros municípios como Poções, distante 71km, Itapetinga, a 74km, e Itabuna, localizada a 166km de Vitória da Conquista. A agricultura urbana praticada por meio das hortas comunitárias agroecológicas abastece pequenos mercados nos bairros, consumidores locais e as famílias que as cultivam.

¹ “[...] los productos de la agricultura urbana son tan diversos como los de la agricultura rural. La primera se especializa, en productos que no requieren grandes extensiones de tierra, que pueden sobrevivir con insumos limitados y que, con frecuencia, son perecederos” (Sorzano, 2014, p. 3)

Toma-se a área de estudo como sistemas alimentares, os quais caracterizam-se por envolver “[...] os mercados de agricultores locais, produtos heterogêneos e cadeias agroalimentares curtas, nas quais os agricultores, além de produzir, também podem desempenhar funções incluindo armazenamento, embalagem, transporte e distribuição” (Souza, A., 2020, p. 3), características presentes no perímetro urbano da cidade de Vitória da Conquista.

A agricultura urbana “[...] se constitui como manifestações complexas, permeadas de diversidades desde a sua potencialidade de aglutinar coletivos, como se observa em hortas, ou então, em produções individuais, como no caso de feirantes que residem no espaço urbano” (Wandscheer, 2015, p. 18). Cada uma das formas em que se apresenta o cultivo das hortas em áreas urbanas é relevante, à medida que pode objetivar a geração de renda, a inclusão social e as interações socioambientais, além de contribuir para o aumento dos espaços verdes nas cidades. Segundo um dos responsáveis pelas Hortas Comunitárias Urbanas, Dernival Araújo, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Vitória da Conquista, noventa por cento das pessoas que trabalham nas hortas comunitárias urbanas são mulheres.

O trabalho das mulheres na agricultura requer uma análise sobre as responsabilidades presentes no cotidiano, um olhar sobre os saberes e fazeres nas práticas de cultivo, e sobretudo requer uma reflexão sobre as relações presentes nos espaços que essas mulheres ocupam. Para De Certeau, apesar de seu foco de pesquisas e estudos não se referir diretamente ao estudo do território, ao refletir sobre os espaços privados², afirma que “[...] o território onde se desdobram e se repetem dia a dia os gestos elementares das ‘artes de fazer’ é antes de tudo o espaço doméstico, a casa da gente” (De Certeau, 2008, p. 203), sobretudo para as mulheres agricultoras, onde a casa não é somente moradia, mas também local de trabalho.

O termo mulheres agricultoras, é atribuído às mulheres que trabalham na agricultura em áreas rurais ou do campo, como são reconhecidas as camponesas, mas também aquelas que trabalham e vivem do cultivo da agricultura nas áreas urbanas, “[...] a característica principal da agricultura urbana, que a distingue decisivamente da rural, é sua integração no sistema econômico e ecológico urbano – chamado, de ‘ecossistema’ urbano” (Mougeot, 2000, p. 11), a utilização do termo agricultoras está associado a suas vivências cotidianas no território.

A partir da discussão e da pesquisa sobre território e agricultura, procurou-se responder à pergunta principal que orienta a elaboração desta tese, assim sintetizada: A

² Em “A Invenção do Cotidiano: morar, cozinhar”, De Certeau reflete sobre os espaços privados na cidade como territórios e a importância de tê-los como lugar de segurança e personalidade.

Agricultura Urbana por meio das hortas comunitárias em Vitória da Conquista contribui para a constituição de territorialidades femininas e para a Segurança Alimentar e nutricional das mulheres agricultoras e suas famílias?

A presente questão de pesquisa se desdobra em interrogações: Como ocorreu o processo de formação territorial do município de Vitória da Conquista e o estabelecimento da Agricultura Urbana? De que forma o reconhecimento das mulheres na agricultura reflete nas relações sociais de gênero e são relevantes para a agricultura urbana? Em que medida a constituição de hortas comunitárias urbanas pode contribuir para o cultivo de alimentos e a conservação dos saberes e fazeres das mulheres agricultoras? De que maneira se constituem territorialidades o processo de cultivo, comercialização e consumo de hortas comunitárias no município de Vitória da Conquista e como contribuem para a segurança alimentar e nutricional das mulheres e suas famílias?

A partir das questões centrais, apresenta-se o objetivo geral da tese: Analisar o cultivo, a comercialização e o consumo de alimentos provenientes das hortas comunitárias urbanas de Vitória da Conquista, suas repercussões na constituição de territorialidades femininas e na Segurança Alimentar e Nutricional das agricultoras urbanas e suas famílias.

Desdobram-se objetivos específicos, tais como: Caracterizar o processo de formação territorial do município de Vitória da Conquista e o estabelecimento da Agricultura Urbana. Investigar de que forma o reconhecimento das mulheres na agricultura reflete nas relações sociais de gênero e sua relevância para a agricultura urbana. Compreender em que medida a constituição de hortas comunitárias urbanas pode contribuir para o cultivo de alimentos e a conservação dos saberes e fazeres das mulheres agricultoras. Analisar a constituição de territorialidades no processo de cultivo, comercialização e consumo de hortas comunitárias em Vitória da Conquista e as contribuições para a segurança alimentar e nutricional das mulheres e suas famílias.

A justificativa social e acadêmica para esta pesquisa destacou a análise das territorialidades das mulheres na agricultura urbana, com foco em entender como ocorre o processo de circulação dos alimentos e compreender como se configura social, cultural e economicamente os espaços apropriados como territórios pelas mulheres, para a produção e manutenção econômica e social da família.

A fim de responder aos questionamentos e contemplar os objetivos, para a elaboração de uma reflexão teórica que pudesse fundamentar a análise da pesquisa, a investigação envolveu a construção de um diálogo com diferentes campos do conhecimento, como a sociologia, a história, antropologia e a nutrição. Tais perspectivas de análise, possibilitaram

percorrer o caminho para compreender os territórios das hortas comunitárias urbanas e o cotidiano das mulheres agricultoras participantes da pesquisa, bem como suas relações na comercialização e consumo dos alimentos cultivados.

Essa complexidade de elementos que fazem parte da análise, é abordada de forma sistêmica, que busca compreender “[...] os fatores históricos, sociais, econômicos, políticos, culturais, ambientais, e as inter-relações entre os elementos e suas disputas internas no sistema, onde os fenômenos devem ser estudados dentro de um contexto e não de forma isolada e separada” (Alves; Silveira, 2008, p. 126). Pesquisar sobre as mulheres na agricultura, as formas como elas se percebem, vivenciam seus territórios e as relações de gênero, no contexto da rede de integração nas hortas, foram analisados como um sistema com discussões pautadas na complexidade.

Para Spósito (*et al.*, 2000), “[...] na Geografia, a maioria dos modelos espaciais metodológicos utilizados no campo da investigação científica é do tipo misto, ou seja, combinando métodos científicos ou procedimentos científicos de vários matizes” (Spósito, *et al.*, 2000, p. 119). A pesquisa sobre diferentes níveis (individual, familiar, local, regional) possibilitou a construção da análise numa perspectiva complexa e inter-relacional entre os “saberes científicos e os saberes da tradição”. A articulação entre esses saberes é discutida por Conceição Almeida (2010) ao tratar da problematização e da desconstrução de duas ideias. A primeira trata-se da concepção de que o intelectual acadêmico é o tradutor privilegiado das verdades e concepções de mundo e a segunda, dos saberes da tradição, comumente entendidos como inferiores no território. Desconstruir a ideia de que os saberes e conhecimentos locais são inferiores é um ato de “descolonizar o pensamento” como foi ressaltado por Porto Gonçalves (2015) e permitir conhecer construções e concepções humanas que possam ser diferenciadas, mas não desprezadas.

O olhar crítico contemplou as discussões com o foco descolonial, “[...] para além da denúncia do eurocentrismo discreto ou explícito, os alertas vão no sentido de identificar, sentir e valorizar a voz dos que participam da resistência ao pensamento abissal” (Meneses, M.P., 2020, p. 1088). Esta abordagem visa contribuir para a descolonização do pensamento, que “[...] deve continuar com a libertação de uma colonização epistêmica que, se efetivada, abriria espaço para a concepção de outra razão, de outra racionalidade” (Oliveira Piza; Pansarelli, 2012, p. 29). A descolonização do pensamento proporciona fim a um processo histórico de implantação de dado tipo de poder. O debate de forma construtiva, unindo as experiências promovidas por uma diversidade de saberes, expande a condição para transformações sociais e políticas para além do colonial-capitalista pensamento abissal.

Haesbaert (2021) afirma que uma das grandes contribuições do pensamento descolonial é justamente ler o espaço como essa densidade e multiplicidade, “[...] enquanto espaço-tempo vivido o território é sempre múltiplo, diverso e complexo” (Haesbaert, 2010, p. 21) e deve ser visto não apenas sob o ponto de vista de um domínio ou controle estruturado politicamente, mas também sob uma dimensão simbólica, identitária e até mesmo afetiva a depender do grupo ou classe social.

A dimensão afetiva para Carosio está imbricada no aporte feminista do cuidado, ela defende a valorização da afetividade “[...] como elemento mediador de las relaciones sociales en interdependencia. Esta línea ética lleva a posiciones políticas que conducen a transformaciones reales de la cotidianidad” (Carosio, 2009, p. 249). Nesse sentido, é relevante “[...] fazer opções teóricas e metodológicas que possibilitem privilegiar a atenção ao cotidiano e suas escalas. Assim, poder analisar e visibilizar as especificidades da vivência de gênero no espaço” (Falcão, 2017, p. 52). A dimensão crítica que permeia a pesquisa, permite uma perspectiva de escrita científica para além do androcentrismo que “[...] é também uma maneira de luta e resistência a dominação masculina na produção científica e um caminho para tornar visível a mulher enquanto importante agente sócio espacial” (Silva, 2003 p. 43). Esse pensamento, permite conhecer e compreender outras possibilidades e realidades compostas por saberes específicos. Essas interlocuções são possíveis numa perspectiva humanista da Geografia.

Define-se nesta pesquisa uma abordagem qualitativa, descritiva e exploratória, “[...] a pesquisa qualitativa trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” (Mussi, *et al.*, 2019, p. 14), e se dedica a analisar um nível de realidade difícil ou impossível de mensurar através de números.

A articulação entre diferentes formas analíticas para efetivação da pesquisa com a categoria território, abrange as discussões sobre agricultura urbana e os conceitos de territorialidade e relações de gênero, assim, desponta o olhar para a geografia cultural como aporte que permite pensar as mulheres que praticam a agricultura levando em conta as relações sociais presentes no cotidiano das hortas urbanas.

Este projeto de pesquisa foi submetido a avaliação do Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal de Sergipe, por meio da Plataforma Brasil, foi cadastrado sob o número de registro 79038824.0.0000.5546 e aprovado, de acordo com o parecer 7.164.678.

O desenvolvimento da tese conta com recursos metodológicos fundamentais. A pesquisa documental, para levantamento de material referente a formação da cidade e fundação das hortas comunitárias. Esse material auxiliou na compreensão sobre o tempo de

existência das hortas comunitárias urbanas e como se efetivou a agricultura urbana. As representações visuais utilizadas ao longo das seções ajudam a melhorar a compreensão dos dados, promovem *insights* e oferecem uma maneira dinâmica de apresentar informações qualitativas ou quantitativas extraídas das pesquisas.

Em cada uma das hortas foram realizadas visitas em diferentes horários e dias da semana, somadas a passagens esporádicas para observação que “[...] proporciona uma aproximação ao cotidiano dos indivíduos e das suas representações sociais, da sua dimensão histórica, sociocultural e dos seus processos” (Mónico, *et al.*, 2017, p. 4). As visitas de campo às hortas comunitárias de forma presencial, foram documentadas por meio das entrevistas semiestruturadas. Cerca de trinta mulheres foram convidadas a participarem da pesquisa, algumas conversaram informalmente sobre o trabalho, mas, somente vinte mulheres agricultoras com idades que variam entre 25 e 71 anos autorizaram a publicação da participação.

As entrevistas associadas às observações, foram conduzidas a partir de perguntas sobre a história de vida das agricultoras, o trabalho de cultivo, comercialização, consumo dos alimentos e as relações que se constroem no ambiente. Em seguida houve questionamentos sobre o funcionamento e a gestão da horta, além da participação de possíveis agentes públicos que atuam no território e sua relação com outros atores. As entrevistas realizadas no decorrer do estudo foram mantidas até a finalização desta pesquisa, embora, em virtude das mudanças que ocorrem nas hortas e a dinâmica que caracteriza o território, algumas mulheres que já haviam sido entrevistadas tenham deixado o trabalho e outras chegaram para ocupar o lugar.

Com o propósito ético de proteger as identidades das participantes da pesquisa, foram atribuídos nomes fictícios a cada uma delas, conforme mostra o Quadro 2, nomes populares de flores foram escolhidos para cada uma das agricultoras, por serem as flores aquelas que proporcionam o colorido especial, presente em cada uma das hortas pesquisadas.

Os oito consumidores que participaram, contribuíram com declarações sobre o consumo dos alimentos que adquirem nas hortas e as relações que estabelecem com as mulheres agricultoras.

Durante as visitas foram efetuados registros fotográficos, que contribuem com a interpretação dos fenômenos, a fotografia é um elemento “[...] através da qual se diz algo a respeito de alguma coisa, com a fotografia se pretende tornar visível algo tal como ele, de algum modo e em algum plano da realidade, é” (Brandão, 2004, p. 4), combinadas com as narrativas das entrevistadas contribuíram para a compreensão da dinâmica territorial.

Quadro 2 – Caracterização das mulheres agricultoras participantes da pesquisa, 2025.

Nº.	Codiname	Horta Comunitária	Origem	Idade	Tempo de trabalho na Horta	Escolaridade	Filhos
1	Azaléia	Vila América	Urbana	42 anos	17 anos	Ensino Médio	2
2	Dália	Vila América	Rural	62 anos	8 anos	Ensino Fundamental I	2
3	Magnólia	Vila América	Urbana	60 anos	9 anos	Ensino Fundamental II	2
4	Begônia	Vila América	Rural	53 anos	15 anos	Ensino Médio	2
5	Violeta	Vila América	Rural	62 anos	20 anos	Ensino Fundamental I	4
6	Camélia	Jardim Valéria	Urbana	51 anos	3 anos	Ensino Fundamental I	1
7	Margarida	Jardim Valéria	Rural	66 anos	25 anos	Alfabetizada	3
8	Rosa	Jardim Valéria	Rural	65 anos	5 anos	Ensino Fundamental I	1
9	Orquídea	Jardim Valéria	Rural	36 anos	8 anos	Ensino Fundamental I	-
10	Bromélia	Jardim Valéria	Rural	35 anos	8 anos	Ensino Fundamental I	-
11	Angélica	Recanto da Águas	Rural	60 anos	11 anos	Ensino Fundamental I	2
12	Gérbera	Recanto da Águas	Rural	61 anos	26 anos	Alfabetizada	1
13	Melissa	Recanto da Águas	Urbana	59 anos	7 anos	Ensino Fundamental I	1
14	Hortênci	Kadija	Urbana	25 anos	5 anos	Ensino Fundamental II	1
15	Gardênia	Kadija	Urbana	43 anos	5 anos	Ensino Médio	2
16	Açucena	Kadija	Rural	48 anos	7 anos	Ensino Médio	2
17	Petúnia	Kadija	Rural	71 anos	22 anos	Ensino Fundamental II	1
18	Íris	Kadija	Urbana	50 anos	8 anos	Ensino Médio	2
19	Acácia	Kadija	Rural	65 anos	15 anos	Ensino Fundamental II	2
20	Rosa do deserto	Kadija	Rural	71 anos	40 anos	Alfabetizada	3

Fonte: Pesquisa de campo, 2025.

O suporte teórico utilizado para a pesquisa fundamenta-se em autores que possibilitaram estabelecer um diálogo com as categorias de análise. Para embasar a análise sobre território e territorialidades, os estudos foram referenciados em Haesbaert (1997; 2007; 2010; 2021); Saquet (2009); Raffestin (1993; 2003; 2009); Porto Gonçalves (2002); Godoi (2014); Scheffler (2018); Mesquita; Almeida (2017) e Bonnemaïson (2012).

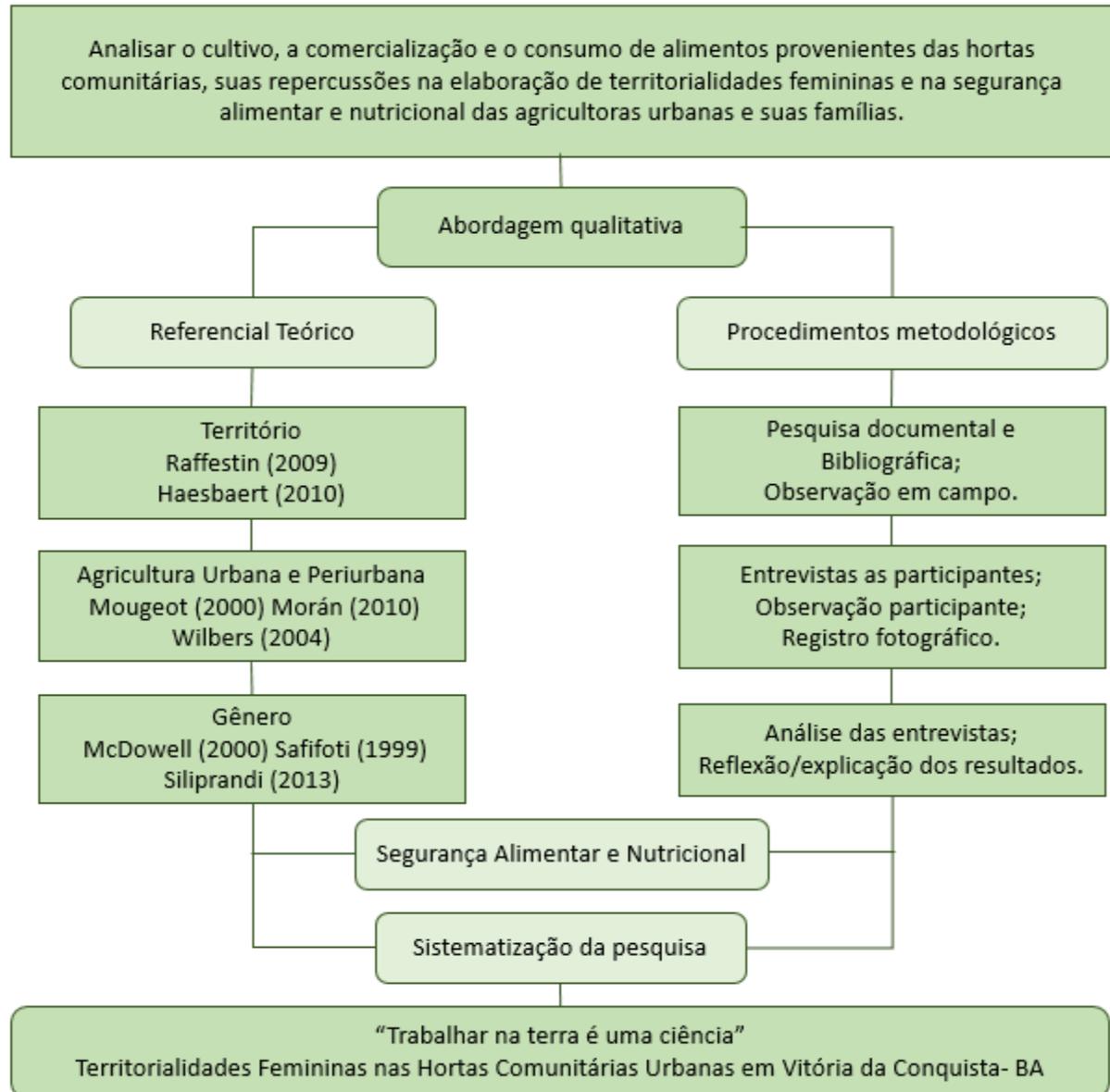
Para as discussões sobre a Agricultura Urbana embasaram as reflexões de Mougeot (2000); Morán Alonso (2010; 2011); Horvoka (1998); Moreno Flores (2007); Wilbers (2004); Giacchè; Porto (2015); Coutinho; Costa (2011); Santandreu; Lovo (2007); Ribeiro, J. (2019); Machini (2018) entre outros. As referências sobre as mulheres que praticam a agricultura foram embasadas nas pesquisas de Almeida (2016); Mesquita (2013, 2019); Herrera (2019); Oakley (2004) e Siliprandi (2009; 2013; 2021).

Sobre as relações de gênero Federici (2017); Saffioti (1999); Mc Dowell (2000); Silva, J. M. (2003); Brumer; Dos Anjos (2012) e Ferré (2006); Paulino (2004; 2016); Furlin (2013); Joshi (*et al.*, 2020); Quaresma (2015); Brah (2006) e Pacheco (2019) embasaram as pesquisas. Sobre as relações de poder, contribuíram Bourdieu (2012); Souza (2009); Sales; Gualberto (2019); Young; Rodrigues (2020).

Para as discussões sobre as Hortas Comunitárias Urbanas contribuíram Mazoyer; Roudart (2010); Branco; Alcântara (2011); Gonçalves R. (2014); Lima (2020) e Richter (2022). Com relação a Segurança Alimentar e Nutricional as pesquisas dos autores Maluf (2020); De Sousa Leão (*et al.*, 2023) e Rau; Menasche (2015) embasaram o debate nessa tese. Para tratar sobre Reciprocidade: Sabourin (2013) e Circuitos Curtos: Darolt (2013; 2016; 2021).

Para apresentar os procedimentos da pesquisa foi elaborado um esquema teórico metodológico que pretende orientar a análise da realidade na perspectiva da constituição das territorialidades sobre uma visão integrada dos elementos socioeconômicos e culturais que envolvem as mulheres em seus territórios de vida e trabalho, (Figura 1).

Figura 1 - Esquema Teórico Metodológico da pesquisa, 2024.



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

As reflexões construídas durante a pesquisa estão estruturadas em seis seções que incluem esta Introdução e a Conclusão. Nesta primeira seção, estão apresentadas as reflexões introdutórias sobre o tema, as definições de escolha das áreas de pesquisa, a justificativa para a escolha sobre os estudos dos diferentes tipos de hortas, as questões metodológicas bem como os objetivos e o embasamento teórico conceitual adotado na pesquisa.

A segunda seção, intitulada “Configuração Territorial de Vitória da Conquista”, tem como objetivo caracterizar o processo de formação territorial do município de Vitória da Conquista e o estabelecimento da Agricultura Urbana. A seção é dividida em cinco subtópicos, o primeiro, descreve as características físico-geográficas e a constituição

sóciohistórico de formação da cidade, em seguida discorre sobre a dinâmica populacional e as interações sócio espaciais; o terceiro tópico aborda sobre o uso da terra e produção agropecuária; o quarto subtópico reflete sobre a atividade agrícola de horticultura e os aspectos da ruralidade no contexto urbano e o último tópico aponta as políticas públicas de aquisição de alimentos e sua importância social.

Na terceira seção, intitulada como “Território das Mulheres na Agricultura”, o objetivo é Investigar de que forma o reconhecimento das mulheres na agricultura reflete nas relações sociais de gênero e sua relevância para a agricultura urbana. Para tanto, são apresentadas análises de elementos que caracterizam as mulheres com reflexões sobre a construção da história da agricultura, análise crítica sobre a correlação entre as relações de gênero e a manutenção das territorialidades presentes no cotidiano dos territórios. São abordadas também reflexões sobre o reconhecimento social do trabalho das mulheres na agricultura. Para finalizar a seção são apresentados os principais tipos de agricultura urbana num breve panorama.

A quarta seção intitulada “Hortas Comunitárias Urbanas” tem como objetivo compreender em que medida a constituição de hortas comunitárias urbanas pode contribuir para o cultivo de alimentos e a conservação dos saberes e fazeres das mulheres agricultoras. Com esse propósito o primeiro tópico versa sobre a evolução sócio histórica de formação das Hortas Urbanas, em seguida reflete sobre a agricultura urbana e a Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil. O terceiro subtópico faz uma caracterização das quatro hortas urbanas de Vitória da Conquista escopo da pesquisa, seguidos da análise sobre o processo de gestão e configuração de territorialidades femininas nas hortas.

Na quinta seção, o objetivo é refletir sobre a constituição de territorialidades no processo de cultivo, comercialização e consumo de hortas comunitárias em Vitória da Conquista e as contribuições para a segurança alimentar e nutricional das mulheres e suas famílias. Nos dois primeiros subtópicos são analisadas as entrevistas e narrativas associadas a discussões teóricas. Os subtópicos finais buscam refletir sobre o consumo dos alimentos das hortas urbanas e suas contribuições para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

A sexta seção refere-se às Conclusões sobre a análise das territorialidades das mulheres no processo de cultivo, comercialização e consumo, considerando as pesquisas nas hortas comunitárias urbanas de Vitória da Conquista, bem como suas contribuições para a Segurança Alimentar e Nutricional das famílias.

2 CONFIGURAÇÃO TERRITORIAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA



“o sertão é, simultaneamente, singular e plural,
é um e é muitos, é geral e específico,
é um lugar e um tempo,
um modo de ser e um modo de viver,
é o passado sempre presente, o fim do tempo,
o que não está nunca onde está”

Selma Custódia Sena
(1986).

2 CONFIGURAÇÃO TERRITORIAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA

“Sou como a haste fina,
que qualquer brisa verga,
mas nenhuma espada corta”

Maria Betânia

A Bahia ocupa uma área de 564.760,429km² e compreende uma população total de 14.141.626 habitantes em seus 417 municípios. Segundo o IBGE (2023) Vitória da Conquista localiza-se no Território de Identidade³ do Sudoeste Baiano que abrange 24 municípios, composto por uma população de 747.152 habitantes, numa área de 27.333 km² que corresponde a 4,8% da extensão territorial da Bahia.

Para compreender como Vitória da Conquista se organizou territorialmente, é preciso caracterizar a dinâmica espacial, como a cidade se adapta às novas condições das relações sociais, econômicas e políticas. Para tanto, foram apresentados e discutidos teoricamente a fundação da cidade, sua abrangência regional, as funções desempenhadas e os setores produtivos.

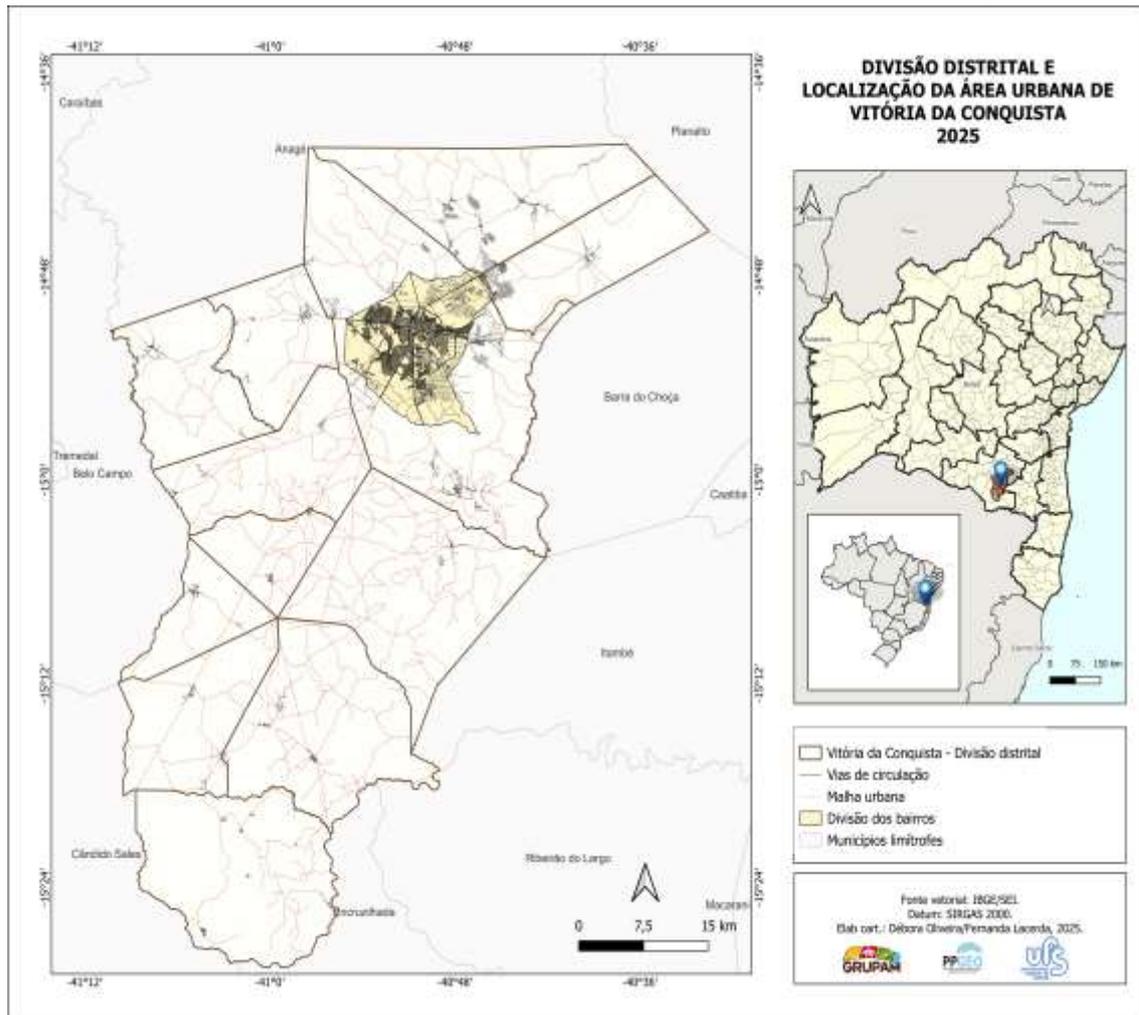
Esta seção apresenta-se dividida em cinco subseções, a primeira descreve as características físico-geográficas e o processo sócio histórico de formação da cidade, a segunda discorre sobre a dinâmica populacional e as interações espaciais. A terceira subseção descreve os processos relacionados ao uso da terra e a produção agropecuária. A quarta subseção faz uma caracterização da atividade agrícola de horticultura com aspectos da ruralidade no contexto urbano. A última subseção aborda sobre a política pública de aquisição de alimentos e sua importância social e econômica na cidade.

2.1 Características físico-geográficas e constituição sóciohistórico de formação da cidade

O município de Vitória da Conquista ocupa uma área de 3.254,186 Km² (IBGE, 2023), localiza-se na Mesorregião do Centro-Sul Baiano, distante 512 km de Salvador, capital do Estado. Limita-se ao Norte com os municípios de Anagé e Planalto; a Leste com Barra do Choça, Itambé; a Oeste com Belo Campo; e ao Sul com Cândido Sales, Encruzilhada e Ribeirão do Largo (Mapa 1).

³ “O conceito de Território de Identidade surgiu a partir dos movimentos sociais ligados à agricultura familiar e à reforma agrária, sendo posteriormente adotado pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário. A adoção como unidade de gestão para o estado da Bahia foi ajustada conceitual e metodologicamente para a formulação do planejamento em todas as dimensões, incluindo a realidade urbana e as atividades dos setores econômicos secundário e terciário” (SEI, 2024).

Mapa 1 - Divisão distrital e localização da área urbana de Vitória da Conquista, 2025.



Fonte: IBGE/SEI, 2025. Elaboração: Débora Oliveira e Fernanda Lacerda.

No que tange as características físico-geográficas, pertence à unidade Geoambiental denominada Piemonte Oriental do Planalto de Vitória da Conquista, que se trata de uma unidade localizada entre o Planalto dos Geraizinhos e a Depressão de Itapetinga (Lauro, 2011), o que lhe confere características geológicas diversificadas pois apresenta grandes variações de ambientes que perpassam do clima úmido, semiúmido, subúmido a seco e ao semiárido.

A vegetação apresenta-se numa faixa de transição, com quatro tipos principais, distribuídas em Floresta Estacional Decidual, Caatinga Arbórea Aberta sem palmeiras, Campos Limpos e Cerrados na Serra do PeriPeri (Lauro, 2011). A transição entre as vegetações constitui áreas que apresentam a Mata de Cipó, como o Parque Municipal Serra do PeriPeri, com aproximadamente 1.095 hectares. O parque inclui a Reserva do Poço Escuro onde estão situadas as principais nascentes do Rio Verruga, que se encontra canalizado, recebe águas pluviais e residuais em seu percurso e desagua no Rio Pardo em Itambé.

A água que abastece o município provém da bacia hidrográfica do rio Pardo, a captação da água ocorre nas barragens de Água Fria I e II que se localizam no município de Barra do Choça, há 27 km de Vitória da Conquista. A variação entre 800m e 1000m de altitude contribui para que o município apresente uma elevada amplitude térmica no verão e baixas temperaturas no inverno, chegando a 8°C. O município apresenta o seu sítio urbano na região denominada Planalto de Vitória da Conquista ou Planalto da Conquista, com clima semiúmido devido ao relevo que de forma perpendicular às massas de ar que adentram o interior do Estado e provocam precipitações orográficas com frequência (Sousa, 2001).

As baixas temperaturas registradas no inverno refletem na imagem da cidade como “Suíça Baiana”, termo legitimado e divulgado pelos meios de comunicação que enfatiza a presença europeia no sertão, esta linguagem está presente socialmente, o que se justifica por estar “[...] ligada à herança da mentalidade colonizadora do século XIX, eurocêntrica, eugênica, defensora do pressuposto da supremacia racial branca, que se insinuava como legítimo e único processo civilizador” (Silva, 2022, p.16). Para compreender melhor este processo é importante adentrar ao contexto histórico de formação da cidade.

As primeiras expedições pelas terras pertencentes hoje ao município de Vitória da Conquista, ocorreram por volta do ano de 1750, por meio da exploração do território do Brasil realizada pelos invasores portugueses. A passagem dos exploradores ocorreu na região conhecida como Sertão da Ressaca, “[...] território genericamente correspondente à região baiana estruturada em torno da cidade de Vitória da Conquista, Bahia, Brasil⁴” (Mendes; Almeida, 2007, p. 39), as expedições resultaram em confrontos com os povos originários que dizimou grupos inteiros de indígenas Mongoiós, Camacans e Imborés que habitavam o território.

A história da apropriação do território e construção da cidade não foi diferente de tantas outras com a ação dos exploradores bandeirantes no país, o discurso utilizado pelos portugueses para justificar a violência cometida foi a mesma utilizada no território brasileiro e sustentou-se na ideia de que era necessário civilizar a população. Os indígenas foram exterminados, e aqueles que resistiram foram escravizados ou se refugiaram em grupos espalhados em outras regiões. Tavares (2001) afirma que o colono europeu almejava tornar os indígenas em povos escravizados, surgem os conflitos e os invasores estabeleceram a ordem do extermínio, “[...] o fundador de Vitória da Conquista, João Gonçalves da Costa, venceu e

⁴ Território corresponde a recorte regional intra-estadual inserido no grande semi-árido baiano, objeto de várias regionalizações oficiais, como: Regionalização econômica; instituída pela SEISEPLANTEC-BA, denominada Sudoeste da Bahia; Regionalização em micro-regiões geográficas, IBGE/1991. Região de Vitória da Conquista, IBGE, que representa uma revisão das microrregiões homogêneas 1967/IBGE Planalto da Conquista.

destruiu os Camacãs que encontrou habitando a região” (Tavares, 2001, p. 25) contudo, no imaginário coletivo, esses atos são vistos como heroísmo. Para Bombardi (2003, p. 09),

[...] nossa geografia oficial foi sempre marcada por uma visão colonialista do mundo, em que ao mesmo tempo que forjava um pensamento científico, naturalizando a desigualdade entre os povos, nutria politicamente, com o respaldo científico, a "missão civilizadora" da Europa, portadora da visão moderna.

O passado do município está “[...] marcado pela luta contra as aldeias nativas, em um contexto caracterizado pela violência, pela imposição da cultura e pelo aldeamento dos índios sobreviventes” (Oliveira; Paraíso, 2011, p. 5) que habitavam a região. O discurso predominante na memória, nas narrativas e na tradição que envolve a população é que a fundação da cidade está permeada por heróis, “brancos” e portugueses.

Para Nogueira, (2017, p. 178) “[...] a história da cidade foi construída de forma a perpetuar os valores e as visões do colonizador europeu que ambicionava ter as terras com a ajuda da Nossa Senhora das Vitórias, massacrando os que impedissem tal missão”. Por meio da tradição oral e, posteriormente, pelos relatos escritos, as memórias sobre a formação da região foram se consolidando, reforçando a façanha dos sertanistas.

O processo de ocupação e construção da cidade é de 1783, com as primeiras aglomerações, em 1840 o arraial da Conquista foi elevado à categoria de Vila e em 1891 a categoria de cidade. Segundo Santos (2016, p.32), a partir de 1940 “[...] o processo de urbanização, em função da própria industrialização brasileira, passou a se desdobrar na cidade e já mostrava as fases dos primeiros avanços contemporâneos do capitalismo na Bahia”. Somente em 1943 passou a ser nominada de Vitória da Conquista, por força do Decreto-Lei Estadual nº. 141 (IBGE,1958).

O nome atribuído a cidade é uma demonstração do quanto sua formação está vinculada ao discurso da superioridade “branca”, o que contrasta com algumas cidades vizinhas, cujos títulos “[...] têm pertencimento ao tronco linguístico Tupi-Guarani, como Iguai, Itambé, Ibicuí, Itapetinga, Anagé dentre outras. Assim, o nome da cidade exalta o processo de extermínio dos indígenas na região” (Silva, 2022, p. 32), primeiro recebe o título de Arraial da Conquista, posteriormente passa a ser chamada de Imperial Vila da Vitória. E por fim, é nomeada de Vitória da Conquista, termos que estão associados a disputa pela terra e a vantagem obtida pelos estrangeiros.

Um ponto importante a ser considerado, além da presença de indígenas “[...] os primeiros bandeirantes a chegarem na região já esperavam encontrar concentração

populacional de negros que haviam escapado do cativeiro em Minas Gerais” (Silva, 2022, p. 32), ou seja, antes da chegada dos exploradores já haviam formação de quilombos que exerciam liderança social importante na coletividade.

Ivo (2012, p. 107) afirma que os “novos donos” da terra mantiveram os ataques aos indígenas da região mesmo após a consolidação das grandes fazendas para a criação de gado e a afirmação da política local, as investidas “[...] não se limitavam apenas à submissão dos índios; os quilombos existentes na região também se tornaram alvo dos novos donos do lugar”. A presença das comunidades e quilombos, anteriormente à chegada dos exploradores, justifica como a região de Vitória da Conquista apresenta uma das maiores concentrações de territórios quilombolas dentro do Estado da Bahia. Até o ano de 2024 a Fundação Palmares certificou 33 comunidades quilombolas, sendo o segundo município da Bahia em quantidade de comunidades quilombolas certificados, é importante lembrar que “[...] as relações raciais e a mestiçagem constituem a trama de toda a história da América Latina” (Munanga, 1999, p. 99). No entanto, a presença negra foi invisibilizada na cidade de Vitória da Conquista e somente a partir da década de 1990 surgiram pesquisas acadêmicas sobre esse tema.⁵

Mudanças significativas ocorrem em Vitória da Conquista no período entre 1927 a 1939, ligadas ao projeto desenvolvimentista nacional de Getúlio Vargas, como a inauguração da primeira agência bancária da Caixa Econômica Federal; a abertura da estrada para ligar a cidade de Jequié conseqüentemente com a capital Salvador, importante ressaltar que esta construção foi realizada pela Companhia Rodoviária Conquistense (empresa fundada por um grupo de proprietários rurais, possivelmente com interesses econômicos).

Ocorreu também a abertura da estrada ligando ao município de Itambé que se destacava economicamente na pecuária a Vitória da Conquista. Houve a formalização de feiras livres com a regulamentação de barracas, e a inauguração de um aeroporto. O objetivo do governo Vargas era a integração nacional entre a região Sul/Sudeste e o Nordeste do país através de rodovias, impactou diretamente no crescimento da cidade de Vitória da Conquista com a construção da rodovia Federal BR-116 Rio-Bahia, em 1940, que cortou a cidade no sentido Norte/Sul e polarizou de certa forma seu crescimento em Oeste/Leste. Silva afirma que, “[...] mercadorias que chegavam pela BR 116 eram vendidas pelos comerciantes

⁵ As pesquisas sobre cultura afrobrasileira e a população negra em Vitória da Conquista encontram produção sobretudo a partir da década de 1990, com produções de Itamar Aguiar e Isnara Ivo como fontes acadêmicas significativas. Fontes documentais como jornais e crônicas também apontam trabalhos realizados por mulheres negras conquistenses como Henriqueta Prates, Maria Petronilha (Vó Dola), Euflosina de Oliveira (Fulô do Painela), Dionízia de Oliveira Silva (Dona Dió).

conquistenses às cidades que se estendiam em direções opostas: para o mar e para o Sertão” (Silva, 2022, p. 47).

O aumento da oferta de serviços proporcionou a fluidez nas relações entre os espaços rural e urbano. A mobilidade dos trabalhadores do campo para a cidade foi notória, “[...] não restrita aos deslocamentos para os grandes centros brasileiros, sendo a região Sudoeste o principal foco, [...] milhares de camponeses passaram a migrar, mormente a partir de 1960, porque foram expropriados de suas terras” (Santos, 2016, p. 37) e a opção para a sobrevivência era o deslocamento para o centro urbano. A partir da década de 1970, esse cenário passou por modificações na estrutura econômica do município, com o aumento dos meios de transportes associados a abertura de novas estradas, a viabilização de infraestrutura para a educação, saúde e principalmente o comércio.

2.2 Dinâmica populacional e interações sócio espaciais

O aumento da população urbana ocorreu de forma expressiva, em 1960 com 80.113 habitantes para a década de 1980 com 170.619 habitantes (IBGE, 2022), devido ao intenso fluxo migratório de trabalhadores de várias cidades da região e de agricultores expulsos de suas terras nos municípios próximos a Vitória da Conquista. Com os dados do último Censo Demográfico de 2022, a população absoluta do município é 370.879 habitantes (IBGE, 2022) e a densidade demográfica é de 113,97hab/km² (IBGE, 2022). O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) em Vitória da Conquista em 2010 foi de 0,678, (considerado médio entre os indicadores 0,600 e 0,699), como pode ser observado na Tabela 1.

Tabela 1- Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Vitória da Conquista, 2010.

Ano	IDHM	IDHM Renda	IDHM Longevidade	IDHM Educação
1991	0,409	0,574	0,555	0,214
2000	0,538	0,633	0,679	0,362
2010	0,678	0,681	0,788	0,581

Fonte: Adaptado do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013. (Elaborado pela autora, 2022).

A dimensão do IDHM que alcançou crescimento em termos absolutos foi a Educação com aumento de 18% de crianças de cinco e seis anos frequentando a escola e 43% de adolescentes entre onze e treze anos frequentando os anos finais do ensino fundamental. É possível que a elevação na frequência de crianças tenha aumentado devido a ampliação da rede municipal de ensino. Em seguida houve o aumento da Longevidade, provavelmente pela

ampliação da rede de atendimento do SUS, em sequência observa-se o aumento da Renda vinculado sobretudo, ao crescimento dos programas sociais.

As análises de dados sobre a população confirmaram que ocorreu um aumento populacional em relação aos municípios da Bahia, em 1940 a cidade se encontrava em 14º colocação em área urbana e população e na década de 1990 chegou a posição de maior 3º cidade da Bahia, Tabela 2.

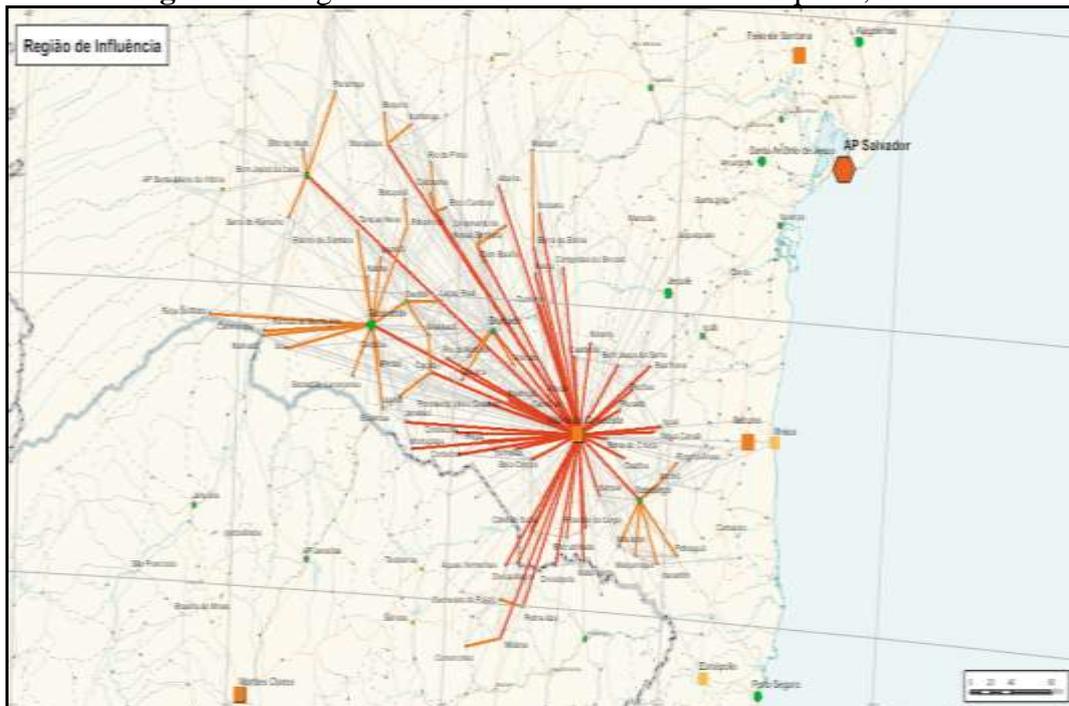
Tabela 2 – População de Vitória da Conquista de 1940 a 2022.

Ano	Colocação	População Rural	%	População Urbana	%	População Total
1940	14º	24.910	74,3	8.644	25,7	33.554
1950	7º	26.993	58,4	19.463	41,6	46.456
1960	4º	31.401	39,3	48.712	60,7	80.113
1970	4º	41.569	32,5	85.959	67,5	127.528
1980	4º	43.245	25,3	127.652	74,7	170.897
1991	3º	36.740	16,3	188.351	83,7	225.091
2000	3º	36.949	14,1	224.545	85,9	262.494
2010	3º	32.127	10,4	274.739	89,6	306.866
2022	3º	40.902	11,0	329.977	89,0	370.879

Fonte: Censos Demográficos IBGE – 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1990, 2000, 2010, 2022.

À medida que o município se consolidou oferecendo serviços, amplo comércio, indústrias, além de serviços vinculados a educação e saúde, a população e a urbanização da cidade aumentaram, conseqüentemente, a influência na região passou a abranger um número maior de municípios.

Embora o crescimento urbano não seja sinônimo de qualidade ou desenvolvimento, o aumento populacional motivou a circulação de serviços e mercadorias, que conseqüentemente propiciou ao município fazer parte de uma Região de Influência (Figura 2), “[...] delimitada a partir da abrangência espacial dos fluxos que para a mesma se destinam. É o território polarizado por um determinado centro urbano (cidade-polo), devido à sua relevância na oferta de serviços e produtos” (Sedur, 2011, p. 23), esses polos promovem a oferta de bens e serviços a municípios com porte secundário e influenciam seu entorno devido a rede de proximidade.

Figura 2 – Região de Influência de Vitória da Conquista, 2018.

Fonte: IBGE, 2022.

A regionalização com base nas Regiões de Influência foi classificada com observações contínuas nos deslocamentos, ou seja, no movimento efetuado pelas populações em busca de serviços, produtos, fluxos materiais e imateriais. Essa classificação serviu como fonte para a Política de Desenvolvimento Urbano e na elaboração de políticas do Estado da Bahia para a formação dos Territórios de Identidade, embora estes tenham sido delimitados com atenção a outras características, [...] com base no sentimento de pertencimento a uma determinada região e nas características da agricultura familiar e da reforma agrária, lógica que se diferencia daquela dos deslocamentos da população em uma rede urbana (SEI, 2022).

O município ocupa a terceira posição na hierarquia de polos (Quadro 3), ou seja, é um polo regional, ficando atrás somente de Feira de Santana (Polo Estadual) e Salvador (Metrópole, capital do Estado).

Quadro 3 - Regiões de Influência e níveis hierárquicos na Bahia, 2018.

Posição Hierárquica	1ª	2ª	3ª	Nº. de municípios
Metrópole	Salvador	-	-	48
Polo Estadual	-	Feira de Santana	-	54
Polo Regional	-	-	Vitória da Conquista	36
	-	-	Barreiras	21
	-	-	Ilhéus- Itabuna	32
	-	-	Juazeiro	9

Fonte: IBGE, 2022.

Entre as cidades que ocupam este setor, é a que compreende maior número de municípios na rede de influência, totalizando trinta e seis. Além das posições hierárquicas mencionadas, segue-se a hierarquia dos municípios em Polo Sub-regional, Polo Local, Centro Local e Núcleo.

O município de Vitória da Conquista apresenta índices econômicos considerados importantes entre os da região, o que atrai migrantes em busca de oportunidades de investimentos em indústrias o que promove a geração de emprego e postos de trabalho, para Corrêa, “[...] a diferenciação entre os centros urbanos se faz mais por meio da hierarquia entre elas. Complementaridade e interdependência são mais importantes que a hierarquização e subordinação entre centros que dispõem, via de regra, de significativas atividades industriais” (Corrêa, 2016, p. 133). O investimento de empresa e indústrias da construção civil, também atrai migrantes em busca de trabalho.

A disponibilidade de serviço educacionais, com diversos cursos de graduação e pós-graduação em instituições públicas e privadas é um atrativo para população adjacente. Ademais os serviços de saúde oferecidos são requisitados por habitantes dos outros municípios do sudoeste baiano. Atrelada a esta dinâmica social e econômica também estão as manifestações culturais que ocorrem no município, como festas populares e religiosas, como festejos juninos, festas natalinas e eventos regionais como o Festival de Inverno, Festival Suíça Baiana e o Carnaval fora de época, denominado Miconquista.

No item subsequente as reflexões têm como objetivo compreender sobre os processos socioeconômicos relacionados a distribuição e o uso da terra com a produção agropecuária do município.

2.3 Uso da terra e produção agropecuária

As formas de uso e ocupação da terra, estiveram associadas ao objetivo de gerar riqueza por meio da renda da terra, que “[...] é lucro extraordinário, suplementar, permanente, que ocorre tanto no campo como na cidade, é uma fração da mais-valia” (Oliveira, 2007, p. 43). Dessa forma o capital se ocupou diretamente dos grandes estabelecimentos rurais, principalmente aquelas em que a renda da terra é alta, especialmente àquelas destinadas a produção do café e a pecuária extensiva.

A Lei nº 8.629 de 25 de fevereiro de 1993 (Brasil, 1993) que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária no Brasil, alterada pela Lei nº 13.465 de 2017, considera que o módulo fiscal pode variar de acordo com cada

município levando-se em conta o tipo de atividade predominante (hortifrutigranjeira, cultura permanente, cultura temporária, pecuária ou florestal) além da renda e outras atividades existentes no município. Segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) o módulo fiscal no Brasil pode variar entre 5 a 110 hectares.

Em Vitória da Conquista o módulo fiscal representa uma área de 35 hectares. A pequena propriedade corresponde à área compreendida entre 1 a 4 módulos fiscais, que oscila entre 35 hectares a 140 hectares. A média propriedade, pode variar de 4 a 15 módulos fiscais, que corresponde a 140 hectares a 525 hectares. A grande propriedade é superior a 15 módulos fiscais, ou seja, apresenta área acima de 525 hectares. A análise da estrutura fundiária do município de Vitória da Conquista entre as décadas de 1940 a 2017 pode ser verificada em síntese, na Tabela 3.

Para a elaboração da tabela de Estrutura fundiária de Vitória da Conquista foram utilizados dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e dados do Projeto Geografia dos assentamentos na Área Rural (GeografAR/UFBA). É fundamental reconhecer a relevância dessas ferramentas para entender, planejar e reorganizar as realidades rural e urbana.

Até a década de 1950, a agropecuária era a principal atividade econômica da região com 78% da população ocupada neste setor (Santos, 2016). Cerca de 89,1% dos médios e grandes estabelecimentos rurais eram prioritariamente ocupados com a criação de gado, isso correspondia a uma área equivalente a 298.623 hectares “[...] caracterizada pela exploração concentrada da pecuária, que se constituía a principal base econômica, mas também da agricultura” (Souza, 2008, p. 421). Enquanto isso, 10,9% representavam os pequenos estabelecimentos, ocupados com os cultivos agrícolas.

De acordo com a análise, verifica-se que cerca de 74,8% dos 6.525 estabelecimentos rurais em 2017 apresentaram área inferior a 35 hectares, ou seja, a um módulo fiscal, corresponde a pequenas propriedades ou minifúndios, pertencentes a agricultura familiar camponesa. Os estabelecimentos que condizem a médias propriedades somam 21,8%, e 3,4% representam as grandes propriedades acima de 15 módulos fiscais ou 140 hectares.

É relevante observar que a expansão urbana associada a especulação imobiliária tem causado transformações nas médias e grandes propriedades, com a construção de condomínios fechados de médio e alto padrão destinados à moradia e lazer, além de loteamentos para construção de sítios e chácaras.

Tabela 3 – Estrutura fundiária de Vitória da Conquista, 1940 a 2017.

Grupos de área (ha)	1940		1950		1960		1970		1980		1996		2006		2017	
	Nº estab	Área (ha)														
> 1	1	-	-	-	-	-	2	1	48	29	229	115	684	329	1.301	634
1 - 2	14	44	-	-	18	19	26	28	129	166	212	297	411	517	847	1.068
2 – 5	144	874	3	10	46	126	166	499	402	1.156	428	1.283	629	1.795	1.198	3.389
5 – 10	678	678	36	226	120	764	284	1.693	481	2.853	304	1.899	372	2.374	658	4.276
10 – 20	1.887	52.050	323	4.431	392	4.781	501	5.987	527	6.120	283	3.820	610	7.380	893	11.636
20 – 50	491	31.957	1.305	40.879	1.893	59.202	741	21.411	779	21.996	480	13.693	502	14.986	878	24.876
50 – 100	249	30.796	763	50.240	1.050	67.990	364	24.463	425	28.468	241	16.021	288	19.169	321	22.330
100 – 200	180	51.083	439	56.474	457	56.563	244	32.399	254	33.934	209	27.464	192	25.995	228	31.728
200 – 500	73	47.895	285	80.969	315	86.788	235	70.612	210	62.601	185	53.061	161	48.034	131	39.804
500 - 1.000	33	44.475	91	61.694	8	53.353	95	62.347	78	52.352	57	35.899	55	36.323	49	32.916
1.000 - 2.000	10	-	49	64.205	40	49.075	39	49.375	18	25.059	18	24.116	17	23.319	17	29.750
2.000 - 5.000	2	-	13	38.263	17	48.510	8	22.520	2	4.009	1	2.800	3	10.200	4	8.013
5.000 - 10.000	-	-	2	11.012	4	28.200	1	6000	-	-	2	7.647	-	-	-	-
10.000 - 100.000	-	-	2	42.480	1	11.240	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
100.000 a mais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	3.762	267.270	3.311	450.883	4.437	467.611	2.706	297.335	3.353	238.743	2.649	188.115	3.924	190.419	6.525	210.420

Fonte: INCRA, IBGE, Projeto GeografAR /UFBA.

Na década de 1970, o monocultivo do café recebeu incentivos do Governo Federal, com a criação de linhas de créditos agrícolas destinadas aos empresários produtores rurais que apresentavam interesse em expandirem essa lavoura em municípios que apresentassem condições de clima, altitude e solo propícios.

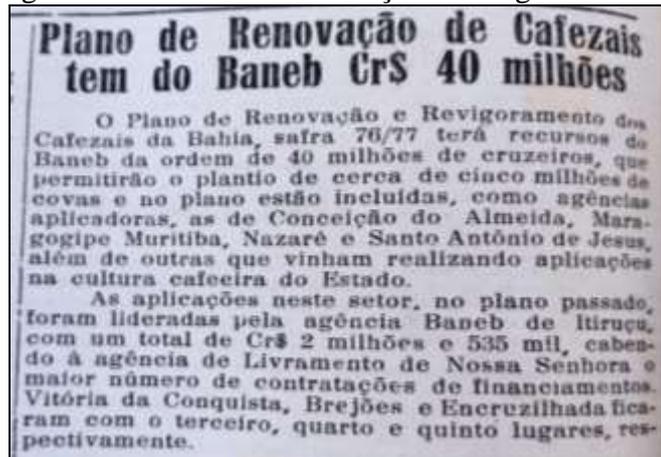
O IBC (Instituto Brasileiro do Café) avaliou no início da década de 1970 que Vitória da Conquista, Barra do Choça e Planalto, apresentavam condições favoráveis para investimento no cultivo de café, pois o “[...] o cafeeiro é muito sensível tanto às geadas como ao calor e insolação excessivos. Requer chuvas regulares e bem distribuídas, e é muito exigente com relação à qualidade do solo” (Prado Junior, 1981, p. 117), aspectos confirmados na região no período em que foi realizado o zoneamento agrícola de aptidão das terras para o café.

O incentivo do governo atraiu empresários, pecuaristas e investidores para compra de terras, a fim de instalar as lavouras cafeeiras. Segundo Souza (2008) com o crescimento da lavoura cafeeira, surge a necessidade de adquirir novas áreas, que passam a ser incorporadas ao cultivo. Contudo, tal expansão não unifica aos tradicionais espaços destinados à pecuária, mas, de agricultura familiar onde viviam centenas de famílias camponesas, o que resultou na expropriação dos agricultores familiares camponeses de suas terras, sobretudo, nas décadas de 1960 e 1970.

É importante destacar que segundo a avaliação feita pelo IBC as terras que apresentavam condições físicas e climáticas consideradas ideais para o café, eram ocupadas pela pastagem natural e/ou pertenciam aos agricultores familiares camponeses, que viviam cultivando hortaliças, raízes e frutas para a comercialização e autoconsumo, ou seja, a única preocupação referente ao IBC foi a classificação das terras, não se importando se eram reservas naturais ou se pertenciam a famílias de trabalhadores.

Em 1976, a região de Vitória da Conquista foi contemplada pelo Plano de Renovação e Revigoração dos Cafezais - PRRC (Figura 3), fato decisivo para provocar a expropriação de camponeses que viviam da agricultura familiar entre os municípios de Vitória da Conquista e Barra do Choça, para a instalação de lavouras de café por empresários locais.

Figura 3 – Reportagem sobre Plano de Renovação e Revigoroamento dos Cafezais, 1976.



Fonte: Arquivo Público Municipal de Vitória da Conquista, 2022.

A implantação deste cultivo agrícola implicou num intenso processo de desmatamento de áreas que deveriam ser de preservação permanente como as encostas abruptas do planalto e margens de rios, “[...] na área de plantio de café foi detectada a retirada da cobertura vegetal de floresta decidual e semidecidual, resultando em alto grau de devastação” (Maia, *et al.*, 2011, p. 8). Santana (2003, p. 12) afirma que,

[...] a região possuía vastas e exuberantes reservas de matas que foram desaparecendo na medida em que a cafeicultura se expandia pelo território. Além da destruição vegetal, o projeto de desenvolvimento para o campo implementado pelo Estado trouxe sérias consequências para os solos, que foram sendo gradualmente esgotados pelo uso intensivo de agrotóxicos, herbicidas e outros insumos industrializados.

Em decorrência do avanço do uso das terras, os espaços naturais foram modificados e a vegetação nativa foi retirada para a inserção do monocultivo e de pastagem. O desmatamento das florestas provocou o surgimento de ravinamento, principalmente nas encostas.

Aqueles trabalhadores camponeses que não migraram para a cidade passaram a trabalhar nas lavouras de café, o que causou uma redução de cultivos alimentares por pequenos agricultores. Para Souza (1996, p.39) as mulheres sempre estiveram ativas na lida com a terra, na agricultura, nas hortas, mas com produção do café passaram a priorizá-lo “[...] o café era sempre cuidado por elas desde a apanha, secagem, até a transformação em bebida”. As mulheres eram escolhidas para os citados trabalhos por serem cuidadosas na escolha dos grãos coletados, mas, sobretudo, porque recebiam valores inferiores as atividades semelhantes realizadas pelo homem.

O trabalho da mulher “[...] começava ao amanhecer e não tinha hora para terminar. Além da exploração financeira era desvalorizado cotidianamente, sendo denominado de ‘trabalhinho’. Enquanto o homem visava o lucro no seu trabalho, a mulher lutava pela sobrevivência da família” (Souza, 1996, p. 40). Ademais, as crianças que acompanhavam as mulheres participavam da colheita, configurando trabalho infantil.

Na ocupação das terras por empresários, ocorreu a expulsão de trabalhadoras e trabalhadores com inúmeras famílias camponesas das suas terras de vida e trabalho, que foram obrigadas a vender seus lotes devido a pressões de grileiros e/ou eram expulsos por não terem documentos oficiais que comprovasse a propriedade da terra. Quando ocorrem esses deslocamentos “[...] não acontecem de forma natural, despontam constrangimentos, à medida que se engendra o abandono da terra natal motivado pelos referidos processos que resultam na exclusão e desterritorialização” (Menezes; Almeida, 2020, p. 240). Expropriadas e expropriados passaram a buscar abrigo nas áreas periféricas urbanas da cidade de Vitória da Conquista, o que gerou um contingente de trabalhadoras/es, que migraram também de outros municípios, atraídos pelo labor na colheita do café, realizada de forma sazonal.

Com relação ao discurso de desenvolvimento regional que se constituiu em torno da cafeicultura naquele período na região, Lebrão (2016) afirma que beneficiou somente as classes dominantes, serviu como tentativa para justificar a grilagem e a exploração dos camponeses trabalhadoras e trabalhadores que não eram proprietários. A afirmação da autora está relacionada as expropriações e ao posterior deslocamento de migrantes para o trabalho nas lavouras, sobretudo em períodos de colheita. Depois da colheita voltavam às suas casas, sem trabalho, emprego ou garantia de sobrevivência.

Empresários, produtores de gado e políticos, tendo em vista a possibilidade de garantir a extração da renda da terra, tornaram-se os maiores investidores na lavoura cafeeira com os inúmeros incentivos de crédito do Estado, como citado anteriormente destinado à compra de terras, bem como nos investimentos em infraestrutura para transporte, comunicação e circulação, que era necessária à expansão das lavouras cafeeiras.

Ao analisar os dados sobre o Produto Interno Bruto do município entre 1939 e 2020 (Tabela 4), é possível perceber que o crescimento econômico do município até a década de 1930 estava relacionado a agricultura, na década seguinte passa a ser suplantado pelo setor de serviços e comércio.

Tabela 4 – Produto Interno Bruto por setores (%), Vitória da Conquista, 1939-2020.

Setores	1939	1949	1959	1970	1980	1996	2000	2010	2016	2020
Agricultura	57,87	40,26	20,80	8,07	12,19	6,12	5,62	1,9	1,8	2,4
Serviços	38,87	55,12	69,44	79,39	70,45	82,90	71,55	68,1	72,1	82,1
Indústria	3,27	4,62	9,76	12,54	17,36	10,98	22,83	15,9	14,4	15,5

Fonte: Adaptado de Santos, 2016 (Elaborado pela autora, 2022).

Nota: A metodologia para o cálculo do PIB foi alterada a partir de 2000.

Embora a atividade cafeeira tenha ganhado impulsos, Santos (2016) assevera que o setor terciário com as atividades relacionadas ao comércio, aos serviços e ao setor imobiliário provocaram maior impacto no município, e ainda permanecem sendo responsáveis pela dinâmica econômica, chegando a cerca de 82% do PIB em 2020.

Por volta de 1990 foi implantado um polo industrial na cidade, o Distrito Industrial do Imborés no bairro Lagoa das Flores, segundo Corrêa (2016, p. 128),

O distrito especializado, industrial ou de serviços, constitui forma resultante do processo de concentração, forma moderna, criada na década de 1950, e resultado da ação planejada de capitais que perceberam a importância da concentração e a transformaram em investimentos de alta taxa de lucro.

Na sua instalação foram considerados os fatores locacionais: como a rede de transportes em expansão e conexões com outros municípios e a crescente mão de obra presente na região, proveniente do campo e da migração de outras regiões. A construção do Distrito também exerceu influência no setor industrial no PIB do município, foram instaladas empresas com produção de cerâmica, mármore, produtos de limpeza, calçados, estofados e óleo vegetal. Entre 1996 e 2000 houve um aumento de 11,85% no PIB do setor industrial, entre 2001 e 2006 foram mais de 329 instalações industriais. O investimento no setor industrial, além de outros fatores discutidos anteriormente, contribuiu com o destaque do município como cidade média e também atraiu migrantes.

A ampliação do setor de serviços das atividades comerciais e expansão da rede de circulação de pessoas, mercadorias e consumo, impulsionou as interações espaciais, semelhante às discussões de Corrêa (2016) que variam no espaço e no tempo, onde estão inscritas. Todas estas interações vão resultar em diferenciações espaciais entre as cidades, no município de Vitória da Conquista resultaram numa dinâmica que permitiu o crescimento da cidade destacando-se entre outras da Bahia.

Segundo o Relatório Parcial 05 do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano – Volume II – Estudos do Diagnóstico Físico-Ambiental (2020) a ocupação rural corresponde,

[...] às áreas utilizadas pela agricultura e pecuária, destinadas ao cultivo de pastagens, lavouras, criatório de animais, eventuais fragmentos de vegetação, e de habitações e edificações rurais, distribuídas de maneira dispersa. Dentro deste território também se encontram locais de atividades de escala industrial, tais como unidades de extrativismo e de uso intensivo da terra, jazidas de mineração, indústria de beneficiamento vegetal, fazendas de monoculturas, criação intensiva de animais, matadouros, granjas, entre outros. (PDDU, 2020).

Com relação a produção do café, especificamente o grão verde Arábica, segundo o Censo Agropecuário de 2017, Vitória da Conquista ocupou a décima primeira colocação entre os municípios produtores da Bahia, Tabela 5.

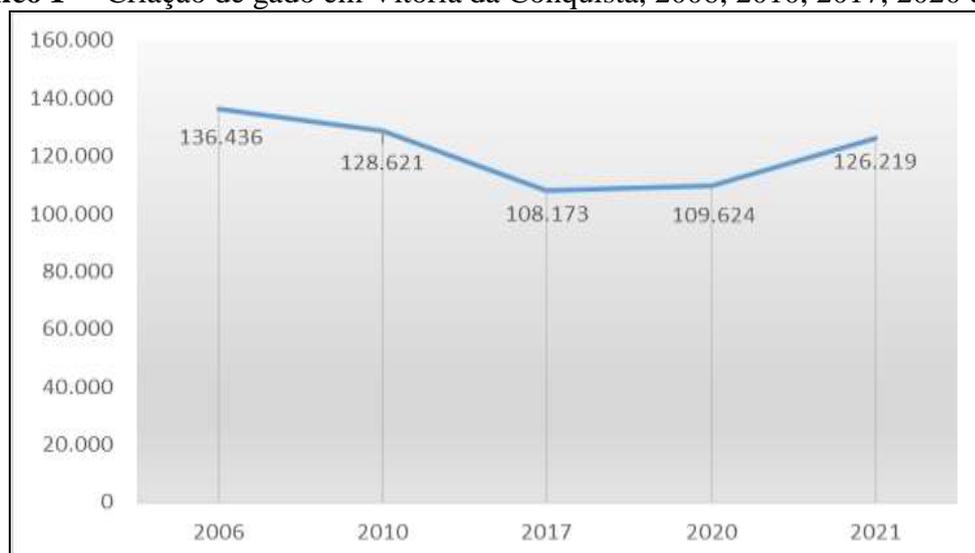
Tabela 5 – Produção de Café (grão verde Arábica) por município da Bahia, 2017.

Ordem	Município	Toneladas
1º	Barreiras	10.278
2º	Cocos	5.196
3º	Luís Eduardo Magalhães	5.185
4º	Barra do Choça	4.550
5º	Encruzilhada	3.309
6º	São Desidério	3.187
7º	Barra da estiva	3.118
8º	Mucugê	2.919
9º	Bonito	2.204
10º	Ibicoara	2.114
11º	Vitória da Conquista	1.554
12º	Planalto	1.001

Fonte: IBGE (Censo Agropecuário, 2017). Elaborado pela autora, 2022.

Este ranking aponta a redução considerável na produção do grão, ao comparar com a produção de 2006 quando o município produziu 6.489 toneladas. O arrefecimento na produção do café em Vitória da Conquista é resultado da expansão do cultivo em outras regiões como a Chapada Diamantina e o oeste do Estado.

Acerca da pecuária do município (Gráfico 1) entre os anos de 2006 e 2010 houve uma diminuição na criação de gado que se acentuou até o ano de 2017, dados que coincidem com a diminuição do PIB no setor da agricultura e da indústria, pois nesse período o município voltava-se economicamente para o investimento no setor de serviços. O investimento na pecuária voltou a crescer a partir de 2020 com um aumento considerável em 2021.

Gráfico 1 – Criação de gado em Vitória da Conquista, 2006, 2010, 2017, 2020 e 2021.

Fonte: Censo Agropecuário, 2017. Adaptado da Pesquisa Agrícola Municipal IBGE, 2021. (Elaborado pela autora, 2022).

Atribui-se este aumento desde 2017, ao incentivo promovido pelo Governo Federal a ocupação de áreas de mata para a inserção de pastagem e investimento de crédito concedidos a empresários do agronegócio vinculados à pecuária.

Com relação a produção dos alimentos nas lavouras temporárias, em 2017 o município de Vitória da Conquista foi o terceiro produtor de mandioca da Bahia (Tabela 6), segundo Censo Agropecuário (IBGE, 2017).

Tabela 6 – Produção Lavoura Temporária em Vitória da Conquista, 2006, 2017, 2020 e 2021.

Produto	Quantidade 2006	Quantidade 2017	Quantidade 2020	Quantidade 2021	Unidade
Abacaxi	500.000	70.000	12.000	14.000	Frutos
Cana-de-açúcar	12.000	1.000	750	817	Toneladas
Feijão	864	178	440	489	Toneladas
Mandioca	10.080	14.812	16.500	18.831	Toneladas
Milho	900	384	300	180	Toneladas

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 2017. (Elaborado pela autora, 2022).

O aumento do cultivo de mandioca está associado a plantação de outros alimentos de ciclo curto como feijão, fumo, amendoim, inhame e milho em estabelecimentos da agricultura familiar camponesa. Os dados apontam que entre os anos de 2006 a 2021 houve redução na produção de milho e aumento do cultivo de mandioca. A alimentação básica do planalto era proveniente da lavoura de mandioca. A facilidade de adaptar-se às variações climáticas favoreceu a produção, desde o plantio até a condição de uso, geralmente vinculada a pequenos agricultores. Para Cascudo (1967, p. 95), este alimento:

[...] dominou o paladar português na cotidianidade do uso tornado indispensável. Era a reserva, a provisão, o recurso há quase cinco séculos a farinha continua mantendo o prestígio no crédito popular. Essa permanência constituía a imagem da suficiência. Crêem-na apta e capaz na exigência da nutrição.

A mandioca ganhou importância social em diversas cidades, “[...] além da raiz cozida, a criatividade transformou o tubérculo nos mais variados alimentos: farinha, puba, goma, tornaram a mandioca a rainha do Planalto da Conquista” (Souza, 1996, p. 30). A diversidade elaborada tendo como base a mandioca proporcionou multiplicidade nas receitas que se tornaram tradicionais, estas “[...] persistem no espaço e no tempo e continuam sendo elaborados com base em saberes e fazeres transmitidos por diferentes gerações em determinados territórios” (Menezes; Almeida, 2021, p. 15). Apesar de suas ressignificações, os alimentos tradicionais conservam características relacionadas à cultura local, mesmo com as transformações sociais que ocorreram no município.

O cultivo do tubérculo é uma tradição na região, mas é possível inferir que o aumento do cultivo se deve a produção de alimentos tradicionais que tem como base a farinha de mandioca e as iguarias como os diferentes tipos de biscoitos, beijú, chimango⁶ e bolos que também são comercializados em todas as feiras da cidade.

A Lei 14.688 de 02 de maio de 2024, conferiu a Vitória da Conquista o título de “Capital Estadual do Biscoito”, ressaltando a importância histórica e cultural da produção dessas iguarias na região. Segundo Sampaio e Menezes (2020) além do consumo local a produção é comercializada frequentemente em escala regional e nacional, com mercado regular entre os municípios circunvizinhos e na capital, alcançando São Paulo, Goiânia, Belo Horizonte entre outros, atendendo regularmente mais de cinquenta municípios.

2.4 Atividade agrícola de horticultura: aspectos da ruralidade no contexto urbano

No contexto urbano houve a formação de distritos e de bairros que receberam o contingente populacional advindo do processo de migração e expropriação provocados pela atividade cafeeira. Uma das áreas periféricas da cidade que receberam os agricultores familiares camponeses foi o bairro denominado como Lagoa das Flores, localizado a cerca de 10 km do centro, no setor Norte da cidade de Vitória da Conquista às margens da BR 116, próximo ao Distrito Industrial dos Imborés.

⁶ Chimango é tipo de biscoito feito com polvilho assado, com massa leve e crocante, semelhantes ao pão de queijo.

A área que abrigou os agricultores expulsos do campo foi formada após o desmembramento de uma grande fazenda de café por volta da década de 1940, “[...] a fazenda foi vendida em lotes os quais foram adquiridos por moradores de Vitória da Conquista e região, sendo que os primeiros moradores tinham como atividade econômica a fabricação de tijolos” (Santos, E., 2013, p. 25). Tal produção era feita em sua maioria por homens, a extração de areia para a produção de tijolos perdurou por anos, em algumas áreas do bairro, gerou um impacto ambiental significativo no solo e na vegetação local.

Incentivado pela presença de um imigrante japonês que morava na localidade, o cultivo de flores foi assimilado pelas mulheres, elas aprenderam algumas técnicas para que pudessem cultivar e comercializar, “[...] as mulheres dedicavam-se ao cultivo de flores com o objetivo de complementar a renda familiar” (Oliveira; Rocha; Silva, 2013, p. 8). À medida que os homens, produtores de tijolos, perceberam que o plantio de flores proporcionava mais renda, eles também passaram a se dedicar a essa cultura, provocando um declínio da produção de tijolos que ocorreu durante a década de 1970 a 1980.

O aumento da produção de flores foi significativo, a localidade passou a ser chamada de Lagoa das Flores (Figura 4). Com o aumento da produção para a comercialização, o cultivo passou a requerer recursos extras como a montagem de estufas e dedicação intensa dos trabalhadores homens. As mulheres então, passaram a se dedicar ao cultivo de alimentos por meio da horticultura para o autoconsumo. Os cultivos em torno das casas, assegurava alimento para as famílias e o excedente passou a ser comercializado nas feiras da cidade.

Figura 4 –Hortas no bairro Lagoa das Flores, 2022.



Fonte: Google Earth (Elaborado pela autora, 2024).

Presencialmente, é possível observar as plantações verdes em contraste com pastagens às margens da rodovia. A Lagoa das Flores foi integrada como Bairro de Vitória da Conquista pela lei nº 952 de 1998, mas pela proximidade com o centro da cidade, a área já estava sendo considerada urbana desde 1993. Os moradores receberam “[...] o comunicado da transformação da localidade em bairro por meio de um discurso ideológico de inserção na modernidade através da urbanização” (Oliveira; Rocha, Silva, 2013, p. 8). O discurso da modernidade foi utilizado para convencer os moradores que estar atrelado ao contexto urbano é favorável socialmente, no entanto, a agregação da área rural foi realizada sem participação da população local.

Por algum tempo foi veiculada largamente no Brasil a noção de que o rural era sinônimo de atraso, como afirma Spenillo (2023, p. 23), enquanto o modo de vida nos ambientes urbanos poderia conferir “[...] às cidades o sentido do moderno, do belo, do integrado, do desenvolvido. O rural recebeu o sentido oposto, expresso nas conotações de atrasado, ultrapassado, pobre, triste, desintegrado do projeto de modernidade”. Em associação a esta visão distorcida do rural, acrescenta-se as atribuições de que a modernidade deveria estar presente no rural por meio do agronegócio, com tecnologias modernas e produções de alimentos em larga escala.

O fato de ambos os espaços incorporarem atividades e estratégias de vida que não são próprias de suas lógicas, não significa que a tendência seja a completa homogeneização. Os espaços não se homogeneízam, pois especificidades são mantidas. As diferenças são sustentadas, pois são justamente elas que caracterizam cada subespaço (Locatel, 2013, p. 89).

Uma parcela significativa do cultivo de hortas da agricultura urbana está localizada no bairro Lagoa das Flores. As hortas podem ser encontradas em propriedades públicas e privadas, sendo cultivadas de maneira individual ou coletiva por agricultoras e agricultores familiares. O cultivo de hortaliças no bairro conserva particularidades que espelham a experiência diária de trabalho com a terra. Os quintais, ruas e calçadas ocupadas por canteiros e hortas fomentam e fortalecem as territorialidades. Esse fenômeno resultou na reprodução de traços da ruralidade, que também podem diferir do estilo de vida urbano, segundo Alves (2020, p. 130),

[...] a ruralidade está nas relações entre os indivíduos e suas práticas, sejam elas religiosas como procissões, rezas, festas e encontros religiosos, ou ainda na alimentação, seja pela manutenção de hábitos alimentares ou no modo de plantar e fazer. Encontra-se traços da ruralidade nas cidades pequenas, nas periferias das cidades médias e grandes.

O cultivo no bairro Lagoa das Flores consiste em atividades das quais os trabalhadores são predominantemente da agricultura familiar. “[...] a maior parte das pessoas se conhece, estabelece laços de convivência; ainda que esteja muito próxima da cidade e dos valores urbanos, é verificável que os valores camponeses não se perderam” (Souza *et al.*, 2016, p. 10). Os moradores persistem em não aceitar o processo de urbanização que se expande pela área rural.

A peculiaridade do bairro refere-se ao predomínio dos aspectos da ruralidade que continuam dominando a paisagem. As ruralidades apontam para os “[...] espaços menos dinâmicos em termos de trocas materiais, mas com uma fixação forte de seus habitantes com o lugar, devido a menor mobilidade que desenvolvem no seu cotidiano” (Alves, 2021, p. 34). Além da mobilidade no cotidiano, a presença do cultivo agrícola nos quintais, terrenos baldios e áreas privadas reforça a persistência do campo. A pesquisa de campo permitiu observar terrenos próximos às casas com as plantações de hortaliças e o cultivo sendo realizado às margens das ruas e vielas, sem a presença de muros, cercas ou divisões entre lotes, (Figura 5).

Figura 5 – Cultivo de hortas no bairro Lagoa das Flores, 2022.



Fonte: Pesquisa de campo, 2022.

As hortas se estendem entre as ruas e as calçadas, ocupam o espaço público e o privado, como pode ser observado na imagem, e torna-se desafiador para alguém que desconhece a forma como está organizado o bairro compreender como é produzido este espaço e identificar as delimitações entre as áreas. Os quintais geralmente são isentos de cercas, muros ou barreiras físicas, o bairro se apresenta na esfera do encontro, das trajetórias que coexistem e se sustentam na prática do cultivo agrícola.

Perceber esse espaço como a esfera do encontro, de trajetórias que afetam uma à outra, reforça a noção de contemporaneidade dos espaços agrícolas urbanos, “[...] reconhecer a

agricultura urbana em diferentes cenários urbanos e a sua coexistência com outras trajetórias no espaço é reconhecer a existência de outras vozes que se diferenciam do que é hegemônico” (Almeida, 2016, p. 179). Os territórios da agricultura periurbana não se encontram acabados, eles se materializam em especificidades próprias, são resultados de inter-relações que têm potencial de elaborar novas trajetórias, estórias e territorialidades “[...] criados através de uma simbiose entre o mundo agrícola e o mundo urbano” (Raffestin, 2009, p. 19).

A agricultura periurbana apresenta características relacionadas ao uso e às vivências do território que não devem ser vistas apenas como vestígios do passado, nem como incompatíveis com as transformações que ocorreram nas cidades. Segundo Coelho (*et al.*, 2022, p. 09), as áreas periurbanas podem ser caracterizadas como uma colcha de retalhos dos tecidos urbano e rural,

[...] geralmente, nelas são encontrados habitantes de baixa renda que trabalham em meio urbano; propriedades historicamente rurais que, pelo avanço do urbano, acabaram sendo integrantes das bordas da cidade; e, ainda, pessoas de maior renda em busca de amenidades que movimentam a construção de empreendimentos voltados ao lazer, ao turismo e aos condomínios de habitação (Coelho, *et al.*, 2022, p. 9).

É preciso compreender que as pessoas que experienciam esses territórios vivem em função dele, no caso da Lagoa das Flores, o cultivo das hortas apresenta-se como prioridade em relação a ruas, praças, calçadas ou espaços privados sem uso. O que caracteriza uma identidade rural no urbano.

As cercas de arame ou muros podem delimitar as extensões de cultivo. Embora essas barreiras restrinjam a propriedade, não impedem que áreas próximas também sejam ocupadas. As observações empíricas destacaram a presença de áreas privadas de cultivo com sistema de irrigação por aspersão ou gotejamento, onde sistemas de canos construídos por gravidade distribuem água para as plantações (Figura 6a).

Em entrevista a uma agricultora que há mais de 20 anos reside e cultiva hortaliças em sua propriedade com cerca de 12.000 m² no bairro Lagoa das Flores, quando perguntado sobre o cultivo de hortaliças, ela explica que cultiva para vender em atacado e entregar para compradores que recebem a mercadoria na Central de Abastecimento de Vitória da Conquista (CEASA). Para garantir a alta produtividade, a agricultora arrenda terras de uma fazenda ao lado da sua casa, o que acarreta numa quantidade de alimentos cultivados três vezes maior do que se utilizasse somente sua propriedade (Figura 6b).

Figura 6 – Propriedade privada com cultivo de Hortaliças, Bairro Lagoa das Flores, 2022.



Fonte: Pesquisa de campo, 2024.

Quando perguntado a agricultora se utilizam algum tipo de produto para aumentar o cultivo, ela deixa claro que utiliza estimulante para o crescimento das hortaliças e ureia para manter as hortaliças verdes, em seguida fala sobre a preocupação em relação a perda dos alimentos, referindo-se ao tempo do transporte das hortaliças até chegar aos municípios vizinhos.

Em entrevista a outra agricultora, proprietária de uma área com cerca de 5.000m² e residente a mais de 10 anos na Lagoa das Flores, relata que comercializa as hortaliças na CEASA e que utilizam ureia no processo de cultivo. A ureia está relacionada ao crescimento das hortaliças e a durabilidade destas após a colheita.

Para as agricultoras, a utilização de agrotóxicos durante o processo de cultivo garante não só o estímulo ao crescimento das hortaliças, como a sua durabilidade até chegar ao consumidor final. No entanto, “[...] o uso inadequado desses produtos, como a aplicação de doses desnecessárias ou em épocas incorretas, pode levar a perdas de nutrientes e a contaminação ambiental” (Maia, 2023, p. 18). Nas entrevistas, fica evidente que as agricultoras não levam em consideração os desgastes e danos ambientais que são efetivados com o uso dos agrotóxicos utilizados.

Dentre os fertilizantes nitrogenados, a ureia é amplamente usada para incorporar nitrogênio ao solo, devido ao baixo custo, fácil aquisição e alto teor de N. Mas entre 40 e 60% de ureia não é absorvida pelas plantas devido à lixiviação, volatilização e desnitrificação. Essa perda, além de diminuir rendimentos das culturas, resulta na poluição ambiental de terras agrícolas, acidificação do solo, desequilíbrio de nutrientes e poluição das águas superficiais e subterrâneas (Vieira, 2017, p. 96).

Esses danos ambientais e sociais não são contabilizados no processo de produção, e ao analisar a narrativa das agricultoras, é possível perceber que, para o entendimento delas, o

cultivo de hortaliças sem o uso desses produtos seria absolutamente inviável, pois ocorreriam perdas que afetariam a rentabilidade.

Entretanto, existem outras alternativas contrárias ao uso de agrotóxicos, que potencializam o cultivo aumentando a quantidade de nitrogênio no solo e são naturais. Elas poderiam ser inseridas no solo durante o processo de cultivo, como os dejetos líquidos dos suínos, aplicação de palha, excreções de gado e de aves domésticas, resíduos de biogás e suplementação do solo com biocarvão (Vieira, 2017). Estes insumos potencializam a absorção de nitrogênio pelas plantas, substância essencial para o crescimento dos vegetais, garantem uma volatilidade não contaminante ao solo e ao ambiente e garantem a produção.

Vitória da Conquista ocupa o 103º lugar como município no Brasil com número de estabelecimentos com cultivo de horticultura, além disso, também é o 13º município da Bahia em número de estabelecimentos onde se cultivam hortaliças (Tabela 7).

Tabela 7 – Número de estabelecimentos com horticultura por município da Bahia, 2017.

Ordem	Município	Unidades
1º	Maragogipe	2.285
2º	Feira de Santana	1.482
3º	Itapicuru	1.073
4º	Jaguaquara	1.068
5º	Irá	814
6º	Alagoinhas	808
7º	São Felipe	719
8º	Campo Formoso	686
9º	Governador Mangabeira	634
10º	Camaçari	519
11º	Mairi	518
12º	Tanhaçu	485
13º	Vitória da Conquista	450

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 2017. (Elaborado pela autora, 2022).

Com relação aos valores da produção de horticultura na Bahia, o município de Jaguaquara ocupava o primeiro lugar, Mucugê na segunda posição e o município de Lapão na terceira colocação. Vitória da Conquista estava em quarto lugar (IBGE, 2017). Esta posição expressa o destaque que do município no cultivo e comercialização de hortaliças proveniente da agricultura periurbana, em especial no bairro Lagoa das Flores. As hortaliças cultivadas nesse espaço destinam-se aos municípios: Itapetinga, Itambé, Itabuna, Itororó, Belo Campo e Poções, além das feiras e mercados da cidade. No *ranking* dos municípios da Bahia que produzem maior quantidade de hortaliças, Vitória da Conquista alterna entre primeiro, segundo e terceiro lugar, Tabela 8.

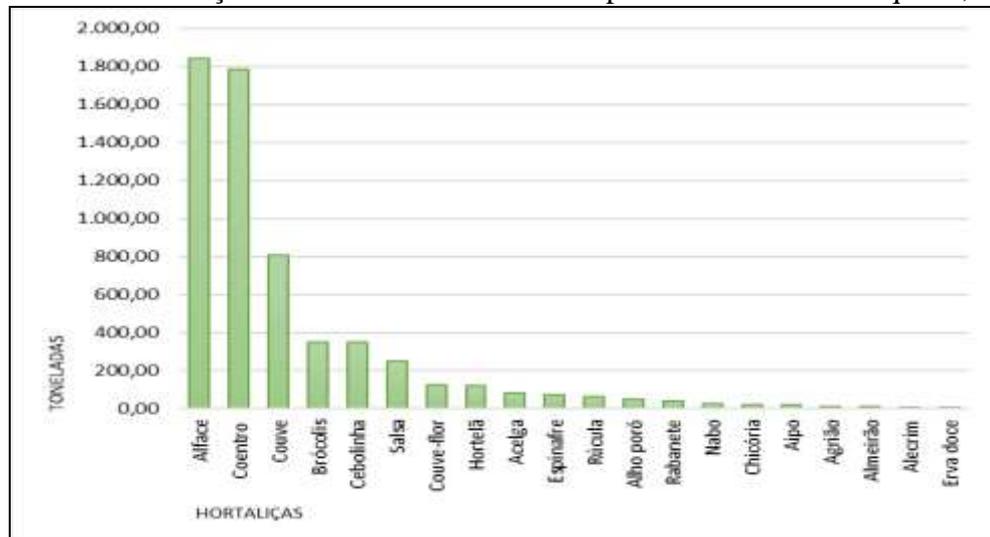
Tabela 8 - Ranking dos municípios da Bahia, por quantidade produzida por ano na horticultura, 2017.

Hortaliças	1º lugar	2º lugar	3º lugar	Unidade
Acelga	Jaguaquara	Vitória da Conquista	Itaquara	Tonelada/Ano
	705,426	83,925	41,400	
Aipo	Vitória da Conquista	Pojuca	Jacobina	Tonelada/Ano
	18.816	1.265	1,039	
Agrião	Conceição do Jacuípe	Vitória da Conquista	Feira de Santana	Tonelada/Ano
	32,933	11,530	10,783	
Alecrim	Feira de Santana	Vitória da Conquista	Porto Seguro	Tonelada/Ano
	8,134	5,923	1619	
Alface	Vitória da Conquista	Conceição do Jacuípe	Feira de Santana	Tonelada/Ano
	1.843,034	895,031	773,906	
Alho Poró	Vitória da Conquista	Conceição do Jacuípe	Jussara	Tonelada/Ano
	50,294	1,802	1,513	
Almeirão	Vitória da Conquista	Pojuca	Boninal	Tonelada/Ano
	11,100	0,444	0,238	
Brócolis	Jaguaquara	Vitória da Conquista	Conceição do Jacuípe	Tonelada/Ano
	588,828	350,560	120,600	
Cebolinha	Conceição do Jacuípe	Vitória da Conquista	Feira de Santana	Tonelada/Ano
	729,296	349,784	295,820	
Chicória	Vitória da Conquista	Conceição do Jacuípe	Camaçari	Tonelada/Ano
	22,268	5.383	0,654	
Coentro	Vitória da Conquista	Conceição do Jacuípe	Feira de Santana	Tonelada/Ano
	1.783,940	1.321,732	437,641	
Couve	Vitória da Conquista	Conceição do Jacuípe	Sant Amaro	Tonelada/Ano
	808,292	523,331	300,963	
Couve-flor	Jaguaquara	Vitória da Conquista	Santa Cruz Cabralia	Tonelada/Ano
	457,930	125,220	30,884	
Erva doce	Paripiranga	Vitória da Conquista	Itajuípe	Tonelada/Ano
	4,723	3,971	0,724	
Espinafre	Conceição do Jacuípe	Vitória da Conquista	Feira de Santana	Tonelada/Ano
	78,705	71,174	27,054	
Hortelã	Conceição do Jacuípe	Santo Amaro	Vitória da Conquista	Tonelada/Ano
	808,314	281,248	121,669	
Nabo	Conceição do Jacuípe	Vitória da Conquista	Camaçari	Tonelada/Ano
	88,574	27,834	1,180	
Rabanete	Vitória da Conquista	Conceição do Jacuípe	Alagoinhas	Tonelada/Ano
	42,395	17,213	3,155	
Rúcula	Conceição do Jacuípe	Vitória da Conquista	Feira de Santana	Tonelada/Ano
	257,770	62,908	51,622	
Salsa	Conceição do Jacuípe	Vitória da Conquista	Feira de Santana	Tonelada/Ano
	558,525	250,997	160,080	
Outros	Guanambi	Jaguaquara	Vitória da Conquista	Tonelada/Ano
	35,268	33,169	19,310	

Fonte: IBGE (Censo Agropecuário, 2017). Elaborado pela autora, 2024.

As informações obtidas pelo Censo Agropecuário (IBGE, 2017) apontam as hortaliças citadas e comercializadas no município de Vitória da Conquista foram Alface com 1.843,034 toneladas por ano, Coentro com 1.783,940 toneladas por ano e Couve com 808,292 toneladas por ano, fato que denota as preferências dos consumidores por esses alimentos (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Hortaliças comercializadas no município de Vitória da Conquista, 2017.



Fonte: IBGE (Censo Agropecuário, 2017). Elaborado pela autora, 2024.

Vitória da Conquista dispõe de várias feiras que ocupam espaços como praças e ruas, organizada com tendas (barracas) montadas em dias específicos da semana e distribuídas entre os bairros da cidade. Estas feiras abrigam também as agricultoras e agricultores que cultivam hortaliças em diversos bairros, entre eles o bairro Lagoa das Flores. Segundo Souza (2008, p. 676) “[...] a produção da Lagoa das Flores é levada para a comercialização. Esta comercialização é realizada, sobretudo, pelos agricultores, sendo, vez por outra, comprada por comerciantes”. As feiras conformam espaços que abastecem à população com alimentos cultivados nos espaços rural e urbano e influenciam diretamente o comércio e as relações econômicas e sociais com municípios circunvizinhos.

Por ter uma produção de alimentos consolidada na região, o município de Vitória da Conquista regulou algumas políticas públicas que são importantes para a circulação econômica e o combate à fome, entre elas o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), responsável por promover o acesso à alimentação a cinquenta e duas (52) instituições cadastradas até o ano de 2022 e incentivar a agricultura familiar em onze distritos do município.

2.5 Política Pública de combate a fome

No estudo das Políticas públicas não há somente uma definição, mas de forma sucinta, é um campo do conhecimento que tem como objetivo debater ideias e interesses no campo político que envolve a responsabilidade dos Governos associados a instituições ou grupos sociais com a finalidade de propor medidas e ações de interesse público como,

[...] reivindicações de bens e serviços, como saúde, educação, transportes, segurança pública, normas de higiene e controle de produtos alimentícios, previdência social, ou demandas de participação no sistema político, organização de associações políticas, direitos de greve, ou ainda, demandas de controle da corrupção, de preservação ambiental, de informação política, de estabelecimento de normas para o comportamento dos agentes públicos e privados entre outras (Rua, 1997, p. 2)

O fortalecimento das práticas de cultivo das hortas sejam elas no perímetro urbano ou periurbano, estimulam as iniciativas da Agricultura Urbana e contribuem para a consolidação dessas ações, que não são uma pauta recente, mas merecem atenção para resistirem ao tempo com incentivos que vão desde políticas públicas a ações comunitárias. Giacchè e Porto (2015) afirmam que o Governo Federal considerou a Agricultura Urbana como estratégia política para o combate à fome e a promoção da segurança alimentar em territórios urbanos e metropolitanos dentro da política do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

O Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO), vinculado ao Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), criado em 1999, e o Programa de Agricultura Urbana e Periurbana, vinculado ao Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), são os dois modelos de políticas públicas que preveem a promoção da AUP. Além deles, existem ainda o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criados com o objetivo de impulsionar a agricultura familiar local e contribuir para o combate à fome, além de promover uma alimentação de qualidade a instituições escolares e restaurantes populares, garantindo a Segurança Alimentar e Nutricional na cidade e no campo.

A aquisição de alimentos pelo PNAE em Vitória da Conquista é realizada por meio de cooperativas de agricultores familiares de municípios vizinhos, como Barra do Choça, pois os agricultores do município não possuem infraestrutura de transporte para atender à logística das demandas locais.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, estava ativo e executado pela Secretaria Municipal de Agricultura desde 2003, mas passou por algumas mudanças relacionadas ao setor responsável pela execução. Em 2010, foi criada a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SEMDES), que era responsável por diferentes políticas públicas que incluíam ações de igualdade racial, as Hortas Comunitárias e o PAA. A Coordenação de Segurança Alimentar e Nutricional foi criada entre 2013 e 2014 para assumir a responsabilidade por todas as políticas de Segurança Alimentar e Nutricional do município (Pereira, 2021).

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) abrange duas finalidades básicas: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar. Existem modalidades diferentes para a aquisição de alimentos, entre elas a modalidade de Compra Direta com Doação Simultânea, que é operada no município atualmente. Esta modalidade permite a aquisição de alimentos dos agricultores e promove a articulação entre a produção da agricultura familiar e as demandas locais de suplementação alimentar (Brasil, 2020).

A participação no programa depende de um cadastro feito pela Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista (PMVC). Entre os documentos exigidos, a agricultora ou agricultor deve provar que dispõe de um terreno ou local apto para ao cultivo de alimentos no município de Vitória da Conquista, por meio do Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF). Destaca-se que as agricultoras e agricultores das hortas comunitárias urbanas não podem fornecer alimentos ao PAA, pois não podem ser caracterizados como atividade agrícola familiar, pela ausência do CAF, documento destinado às atividades familiares rurais. Cabe reforçar que as atividades de hortas comunitárias conformam agricultura urbana.

[...] que geralmente é praticada dentro da ótica familiar e vem sendo entendida como uma nova forma de produção de alimentos, com fortes indícios de se apresentar como mecanismo para transformar o ambiente urbano em um modelo mais sustentável e num instrumento concreto de combate à fome (Sousa; Bazolli; Delgado, 2020, p. 92).

O valor fixado para a modalidade de Compra Direta com Doação Simultânea é de R\$6.500,00, ou seja, cada agricultor pode fornecer este valor em alimentos por ano, mas o fornecimento de produtos orgânicos, pode incluir até 30% a mais que o valor pago para o alimento convencional. Entre os alimentos fornecidos estão legumes, hortaliças, frutas, milho, feijão, e alimentos identitários como biscoitos, farinha e chimangos (Figura 7).

Figura 7 - Alimentos fornecidos ao PAA pelos agricultores rurais, 2022.



Fonte: Pesquisa de Campo, COSAN, 2023.

As agricultoras e agricultores levam os alimentos até a Coordenação Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, os produtos são avaliados, selecionados e posteriormente separados em quantidade suficiente para serem direcionados às instituições cadastradas para o recebimento.

Os dados fornecidos pela Coordenação de Segurança Alimentar e Nutricional de Vitória da Conquista sobre o PAA entre os anos de 2017 e 2022 (Quadro 4) permite uma análise mais aguçada sobre a política nacional como afirma Oliveira,

Neste período, o governo brasileiro desencadeou processos simultâneos de fragilização, desconstrução e reconfiguração das políticas públicas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar em suas múltiplas dimensões. O Ministério do Desenvolvimento Agrário foi eliminado. O preço do alimento disparou e a fome voltou a bater forte na porta de boa parte dos brasileiros (Oliveira, 2023, p. 30).

É possível observar que ainda no ano de 2017, período inicial de desconstrução das políticas públicas voltadas ao combate à fome, a quantidade de pessoas que fez parte do programa foi 358 agricultores, e a verba federal para o PAA foi de R\$ 962.000. Ao longo dos

anos percebe-se uma diminuição considerável dos recursos e do número de agricultores que fizeram parte do programa.

Quadro 4 – Informações sobre Agricultores, beneficiados e valores do PAA em Vitória da Conquista entre 2017 e 2022.

	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Total de Agricultores atendidos por ano	358	240	241	265	265	253
Total de pessoas/ famílias beneficiadas	10.500	10.500	10.500	10.500	10.500	13.000
Valor do PAA (R\$)	962.000	962.500	600.000	600.000	100.000	499.688,30

Pesquisa de Campo, COSAN, 2023.

A queda dos valores referentes ao PAA entre 2018 e 2019 está diretamente ligada a extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) realizada por meio da Medida Provisória 870/2019 pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, que interferiu no direcionamento de verbas destinadas ao combate à fome e a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil. O reflexo da medida associado à crise alimentar relacionada à Pandemia de Covid-19, entre os anos de 2020 e 2021 ocorreu novamente a redução do valor destinado ao PAA.

Em 2022 houve um aumento repentino na quantidade de pessoas beneficiadas, passando de 10.500 para 13.000 pessoas, esse aumento ocorreu pela necessidade de favorecer instituições que estavam precisando de assistência básicas para aquisição de alimentos, devido a volta do Brasil ao mapa da fome.

As instituições cadastradas para receberem os alimentos do PAA também passam por um critério de avaliação que inclui tempo de atuação da instituição, número de pessoas que atende e necessidades específicas com relação aos alimentos.

Quando perguntado ao funcionário da COSAN do município de Vitória da Conquista, sobre a repercussão do corte do PAA para as instituições cadastradas ele afirma, “[...] infelizmente não temos como fornecer os alimentos para todas as instituições sem o PAA, porque são muitas pessoas para atender, sem o recurso não tem como”⁷. Fica evidente a necessidade de reorganização da política pública para manter a segurança alimentar e nutricional das famílias que são atendidas nas instituições cadastradas.

Além do impacto aos beneficiários do PAA ainda houve o impacto considerável aos agricultores familiares que forneciam os alimentos à Coordenação. Povoados ou áreas rurais

⁷ Entrevista realizada em março de 2024.

com mais de duzentos agricultores cadastrados, como Limeira, Capinal, Dantilândia, Bate pé, São Sebastião, Iguá, Pradoso e Lagoa das Flores, foram impactados com o corte da verba destinada a compra dos alimentos.

Na próxima sessão será abordado o contexto histórico do reconhecimento do trabalho das mulheres na agricultura, os desafios e a persistência no cultivo da terra e de que forma a constituição de territorialidades refletem nas relações sociais de gênero e sua relevância para a agricultura urbana.

3 TERRITÓRIOS DAS MULHERES NA AGRICULTURA



“
Se uma humanidade inteira de mulheres
não faz parte da nossa cultura,
então temos que mudar nossa cultura”

Chimamanda

3 TERRITÓRIO DAS MULHERES NA AGRICULTURA

“A caça às bruxas nunca terminou,
mas as mulheres também
nunca deixaram de resistir”

Silvia Federici

O estudo da agricultura ocorreu em um contexto no qual ela foi considerada um elemento da paisagem e de interesse de cronistas e viajantes, mais que (propriamente) de geógrafos. Sem constituir propriamente uma escola, a agricultura foi vista como atividade econômica que visava à produção de alimentos e matéria-prima (Ferreira, 2001), assim como o extrativismo vegetal e a pesca.

Em função da dinâmica da sociedade, com mudanças significativas ocorridas no campo e nas cidades na formação do território brasileiro, a Geografia se nutriu de pesquisas que buscaram evidenciar a função desempenhada pela atividade agrícola no entendimento e caracterização do espaço rural brasileiro. Isto fez surgir um “modo de ver” geográfico sobre a agricultura (Ferreira, 2001).

A experiência vivida cotidianamente dentro dos espaços urbanos e o relacionamento com a alimentação, segundo Joshi (*et al.*, 2020), estão intimamente ligados aos atributos sociais associados ao gênero. Neste sentido, destaca-se a importância de investigar de que forma o reconhecimento das mulheres na agricultura reflete nas relações sociais de gênero e sua relevância para a agricultura urbana.

As atividades desempenhadas por elas estão permeadas por saberes e fazeres (De Certeau, 2013) que agregam conhecimentos transmitidos por diferentes gerações, hábitos que envolvem o cultivo de ervas e plantas medicinais, hortaliças, legumes e frutas utilizados no consumo e na produção do alimento que sustentam a família.

A não valorização e/ou não reconhecimento do trabalho das mulheres, desde seus saberes e fazeres no espaço doméstico ou no cultivo e na comercialização de alimentos, vão influenciar as relações de poder, a forma como a mulher delinea suas territorialidades nesses espaços e também a construção da sua identidade enquanto agricultora (Mesquita, 2019). Os espaços atribuídos socialmente às mulheres estão geralmente associados à cozinha, ou ao espaço dos quintais, embora, segundo a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação – FAO (2014), as mulheres representem a força motriz da agricultura urbana em diversos países.

3.1. Mulheres na história da Agricultura

Uma das atividades mais antigas e importantes desenvolvidas pelo ser humano, “[...] a agricultura se apresenta como um conjunto de formas locais, variáveis no espaço e no tempo, tão diversas quanto as próprias observações” (Mazoyer; Roudart, 2010, p. 71), o que permitiu às comunidades mais antigas estabelecerem um modo de vida sedentário, favorecendo a edificação de cidades e avanço na criação de técnicas diversas de cultivo.

Na história da agricultura, as mulheres sempre estiveram presentes no campo, no cultivo, colheita, manejo do solo e a alimentação, realizando o trabalho em conjunto para garantir a sobrevivência do grupo familiar, todavia, as técnicas empregadas tenham se desenvolvido de diferentes formas.

É consenso nos estudos científicos sobre a agricultura que há cerca de quarenta mil anos, no Paleolítico Antigo, a confecção de peças de pedra, osso e madeira proporcionou a caça organizada em expedições coletivas, que incluía mulheres e crianças, a fim de agrupar dezenas de pessoas, cercar rebanhos inteiros para abater animais e garantir o alimento.

O domínio do fogo, associado posteriormente à criação de animais e aos primeiros sistemas de plantio de que se tem conhecimento, e que determinaram a incidência dos primeiros tipos de cultivo, também foi importante para a organização social, com registro do período Neolítico, há cerca de dez mil anos. Para Morán Alonso (2010), a agricultura está diretamente ligada ao nascimento dos agrupamentos humanos, que posteriormente se tornaram cidades: “[...] os primeiros assentamentos humanos sedentários do Neolítico aparecem ligados ao desenvolvimento da tecnologia agrícola e não podem ser compreendidos uns sem os outros” (Morán Alonso, 2010, p. 99).⁸ O cultivo era praticado próximo aos lagos e aos rios, que possuíam uma fertilidade natural, as demandas do plantio requisitavam participação coletiva, assim como a colheita e a seleção de sementes.

As plantas cultivadas conjuntas facilitavam o trabalho, com a observação dos frutos que possuíam características aparentemente melhores, como tamanho, sabor, qualidade e produtividade, o que exigia tempo e dedicação de toda a comunidade (Mazoyer; Roudart, 2010). Por consequência, “[...] do amanhecer ao entardecer, os humanos espalhavam sementes, aguavam plantas, arrancavam ervas daninhas do solo e conduziam ovelhas a pastos escolhidos. Foi uma revolução na maneira como os humanos viviam – a Revolução Agrícola” (Harari, 2019, p. 87). É relevante observar que as técnicas de escolha do terreno, plantio,

⁸ “[...] los primeros asentamientos humanos sedentarios en el Neolítico aparecen ligados al desarrollo de la técnica agrícola y no se pueden entender los unos sin la otra” (Morán Alonso, 2010, p. 99).

colheita e seleção das sementes e novas espécies existiam como um mecanismo que favorecia a sobrevivência e o estabelecimento de uma coesão social, que assegurava a permanência do grupo no território.

O cultivo de alimentos sempre esteve presente próximo às moradias e “[...] a separação jamais foi clara. A falta de condições materiais impunha limites às sociedades embrionárias, condicionando o local de moradia ao local de produção dos alimentos” (Rosa, 2011, p. 2). Para tanto, era necessário garantir a sustentabilidade dos sistemas de plantio e criação de animais. O cultivo, juntamente com a domesticação de animais, proporcionou um aumento relevante de produção e oferta de alimentos para essas populações.

Com a organização essencialmente agrícola, as configurações sociais passaram a ser influenciadas e a se modificar para atender à demanda por alimentos e às demandas da população em crescimento. Baiardi (2014, p. 147) assinala que evidências e documentos sugerem que “[...] a organização familiar da agricultura emerge quando os sistemas coletivos presentes no Neolítico começaram a perder força por conta das mudanças nas estruturas sociais e nas aglomerações urbanas”. Esta organização familiar propôs que as moradias se subdividissem para abrigar grupos familiares menores, bem como a efetivação de uma divisão do trabalho e das responsabilidades conforme o sexo e a idade.

A formação de grupos menores, organizados em famílias, contribuiu para perpetuar a atividade agrícola e a complexidade da vida em comunidades e em vilas, o que levou à necessidade de novas regras sociais, entre elas,

[...] o movimento de apropriação fundiária, que começou na época neolítica, com a construção das primeiras moradias permanentes e com o cercamento das primeiras hortas e quintais privados instalados em espécies de hortas próximas às moradias já desmatadas e fertilizadas pelos dejetos domésticos ou sobre terrenos recentemente aluvionados pelas cheias dos rios (Mazoyer; Roudart, 2010, p. 132).

É provável que os cercamentos tenham surgido em primeiro lugar para proteger as plantações dos animais e para delimitar a terra ocupada por um grupo familiar, o que garantia a alimentação e a sobrevivência daquele grupo. A protoagricultura⁹ passa a se transformar, a partir de regiões distintas, chamadas de centros irradiantes, se aprimorando e se estendendo para o mundo. À medida que os grupos familiares se dedicavam intensamente ao cultivo, havia menos tempo para coletar e caçar espécies silvestres. Os caçadores-coletores

⁹ “A protoagricultura precedeu a agricultura em todas as suas áreas de origem, caracterizada pelo manejo sistemático de plantas silvestres” (CAHETÉ, 2005, p. 18). Este manejo é atribuído à coleta de frutos e alimentos presentes em ecossistemas explorados progressivamente pelos grupos humanos.

paulatinamente tornaram-se agricultores (Harari, 2019). Assim, as sociedades de cultivadores e de criadores provenientes dos centros de origem disseminaram seu novo modo de vida e ocuparam, passo a passo, os diferentes territórios passíveis de serem explorados.

Com técnicas de produção e ocupação diferentes, a agricultura se desenvolveu nos distintos centros de irradiação conforme o solo, a hidrografia e as condições climáticas em que cada espécie se adaptava, com a derrubada da vegetação para preparação do solo, modificando a paisagem, manejo de espécies nativas, queimadas e técnicas diferentes empregadas para o cultivo de alimentos variados. De maneira gradativa e “[...] de forma quase imperceptível, a agricultura e a criação de animais configuraram-se como uma mudança econômica fundamental, praticamente irreversível, tal como a entendemos atualmente” (Montanari; Flandrin, 1998, p. 39). Os autores ressaltam que no Oriente Médio, se desenvolveu o cultivo de trigo e ervilha, na China com o cultivo de arroz, painço e porcos, na América com o cultivo de batatas e a domesticação das Lhamas, e, na África cultivaram bananas, cana-de-açúcar, trigo e arroz.

Sob a perspectiva de abordagem do trabalho executado pelas mulheres na agricultura, Kautsky (2015, p. 140) afirma que nos primeiros tempos as mulheres eram as únicas a se dedicar ao cultivo dos campos, enquanto os homens se dedicavam à caça e ao cuidado com os animais, “[...] à medida que a agricultura se tornou importante na sociedade, as mulheres foram cada vez mais consideradas melhores na família e na sociedade, a quem fornecia principalmente a subsistência”¹⁰.

Era atribuído à mulher o fazer da agricultura para o autoconsumo. O espaço ao redor da casa estava sob sua responsabilidade, além da administração da moradia e o cuidado com os filhos, a mulher era considerada essencial na família e na sociedade, onde “[...] o ponto de partida da exploração rural foi a horta ao redor da casa, convertida em propriedade privada, que incluía, no exterior da casa e das construções necessárias à exploração, uma área fechada ao redor da residência”¹¹ (Kautsky, 2015, p. 21). A horta cultivada pelas mulheres, ao redor da casa, como seu território, ou território pertencente à família para a produção da vida, foi ponto de partida para a exploração rural.

As afirmações feitas em relação aos povos primitivos enfatizam que as hortas eram cultivadas somente nas dimensões que se encerravam dentro dos limites da aldeia. Para

¹⁰ “[...] a medida que la agricultura tomó importancia en la sociedad, la mujer fue cada vez mejor considerada en la familia y en la sociedad, a quienes ella principalmente procuraba la subsistencia” (2015, p. 40)

¹¹ “[...] el punto de partida de la explotación rural fue la huerta en torno a la casa, convertida en propiedad privada, la cual comprendía, fuera de la casa y los edificios necesarios a la explotación, una zona cerrada alrededor de la morada” (Kautsky, 2015, p. 21).

Simone de Beauvoir, “[...] sua exploração é tarefa doméstica, os instrumentos da Idade da Pedra não exigiam um esforço intensivo; economia e mística concordam em confiar às mulheres o trabalho agrícola” (Beauvoir, 1970, p. 89). É certo que elas estiveram presentes nas atividades relacionadas à plantação, ao cultivo, à colheita e especialmente na alimentação da família.

Segundo Saffioti (1999), as mulheres das camadas pobres estiveram envolvidas com o trabalho que também ultrapassava as atividades domésticas e, nas economias pré-capitalistas, especificamente no estágio imediatamente anterior à revolução agrícola e industrial, “[...] as mulheres das camadas trabalhadoras eram ativas: nos campos, manufaturas, minas, lojas, mercados, oficinas, teciam, fiavam, e realizavam outras tarefas domésticas” (Saffioti, 1999, p. 32). O trabalho desempenhado para além da residência pelas mulheres e crianças era fundamental para que as famílias existissem como uma unidade de produção.

No entanto, embora o trabalho das mulheres fosse substancialmente relevante para manter o cultivo e garantir a alimentação e a sobrevivência de um amplo número de pessoas, nas caças coletivas e, posteriormente, em grupos restritos, como nas famílias, evidencia-se, nas referências pesquisadas, que as menções relacionadas ao processo de expansão da agricultura são predominantemente aos homens:

[...] a revolução agrícola neolítica certamente exigiu **dos homens que a fizeram** uma infinidade de invenções, de escolhas, de iniciativas e de reflexões em todas as áreas da vida material e social, mas também nos domínios do pensamento, das crenças, da moral, da linguagem e de outros meios de expressão. (Mazoyer; Roudart, 2010, p. 47, grifos nossos).

As mulheres também fizeram escolhas, tiveram iniciativas na história da agricultura e na revolução agrícola. Elas foram imprescindíveis para que os grupos familiares sobrevivessem enquanto os homens saíam para fazer caçadas, foram fundamentais para garantir a alimentação e a manutenção familiar. Todavia, na história da agricultura escrita pela sociedade patriarcal, as mulheres, quando mencionadas, são associadas a grupos como crianças e/ou idosos, considerados como frágeis nos grupos sociais.

Harari (2019) utiliza com frequência o termo humanidade, mas não há menções às mulheres e ao seu trabalho na agricultura em particular. Feldens (2018) apenas menciona que a agricultura era um trabalho das mulheres, sem nenhuma especificidade, constantemente atribuindo aos homens o desenvolvimento na história.

No entanto, foi possível encontrar um estudo aprofundado sobre o trabalho das mulheres na agricultura, em pesquisas realizadas sobre as sociedades pré-coloniais no

continente africano. Casimiro (2012, p. 220) afirma que “[...] existem sociedades matricêntricas ou de filiação matrilinear que vivem da agricultura, em que as mulheres têm autonomia, controlam a sua vida econômica, social e sexual”. Mas o modelo ocidental de pensamento eurocêntrico de base pós-colonial e escrita androcêntrica configurou a organização matrilinear como uma forma de organização primitiva, desvalorizada e ignorada.

O modelo de pensamento eurocêntrico tornou-se dominante com a expansão europeia: “[...] nota-se que entre todos os sistemas de opressão/dominação, o patriarcado é historicamente o mais antigo, geograficamente mais abarcante e ideologicamente mais ocultado e menos reconhecido” (Santos, A., 2019, p. 24). Ao reforçar esse sistema, subjuga-se os espaços ocupados pelas mulheres e a importância do seu trabalho.

É evidente que o processo de formação das sociedades não é linear (existe e existiram diferentes caminhos percorridos por distintas formações humanas), partindo de uma única forma geral de comunidades simples para chegar uniformemente a uma sociedade industrial, pois a formação das sociedades não é homogênea ou estável.

Segundo Scholl (2016), existiram duas correntes de organização socioeconômica responsáveis pelo desdobramento das sociedades no mundo, que foram influenciadas diretamente pelas condições ambientais. Uma setentrional, em que as mulheres foram vistas como um fardo para a sobrevivência da espécie, devido as condições climáticas enfrentadas pelos grupos sociais, o que favoreceu a organização patriarcal e prevaleceu na Europa e Ásia.

A outra corrente de organização, meridional, que engloba a África, com base nas sociedades agrárias, com clima adaptável e vegetação abundante, não via a mulher como um fardo, mas “[...] tinha a mulher como base de uma função central, pois era ela que trabalhava na agricultura enquanto os homens caçavam, sendo assim sociedades favoráveis à organização matriarcal” (Oliveira, L., *et al.*, 2018, p. 323). Nas sociedades de organização matrilinear, comum em países africanos, todos os direitos, inclusive à terra, eram transmitidos pela mãe, era a mulher que recebia o dote no casamento, “[...] podendo repudiar seu marido a qualquer momento. O homem era quem levava seu clã para viver junto da mulher, pois era esta quem contribuía substancialmente para a economia” (Oliveira, L., *et al.*, 2018, p. 323).

Uma visão diferente dos moldes eurocêntricos, onde às mulheres são confiadas socialmente as atividades de educar, alimentar, cuidar da casa, do quintal, dos filhos e dos afazeres domésticos, que são diferentes tipos de trabalho com vistas a manutenção social da família.

Para Cassimiro, “[...] as sociedades matrilineares ainda existentes não são transitórias, foram capazes de se adaptar a sistemas competitivos e não se desenvolveram do mesmo

modo, em direção ao patriarcado” (Casimiro, 2012, p. 221). Esta observação corrobora com a necessidade da ampliação de estudos sobre diferentes territórios ocupados por mulheres na agricultura. Nestas sociedades, a matrilinearidade não significa uma dominação feminina, mas posições sociais que garantem uma equivalência social.

Nesse sentido, o olhar para sociedades de base não-patriarcal é importante para a compreensão de como a mulher é mencionada ou deixa de ser mencionada nas obras ocidentais que tratam da história da agricultura. Da mesma forma, as comunidades tradicionais também apresentam considerações importantes relacionadas à divisão de tarefas entre mulheres e homens.

Na divisão social do trabalho dos povos indígenas Mundurukú, habitantes das margens do rio Tapajós, na Amazônia, as mulheres exercem o controle da produção agrícola. Uma função essencial que se manifesta desde a produção artesanal, em que somente elas fazem a louça, enquanto os homens são responsáveis pelo trançado; na escolha das espécies a serem cultivadas, como também no usufruto da plantação, na agricultura “[...] há serviços exclusivos do homem, especialmente na fase inicial da preparação do roçado, e há serviços exclusivos da mulher, principalmente desde o momento da plantação em diante, mas há também serviços conjugados, nos quais ambos os sexos participam” (Frikel, 1959, p. 19-20). Para os indígenas, o homem tem direito à terra, mas a ele cabe somente a responsabilidade de tratá-la, para que as mulheres possam plantar. Segundo a pesquisa de Frikel, em 1959, sobre o trabalho realizados por homens e mulheres Munduruku, obteve-se a divisão (Quadro 5).

Quadro 5 – Divisão do trabalho de mulheres e homens Mundurukú no Brasil, 1959.

TRABALHOS	
do homem	da mulher
1. Escolher a terra e o terreno	—
2. Determinar o tamanho e a forma	—
3. Brocar	—
4. Derrubar a mata	—
5. Queimar a derruba	—
6. Encoivarar	—
7. Queimar a coivara	—
8. Plantar: abrir a cova	Plantar: enterrar os talos de maniva
9. —	Capinar a roça
10. —	Fazer a segunda limpeza da roça
11. —	Colhêr: arrancar a mandioca, desmanchar o roçado.

Fonte: Ilustração obtida em Frikel (1959, p. 20).

A mulher tem direito ao alimento cultivado desde a plantação até a colheita, que é de sua responsabilidade e posse, “[...] em compensação pelo preparo da roça, feito pelo homem ou marido, ele pode comer da plantação dela” (Frikel, 1959, p. 23). Mas para garantir que cada um tenha sua propriedade individual¹², existe o direito de compensação mútua, absolutamente necessário para ambos, “[...] o que faria o homem com a derruba sem poder plantar, o que é do direito da mulher? Sem o trabalho prévio do homem, ela só poderia plantar em quantidades pequenas” (Frikel, 1959, p. 23). Em ambos os casos os resultados seriam reduzidos e poderiam afetar a sobrevivência da família, daí a relevância do direito e dever da compensação mútua. Mesmo após a invasão portuguesa, a estrutura social se manteve, embora a alimentação dos indígenas tenha se modificado após o contato com os europeus, deixando de ser diversificada para ter uma base de tubérculos e farinha.

A importância da pesquisa sobre referências não patriarcais para compreender a expansão da agricultura consiste em refletir que não existe somente uma história da agricultura, escrita por homens e para homens. Culturas, comunidades ou organizações sociais diferentes apresentam formas distintas de apropriação de técnicas agrícolas por mulheres e homens. Além disso, entender a potencialidade das civilizações matrilineares e da comunidade indígena Munduruku no que tange às relações de gênero é relevante na compreensão de que o trabalho de mulheres e homens, conjuntamente, é fundamental para a construção social justa e com equidade de direitos.

As mulheres que praticam a agricultura normalmente são associadas às relações que estas estabelecem com o campo. No entanto, elas também estão presentes no perímetro urbano, especialmente aquelas oriundas do espaço rural que mantêm a tradição de cultivar alimentos em hortas, além das plantas medicinais e frutíferas nos seus quintais. A proposta sugerida para as discussões que se seguem é refletir como a agricultura urbana se insere no processo de ocupação dos territórios pelas mulheres, que fortalecem os vínculos com o este espaço e passam a garantir a manutenção econômica e social das famílias.

3.2. Relações de gênero e territorialidade

Até o século XIII na Europa, segundo Nascimento (1976), as mulheres realizavam trabalhos singulares, principalmente as monjas, a fim de garantir a continuidade da comunidade monástica, onde exerciam autonomia sobre seus próprios bens. Elas efetivaram

¹² “Em todos os setores da vida tribal, os trabalhos pertinentes a cada sexo são determinados por esses princípios tradicionais. Deles decorre o conceito de propriedade individual” (Frikel, 1959, p. 19).

transações que garantiram a obtenção de verdadeiras unidades de produção agrícola, ao realizarem estas transações,

[...] dedicaram especial atenção à aquisição das chamadas herdades, verdadeiras unidades de produção que, devido à sua diversidade, permitiam um melhor desempenho econômico, observa-se uma clara preferência pelas terras cerealeiras, de pasto, vinhas e casas (Nascimento, M., 1976, p. 88).

Quanto às mulheres do povo, camponesas ou cidadinas, os documentos históricos levam a inferir que havia “[...] uma situação de autonomia semelhante à das grandes damas e monjas: assim é que exerciam funções como professora, médica, boticária, tintureira, copista, entre outras” (Marcondes; Toledo, 2001, p. 27). Evidencia-se que as mulheres exerciam suas funções com relevante independência, tanto no perímetro urbano como no rural.

No período medieval, “[...] o trabalho fazia parte da vida das famílias, pois não se separava o lugar onde as pessoas moravam do lugar do ócio e dos atos sociais dessas pessoas” (Alves, A., 2013, p. 274). A posição das mulheres, na sociedade de base patriarcal, não representava uma realidade estática, visto que suas relações sociais estavam permeadas por lutas e por mudanças. Conforme Federici (2004, p. 40),

[...] na aldeia feudal, não existia uma separação social entre a produção de bens e a reprodução da força de trabalho: todo o trabalho contribuía para o sustento familiar. As mulheres trabalhavam nos campos, além de criar os filhos, cozinhar, lavar, fiar e manter a horta; suas atividades domésticas não eram desvalorizadas e não supunham relações sociais diferentes das dos homens, tal como ocorreria em breve na economia monetária, quando o trabalho doméstico deixou de ser visto como um verdadeiro trabalho.

No fim do século XIII, as mulheres foram excluídas da vida intelectual e eclesiástica. Anteriormente, foram importantes na Igreja Católica, como as doutoras da Igreja, mas no final da Idade Média foram eliminadas e perseguidas, como afirmam Ibarra e Bertoni (2016, p. 149)

[...] cuando los poderosos de la fé perseguieron y mataron a varones e mujeres que demonstraban algún tipo de sabiduria que se opusiese a los preceptos doctinários, además com elucubraciones teológicas se justificó la condicion de inferioridade feminina manteniendo a la mujer em la portadora del origen de todos los pecados.

As mulheres foram consideradas pessoas de nível inferior e não poderiam exercer ou opinar nos espaços públicos, devendo ser submissas aos homens, a quem deviam respeito, tendo em vista que estes eram considerados superiores. Radl-Philipp e Radl (2017, p. 19) ressaltam que, no século XVI, “[...] en su discurso del método, que este fue escrito para dirigir bien la razón y buscar la verdade em la Ciencia”. As autoras asseveram que, nesse contexto,

no conhecimento científico moderno, vai sendo introduzida uma visão de mundo na qual o homem se converte no protagonista da construção do conhecimento. Enquanto isso, as mulheres “[...] cuyo cometido viene definido por su destino biológico, proveniente de su naturaleza biológica que supuestamente no contempla el acceso al conocimiento racional” (Radl-Philipp; Radl, 2017, p. 20). Ao não acessarem o conhecimento, perderam as funções públicas e vínculos políticos e foram confinadas ao trabalho e cuidados domésticos e educação dos filhos.

Para Segato (2012), os vínculos exclusivos entre as mulheres, “[...] que orientavam para a reciprocidade e a colaboração solidária, tanto nos rituais como nas tarefas produtivas e reprodutivas, veem-se dilacerados no processo do encapsulamento da domesticidade como vida privada” (Segato, 2012, p. 121). Essas alterações implicam na invisibilidade de quem habita o espaço doméstico, uma redução do seu valor e de sua atuação política, ou seja, de sua capacidade de participação em decisões que afetam toda a coletividade.

A ruptura entre as mulheres e seus vínculos de participação em decisões coletivas repercutiu na quase nula participação política e social, o que propiciou a sua vulnerabilidade e a violência masculina. Siliprandi aponta que, do fim do período medieval e no início do Renascimento, “[...] conhece-se registros de escritos feitos por mulheres, nos quais expressavam o seu descontentamento para com a forma degradante como eram tratadas – eram os ‘memoriais de agravos’” (Siliprandi, 2009, p. 41). Estes documentos expressavam suas insatisfações, não que elas já não exercessem estes trabalhos domésticos a que tinham sido confinadas, mas passaram a não exercer outros trabalhos e ter estes tomados ao patamar da invisibilidade.

No século XVI, na Europa, a casa e seus arredores ocupavam uma posição primordial das terras comunais. Federici afirma que a função social das terras comunais era especialmente importante porque esses espaços eram “[...] o centro da vida social das mulheres, o lugar onde se reuniam, trocavam notícias, recebiam conselhos e podiam formar um ponto de vista próprio – autônomo da perspectiva masculina” (2017, p. 138), onde exerciam suas territorialidades, suas experiências vividas cotidianamente no território. O argumento utilizado para o fim das terras comunais, que permaneceu até o século XVIII, era estimular a eficiência agrícola nas terras privadas, que culminou na inserção de técnicas e máquinas produzidas nas indústrias para mecanizar a agricultura (Federici, 2017).

Além da exclusão ao acesso à terra, com os cercamentos¹³ e a instituição da propriedade privada, as mulheres enfrentaram redução em suas relações sociais. Federici aponta que, além da erosão aos “[...] direitos “tradicionais” das mulheres em relação à sua participação em sistemas de terras comunais e como cultivadoras, colonizadoras e agricultoras independentes deste tipo introduziram novas divisões entre homens e mulheres”¹⁴ (Federici, 2017, p. 227). Essa nova divisão do trabalho se baseou na subordinação das mulheres aos homens.

A divisão sexual do trabalho, “[...] mediada por situações historicamente dadas entre pessoas de sexo oposto, fundamenta-se na ideia da relação antagônica entre homens e mulheres, mas também nas relações de exploração que sofrem os sexos” (Alves, A., 2013, p. 274), que, associadas às relações sociais de gênero, atribui papéis diferenciados a mulheres e homens.

Paulilo (2004, p. 234) afirma que as mulheres foram excluídas, ao longo do tempo, de várias formas de direitos de longa data, entre os direitos excluídos, está a negação à terra que, “[...] embora esse padrão comporte variações, podemos dizer com segurança que são principalmente os filhos homens que herdaram a terra. O acesso das mulheres a esse bem se faz pelo casamento”. Não ter acesso à terra implica também em não ter acesso ao território de cultivo dos alimentos. Até meados do século XIX, “o consumo de frutas e legumes era essencialmente limitado às produções locais, e o calendário da cozinheira era calcado no da cultivadora da horta” (Montanari, 1998, p. 562), trabalho exercido pelas mulheres.

Essas evidências do trabalho das mulheres levam à discussão sobre a construção do território que “[...] projeta no espaço um trabalho, isto é, energia e informação, adaptando as condições dadas às necessidades de uma comunidade ou de uma sociedade” (Raffestin, 2009, p. 26). Em consonância com as discussões do autor, esses trabalhos realizados pelas mulheres que praticam a agricultura, associados ao cultivo e comercialização de alimentos, confere a estes espaços a categoria de territórios. Almeida (2008, p. 318) corrobora com as discussões anteriores ao ressaltar que o “[...] território traduz um modo de recorte e de controle do espaço, garantindo sua especificidade, e serve como instrumento ou argumento para a permanência e a reprodução dos grupos humanos que o ocupam”.

Logo, para compreender o território, faz-se necessário refletir sobre a multidimensionalidade que perpassa pela afetividade, pela cultura e pelas relações intrínsecas

¹³ “[...] termo técnico que indicava o conjunto de estratégias usadas pelos lordes ingleses e pelos fazendeiros ricos para eliminar o uso comum da terra e expandir suas propriedades” (Federici, 2017, p. 133).

¹⁴ “[...] derechos «tradicionales» de las mujeres en relación con su participación en los sistemas de tierras comunales y como cultivadoras independientes, los colonizadores y los granjeros de este tipo introdujeron nuevas divisiones entre hombres y mujeres” (Federici, 2017, p. 227).

de gênero e de poder. Scheffler (2018) destaca que gênero é uma categoria de análise que permite o entendimento de como a sociedade organiza os modos de ser, os comportamentos, como define pertencimentos, diferenças, desigualdades, e como expressa relações de poder. As relações de gênero referem-se à compreensão da dimensão territorial na perspectiva social e estão atreladas à constituição de valores. Para Pessôa (2020, p. 153), “[...] os estudos de gênero influenciaram os movimentos rurais, os quais foram, aos poucos, incorporando essa categoria para pensar suas práticas, ou seja, foram percebendo a necessidade de incorporar a luta feminista dentro da luta pela terra”. Dessa forma, muitas mulheres passaram a buscar conhecimento sobre o tema para fundamentar suas lutas.

A feminista inglesa Mc Dowell aborda sobre a importância da discussão de gênero na ciência geográfica e destaca que, “[...] em primeiro lugar, o termo “gênero” é usado em oposição ao termo “sexo”. Enquanto este último expressa diferenças biológicas, o primeiro descreve características socialmente construídas.”¹⁵ (Mc Dowell, 2000, p. 29).

Mc Dowell destaca a necessidade da análise de gênero sob o aspecto das relações sociais juntamente com o significado simbólico. Ela afirma que “[...]devemos levar em conta que as performances sociais, incluindo uma ampla gama de interações em múltiplos lugares e situações, e as diferentes maneiras de pensar e representar o lugar e o gênero, se relacionam entre si e se criam mutuamente”¹⁶ (Mc Dowell, 2000, p. 20). As relações sociais de gênero estão presentes no cotidiano, vinculadas a diversas tarefas materiais e simbólicas que influenciam a configuração de territorialidades.

Segundo Godoi, a “[...] a territorialidade ou territorialidades não é algo que se possa entender sem estudar processos, isto é, é preciso ser contextualizada em relação ao momento histórico em questão, ao contexto físico onde ocorre e aos atores sociais envolvidos” (Godoi, 2014, p. 11). Tal discussão está sintonizada com a abordagem de Raffestin (1993) quando sustenta que as territorialidades podem ser definidas como um conjunto de relações que envolve a sociedade, o tempo e o espaço.

Um dos principais objetivos das lutas feministas tem sido mudar as relações sociais de poder imbricadas no gênero, pois “[...] como as desigualdades de gênero penetram em todas as esferas da vida, as estratégias feministas envolvem um enfrentamento da posição subordinada das mulheres tanto dentro das instituições do estado como da sociedade civil”

¹⁵ “En primer lugar, el término ‘género’ se utiliza en oposición al término ‘sexo’. Mientras que el segundo expresa las diferencias biológicas, el primero describe las características socialmente construídas” (Mc Dowell, 2000, p. 29).

¹⁶ “[...] debemos tener en cuenta que las actuaciones sociales, entre ellas un amplio espectro de interacciones en múltiples lugares y situaciones, y las distintas formas de pensar y representar el lugar y el género se relacionan entre sí y se crean unas a otras” (Mc Dowell, 2000, p. 20)

(Brah, 2006, p. 342). Isso exige uma análise dos microterritórios vividos que são constituídos por relações familiares e relações sociais dentro dos espaços, que são públicos ou privados, daí sua complexidade.

É relevante ressaltar que, na perspectiva de análise das relações sociais de gênero envolvendo as territorialidades, como estas se conectam ao que se vive cotidianamente, é importante levar em consideração onde se desenvolvem (Saquet, 2007). Trata-se da apropriação material e simbólica do espaço para a constituição do território.

Para Godoi e Aguiar (2018, p. 4), quando falamos na territorialidade enquanto processo de construção de um território, “[...] o aspecto processual merece destaque, pois confere ao território um caráter plástico, isto é, em permanente conformação, não se refere, pois, a uma construção definitivamente acabada”. Para uma melhor compreensão sobre as mulheres que praticam a agricultura, nesta pesquisa como essenciais no cultivo de alimentos, discutiremos no próximo tópico sobre o reconhecimento dessas mulheres na agricultura.

3.3. Reconhecimento das mulheres na agricultura

Herrera destaca que “[...] as mulheres, e também os jovens, idosos e crianças, são temas de análises somente a partir de 1970, sendo considerados, apenas marginalmente, como integrantes do núcleo doméstico” (Herrera, 2019, p. 85). As mulheres eram estudadas tanto em produções sobre o meio rural como em produções feministas sob a perspectiva de integrar a comunidade e a família, mas não como foco principal de estudo. Com a possibilidade de um trabalho assalariado, as mulheres deixavam o trabalho agrícola da família para realizarem uma atividade remunerada:

[...] apesar das mulheres não terem sido consideradas, até então, sujeitos centrais na produção agrícola, não estavam, no entanto, circunscritas apenas ao âmbito doméstico. Ao atuarem na produção para subsistência detinham competências suficientes para assumir uma atividade agrícola remunerada (Herrera, 2019, p. 86).

As mulheres que trabalhavam no território rural e compartilhavam seus espaços de produção com a família, desempenhavam funções dinâmicas tanto na agricultura como no espaço doméstico. Carneiro destaca que as regras de transmissão do patrimônio familiar, “[...] em particular a terra, entre agricultores familiares, levando-se em conta as diferenças entre os gêneros, exige que se reconheçam os distintos papéis reservados a homens e mulheres na dinâmica de reprodução social” (Carneiro, 2001, p. 22), acrescentando que as formas de

transmissão do patrimônio mudam de acordo com o contexto histórico, econômico, geográfico e institucional.

Além de terem direito restrito à herança da terra, as mulheres tiveram que enfrentar as mudanças ocorridas na esfera da modernização das técnicas produtivas agrícolas, que obrigaram a uma reorganização familiar urbana, “[...] a ampliação da fronteira agrícola refletiu e reflete na concentração fundiária e no êxodo rural, acelerando o processo de urbanização” (Menezes; Almeida, 2020, p. 237). Para Brumer (2004), a seletividade no processo de expulsão da população do campo para as cidades por idade e sexo pode ser explicada por três fatores:

[...] pelas tradições culturais que priorizam os homens às mulheres na execução dos trabalhos agropecuários mais especializados, tecnificados e mecanizados, na chefia do estabelecimento e na comercialização dos produtos; pelas oportunidades de trabalho parcial ou de empregos fora da agricultura para a população residente no meio rural; e pela exclusão das mulheres na herança da terra (Brumer, 2004, p. 210).

A sociedade patriarcal enfatiza em seus discursos o despreparo das mulheres para exercer determinadas atividades nos trabalhos que envolvem cargos de coordenação e no envolvimento no manuseio de máquinas ou técnicas modernas, sobretudo quando devem ser conduzidas pelos homens, “[...] es necesario comprender que la dominación patriarcal comparte su fundamento ideológico con el racismo, el sexismo y el capitalismo, así como con otras formas estructurales de opresión.”¹⁷ (Seibert, *et al.*, 2019, p. 48).

No que se refere às tradições culturais que priorizam os homens, Paulilo (2004) afirma que “[...] há desvalorização das múltiplas tarefas femininas nas estatísticas oficiais – daí a expressão ‘trabalho invisível’ – que é um reflexo da desvalorização que perpassa toda a sociedade e suas principais instituições, incluindo a família” (Paulilo, 2004, p. 234). No ambiente familiar, “[...] dá-se a primeira forma de educação e de socialização de gênero, quando começamos a aprender os diferentes papéis e as diferentes tarefas estabelecidas para meninos e meninas” (Bertoni; Menezes, 2017, p. 105). Neste processo da educação, é comum que ocorra a manutenção da invisibilidade feminina quando são impostas às mulheres (meninas) a obrigação dos afazeres domésticos em relação aos homens (meninos), que são resguardados destes trabalhos, tanto pela postura da mãe quanto pela figura paterna. Além

¹⁷ “[...] es necesario comprender que la dominación patriarcal comparte su fundamento ideológico con el racismo, el sexismo y el capitalismo, así como con otras formas estructurales de opresión” (Seibert, *et al.*, 2019, p. 48).

disso, Carrera (2020) afirma que a educação sexista reproduz a forma como cada gênero deve se comportar, negando a sexualidade das meninas e estimulando a dos meninos.

A reflexão sobre a função da família encontra respaldo também na leitura da dominação masculina discutida por Bourdieu (2012), que afirma: “[...] é na família que se impõe a experiência precoce da divisão sexual do trabalho e da representação legítima dessa divisão, garantida pelo direito e inscrita na linguagem” (Bourdieu, 2012, p. 103). Não se pode negar a importância da mulher na manutenção econômica e social da família; contudo, é preciso uma visão crítica sobre essas atividades entendidas como reprodutivas à medida em que é à família que cabe o papel principal na reprodução da dominação e da visão masculina imposta socialmente, especialmente quando reforçada pela linguagem.

Nos trabalhos e pesquisas que não envolvem a agricultura, é possível compreender que as mulheres desempenhavam a missão de responsáveis pela casa e pelos filhos, o lar se tornou seu território, chegando ao ponto de a sociedade passar a admitir seu afastamento dos trabalhos domésticos e com os filhos somente em extrema necessidade financeira (Paulilo, 2004). É importante lembrar, como afirma Joshi, que “[...] as experiências vividas por pessoas dos diferentes gêneros são impactadas ainda por questões de raça, classe, etnia, deficiências e outros fatores constituintes de suas identidades”¹⁸ (Joshi, *et al.*, 2020, p. 3). O trabalho feminino é condição fundamental para a manutenção econômica e social da família, sobretudo no que tange ao reconhecimento das atividades não remuneradas exercidas pelas mulheres, pois, sem renda, elas tornam-se dependentes dos companheiros que, nas sociedades patriarcais, são quem detém o controle econômico da família.

Apesar das mudanças nas relações de gênero e da inserção cada vez maior da mulher no mercado de trabalho, no espaço rural a falta de reconhecimento e de valorização do trabalho por elas realizado e a dificuldade de se inserirem em atividades que geram renda e contribuem para que as mulheres continuem sem independência financeira (Mesquita, 2019, p. 199).

O reconhecimento da igualdade de direitos garantida na Constituição Federal do Brasil de 1988 aponta que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, o que contribuiu sobremaneira para reivindicações na saúde e nas relações de trabalho das mulheres. Segundo Brumer (2002, p. 52),

[...] a inclusão das mulheres rurais trabalhadoras ocorreu tarde, principalmente porque, para poder receber os benefícios da previdência social deviam, antes de mais nada, ser reconhecidas como trabalhadoras

¹⁸ “[...]the lived experiences of people of different genders are impacted by intersections of race, class, ethnicity, ability, and other factors constituting their identities” (Joshi, *et al.*, 2020, p. 3)

rurais. No início, consideradas como ‘dependentes’, seja dos pais ou dos maridos, passam paulatinamente a serem vistas como ‘autônomas’, portadoras de direitos individuais, o que lhes permite serem incorporadas como beneficiárias da previdência social.

O reconhecimento e a valorização do trabalho exercido pelas mulheres promovem a autonomia delas e podem garantir o equilíbrio na manutenção econômica da família. Somente no Censo Agropecuário de 2006, “[...] o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pela primeira vez, incluiu a variável sexo na caracterização dos produtores responsáveis pelos estabelecimentos, assim como adotou o conceito de “agricultura familiar” (Nobre, 2012, p. 44). Nas discussões sobre gênero, I Serra e Ferré apontam,

[...] a diferença na análise da divisão do trabalho na família e na sociedade rural leva à explicação da desigualdade e, portanto, à consideração das relações de gênero como centrais para analisar a distribuição e o exercício do poder nas unidades familiares, nas instituições e na comunidade rural em geral¹⁹ (I Serra; Ferré, 2006, p. 10).

É importante observar que há uma sobreposição dos territórios de produção e reprodução quando homens e mulheres não se deslocam de casa para trabalhar em outros espaços, “[...] dependendo da natureza da atividade, as mulheres tampouco se deslocam do espaço doméstico para realizar as atividades produtivas” (Herrera, 2019, p. 60). As atividades desenvolvidas cotidianamente vão se naturalizando ao ponto de passarem a ser consideradas como ajuda, “[...] ao subtrair do sexo feminino o valor do seu trabalho de forma quase exclusiva, restando os espaços do lar ou suas cercanias, a atividade feminina é considerada geralmente como uma ajuda” (Menezes; Almeida, 2020, p. 248). As atividades domésticas não são contabilizadas socialmente como trabalho e, embora contraditório, algumas mulheres também não conseguem reconhecer o valor das tarefas realizadas, e utilizam seu tempo em atividades voltadas à família:

[...] este tempo é retirado do lazer, cuidado pessoal e ócio por parte das mulheres. As atividades domésticas são consideradas trabalho e, sendo assim, há um excedente de horas de trabalho feminino em relação ao masculino. Enquanto as mulheres trabalham dedicadas à casa e família cerca de vinte e nove horas por semana, os homens dedicam-se cerca de oito horas semanais (Silva, *et al.* 2015, p. 197).

¹⁹ “[...] la diferencia en los análisis de la división del trabajo dentro de la familia y de la sociedad rural lleva a la explicación de la desigualdad y con ello a considerar las relaciones de género como centrales para analizar la distribución y el ejercicio de poder en las unidades familiares, las instituciones y la comunidad rural en general” (I Serra; Ferré, 2006, p. 10).

Para Federici (2017), o trabalho doméstico é mais que a limpeza da casa, cuidar da alimentação e proporcionar um ambiente adequado à família, ele implica em permitir condições educacionais, físicas e emocionais para que os filhos, futuros trabalhadores, possam exercer funções sociais:

[...] porque assim que levantamos os olhos das meias que recomendamos e das refeições que preparamos, percebemos que, embora isso não se traduza em salário para nós, produzimos nada mais e nada menos que o produto mais precioso que pode aparecer no mercado capitalista: força de trabalho. ²⁰ (Federici, 2017, p. 55).

As mulheres são responsáveis pela produção da força de trabalho, responsáveis pela formação de mulheres e de homens que serão os futuros trabalhadores, e não são reconhecidas socialmente e tampouco no ambiente familiar. Segundo Siliprandi (2013), a invisibilidade do trabalho doméstico e das tarefas relacionadas ao cuidado com a reprodução familiar reforça o não reconhecimento das mulheres como agentes econômicos com lugar específico dentro do capitalismo.

Com relação às mulheres que praticam a agricultura no meio rural, mesmo sabendo que seriam preteridas na partilha da terra familiar e só poderiam ter acesso a ela se casando, muitas mulheres permaneciam no campo, outras buscavam trabalho no meio rural e de um modo geral, até para recusar uma situação semelhante à de suas mães, as mulheres investiam em educação, até mais do que os homens, “[...] com vistas a uma possível migração para a zona urbana” (Brumer, 2004, p. 219). A migração para o urbano se configura como uma ruptura com seu território de vivência, com o modo com que essas mulheres ocupavam e experienciavam esses territórios desde sua lida diária com a terra até a sua alimentação.

O que nos leva a refletir sobre como a migração das mulheres do campo pode afetar a manutenção da família nas áreas urbanas, pois “[...] elas passam a participar menos do processo de decisão sobre o que a família vai consumir, uma vez que os alimentos passam a ser comprados e cada vez mais industrializados” (De Paula, F., 2020, p. 399). Quando a família passa a ter acesso a produtos industrializados, a escolha sobre a alimentação passa a ser mais desafiadora, por esse motivo, no processo de intensificação da urbanização, as práticas destinadas à agricultura urbana tornam-se fundamentais para garantir o acesso a alimentos nutritivos e saudáveis.

²⁰ “[...] porque tan pronto como levantamos la mirada de los calcetines que recomendamos y de las comidas que preparamos, observamos que, aunque no se traduce en un salario para nosotras, producimos ni más ni menos que el producto más precioso que puede aparecer en el mercado capitalista: la fuerza de trabajo” (Federici, 2017, p. 55).

Os saberes das mulheres que foram compelidas a sair de suas terras rurais para o urbano incluem os conhecimentos transmitidos por gerações, hábitos alimentares e fazeres relacionados com a sociabilidade. Aquelas que carregam os saberes ancestrais das práticas agrícolas desempenhadas por suas mães, avós ou bisavós passam pelos desafios de garantir às suas famílias alimentos saudáveis, por não terem mais seus territórios de cultivo. Segundo Andrews (*et al.*, 2019), as mulheres

[...] estão alimentando o mundo como coletoras, produtoras e cuidadoras de homens, famílias e comunidades. Mulheres em todo o mundo assumem o peso do trabalho social reprodutivo em ambientes urbanos e rurais, mesmo quando estão em movimento, gastando até 10 horas por dia nessa tarefa²¹ (Andrews, *et al.*, 2019, p. 9).

O acesso ao trabalho terceirizado e/ou não qualificado e a ocupação à margem dos centros urbanos refletem as desigualdades sociais e econômicas, além disso, “[...] a desigualdade de gênero, a falta de reconhecimento e a dificuldade de acesso aos direitos sociais são vividas não só na área rural e em populações excluídas, mas também nas cidades” (Rosi; Mandelli, 2015, p. 142) e, no Brasil, ao longo dos anos, se intensificou a presença dos trabalhadores rurais nas cidades.

Essa perda que acompanhou as populações tradicionais expulsas do campo dizem respeito não só ao território em sua materialidade, fonte de manutenção da família, mas às suas territorialidades, ao cotidiano, às relações, aos costumes e aos hábitos alimentares vivenciados nesse território, pois as “[...] famílias de trabalhadores nas metrópoles, diante da cidade que tudo lhes nega, tramam processos, traçam novos caminhos, reinventam caminhos, fazem da agricultura um modo de vida” (Moreira, 2008, p. 243), daí se percebem as permanências.

Com o processo de expulsão do campo, as famílias passam a se estabelecer na periferia das grandes cidades, e a agricultura urbana se destaca “[...] como uma das possibilidades para amenizar alguns dos muitos problemas das cidades, principalmente aqueles relacionados à alimentação, saúde, meio ambiente e geração de renda”²² (Ribeiro, S., 2015, p. 73). Consequentemente, o cultivo da agricultura se expande tanto como forma de obtenção de alimentos quanto como possibilidade de ocupação e renda familiar:

²¹ “[...] están alimentando al mundo como buscadoras de alimentos, productoras y alimentadoras de hombres, familias y comunidades. Las mujeres en todo el mundo asumen la mayor parte de la carga del trabajo social reproductivo tanto en contextos urbanos como rurales, incluso cuando son itinerantes, invirtiendo hasta 10 horas al día en esta función” (Andrews, *et al.*, 2019, p. 9).

²² “[...] como una de las posibilidades para amenizar algunos de los tantos problemas de las ciudades, especialmente los relacionados a la alimentación, salud, medio ambiente y generación de renta

[...] a agricultura urbana, em comparação com a agricultura eminentemente rural, destaca-se como alternativa para as populações que, muitas vezes são provenientes da zona rural e que, pela sua trajetória de vida, estabelecem formas de ocupação do solo e de organização socioeconômica fundamentadas na prática da produção de alimentos (Franz; Pinto; Salamoni, 2011, p. 122).

Nesse sentido, torna-se imprescindível analisar esses espaços apropriados pelas agricultoras urbanas como territórios de pertencimento, já que também muitas vezes as mulheres exercem sozinhas a função de provedoras. Elas são responsáveis por tarefas ligadas ao desenvolvimento e manutenção dos cultivos, ocupações que incluem a preparação da terra, o plantio, a colheita, a seleção e a guarda de sementes, além da comercialização dos alimentos; contudo, “[...] seu trabalho é visto como uma extensão das suas tarefas domésticas e está integrado à rotina diária” (Oakley, 2004, p. 39), principalmente quando é comum o envolvimento da família na execução das tarefas de cultivo.

As mulheres e suas famílias com os saberes e fazeres trazidos do campo encontram-se com outro estilo de vida na cidade, após vivenciarem e sofrerem com migração forçada para os centros urbanos, uma vez que viviam do trabalho na terra, passaram pelo processo de desterritorialização e reterritorialização²³. Trabalhadores, mulheres e homens que tinham em seus territórios o sustento das suas famílias têm que lidar com a readaptação nas cidades. Para tanto, alguns passam a cultivar nos espaços possíveis dentro da cidade; à vista disto, as reflexões sobre a agricultura urbana serão abordadas a seguir.

3.4 Agricultura Urbana: um breve panorama

Apesar do distanciamento estabelecido entre o rural e o urbano, movimentos de resistência presentes nas cidades transformam espaços urbanos em locais de cultivo de alimentos. No caso do Brasil, as hortas urbanas foram originalmente incentivadas pelo governo, fazendo parte da política nacional de redução da pobreza e garantia de segurança alimentar (Branco; Alcântara, 2011). O município de Curitiba, por exemplo, foi palco de movimentos ativistas de agricultoras e agricultores urbanos, que levaram à criação da Lei da Agricultura Urbana de Curitiba em 2018 (IPPUC, 2025).

A agricultura urbana é uma prática que remonta à formação dos primeiros agrupamentos humanos e das primeiras cidades e “[...] está relacionado às práticas de

²³ “[...] mais do que a desterritorialização desenraizadora, manifesta-se um processo de reterritorialização espacialmente descontínuo e extremamente complexo” (Haesbaert, 1994:214).

jardinagem nas cidades, com plantios agroflorestais de espécies arbóreas frutíferas e não frutíferas, flores, hortaliças, legumes e plantas medicinais” (Corrêa, *et al.* 2020, p. 3). As diferentes formas de cultivo e prática da agricultura urbana podem ser compreendidas como uma outra forma de ocupar a cidade, “[...] com saberes específicos de uma outra ciência pertencente a uma pluralidade de saberes. A manifestação desses saberes também é uma forma de resistência e sobrevivência dessas técnicas que não devem ser vistas como excludentes em si, mas coexistentes” (Ribeiro, J., 2019, p. 9). Esses saberes referem-se às práticas agrícolas empregadas não em grande escala, mas em pequenos espaços.

A definição de agricultura urbana passa por caracterizações distintas que têm como objetivo reconhecê-la como diferente da agricultura praticada em áreas especificamente rurais, principalmente no que se refere a políticas públicas. Um dos precursores na definição da agricultura urbana é Mougeot, que defende o uso cauteloso do termo para que não perca sua funcionalidade. Para o autor, a principal característica que distingue a agricultura rural da urbana “[...] não é a localização, e sim o fato de que ela está integrada e interage com o ecossistema urbano” (Mougeot, 2000, p. 11).

Essa integração com o sistema urbano está relacionada a três fatores: a complementariedade com a agricultura rural, pois a agricultura urbana não suprime os alimentos cultivados no campo, ou seja, não é uma substituição ou concorrência com os cultivos ou produções rurais. O segundo fator é a intensidade de cultivo proporcional ao tamanho da cidade, atendendo às demandas da comunidade adaptada aos territórios que podem ser ocupados para o plantio, este fator enfatiza que se deve ter assertividade nas formas em escolhas por cultivos que tenham um ciclo de colheita mais rápido, e que sejam diversificados. O terceiro fator refere-se à coesão, ou seja, a conexão física com o sistema urbano de forma que haja funcionalidade no acesso e mobilidade.

Para definir de uma forma objetiva, a agricultura urbana e a agricultura periurbana “[...] estão nos limites de um mesmo município e podem ser entendidas como dinâmicas complementares, capazes de compor um mosaico em que diferentes benefícios são proporcionados à cidade e aos seus habitantes” (Coelho, A., *et al.*, 2022, p. 10). Para identificar a presença da agricultura urbana em uma cidade, Ribeiro (2019) destacou alguns critérios que levam em conta o objetivo, a localização, a forma de organização, o tipo de produção, os mercados de comercialização, as propriedades e a função. Estes critérios foram adaptados segundo as variáveis que se destacam nesta pesquisa, apresentados na Figura 8.

Figura 8 – Critérios de Identificação da Agricultura Urbana e Periurbana, 2022.



Fonte: Adaptado de Ribeiro, 2019. (Elaborado pela autora, 2022).

Por meio da agricultura urbana, a sociedade em geral, o poder público e privado, além de instituições vinculadas à pesquisa e organizações não-governamentais são compelidas a pensar novas posturas diante da cidade, “[...] quando grupos urbanos passam a integrar a luta para destinar áreas intraurbanas ao cultivo de alimentos e à criação de animais, está introduzida uma nova leitura espacial” (Nagib, 2020, p. 74). Tal fato caracteriza uma postura diferente frente à concepção de demarcação e segmentação sobre o que é urbano e o que é rural. Contudo, é relevante destacar que:

[...] a origem rural não indica necessariamente uma vivência de realização através do trabalho na terra, mesmo que esse seja um praticante de agricultura urbana, e nem mesmo que é um determinante para despertar o gosto pelo manejo da terra. Há indivíduos originalmente urbanos que primam pela prática de agricultura urbana (Coutinho; Costa, 2011, p. 87).

O cultivo de alimentos se intensificou com diferentes objetivos para atender uma demanda individual e também coletiva, “[...] a cidade, portanto, pode ser penetrada pelo campo, não seria pertinente definir, a este respeito, uma separação absoluta” (Le Goff, 1998, p. 33). As características desse cultivo vão desde a prioridade em ressignificar o ambiente, pela necessidade de consumo ou comercialização e também como significado cultural.

Segundo documento da FAO (Food and Agriculture Organization, 2002), a Agricultura Urbana (AU) refere-se “[...] à localização dos espaços dentro e ao redor das cidades. A área intraurbana refere-se a todos os espaços dentro das cidades que podem ter algum tipo de atividade agrícola” (Machado; Machado 2002, p. 11-12). Essas áreas podem ser individuais ou coletivas ou ainda públicas, como terrenos baldios, praças ou parques, “[...] práticas como a agricultura urbana são voltadas a necessidades de diversos segmentos e setores urbanos que vão desde a alimentação até o aproveitamento de lugares com natureza” (Wandscheer; Medeiros, 2017, p. 31), e também vão contribuir com diferentes dimensões desde a social, econômica e ambiental.

No documento geral final intitulado “Panorama da Agricultura Urbana e Periurbana no Brasil e Diretrizes Políticas para sua promoção” (2007), a FAO apresenta uma definição que engloba o termo multidimensional ao conceito de Agricultura Urbana que, por definição, inclui a “[...] produção, a transformação e a prestação de serviços para gerar produtos agrícolas ou pecuários voltados ao autoconsumo, trocas e doações ou comercialização, (re) aproveitando-se, de forma eficiente e sustentável, os recursos e insumos locais” (Santandreu; Lovo, 2007, p. 11). O documento evidencia que a agricultura urbana deve-se pautar no respeito aos saberes, conhecimentos locais e equidade de gênero, o que reforça a importância para as mulheres que a praticam.

O desenvolvimento da agricultura urbana no Brasil se deve principalmente à migração da população rural aos centros e periferias urbanas a partir da década de 1940, provocada pela modernização da agricultura. Segundo Mesquita (2021), essa população passa a cultivar alimentos como forma de suprir necessidades essenciais, num contexto de forte exclusão social, violência, pobreza e de condições habitacionais precárias. Para Santandreu e Lovo,

A AUP se pratica em todas as regiões do Brasil, sendo uma realidade que abarca uma grande diversidade de contextos apresentando uma ampla capacidade de expansão e muitas possibilidades de consolidar-se como uma atividade permanente e multifuncional na escala local, melhoradora da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e produtora de trabalho, emprego e renda (Santandreu; Lovo, 2007, p. 3).

A agricultura urbana é uma prática social que se relaciona com várias outras dimensões da vida cotidiana e da própria existência, ou seja, está imbuída e articulada com a cultura em suas multifaces, com a alimentação, celebrações, festas (colheita, por exemplo) e crenças (Azevedo *et al.*; 2020). Os alimentos são cultivados observando o calendário, o período das chuvas, das secas e também das festas, como os festejos juninos, no caso do

Nordeste e da Bahia. O que remete às discussões elaboradas por Montanari (2008) acerca da relação entre comida e calendário.

Esses alimentos e comidas são elaborados, consumidos e comercializados nos circuitos curtos nas diferentes estações do ano. É o caso do milho, de algumas frutas e de hortaliças que dependem de temperatura e umidade específicas para serem cultivadas. As iniciativas de agricultura na cidade ampliam o acesso a alimentos frescos e saudáveis e geram oportunidade de trabalho e renda. Podem apresentar-se de diversas formas, como agricultura não alimentar voltada ao paisagismo, produção intensiva de médio e grande porte associada à criação de animais e agricultura familiar em espaços periurbanos; mas a forma mais comum é o cultivo de hortaliças e plantas medicinais²⁴ em hortas. Para Moura Costa e Almeida,

[...] para que sejam avaliadas as potencialidades que as práticas agrícolas urbanas representam é preciso ultrapassar tanto a cultura anti-urbana ainda prevalente no campo ambiental, como a concepção de que as atividades agrícolas nas cidades são meros resquícios de atividades rurais em vias de serem destruídas pelo avanço do tecido urbano e considerar que estas práticas são e devem ser parte do espaço urbano (Moura Costa; Almeida 2012, p. 14).

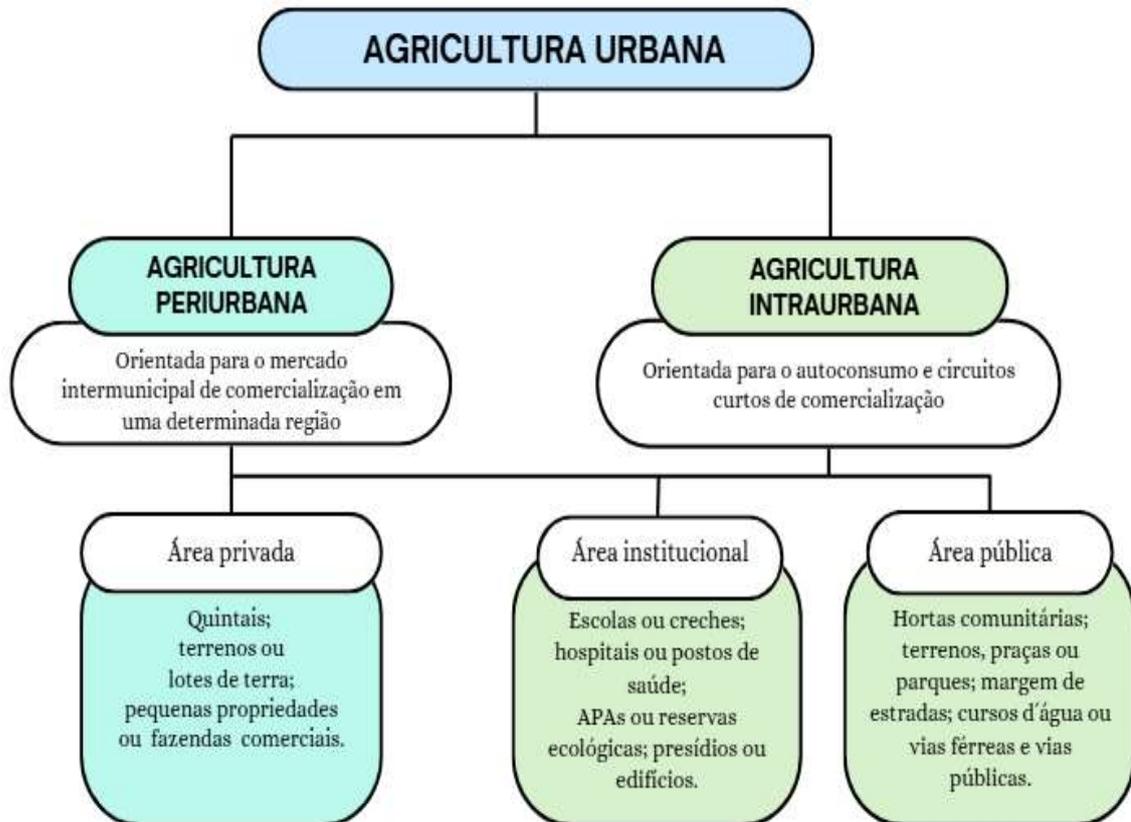
A cidade não corresponde somente ao urbano, ou campo é sinônimo de rural, “[...] o rural e o urbano expressam o modo de vida e os valores, enquanto o campo e a cidade correspondem à materialização desses modos de vida. Assim, os valores urbanos estão presentes no campo, assim como também encontramos os valores rurais na cidade” (Mondardo, 2008, p. 118). Para que as práticas agrícolas na cidade sejam vistas como parte do espaço urbano, Moura Costa e Almeida (2012) propõem mudanças culturais e epistemológicas mais abrangentes, tanto nas formas de análise dos resultados das pesquisas nestas áreas, quanto no arcabouço teórico-conceitual disponível para lidar com as mesmas. Na verdade, “[...] o mundo rural continua presente nas cidades, nas ruas e nos quintais, nas atividades dos carroceiros, prestando serviços a cidade, nas hortas e criações de animais na periferia, nas festas de padroeiro” (Locatel; Azevedo, 2010, p. 4).

O uso agrícola de espaços urbanos proporciona uma melhoria considerável ao ambiente local, seja pela diminuição da quantidade de resíduo sólido produzido, manutenção das áreas verdes, aumento da biodiversidade urbana, recuperação de áreas de risco ou embelezamento da cidade (Moura Costa; Almeida, *et al.*, 2012, p. 8), contribuindo consideravelmente para o desenvolvimento sustentável. As hortas ajudam a manter um espaço

²⁴ As plantas medicinais são conceituadas como toda e qualquer planta, cultivada ou não, utilizada com propósitos terapêuticos (Brasil, 2010).

de convivência social e o contato com a natureza e contribui para a saúde das pessoas. Os espaços de cultivo presentes nas cidades podem ser de diversos tipos. Para exemplificar os dados, observe a Figura 9.

Figura 9 - Atividades da Agricultura Urbana e Periurbana, 2022.



Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Destacar a diferença existente entre agriculturas urbanas e periurbanas é relevante pois estas apresentam integrações distintas com a cidade. A área chamada de periurbana “[...] é mais complexa quanto à definição de sua localização. Deve estar próxima à cidade, mas o limite pode variar dependendo do desenvolvimento da infraestrutura de estradas e dos custos de transporte” (Machado; Machado, 2002, p. 12). Na área periurbana, a agricultura é principalmente orientada para o mercado, muitas vezes com presença de agricultores profissionais, terceirização de trabalho e despesas com transportes.

Por se tratar de cultivos que normalmente abastecem ao mercado local, pequenos estabelecimentos comerciais dentro de mercados públicos e aos mercados intermunicipais, através de feiras livres, cria circuitos de distribuição e comercialização de produtos em uma determinada região e “[...] raramente se tratam de estruturas específicas de produções como

plantações de *commodities* e produções voltadas sobretudo a exportação” (Wandscheer; Medeiros, 2017, p. 9), mas podem apresentar também agentes intermediários chamados de atravessadores, que compram os alimentos cultivados para comercializarem a preços mais elevados, configurando cadeias longas de produção e circulação de alimentos.

Na agricultura intraurbana, como não há necessidade de percorrer grandes distâncias para a distribuição dos alimentos, há um estímulo à comercialização entre agricultoras e consumidores locais junto a restaurantes e lanchonetes para comercialização tanto em atacado como varejo, assim promovem maior integração entre as pessoas que a praticam de forma comunitária, o que reduz ou anula o número de intermediários e aumenta a possibilidade de ganhos reais a quem cultiva e valores acessíveis aos consumidores. Também preservam os cultivos que estão associados a saberes e fazeres ligados à cultura ancestral ou local, principalmente quando praticada por mulheres.

As mulheres, com seus saberes ancestrais, estão presentes na agricultura urbana em todo o mundo, como afirma Hovorka: “[...] mulheres são a maioria entre os agricultores urbanos em muitas cidades ao redor do mundo, mas tendem a predominar na agricultura de subsistência, enquanto os homens desempenham um papel maior na produção urbana de alimentos para fins comerciais”²⁵ (Hovorka, *et al.*, 2009, p. 5). A agricultura urbana tem se tornado cada vez mais "feminina" à medida que os homens que ainda a praticavam se deslocam para outros setores de trabalho, sobretudo em ocupações informais.

Moreno Flores afiança que “[...] a Agricultura Urbana é uma alternativa viável ao trabalho remunerado para as mulheres, que têm pouco acesso ao emprego formal devido às limitações educacionais e capacitação”²⁶ (Moreno Flores, 2007, p. 6). Muitas mulheres, ao passarem pelo processo de reterritorialização nas cidades, encontram na agricultura urbana um caminho para o restabelecimento de seus territórios de vida, por isso, “[...] a relação entre o gênero e a agricultura urbana tem sido objeto de estudo, em especial no contexto da América Latina e África, onde se provou o impacto positivo para a autonomia financeira das mulheres” (Delgado, 2017, p. 64).

É importante conhecer as pessoas que praticam o cultivo da agricultura urbana. Hovorka (2009) afirma, que dadas as diferenças de gênero, a agricultura urbana pode ter impacto positivo ou negativo distinto para mulheres e homens. No caso das mulheres, é

²⁵ “[...] women are in the majority among urban farmers in many cities around the world, but they tend to predominate in subsistence farming, whereas men play a greater role in urban food production for commercial purposes” (Hovorka, *et al.*, 2009, p. 5).

²⁶ “la Agricultura Urbana es una alternativa viable de trabajo asalariado para las mujeres, las mismas que tienen escaso acceso al empleo formal, debido a limitantes educativas y de capacitación” (Moreno Flores, 2007, p. 6).

preciso compreender suas necessidades básicas, seus desafios cotidianos e avaliar como a sociedade pode contribuir com a efetivação da agricultura urbana para a obtenção dos resultados esperados na qualidade e diversidade dos alimentos.

Segundo Wilbers (2004), o trabalho das mulheres na agricultura urbana é exigente, mas nem por isso o peso das demais tarefas relacionadas à casa diminuiu; por isso, elas tendem a limitar seu tempo nas práticas agrícolas devido a seu compromisso prioritário com a família. Para as mulheres, o direito de trabalhar fora do espaço doméstico precisa ser garantido, pois “[...] a negação do direito de trabalhar fora de casa é uma violação monumental da liberdade feminina” (Sen, 2000, p. 140). Qualquer que seja o trabalho que garanta dignidade, renda e contribua com a segurança alimentar e nutricional da família precisa ser assegurado, pois as mulheres são

[...] desproporcionalmente afetadas pela fome e invisíveis nos sistemas alimentares. No entanto, paradoxalmente, apesar de todas as tentativas de separá-las da terra, as mulheres constituem a maioria daqueles que produzem alimentos e trabalham no setor agrícola²⁷ (Andrews, *et al.*, 2019, p. 8).

Por meio do cultivo de alimentos nas hortas comunitárias, o rendimento familiar poderia ser melhor e a alimentação efetivamente adequada e saudável. Para Siliprandi (2013), ter acesso à segurança alimentar e nutricional é uma condição indispensável para vivenciar a liberdade e o pleno desenvolvimento das habilidades como pessoas integrantes de um determinado grupo social. No entanto, a carga de trabalho para algumas mulheres pode comprometer essas questões e afetar também a saúde, à medida que elas empregam mais tempo em atividades com a residência.

Para Quaresma, “[...] desvelar as desigualdades existentes é o primeiro passo para construir a estrutura necessária para superá-las e avançar na mudança da história de injustiças e contradições que pesa sobre as mulheres” (Quaresma, 2015, p. 35), ou seja, desconsiderar as diferenças nas relações de gênero implica em acentuar as desigualdades impostas socialmente. Para desempenhar as funções em suas moradias e no cultivo dos alimentos, “[...] as mulheres tendem a concentrar suas atividades agrícolas perto de suas casas, ou procuram áreas baldias, para trabalharem próximas umas das outras” (Kiguli; Kiguli, 2004, p. 77). Em Uganda, na prática da agricultura urbana, as mulheres acessam a terra por vários meios, como arrendamento, empréstimo e ocupação de áreas baldias na vizinhança que elas preparam para

²⁷ “[...] desproporcionadamente afectadas por el hambre e invisibilizadas en los sistemas alimentarios. Sin embargo, paradójicamente, a pesar de todos los intentos por separarlas de la tierra, las mujeres constituyen la mayoría de las personas que producen los alimentos y trabajan en el sector agrícola” (Andrews, *et al.*, 2019, p. 8).

cultivo, também podem ser adquiridas por meio da herança, da compra de terra ou doação de parentes, e, segundo Kiguli; Kiguli (2004), são outras formas de acesso das mulheres à terra.

O território para o cultivo da agricultura urbana tem valor para as mulheres, não só pelas necessidades econômicas, sociais ou políticas, mas também como meio de referência simbólica e de expressões culturais, “[...] plantar na cidade exige adaptações e criatividade que emergem muitas vezes para burlar o concreto, a falta de espaço, a poluição, o estranhamento da atividade em espaço urbano, a especulação imobiliária” (Machini, 2018, p. 33). A relação e as práticas estabelecidas entre as mulheres e o território de cultivo irão constituir territorialidades. Considerando os territórios de cultivo da agricultura urbana em que as mulheres estão inseridas, busca-se refletir sobre as hortas comunitárias urbanas apresentadas na seção em sequência.

4 HORTAS COMUNITÁRIAS URBANAS



“As mulheres são as principais especialistas e guardiãs da biodiversidade. Elas têm sido as guardiãs das sementes, as processadoras de alimentos, as curandeiras”²⁸.

Vandana Shiva

²⁸ “Women are the primary experts on, and custodians of, biodiversity. They have has been the seed keepers, the food processors, the healers” (Shiva, 2009, p. 221).

4 HORTAS COMUNITÁRIAS URBANAS

“O território responde, em sua primeira instância, à necessidades econômicas, sociais e políticas de cada sociedade e, por isso, sua produção está sustentada pelas relações sociais que o atravessam”

(Almeida, 2008, p. 208)

A palavra horta deriva de *hortus* que, na Roma antiga, era usada para “[...] identificar o lote de terreno anexo à casa, cultivado exclusivamente para fins alimentares a nível familiar e, por vezes, enriquecido com canteiros com flores e plantas medicinais” (Pinto, 2007, p. 62). Essas hortas se encontravam vinculadas diretamente ao campo, afastadas das cidades. As hortas mantêm o legado de cultivo de alimentos em diferentes organizações sociais ao longo do tempo, alimentando famílias e comunidades com produções para o autoconsumo e comercialização.

O cultivo de hortas, também denominado de horticultura, abrange uma variedade de espécies de plantas e diversidade de técnicas de cultivo, pois se adapta a pequenos espaços e pode ser associada a diferentes lavouras. As hortaliças são plantas “[...] geralmente de ciclo curto e tratos culturais intensivos, fornecem folhas, hastes, flores, frutos, raízes e outras partes que são utilizadas na alimentação, cruas ou cozidas” (Amaro, *et al.* 2007, p. 2). Apesar de exigir pouco espaço para o cultivo, requer trabalho intenso, manejo do solo, irrigação e atenção à quantidade adequada de iluminação.

As hortas urbanas podem apresentar especificidades a depender da sua localização e finalidade, podendo se caracterizar como cultivos individuais ou coletivos. Nos cultivos individuais destacam-se as hortas familiares, também chamadas de domésticas (normalmente cultivadas em quintais), ou aquelas criadas em loteamentos. Enquanto isso, nos coletivos, podem ser caracterizadas como educativas (ou escolares), terapêuticas, e por fim as comunitárias.

O município de Vitória da Conquista implementou hortas comunitárias urbanas com o objetivo de proporcionar acesso a alimentos saudáveis e renda para a população de diferentes bairros. Esta seção tem como objetivo específico compreender em que medida a constituição de hortas comunitárias urbanas pode contribuir com o cultivo de alimentos, para a segurança alimentar e nutricional, além da conservação dos saberes e fazeres das mulheres agricultoras.

4.1. Transformação sócio histórica das Hortas Urbanas

Os primeiros relatos de cultivos agrícolas em hortas nos espaços urbanos surgiram na Inglaterra no final do século XVIII, em resposta ao crescente processo de industrialização e progressivo aumento da população (Teixeira, 2016). No século XIX, o crescimento demográfico considerável contribuiu para o aumento destes espaços de cultivo, que se concentraram em torno dos novos centros industriais (Gonçalves, R., 2014). A aglomeração em cidades que não dispunham de estrutura suficiente para assegurar condições adequadas às necessidades da população resultou em dificuldades de saúde pública e abastecimento alimentar, o que chamou a atenção das autoridades para a presença de pessoas vagando nas ruas, em busca de comida.

Segundo Gonçalves, entre os anos de 1820 e 1830, esses problemas relacionados a questões alimentares promoveram o aumento do número de hortas urbanas “[...] com o objetivo de sustentar famílias através de uma atividade com a qual muitas delas estavam familiarizadas, uma vez que a maioria provinha do meio rural” (Gonçalves, R., 2014, p. 6). Sobretudo nas cidades industriais do século XIX, “[...] os jardins urbanos aliviaram um pouco as condições de superlotação e pobreza nos bairros da classe trabalhadora causadas pelo processo de industrialização e migração rural-urbana”²⁹ (Morán Alonso, 2011, p. 80). Com o objetivo de garantir alimento, as hortas foram estabelecidas em terrenos desocupados e às margens das ferrovias para que os trabalhadores pudessem cultivar hortaliças e tubérculos, com o intuito de evitar conflitos relacionados as más condições de vida e trabalho.

A presença dos cultivos em hortas se intensificou durante a I Guerra Mundial por meio de uma campanha que resultou num aumento significativo da agricultura urbana, em 1918, “[...] passaram a existir mais de 1 milhão de hortas na Inglaterra. Estas hortas eram maioritariamente trabalhadas por mulheres, uma vez que grande parte da população masculina se encontrava a dar apoio à logística de guerra” (Teixeira, 2016, p. 25). O cultivo das hortas pelas mulheres possibilitou uma alimentação de qualidade à população nas cidades. Segundo Morán Alonso, naquele período, não era possível assegurar as importações de alimentos “[...] devido à dificuldade de transporte, as plantações nas cidades contribuíram para a economia de guerra, pois permitiram priorizar os embarques de munição, armas e alimentos para o

²⁹ “[...] los huertos urbanos alivian ligeramente las condiciones de hacinamiento y pobreza en los barrios obreros causadas por el proceso de industrialización y las migraciones campo-ciudad” (Morán Alonso, 2011, p. 80).

exército”³⁰ (Morán Alonso, 2011, p. 80). Enquanto os governos priorizavam o envio de armamentos, as mulheres e crianças que permaneceram nas cidades ocupavam-se em cultivar alimentos para o autoconsumo e para manter os soldados durante o período do conflito.

Durante a II Guerra Mundial, em países como França, Espanha, Alemanha e Estados Unidos, o cultivo também se formalizou incentivado pelos governantes, que buscaram garantir o acesso a alimentos para a população urbana: “[...] as mulheres, que normalmente ocupavam a maior parte do trabalho na horta e nos lotes, deveriam ser encorajadas pelos canais oficiais a produzir em suas hortas a comida necessária para a nutrição da população” (Gonçalves; Lima; Moraes; 2020, p. 157). O investimento por parte do governo para incentivar as mulheres a cultivarem alimentos foi realizado por meio de um programa com campanha utilizando propagandas, chamadas públicas e cartazes (Figura 10).

Figura 10 – Cartazes de propaganda dos programas para incentivar as mulheres a cultivarem alimentos nas cidades em tempos de guerra, 1917/1945.



Fonte: Medina (2019); Teixeira (2016).

<https://www.familyfoodgarden.com/gardening-for-troubled-times-modern-victory-gardens/>

³⁰ “[...] debido a la dificultad en los transportes, los cultivos en las ciudades colaboran con la economía de guerra pues permiten priorizar los envíos de municiones, armas y alimentos para el ejército” (Morán Alonso, 2011, p. 80).

Os cartazes estadunidenses, distribuídos durante o período de guerra, chamavam a atenção da população para o cultivo de alimentos. As propagandas eram direcionadas, em sua maioria, às mulheres, com frases que ressaltavam a valorização ao cultivo e o associavam à vitória, como as escritas nos cartazes, cartaz 1³¹, cartaz 5³² e cartaz 6³³. Havia também as propagandas que enfatizavam o período de guerra e a importância de cultivar os próprios alimentos como no cartaz 2³⁴ e cartaz 6. Outros cartazes evidenciavam a necessidade de manter as mulheres no trabalho de cultivar alimentos como parte do exército para a guerra, como no cartaz 3³⁵ e cartaz 4³⁶.

O incentivo para produzir e consumir o próprio alimento tornou-se indispensável para a população, sobretudo sendo assegurado pelo discurso do governo, o que reforça as discussões semelhantes em Carvalho (2022, p. 139) quando evidencia “[...] o papel do marketing, da retórica, da centralidade discursiva e do poder na construção de padrões de produção e consumo, sejam eles alimentares ou de qualquer outro segmento”. A campanha, embora temporária, proporcionou um resultado significativo, pois as pessoas se sentiam fortalecidas e recompensadas por contribuírem pela vitória por meio do seu trabalho.

Importante perceber que a potência de investimentos em ações voltadas à população, o poder do discurso e narrativas difundidas pelo poder público podem interferir diretamente em uma determinada situação social. De acordo com Foucault, poder e saber estão atrelados nos discursos evidenciados socialmente: “[...] o discurso, aparentemente, pode até nem ser nada, no entanto, os interditos que o atingem revelam o seu vínculo ao desejo e o poder. O discurso é aquilo pelo qual e com o qual se luta, é o próprio poder” (Foucault, 1970, p. 3). Entende-se dessa forma, que nenhum discurso surge sem uma intencionalidade e uma função definida e está atrelado a uma relação de poder na sociedade.

No caso do discurso dos governantes por meio de propagandas, como forma de impulsionar o cultivo de hortas, fica claro o poder exercido sobre a população atrelado ao desejo de vencer a guerra. Como um “dever patriótico” (Teixeira, 2016), favorecido pelo uso de determinadas narrativas, para convencer as mulheres de que elas também estavam de alguma forma contribuindo ativamente com a guerra, (uma vez que as mulheres oficialmente não lutavam), as hortas despontaram como “solução” aos problemas econômicos,

³¹ Tradução Cartaz 1: “Plante a vitória, cultive seus próprios vegetais”.

³² Tradução Cartaz 5: “Seu jardim da vitória conta mais do que nunca”.

³³ Tradução Cartaz 6: “Jardins de guerra para a vitória. Cultive vitaminas na porta da sua cozinha”.

³⁴ Tradução Cartaz 2: “Semear as sementes da vitória. Plante arroz e seus próprios vegetais. Cada jardim uma planta de munições”.

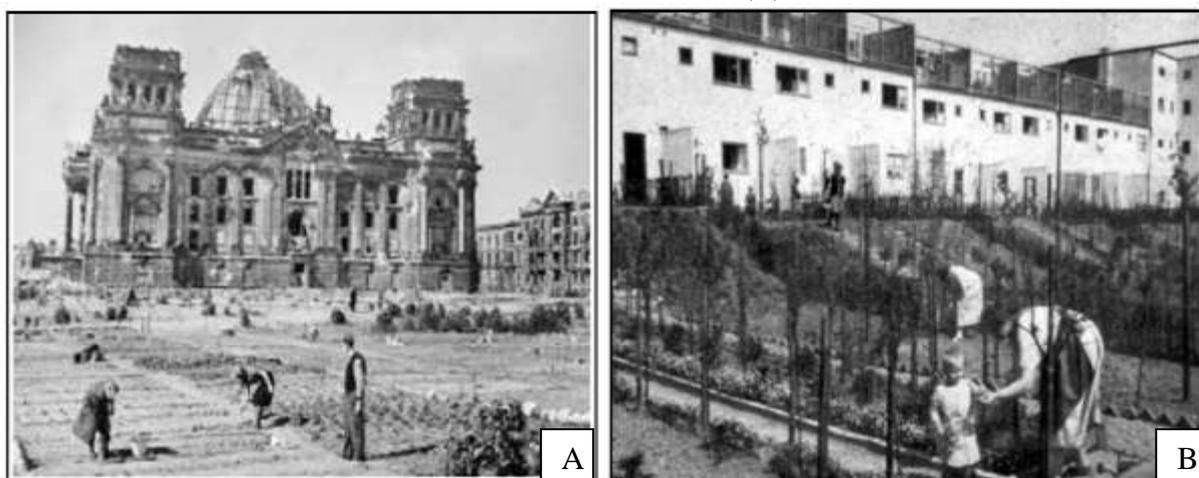
³⁵ Tradução Cartaz 3: “Fique atrás da garota que você deixou para trás. Junte-se ao exército terrestre”.

³⁶ Tradução Cartaz 4: “O exército feminino da América. Mulheres, alistem-se agora e ajudem os agricultores. Combata a fome alimentar”.

relacionados à produção e distribuição de alimentos, além de contribuir para equacionar problemas de ordem nutritiva que a população enfrentava, além de reservas de alimentos destinados ao exército.

Considerando que vinte milhões de norte-americanas responderam ao chamado do governo, como resultado, em 1943, cerca de 40% das frutas e vegetais frescos consumidos nos Estados Unidos provinham de hortas comunitárias familiares ou escolares (Zaar, 2011). O estímulo do governo, por meio do discurso, associado à falta de alimentos para a população, levou milhares de mulheres a cultivar hortas e reconstruir lavouras nos países envolvidos na guerra, para o cultivo de alimentos (Figura 11).

Figura 11 – Cultivo de hortas urbanas entre as Guerras Mundiais: na Inglaterra em 1925 (A) e na Alemanha em 1946 (B).



Fonte: Morán Alonso, 2011 e Teixeira, 2016.

As hortas urbanas eram chamadas de jardins ou “jardins da vitória”, por utilizarem espaços nos quintais e na frente das casas para o plantio de alimentos, também eram cultivadas em terrenos abandonados, praças, escolas e igrejas. Para a população e os governantes locais, qualquer terreno que se encontrasse abandonado e/ou sem uso poderia se tornar uma horta, em algumas localidades, o governo confiscou temporariamente terras que estavam desocupadas para que pudessem ser utilizadas para o cultivo de alimentos.

Após a Segunda Guerra Mundial, havia milhares de hortas ocupando diversos espaços pelas cidades. No entanto, com a retomada das importações e os discursos voltados para a reconstrução das cidades, elas adquiriram outras funções e paulatinamente cederam espaço para novas edificações e infraestruturas. Milhares de terrenos urbanos utilizados para cultivo foram vendidos para outros fins, relacionados com a necessidade de urbanização e

crescimento das cidades; conseqüentemente, a prática da agricultura urbana passou a não ter mais espaço nas cidades (Zaar, 2011).

Na América Latina, África e Ásia, o cultivo de hortas nas áreas urbanas “[...] tomou impulso a partir de 1980 como uma estratégia de sobrevivência das populações mais pobres atingidas pela crise econômica que afetou essas regiões” (Branco; Alcântara, 2011, p. 421). A história da implantação e o aumento do número de hortas urbanas apresenta-se associado a crises sociais, econômicas e até ambientais, mas ao longo do tempo se diferencia em função e formas de uso.

4.2. Agricultura Urbana e Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil

Segundo Paraguassu (2013), no Brasil, desde a fundação da cidade de Salvador em 1549, as hortas foram cultivadas em áreas periurbanas, nos quintais, jardins e terreiros das casas, principalmente pelos jesuítas e indígenas, tendo sido um hábito, posteriormente incorporado por diversas cidades. Os cultivos foram instalados em diferentes espaços no território nacional, por iniciativas populares ou com apoio de instituições governamentais, com foco na promoção de alimentação e renda para a população carente. O desenvolvimento de diferentes estratégias de agricultura urbana no Brasil “[...] ocorreu por causa da modernização agrícola nas áreas rurais, que provocou forte migração em direção às cidades e às respectivas periferias, a partir da década de 1940” (Paraguassu, 2013, p. 89).

Nas discussões sobre a alimentação, Josué de Castro (1984), ao escrever **Geografia da Fome**, enfatizou que o problema da fome não era natural, mas fruto das ações humanas e suas opções de conduta econômica. A partir da Segunda Guerra Mundial, as discussões sobre a fome expandiram, mas vinculadas paralelamente ao avanço da Revolução Verde³⁷ e às discussões ligadas ao aumento da produção de alimentos com os insumos e técnicas difundidas por esse modelo. Nesse período, a FAO também apontava que o avanço na produção de alimentos era essencial para a segurança alimentar e a eliminação da fome. Todavia, ao analisar o crescimento da produção agrícola vinculada ao avanço da monocultura fundamentada no paradigma citado, não se refletiu na redução da fome na escala global. Nos anos de 1980 e 1990, os movimentos sociais começam a pressionar o Estado com o intuito de promover ações de combate à fome.

³⁷ A Revolução Verde, que teve início na década de 1940, com o avanço das tecnologias criadas por indústrias sobretudo, estadunidenses, com vistas ao aumento da produção agrícola por meio do uso da mecanização, fertilizantes químicos e agrotóxicos. A Revolução Verde no Brasil inicia-se na década de 1960, incentivada por políticas governamentais e disponibilidade de crédito agrícola para grandes e médios produtores.

Em 2006, foram criadas políticas públicas com o intuito de minimizar a problemática da fome, o que impulsionou investimento direcionado a algumas gestões municipais e do Governo Federal para a implementação das Hortas Urbanas e Periurbanas, contudo,

[...] o marco histórico de combate à fome no país foi em 16 de setembro de 2006, quando entra para a história das conquistas sociais no Brasil o ato de promulgação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), carregando em si uma teia de significados ao elevar o acesso à alimentação à condição de política de estado permanente, tanto defendida por Josué de Castro (Alves, J., 2008, p. 107).

Em 2010, foi instituída a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), com o objetivo de assegurar o direito humano à alimentação adequada em todo território nacional (Brasil, 2010) além de promover a Segurança Alimentar e Nutricional, que tem como definição

[...] a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis (COSAN, 2004, p.4).

A criação do Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana, instituído pela Portaria nº 467, de 7 de fevereiro de 2018, em todas as suas diretrizes e metas, representa uma referência significativa na evolução do tema na agenda pública. O conjunto de iniciativas propostas destaca-se como objetivo a inclusão social produtiva de mulheres que residem em áreas urbanas nas ações para potencializar a Segurança Alimentar e Nutricional. Criar e manter políticas públicas direcionadas às mulheres é imprescindível para geração de renda e autonomia nas atividades socioeconômicas, sobretudo por diferentes situações vinculadas ao gênero enfrentadas cotidianamente.

Em 2019, uma das primeiras ações do então presidente Jair Bolsonaro, eleito para o mandato de 01 de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2022, foi a extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), com o objetivo de desestruturar a participação de instituições e da sociedade civil no âmbito nacional, estadual e municipal, nas tomadas de decisões sobre segurança alimentar e nutricional. Como consequência dessa e de outras ações, associadas às adversidades provocadas pela Pandemia de Covid-19, reflexo de um governo que não adotava as diretrizes da Organização Mundial da Saúde, o Brasil voltou ao mapa da

fome em 2022, com mais de 33 milhões de pessoas em Insegurança Alimentar e Nutricional em diferentes graus, como leve, moderado ou grave (Brasil, 2023).

A eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, presidente que assumiu em 01 de janeiro de 2023, reestabeleceu o debate acerca da necessidade do avanço nas discussões sobre a Segurança Alimentar e Nutricional. Neste sentido, a primeira ação do novo governo foi a retomada do CONSEA em fevereiro de 2023. O Conselho de Segurança Alimentar é um importante espaço institucional para a participação e o controle social “[...] na formulação, no monitoramento e na avaliação de políticas públicas de segurança alimentar e nutricional. Um terço dos representantes são governamentais e dois terços da sociedade civil organizada” (Brasil, 2023). O debate entre essas instâncias proporciona elaboração de ações objetivas e funcionais no combate a fome.

O fortalecimento das discussões entre as diferentes instâncias garantiu o Decreto nº 11.700, de 12 de setembro de 2023 (Brasil, 2023), que instituiu o Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana e o Grupo de Trabalho do Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana. A responsabilidade do Grupo de Trabalho foi apoiar o planejamento, a implementação, a execução, o monitoramento e a avaliação do referido programa, no âmbito nacional, estadual e municipal. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), “[...] desde a instituição do decreto, em 2023, R\$ 7 milhões já foram investidos no apoio a iniciativas de produção de alimentos saudáveis nas cidades e no estímulo a hortas comunitárias em diversos estados” (Agencia Brasil, 2024).

O avanço nas medidas relacionadas à garantia de alimentos em áreas urbanas resultou na criação da Lei nº 14.935, de 26 de julho de 2024, que instituiu a Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana, com os seguintes objetivos: ampliar a Segurança Alimentar e Nutricional das populações urbanas vulneráveis; propiciar a ocupação de espaços urbanos e periurbanos com a produção de alimentos nas cidades; gerar alternativa de renda e atividade ocupacional; estimular o trabalho familiar, promover a educação ambiental e a produção agroecológica e orgânica, além de difundir a reciclagem e o uso de resíduos orgânicos (Brasil, 2024). A articulação entre os objetivos visa a efetivação da lei e a garantia de utilização dos recursos de forma eficaz e contínua.

De acordo com o Art. 4º da norma, todas essas ações deverão ser planejadas e executadas de forma descentralizada, sendo “[...] integrada às políticas sociais e de desenvolvimento urbano e implementada mediante a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios, as entidades da sociedade civil e as instituições de ensino, pesquisa e extensão” (Brasil 2024). Dessa forma, o fornecimento de água, adubos, controle de

pragas, viabilização e aquisição de produtos, além de estímulo à assistência técnica poderão garantir o fortalecimento das ações que viabilizem a agricultura urbana e o cultivo de hortas nas cidades.

Um exemplo da implementação de cultivo de alimentos para beneficiar famílias, a horta comunitária de São Sebastião, no Distrito Federal, uma iniciativa social concebida para produzir alimentos frescos e ajudar a assegurar a segurança alimentar e nutricional das famílias, mas também é instrumento importante de interação social entre moradores (Figura 12). A ação é financiada pela Caixa Econômica Federal³⁸, foi implementada em outros condomínios que também fazem parte do programa Minha Casa minha Vida, do Governo Federal (Portal Brasília Agora, 2023).

Figura 12 - Horta comunitária do Condomínio Crixás IV, São Sebastião, Brasília, 2023.



Fonte: Portal Brasília Agora, 2023.

O princípio que interliga os diferentes tipos de hortas urbanas está relacionado ao cultivo de alimentos livres de agrotóxicos, voltando-se ao manejo do solo de forma agroecológica e natural. As hortas familiares, vinculadas ao uso dos espaços privados para o cultivo de alimentos, podem ser criadas em pequenos ambientes, como jardins ou em quintais, denominados de quintais produtivos, termo utilizado para se referir ao espaço [...] situado ao redor da casa, em geral pequenos, próximos à residência, de acesso fácil, no qual se cultivam ou se mantêm múltiplas espécies que fornecem parte das necessidades nutricionais da família, bem como plantas medicinais e ornamentais cultivadas e mantidas pela mão de obra familiar, representando uma forma prática e sustentável de garantir parte das necessidades do lar (Santos, M., 2024, p. 4)

³⁸ “A iniciativa é financiada pela CAIXA, e as famílias que participam da ação são mobilizadas e organizadas pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal (Codhab-DF)” (Portal Brasília Agora, 2023).

As hortas familiares cultivadas em quintais têm por objetivo primordial o autoconsumo, sobretudo para famílias em situação de vulnerabilidade. Os alimentos podem ser comercializados com a garantia da qualidade e da procedência. Para Richter (2022), muitas destas hortas, geralmente, não são alvo de qualquer agenda política, embora planos diretores ou recursos para áreas verdes possam estabelecer condições ou objetivos para elas, a depender da sua localidade.

As hortas de loteamento são mais comuns em países da Europa, como Portugal, Espanha e Grécia, criadas como alternativa para solucionar questões vinculadas à inclusão social. Segundo Vejre, “[...] uma horta de loteamento é uma área subdividida em pequenos lotes, que são alugados em regime de arrendamento”³⁹ (Vejre, *et al.*, 2016, p. 24). Geralmente, a administração do loteamento está associada a iniciativas municipais em terras públicas ou grupos organizados que seguem regras específicas. É possível encontrar listas de espera para loteamento de hortas na França, Reino Unido e Alemanha (Vejre *et al.*, 2016). As funções das hortas de loteamento estavam vinculadas somente ao cultivo de alimentos para o autoconsumo; no entanto, passaram a ter importância social com a preocupação sobre o foco na alimentação saudável, em atividades físicas e saúde mental, proporcionando saúde e bem-estar às pessoas que praticam a atividade e aos que consomem os alimentos.

As hortas terapêuticas, geralmente, são implementadas em instituições, hospitais e centros de reabilitação, com o objetivo de promover a saúde física e mental em complementação de tratamentos. Um estudo realizado nas hortas comunitárias e medicinais do Município de Embu das Artes/SP, relatou

[...] impactos positivos na saúde mental dos envolvidos a partir das atividades de contato com a terra, em espaços participativos e de construção coletiva, os quais propiciam discussões sobre autocuidado, alimentação saudável e o desestímulo ao uso excessivo de medicamentos (Costa; *et al.*, 2015, p. 4).

O cultivo coletivo de hortas viabiliza a espontaneidade, o conhecimento das potencialidades e das limitações dos pacientes, além de promover o desenvolvimento em diversos aspectos como o emocional, social, intelectual e físico (Titon, *et al.*, 2022), também possibilita aumento do grau de independência das pessoas que o praticam. Segundo Richter (2022), no Brasil, há registros de espaços de horticultura e hortoterapia voltados a estudantes com necessidades especiais. Em Vitória da Conquista, uma horta foi implementada no conjunto penal como medida terapêutica e está ativa desde 2017 (Figura 13).

³⁹ “[...] an allotment garden is an area subdivided into small plots, which are rented under a tenancy agreement” (Vejre, *et al.*, 2016, p. 24)

Figura 13 – Cultivo de Horta no Conjunto Penal de Vitória da Conquista, 2018.



Fonte: <https://www.socializabrasil.com.br>

A horta do conjunto penal visa contribuir com a ressocialização dos internos à medida que eles também aprendem sobre as técnicas de cultivo, o que pode contribuir para a reintegração ao mercado de trabalho. Os alimentos são cultivados sem a utilização de agrotóxicos e são destinados ao consumo interno da unidade prisional.

As hortas educativas ou pedagógicas, em geral, são criadas em ambiente escolar com o objetivo de proporcionar aos estudantes espaço para “[...] produção adicional de alimentos nutritivos para compor a merenda escolar e para estimular hábitos alimentares saudáveis na comunidade escolar” (Layrargues, 2021, p. 10). Com um potencial para implementação de técnicas agrícolas voltadas ao cultivo, compostagem, reutilização e reciclagem além da conscientização ambiental. Em Vitória da Conquista o Centro Tecnológico de Educação Profissional (CETEP) mantém em funcionamento uma horta agroecológica em formato de mandala com a finalidade de formação dos estudantes do curso de Agropecuária (Figura 14).

Figura 14 – Horta Agroecológica Mandala do CETEP, Vitória da Conquista, 2024.



Fonte: Google Map, 2025.

Segundo Gonçalves R. (*et al.*, 2020), nas hortas escolares, além das hortaliças convencionais, as plantas alimentícias não convencionais diversificam as espécies cultivadas e consistem também na valorização da cultura alimentar de outrora. A implementação das hortas educativas pode ter apoio público e/ou técnico, entretanto, depende fundamentalmente das instituições às quais estão atreladas e da participação coletiva, envolvendo professores, funcionários e estudantes, principalmente.

As hortas comunitárias, normalmente, estão vinculadas a ações coletivas, seja nos espaços urbanos, como associação de moradores e comunidades rurais, ou em assentamentos ou povoados, também podem partir de iniciativas públicas ou privadas, como hospitais e escolas. A característica marcante de uma horta comunitária é o trabalho coletivo dentro de um mesmo espaço. Richter (2022) afirma que, geralmente, há uma negociação ou acordo com as autoridades municipais ou proprietários de um determinado terreno para a implantação da horta, mas nem sempre estes espaços são normatizados. Os “[...] terrenos abandonados nas cidades são, por muitas vezes, ocupados por atividades indesejadas pela população local” (Souza Leão, 2023, p. 210), a utilização destes terrenos em atividades agrícolas consegue gerar um impacto positivo nas comunidades, criando melhores condições ambientais e alimentares.

De maneira geral, as hortas comunitárias são orientadas para o cultivo agroecológico, com a participação das mulheres e membros da família, promovendo a gestão participativa e o cultivo para o autoconsumo. O cultivo de alimentos nas hortas comunitárias tem crescido, tanto pela iniciativa social como por incentivo de organizações não-governamentais, além das ações do Governo Federal, desenvolvendo programas que enfrentam as causas estruturais da pobreza, da desnutrição e da fome (Carneiro; *et al.*, 2016).

Uma das maneiras de aumentar a visibilidade dessas ações é por meio do estudo de experiências locais de agricultura urbana. Com a pesquisa sobre as hortas comunitárias urbanas no município de Vitória da Conquista, o entendimento sobre a estrutura e disposição das hortas, associado ao cotidiano das agricultoras e agricultores, pode fornecer subsídios para a implementação de políticas públicas e a expansão de outras configurações de cultivo de alimentos que favoreçam diversas famílias.

4.3. Hortas Comunitárias Urbanas em Vitória da Conquista

O cultivo de alimentos ocorreu desde a formação da cidade de Vitória da Conquista, por meio das hortas que despontavam em terrenos próximos às residências e nos espaços dos

quintais, as quais estavam diretamente ligados ao abastecimento alimentar de forma semelhante em diversas cidades do país. Silva, L. afirma: “[...] historicamente, os quintais eram ligados a certas atividades próprias a uma sociedade agrícola que, transladada para o meio urbano, reproduzia práticas do meio rural, presente em todas as residências, independentemente de classe social, localização urbana ou região geográfica” (2004, p. 65).

Em Vitória da Conquista, o padrão de construção seguia o modelo colonial, a localização dos quintais era em geral na parte de trás da construção principal, ou seja, os fundos das casas abrigavam hortas, criação de pequenos animais como aves e suínos, além de árvores frutíferas, a depender do tamanho do espaço (Figura 15).

Figura 15 – Vista panorâmica dos quintais em Vitória da Conquista na segunda metade da década de 1950.



Fonte: <https://fotosdevitoriaaconquista.wordpress.com/page/5/>

É possível observar na fotografia panorâmica de Vitória da Conquista a quantidade de quintais, com presença de árvores na parte posterior das casas, alguns com extensão superior à própria moradia. Esta forma de construção dos terrenos era proposital, para causar impressão de intensa densidade urbana com base nos quarteirões.

O quintal brasileiro se diferenciava de outros quintais em cidades ocidentais “[...] pelas práticas que ele abrigava. Atividades ligadas ao abastecimento alimentar, mas também práticas de convivialidade doméstica, num determinado contexto de cotidiano privado em relação à vida pública” (Silva, L., 2004, p. 63). Para o autor, os quintais abrigavam as particularidades familiares e o acesso não era disponível aos visitantes, sobretudo porque representavam o território feminino, como afirma Damatta: “[...] o interior das casas, reservado às mulheres, é um santuário em que o estranho nunca penetra” (1997, p. 51). A casa era entendida por camadas, a começar pela frente, parte próxima do acesso ao público, à rua,

que era permitido às mulheres somente em grupo ou acompanhadas por um homem, em seguida, a sala (até onde normalmente se levava as visitas) e, depois, as camadas íntimas como os quartos, cozinha e, por fim, o quintal (Damatta, 1997).

Para ter acesso ao interior da casa, era preciso que houvesse um conjunto de informações e afinidades, ou seja, um conjunto de signos que permitisse chegar ao código de pertencimento e confiança estabelecidos com os visitantes. Chegar ao quintal era ingressar nas particularidades da família e da mulher, pois ali era exposta a intimidade, a informalidade e o ambiente de cultivo essencial à família. Os quintais são denominados por Almeida (2016, p. 3) como “[...] espaço singular do entorno das moradias no qual se produz a vida, pelo que se cria, pelo que se cultiva, pelo cuidado em sua manutenção e pelas várias atividades do labor e da socialização ali desenvolvidas”. Para a autora, os quintais dispõem da força da criação, por toda a energia ali desprendida, seja no cultivo do próprio alimento, pelo trabalho, ou pelas relações que se estabelecem.

Os quintais eram esses espaços de convívio entre a família, local da brincadeira e da criatividade para as crianças, e território particular das mulheres, como afirma Almeida (2018, p. 333), “[...] o microcosmos produtivo, onde a mulher é o sujeito principal”, pois no quintal a mulher poderia (pode) ordenar e decidir. Diferentemente do espaço público, no quintal ela estava segura, era quem conduzia os trabalhos, especialmente para proporcionar alimento à família, a mulher era soberana em seu microcosmos, do grego antigo μικρός κόσμος⁴⁰ (Mendes, 2023), o quintal era o seu mundo, capaz de criar vida, onde sentia inteiramente a autonomia.

Ao escrever sobre a alimentação no Planalto da Conquista entre as décadas de 1930 a 1950, Souza afirma que “[...] o quintal podia ser murado, rebocado e caiado ou cercado com madeira. Havia o lugar das galinhas, o galinheiro e a horta onde se plantava ‘de tudo um pouco’ especialmente verduras, temperos e folhas para chás” (Souza, 1996, p. 52). Esses cultivos realizados nos quintais asseguravam às famílias alimentos frescos para o autoconsumo, como produziam ‘de tudo um pouco’, garantia-se a alimentação saudável:

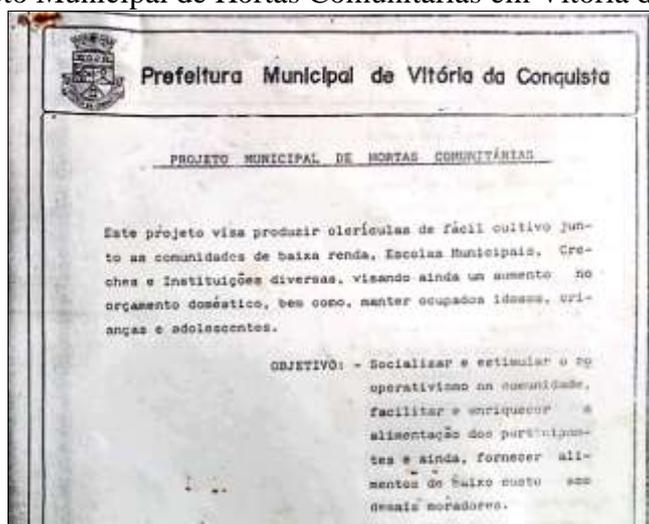
[...] a horta doméstica proporcionava, acima de tudo, verduras, legumes e tubérculos sempre frescos para o consumo diário, como o tomate, a couve, o chuchu, o mamão verde, a alface, o coentro, a hortelã, a cebola verde e outros. A horticultura, durante muito tempo, era praticada em quintais, chácaras ou terreiros. Somente após o processo de urbanização, adquiriu caráter de atividade autônoma (Souza, 1996, p. 31)

⁴⁰ “As palavras “macrocosmo” e “microcosmo” têm suas variações idiomáticas equivalentes inferidas no termo grego antigo μακρός κόσμος (grande mundo) e μικρός κόσμος (pequeno mundo)” (Mendes, 2023, p. 327).

A figura refere-se a um recorte do jornal de Vitória da Conquista intitulado Equipe, de 1969, que incentiva e descreve o processo para a instituição de hortas nos espaços dos quintais. O estímulo para as hortas domésticas visava orientar a população das periferias das cidades para o cultivo de hortaliças, legumes e tubérculos com o propósito de garantir disponibilidade de alimentos para o autoconsumo, em razão da escassez de trabalho e da infraestrutura social na cidade.

Com o objetivo de socializar e estimular o cultivo de alimentos de baixo custo para os moradores de bairros periféricos da cidade, mas, sobretudo para assegurar o alimento em tempo de crise, foi elaborado o projeto das Hortas Comunitárias Urbanas de Vitória da Conquista⁴² (Figura 17). Segundo informação verbal do ex-prefeito da cidade Murilo Mármore, que sancionou o projeto de lei, “[...] as hortas comunitárias tiveram participação efetiva no amplo contexto de atuação das associações de moradores” (Informação verbal, 2022)⁴³, a elaboração do projeto contou com a participação popular junto à Secretaria de Desenvolvimento Social e o apoio da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista (PMVC).

Figura 17 - Projeto Municipal de Hortas Comunitárias em Vitória da Conquista, 1980.



Fonte: Arquivo Público Municipal de Vitória da Conquista, 2021.

Desde a sua implementação, a Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, juntamente com a Secretaria de Desenvolvimento Social, são responsáveis por orientar e apoiar as agricultoras e agricultores nas hortas comunitárias, promovendo o suporte técnico (com cursos sobre manejo do solo e uso de adubos naturais) e financeiro (com o fornecimento da energia elétrica e limpeza), principalmente em períodos de seca ou quando necessário.

⁴² O projeto original encontra-se no Arquivo Público Municipal de Vitória da Conquista, mas a cópia pode ser acessada no Anexo A.

⁴³ Entrevista concedida em maio de 2022.

Desde a criação do projeto, a PMVC tem como foco a efetiva autonomia das famílias para que possam decidir sobre os processos de cultivo nas hortas. Em pesquisa empírica, a agricultora Rosa do Deserto conversou sobre o início da construção da horta do bairro Kadija:

Cheguei aqui em 1984. Foi um mutirão de limpeza que a gente participou, no dia tinha umas cem pessoas, todo mundo ajudando, porque aqui era tudo lixo e mato, aí eu limpei meu pedaço de terra e plantei minhas hortaliças. Aí com a ajuda de Deus, tudo vingou e estamos aqui até hoje. Tudo que planto eu vendo, a pessoa pode escolher o que quer e eu colho (Rosa do deserto, 2025)⁴⁴.

A agricultora se refere a uma das hortas instituídas com a iniciativa das associações de moradores e do poder público, e resiste há aproximadamente 40 anos (Figura 18). Para Moreno Flores, quando os “[...] projetos de agricultura urbana são abordados a partir de uma perspectiva institucional, transdisciplinar e sistêmica, e podem se tornar uma ferramenta poderosa para o desenvolvimento local sustentável de grandes setores de nossas cidades”⁴⁵ (Moreno Flores, 2007, p. 4). Ao envolver a população nas ações e decisões relacionadas ao uso dos espaços urbanos, o respeito sobre esse espaço se torna de fato responsabilidade das pessoas comprometidas.

Figura 18 - Agricultora na Horta Comunitária do Kadija, Vitória da Conquista, 1984.



Fonte: Arquivo Público Municipal de Vitória da Conquista, 2022.

⁴⁴ Entrevista concedida em fevereiro de 2025.

⁴⁵ “[...] proyectos de agricultura urbana son encarados desde un enfoque institucional, transdisciplinario y sistémico, pueden transformarse en una poderosa herramienta para el desarrollo local sustentable de amplios sectores de nuestras ciudades” (Moreno Flores, 2007, p. 4).

Para Amartya Sen, “[...] a liberdade de escolha dá-nos a oportunidade de decidir o que havemos de fazer, mas com essa oportunidade vem também a responsabilidade por tudo o que façamos – isto é, na medida em que as nossas ações forem ações escolhidas”. (Sen, 2000, p. 58). Dessa forma, as agricultoras e agricultores tomaram decisões e se responsabilizam pelo processo de cultivo e comercialização dos alimentos dentro das hortas comunitárias urbanas.

Morán Alonso (2010) afirma que, por meio da participação nas decisões sobre o meio ambiente e sua configuração, os cidadãos podem criar espaços com identidade e expressar diversidade social e cultural, proporcionando o desenvolvimento de sentimentos como reconhecimento, apropriação e responsabilidade. A participação das associações dos bairros com iniciativas para a efetivação do cultivo de alimentos revela a importância do livre-arbítrio no processo de concepção do projeto. O apoio público efetiva a permanência das decisões que envolvem a comunidade.

O compartilhamento de ações que envolvem as hortas promove o que Ultramari (*et al.*, 1995) denomina de *overlay* de territorialidades, ou seja, uma sobreposição de territorialidades: “[...] no cotidiano, a sobreposição das territorialidades efetiva-se nos usos da cidade. Territorialidades subjetivas e formais não são excludentes, ao contrário, sobrepõem-se no espaço e no tempo” (Ultramari; *et al.*, 1995, p. 9). As territorialidades formais estão relacionadas à administração pública, que exercem suas atividades na conservação do território formalizado como horta urbana, e as territorialidades subjetivas, formada por grupos de cidadãos, envolvendo as ações das mulheres e homens sobre o território das hortas, pois ambos vivenciam, à sua maneira, o território cotidianamente. Para Scheffler (2018), a territorialidade feminina pode também ser vista como um fenômeno em permanente mutação, que se constrói e reconstrói, a partir das ações humanas, nas quais estão presentes as relações afetivas, de trabalho e políticas.

Esse *overlay* de territorialidades defendido por Ultramari evidencia-se nas reportagens de diferentes jornais que circulavam na região de Vitória da Conquista no final da década de 1980 (Figura 19), período em que as hortas começaram a apresentar os primeiros resultados com relevância econômica e social. A presença da assistência técnica promovida pela PMVC associada aos conhecimentos tradicionais sobre cultivo agrícola apresentados pela população do bairro promoveu o cultivo de alimentos para autoconsumo das famílias

Figura 19 – Reportagem do Jornal Tribuna do Café 1988 (A) e Jornal A Tarde 1989 (B) sobre o trabalho técnico e comunitário na horta urbana do Kadija, em Vitória da Conquista.



Fonte: Arquivo Público Municipal de Vitória da Conquista, 2022.

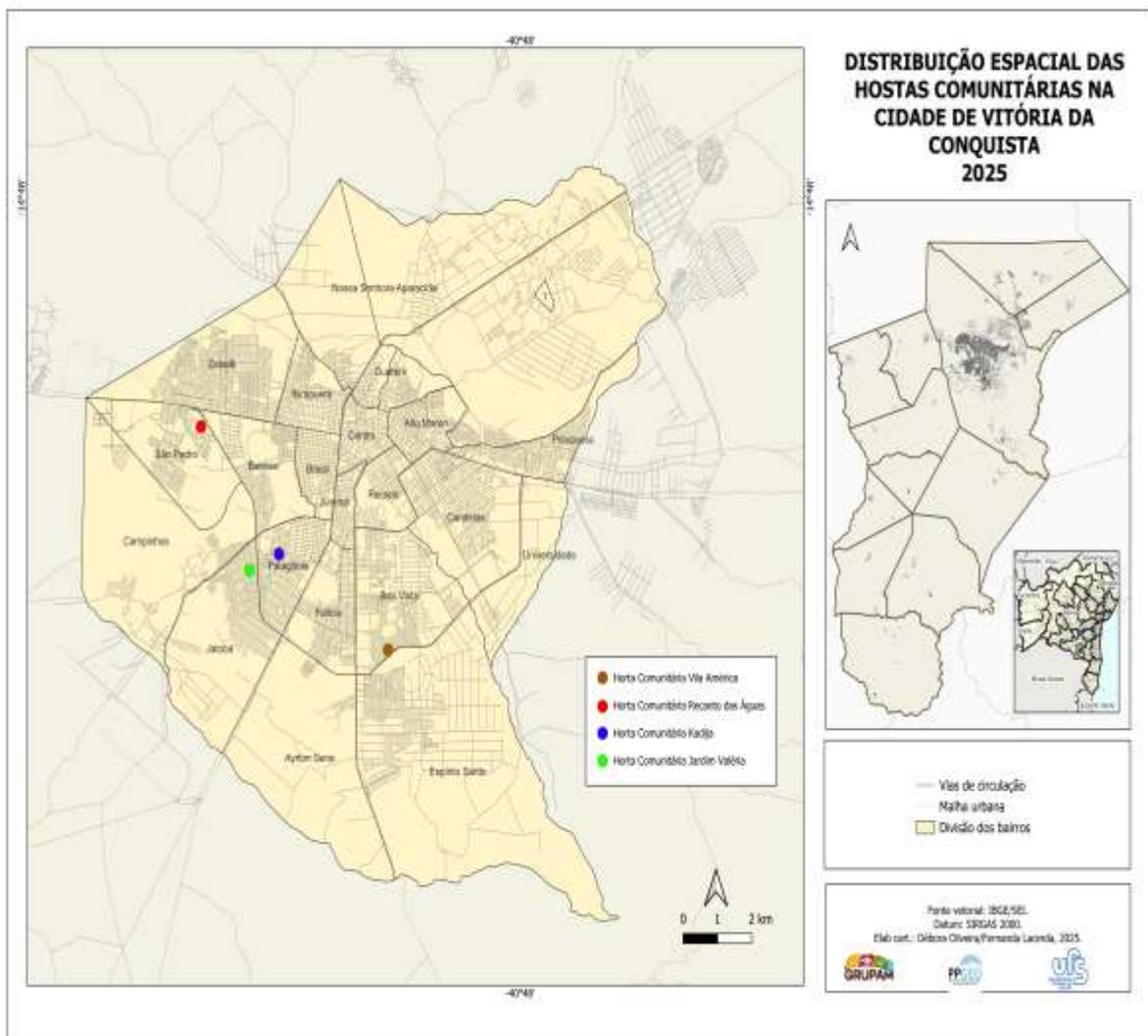
O recorte do jornal Tribuna do Café (Figura 19A) apresenta uma entrevista com o presidente da associação de moradores do bairro Kadija. O entrevistado fala sobre a importância do trabalho de orientação realizado por técnicos da PMVC no cultivo de alimentos pelas famílias. A reportagem do Jornal A Tarde (Figura 19B) enfatiza o trabalho comunitário realizado na limpeza do terreno cedido pela PMVC para a construção da horta comunitária do bairro Kadija. Segundo a reportagem, o local era utilizado como aterro sanitário; no entanto, o trabalho e empenho da comunidade com o objetivo de implementar a horta permitiu a formação de um espaço verde com 130 canteiros de cultivo, que proporcionou alimentação e renda para 100 famílias.

O empenho da prefeitura Municipal de Vitória da Conquista em viabilizar alimentação adequada para a população também contou com o investimento do Ministério da Agricultura com o Projeto Mutirão Agrícola de Lavoura e horta comunitária de 1989 (Anexo A). Com o apoio do Governo Estadual e Federal, também realizou outras propostas na cidade, de acordo com o Decreto 3.345 de 1989, que concedeu permissão de uso de uma área municipal para a construção da horta comunitária (Anexo B).

Estas ações estiveram associadas a investimentos em produção de alimentos, como a Padaria Comunitária e a instalação de uma Indústria de Alimentos Hidrossolúveis (Anexo C e D), com o objetivo de fornecer alimentos para a população dos bairros periféricos da cidade. Embora alguns destes investimentos tenham resistido por um breve período, foram essenciais para que a população conseguisse enfrentar o momento de crise econômica e alimentar que atingia a região.

A expectativa inicial do poder público era a construção de diversos espaços para cultivo em diferentes pontos da cidade; contudo, durante o processo de execução do projeto, ocorreram alterações e as implementações das hortas urbanas aconteceram em momentos distintos. As quatro hortas estão localizadas no bairro Kadija, no bairro Vila América, no bairro Jardim Valéria e no bairro Recanto das Águas, as quais recebem a denominação de acordo com a localização geográfica (Mapa 2). Atualmente, essas hortas estão integradas à paisagem urbana, ladeadas por residências e ruas que conectam os bairros da cidade. Elas se localizam nas proximidades do Anel Rodoviário Jádriel Matos, inaugurado em 2004.

Mapa 2 – Distribuição das Hortas Comunitárias Urbanas em Vitória da Conquista, 2025.



Fonte: IBGE/SEI, 2025. Elaboração: Débora Oliveira e Fernanda Lacerda.

O cronograma de funcionamento das hortas é organizado para atender tanto os consumidores quanto a produção. De segunda a sexta-feira, as portas ficam abertas das 8h às 17h, e aos sábados, das 8h às 12h, permitindo a entrada do público. Já os domingos são

dedicados exclusivamente à colheita, uma atividade essencial para que os produtos cheguem frescos às feiras dos bairros.

O gerenciamento das Hortas Comunitárias por parte do poder público está garantido pela Lei Orgânica do município de Vitória da Conquista, de 23 de fevereiro de 2007. Nas disposições gerais sobre a ordem econômica e social, o Art. 132, parágrafo 2º, prevê que “O Município incentivará e apoiará o programa de hortas comunitárias nos bairros e na zona rural, com fornecimento de orientação técnica” (Vitória da Conquista, 2007).

Destaca-se também a Lei Complementar Municipal Nº 1.986/2014, que altera a estrutura administrativa da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMDES de Vitória da Conquista. Em seu no Art. 12, inciso V, afirma que compete à Gerência de Segurança Alimentar e Nutricional “Implementar programas de agricultura e empreendimentos agroalimentares em territórios urbanos, por meio do Programa Hortas Comunitárias do Governo Federal ou similares” (Vitória da Conquista, 2014). No entanto, o município ainda não dispõe de uma regulamentação das Hortas Comunitárias Urbanas, mesmo com a Lei nº 2.046, de 26 de agosto de 2015, que dispõe sobre a Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e cria o Sistema Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

Quando perguntado à Coordenadora de Segurança Alimentar e Nutricional sobre como as famílias adquiriram e como ainda podem adquirir os terrenos ou lotes dentro das hortas, ela respondeu que o processo de distribuição foi realizado sem documentação específica, e as famílias que receberam transferiram a posse da terra para familiares.

Alguns lotes cultivados nas hortas comunitárias encontram-se sob a posse das famílias, transmitida a cessão do uso da terra para outras gerações. Todavia, existem aqueles lotes que foram repassados a outras pessoas por não possuírem herdeiros ou por necessidade de se desfazerem do lote por não conseguirem trabalhar. O que configura uma situação de informalidade e insegurança frente a normatização de acesso e uso da terra. A participante da pesquisa afirmou ainda que o processo de cadastramento e renovação de novos lotes está sendo revisado, bem como a formalização das agricultoras e agricultores, e os documentos oficiais ainda estão em processo de regularização.

Em 18 de abril de 2024, a Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista (PMVC) assinou um convênio com seis lojas maçônicas da cidade. O objetivo é contribuir para que as agricultoras e agricultores obtenham a documentação necessária para formalizar a venda de seus produtos a instituições públicas, como o Restaurante Popular, o Programa de Aquisição

de Alimentos (PAA) e a Secretaria Municipal de Educação para a merenda escolar (PMVC, 2024).

No dia 01 de abril de 2025, foi iniciada a segunda etapa do processo para oficializar a criação de um CNJP de associações em cada uma das hortas comunitárias, com representantes eleitos pelas próprias agricultoras e agricultores. Com esta regulamentação, poderão garantir a utilização da área para cultivo de alimentos e comercializar de forma direta com diversas instituições. Os investimentos e manutenções continuam sendo realizados pela PMVC em cada uma das hortas.

O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) do município apresenta a proposta de criação de espaços para a agricultura urbana, no qual foram enfatizadas as hortas comunitárias. Para Paraguassú (2013), o principal problema do estabelecimento de uma política pública efetiva para a agricultura urbana,

[...] é a sua integração ao planejamento urbano, visto que a maioria das cidades brasileiras não tem este tipo de estratégia de ocupação ordenada, além das pressões do mercado imobiliário, causando um alto valor da terra urbana, dificultando o destino destas áreas a atividades de amortecimento ecológico do ecossistema urbano (Paraguassú, 2013, p. 108).

Uma das estratégias para driblar estes desafios seria a utilização de espaços como praças sem uso, organizando e reestruturando de forma clara e objetiva a realização de atividades que instigassem a comunidade a participar do cultivo de alimentos. Machini (2018) afirma que, em países da Europa, como Inglaterra e Portugal, os espaços são arrendados pelas prefeituras para quem se interessa em cultivar hortas, flores ou árvores frutíferas. No Canadá, os habitantes pagam uma taxa simbólica por ano para usufruírem da área para o plantio.

É importante que os terrenos sejam reconhecidos como locais de cultivo da Agricultura Urbana para que possam receber recursos do Governo Estadual e Federal, oportunizando a concretização de Políticas Públicas voltadas ao incentivo e melhoria das Hortas, que contemplam cerca de 90 famílias na cidade, com cultivo de alimentos livres de agrotóxicos (Tabela 9).

Tabela 9 – Área e Famílias das Hortas Comunitárias Urbanas, Vitória da Conquista, 2024.

Hortas Comunitárias Urbanas	Área Aproximada	Número de Canteiros	Número de famílias
Kadija	7200 m ²	110	30
Vila América	5000 m ²	80	29
Jardim Valéria	4200 m ²	70	17
Recanto das Águas	3500m ²	50	14

Fonte: Pesquisa de Campo, 2024.

Segundo a Coordenadora Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, as informações sobre a área e o número de famílias que cultivam nas Hortas Comunitárias Urbanas podem passar por alteração, por isso estão sendo conferidas para o processo de regulamentação.

A pesquisa empírica confirmou que os moradores no entorno das hortas comunitárias aprovam sua existência, apreciam os cultivos e consomem os alimentos delas provenientes. Os bairros onde estão localizadas cada uma das hortas apresentam quantidades diferentes de habitantes, segundo o censo do IBGE (2022), no bairro Kadija foram registrados 15.836 habitantes, no bairro Vila América 9.812 habitantes, no bairro Jardim Valéria 2.704 habitantes e, por fim, no bairro Recanto das Águas foram registrados 2.524 habitantes.

Cada horta comunitária ocupa uma área delimitada e todas são fechadas com portões de ferro ou madeira, cercadas em seus limites com a calçada e a rua ou pela vegetação perene da família das cactáceas (*Pereskia Zehntneri*) conhecida como Quiabento, comum na Bahia, denominadas como “cercas vivas” (Figura 20).

Figura 20 – Hortas Comunitárias Urbanas em Vitória da Conquista, 2024.



Fonte: Google Maps (Elaborado pela autora, 2024).

Para a organização de questões fundamentais ao funcionamento, cada uma das hortas tem uma agricultora/coordenadora responsável por abrir e fechar os portões, conferir o

abastecimento dos reservatórios de água, verificar a quantidade de adubo, avaliar a necessidade de limpeza no entorno da horta ou poda de árvores. Ela informa as demandas para a administração pública para que sejam direcionadas e equacionadas ou solucionadas.

As normas que competem ao funcionamento interno das hortas também são informadas à agricultora/coordenadora, que faz a mediação de eventuais divergências ou decisões. No entanto, o poder sobre as decisões é considerado pelo grupo de agricultoras, que discutem, avaliam e emitem suas opiniões a respeito das ações. Souza afirma que se um grupo decide “[...] em condições de plena liberdade, sobre o estabelecimento de certas regras (por exemplo, de uso do solo e de fruição de recursos), o poder é compartilhado por todos em condições de forte igualdade no tocante às chances de influenciar o estabelecimento das normas/leis” (Souza, 2009, p. 69). Dessa forma, quando cada uma das integrantes tem a chance de compartilhar do processo das decisões, também sente a responsabilidade de respeitar as regras de cuja construção participou.

Para Zambam e Ickert (2011), a necessidade de viver em sociedade onde as pessoas se reúnem, cultivam e realizam objetivos comuns é inerente aos seres humanos, e a existência de normas, acordos e tratados comuns é essencial para garantir a satisfação das necessidades mais importantes, como as condições de vida. Para Wilbers (2004, p. 7),

O poder das mulheres de tomar decisões dentro das comunidades pode ser altamente influenciado pelo nível de organização que elas apresentem, agindo em grupo. Essas ações em grupo podem ser vistas como mecanismos cooperativos pelos quais as mulheres conseguem se unir para dispor de recursos, talentos, informações, tempo e energia.

Em cada uma das hortas também existem regras a serem cumpridas pelas agricultoras, como a responsabilidade de cuidar e plantar especificamente no seu lote de terra, contribuir para a limpeza do ambiente, manter os reservatórios limpos e abastecidos com água, além de organizar os materiais de uso individual ou coletivo, guardando-os em local seguro.

A horta comunitária do bairro Kadija, (Figura 21) é oficialmente denominada Horta Municipal, por ser a mais antiga, a primeira a ser implantada na cidade na década de 1980, com aproximadamente 7200m². Envolve cerca de 30 famílias no cultivo de alimentos com agricultoras na faixa etária entre 25 e 80 anos. As observações evidenciam residências e vias pavimentadas no entorno desta horta, configurando-se como uma ilha verde no bairro, com pássaros, abelhas e borboletas entre as flores e plantas medicinais nos lotes. Essa biodiversidade é importante porque garante a fertilização por meio da dispersão de sementes

realizada por pássaros e a polinização das flores que funcionam como um termômetro para alcançar a sustentabilidade.

Figura 21 – Horta Comunitária do bairro Kadija, Vitória da Conquista, 2023.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2023.

No interior da horta, é raro ouvir os ruídos dos automóveis circulando pelas ruas. O ambiente é calmo e sereno, e mesmo sem a presença de árvores frondosas, a temperatura é agradável. Uma das mulheres é a encarregada por ouvir e atender quando possível as solicitações das companheiras em relação à reunião técnica, fornecimento de esterco para a produção do adubo, acionamento da bomba de água para o abastecimento, entre outras tarefas que mantém a organização no ambiente.

Nas visitas à horta, as agricultoras mostraram-se disponíveis e atentas à movimentação; algumas, mesmo dedicadas ao trabalho, aceitaram a entrevista e participaram ativamente, contribuindo com a pesquisa. Hortência, de 25 anos, oriunda da zona rural do município de Anagé, distante 50 quilômetros de Vitória da Conquista, segue os passos das agricultoras da família, tendo conhecido a horta ainda criança, acompanhando e aprendendo o trabalho de cultivo das hortaliças realizado pela sua mãe.

A agricultora Rosa do Deserto, com 71 anos, também contou sua trajetória de vida, que se entrelaça com o nascimento da horta. Revelou que migrou do espaço rural e criou os filhos com os recursos dos cultivos, presenciou a chegada e a saída de várias famílias, acompanhou o crescimento das plantas e as mudanças que ocorrerem nos canteiros ao longo dos anos de trabalho. As histórias contadas pelas duas mulheres representam a diferença de gerações inscritas no mesmo território de vida e trabalho.

A horta comunitária do bairro Vila América (Figura 22), situada nas proximidades do Anel Rodoviário Jadiel Matos, ocupa aproximadamente 5000 m². Com 27 anos de existência, conta com árvores frutíferas em seu entorno e interior, e o cultivo de alimentos contribui para o sustento de cerca de 29 famílias. As agricultoras e agricultores que trabalham nesta horta

apresentam faixa etária entre 40 e 75 anos. Ao adentrar a horta, percebe-se a organização do ambiente, com os canteiros aproximadamente do mesmo tamanho. Associadas às hortaliças, encontram-se variedade de flores e plantas medicinais.

Figura 22 – Horta Comunitária do Vila América, Vitória da Conquista, 2023.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2023.

Durante as visitas à horta, as agricultoras mostravam-se acolhedoras e dedicavam-se a compartilhar as novidades do cultivo, os alimentos prontos para a colheita, e estavam disponíveis para responder perguntas ou contar suas histórias. A agricultora de codinome Violeta, de 62 anos, relata que passou vinte anos cultivando alimentos em sua horta.

[...] Eu vim da roça. Quando eu cheguei aqui nem era cercado. A gente plantava ali do lado de fora, aqui era tudo mato. Nós limpou e começou a plantar. Eu morava aqui perto e trazia água no balde pra molhar. Aí foi chegando mais gente. Eu vendia o que conseguia colher e comprava outras coisas que não tinha aqui, fazia um montão assim, e saía vendendo. Eu criei meus quatro filhos trabalhando aqui, hoje já tão tudo formado e casado, só a mais nova que ainda tá na faculdade (Violeta, 2024)⁴⁶.

Assim como Violeta, a agricultora Dália, de 62 anos, também oriunda do espaço rural, trabalha há oito anos na horta. Para a agricultora, de voz suave e olhar sereno, que já passou por um processo de depressão, o trabalho representa vida: “[...] não tem coisa melhor do que vim pra cá, molhar, ver os passarinhos, ver as plantas crescendo, e poder comer o que a gente mesma plantou” (Dália, 2022)⁴⁷. A agricultora Azaléia é a responsável pelas demandas cotidianas relacionadas à gestão da horta, e demonstra cuidado com o lugar, juntamente com as outras mulheres.

A horta comunitária do bairro Jardim Valéria (Figura 23) foi instalada há mais de 25 anos, conta com aproximadamente 4200m² de área e proporciona o atendimento a cerca de 17

⁴⁶ Entrevista concedida em março de 2024.

⁴⁷ Entrevista concedida em abril de 2022.

famílias entre cultivo, comercialização e consumo. As agricultoras e agricultores que trabalham nesta horta apresentam faixa etária entre 45 e 87 anos.

Figura 23 – Horta Comunitária do bairro Jardim Valéria, Vitória da Conquista, 2023.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2023.

As árvores delimitam a horta com as ruas, as quais não dispõem de pavimentação. Ao lado da horta, encontra-se uma escola municipal que, constantemente, utiliza ervas para o preparo de sopas, caldos e saladas para os estudantes. Nos encontros com as agricultoras dessa horta, a alegria em receber a visita se manifestava com sorrisos largos e lembranças das visitas anteriores. Sempre dispostas a conversar, contaram suas histórias e falaram sobre a horta, mas mantinham-se focadas no trabalho, quer fosse regar, plantar ou colher, sem perder a oportunidade de revelar o quanto o trabalho representa para elas.

A agricultora Margarida, de 66 anos, revelou que trabalha na terra plantando feijão e milho desde criança, e que migrou do espaço rural do município de São Miguel das Matas, distante 343 quilômetros de Vitória da Conquista. Os vinte e cinco anos de trabalho na horta comunitária sustentaram a família com quatro filhos em períodos difíceis. Ela contou emocionada sobre a perda da sua nora e o amor pelo neto de 12 anos. A agricultora Camélia, natural de Vitória da Conquista, embora receba auxílio do governo (Bolsa-Família), conta que sua vida mudou depois que começou a trabalhar na horta, há três anos: “eu não tava trabalhando, mas agora venho pra cá e ajudo as meninas aqui, abro leira, molho, elas me pagam e já é um dinheiro a mais pra mim que tenho que comprar remédio” (Camélia, 2024)⁴⁸.

Apesar das diferenças entre o tempo de trabalho que dedicam à horta, as agricultoras destacaram a relevância do local em suas vidas e o significado da permanência no território. A agricultora Orquídea é uma das responsáveis pela verificação dos recursos básicos necessários ao funcionamento da horta.

⁴⁸ Entrevista concedida em março de 2024.

No bairro Recanto das Águas, localizada na Zona Oeste da cidade, está localizada a horta comunitária que recebe o mesmo nome. Oriunda de uma antiga fazenda que foi loteada com o crescimento do bairro há cerca de 20 anos, com aproximadamente 10000 m² atende a 14 famílias que cultivam seus alimentos. As agricultoras e agricultores apresentam faixa etária entre 50 e 78 anos. O ambiente da horta é tomado por árvores frutíferas como jaca, graviola, manga, e os cultivos, como as demais, são feitos sem uso de agrotóxicos.

Os canteiros são divididos com pequenas cercas para separar o local de cada agricultora, mas as plantações também são realizadas entre os canteiros, onde há espaço disponível para aproveitar a terra, proporcionando uma integração do ambiente próximo ao modelo de agricultura agroecológica (Figura 24).

Figura 24 – Horta Comunitária do bairro Recanto das Águas, Vitória da Conquista, 2023.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2023.

No espaço, há um minadouro que forma um pequeno lago com a permanência de peixes, sapos, pássaros e insetos que garantem biodiversidade e mantém a estabilidade e resiliência do lugar. A agricultora Gérbera descreveu que plantou parte das árvores que cercam a horta, e que é a responsável pela intermediação entre as agricultoras e a administração pública.

No Recanto das Águas, diferente das outras hortas comunitárias, os lotes não possuem a medida de 10m², mas sim de pequenos espaços que foram divididos de acordo com a largura do terreno, que se estende entre o limite das casas e a proximidade com uma área de charco (lagoa), conseqüentemente os canteiros apresentam tamanho inferior no comprimento quando comparadas às demais hortas estudadas.

O estudo das hortas comunitárias urbanas permite uma leitura sobre a conexão presente entre as ruralidades e urbanidades. Para Alves (2012, p. 14), “[...] as ruralidades no urbano são vistas através de hortas urbanas ou agricultura urbana, além das questões sociológicas pelos migrantes oriundos de áreas rurais que moram na cidade e cultivam

tradições e culturas camponesas na cidade”, onde as fronteiras físicas de cada uma das hortas que separam os cultivos do asfalto, dos carros, e das casas se diluem simbolicamente, não para constituírem um único território, mas para permitirem o acesso aos saberes e fazeres presentes no cotidiano do espaço vivido. Compreender as relações e interconexões estabelecidas pelas hortas urbanas proporciona o aperfeiçoamento do olhar para um outro modelo de cidade, que pode ser acessível e possível.

A quantidade de famílias que trabalha é proporcional à área de cada horta comunitária; contudo o número é oscilante e apresenta algumas variações conforme a dinâmica da comunidade, como ocorreu no período da pandemia da Covid-19, segundo a Coordenadora de Segurança Alimentar e Nutricional: “[...] por conta da pandemia, o número de famílias trabalhando na Horta Comunitária Recanto das Águas, por exemplo, diminuiu” (PMVC, 2021), mas contemplou 30 famílias no cultivo de hortaliças, antes da pandemia.

Ao serem questionadas sobre o funcionamento das hortas durante o período da pandemia, as agricultoras relataram o fechamento por um período e posteriormente a abertura parcial para garantir o fornecimento de alimentos às famílias e evitar perdas (Figura 25).

Figura 25 – Relato de agricultoras sobre o cultivo de alimentos nas Hortas Comunitárias Urbanas de Vitória da Conquista, 2022.



Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Embora nos relatos não tenha sido mencionada a escassez de alimentos ou menção à situação de insegurança alimentar associada à fome, é possível que o retorno às hortas também esteja atrelado a esta conjuntura. Segundo Maluf (2020), era de se esperar que a

comida, sua disponibilidade, o acesso e a qualidade do que se come viesse a requerer atenção urgente, ao lado da atenção à saúde das pessoas.

A dependência global a um sistema alimentar centralizador, que sustenta “[...] o modelo vigente, de caráter produtivista e tecnicista, resulta nos grandes deslocamentos de produtos alimentícios, definidos como ‘canais longos’ de comercialização” (Wassmansorf; Salamoni, 2021, p. 1) que se respaldam em grandes redes de distribuição e hipermercados, estes demonstraram-se frágeis para assegurar o abastecimento de alimentos frente à pandemia da Covid-19. Para Souza Leão (2023), o abalo econômico e social causado pela rápida propagação do novo coronavírus deixou evidente os vínculos de dependência entre as regiões do planeta no que concerne o abastecimento de alimentos, fortemente vinculado ao mercado de commodities.

Nesse sentido, “[...] pode-se evidenciar o papel da agricultura urbana como prática emergente estratégica para promover resiliência das cidades em situação de crise sanitária” (Souza Leão, *et al.*, 2023, p. 3). A retomada ocorreu com todos os cuidados e medidas preventivas adotados pela Secretaria de Saúde, com uso de equipamentos de proteção individual, como máscaras e luvas, além do uso do álcool em gel. Contudo, o recomeço após o período crítico da pandemia assustou algumas pessoas e a diminuição de agricultoras e agricultores foi inevitável.

4.4 Gestão pública e participação popular

As hortas urbanas, por vezes, se destacam como “ilhas verdes” dentro das cidades e chamam atenção ao olhar, consideradas como sistemas complexos que se constituem como paisagens culturais à medida que são representativas e identitárias, “[...] fruto muitas vezes de rearranjos de gerações e, por isso, repositórios involuntários de experiências e sabedoria com as quais aprendemos e que nos confortam, respondendo a um sentimento de pertença e enraizamento” (Carvalho; Marques, 2019, p. 95). Tudo isso representa a dimensão cultural da agricultura urbana, que não se trata do conceito objetivo do rural no urbano, ou do campo na cidade, mas de experiências complexas que emergem e se solidificam à medida que se expandem.

As hortas representam experiências individuais e coletivas vividas e compartilhadas num mesmo território, que se materializam por meio do cultivo e da comercialização, e de forma simbólica por meio da constituição de territorialidades, “[...] construída de inter-relações entre comunidade e território, que expressam valores tangíveis e intangíveis e

representam a identidade de determinada comunidade” (Rössler, 2006, p. 78). Esta identidade social se evidencia de diferentes formas entre as agricultoras, seja por meio das crenças, os saberes e fazeres, e das relações com o território, como expressa a entrevistada Acácia, que revela ter trabalhado em diversos lugares, mas se reconhece como agricultora. Assim como Acácia, outras mulheres também se identificam como agricultoras, e constituem um grupo específico que é reconhecido pelo seu trabalho. Para Saquet (2009), território, territorialidade e identidade são processos que ocorrem simultaneamente como produtos dos processos históricos e relacionais.

Embora alguns autores tratem o conceito de agricultura urbana com certa imprecisão, Machini (2018) salienta que a atividade se demonstra fértil e rica, variada, criada e recriada de diferentes maneiras em relação com o ambiente em que se situa. Para que as hortas não percam sua principal função, a do cultivo de alimentos, precisam de manutenção constante para certificar a permanência. A água que abastece as hortas fica armazenada em reservatórios, sendo proveniente de poço artesiano aberto pela PMVC desde a fundação, e não há qualquer empecilho ou restrição ao uso da água, um direito das agricultoras (Figura 26).

Figura 26 – Armazenamento de água para irrigação nas hortas comunitárias dos bairros Vila América e Jardim Valéria, 2023.



Horta Comunitária Vila América



Horta Comunitária Jardim Valéria



Horta Comunitária Vila América



Horta Comunitária Jardim Valéria

Fonte: Pesquisa de campo, 2023.

A garantia da água é fundamental para os cultivos, pois essas plantações dependem da umidade constante no solo, comprometida pelas elevadas temperaturas e ausência de chuvas, visto que a cidade se encontra numa região de transição, com períodos de estiagens característica do clima Semiárido. Para irrigar, as agricultoras utilizam regadores de forma manual, característica que se opõe às monoculturas do agronegócio, “[...] considerada um bem da natureza para as mulheres, a água é para o capitalismo um meio de produção, uma mercadoria que, como a terra, passa por disputas entre as classes sociais” (Mota; Siliprandi; Pacheco, 2021, p. 47). A lógica da produção utiliza a água como mercadoria para a produção de commodities ou controla seu acesso, situação que limita o cultivo de alimentos por pequenos produtores e agricultores familiares camponeses.

No que se refere ao cultivo de alimentos, segundo Siliprandi (2013), é necessário ouvir as mulheres agricultoras, que há anos chamam a atenção para a produção de alimentos que destroem a biodiversidade, a água e os recursos energéticos, promovida pela lógica dominante, em nome do aumento da produtividade e do lucro de alguns. O cultivo de alimentos de forma diversificada por meio da agricultura urbana, e descentralizada com a comercialização local, a partir de procedimentos que possam ser realizados de forma independentes e conectados, como os circuitos curtos de comercialização, pode possibilitar a reintegração sistêmica e ativar potencialidades ambientais e sociais.

Em entrevista, as agricultoras relataram que é necessária a manutenção do espaço e frequentemente as solicitações são feitas à prefeitura. O funcionamento do espaço depende da administração interna, mas também de insumos que provém de uma administração externa à horta, proporcionada pelo poder público. As hortas recebem a visita e acompanhamento dos técnicos e agrônomos enviados pela PMVC, para orientar as agricultoras a elaborarem fertilizantes e prepararem a terra de forma natural, como narra uma agricultora sobre o uso do adubo:

[...] os técnicos vêm aqui uma vez no mês, ensinou fazer o adubo, nós fez, mas usar mesmo nós não usa muito não. Porque assim, aqui a gente já sabe que tem o tempo dos fungos, dos bichinhos, cada um tem seu tempo de dar e quando aparece aí sim a gente trata (Gérbera, 2022)⁴⁹

O relato da agricultora revela que elas utilizam somente quando sentem necessidade, pois possuem a liberdade dentro do território para exercerem também os seus conhecimentos tradicionais acerca do cultivo. Segundo Scheffler (2018), é importante situar homens e mulheres que têm vontades, desejos, que fazem escolhas e reúnem, potencialmente,

⁴⁹ Entrevista concedida em março de 2022.

capacidade de autossuperação, para que possam se responsabilizar pelas suas ações cotidianamente.

Sobre as modificações que precisam ser realizadas tanto no interior das hortas como no bairro, as mulheres agricultoras elencaram ações que condizem com o levantamento realizado pela COSAN e compõem o Quadro 6.

Entre as solicitações, verifica-se a necessidade de orientação para a retirada da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), que pode ser feita junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural (SMDR). Segundo Fernandez (2019), dentro dos critérios para a aquisição da DAP, estão documentos que comprovem a posse da terra, o tamanho da propriedade, a renda familiar e a residência no mesmo município, mas não consta nenhum impedimento para que seja concedido no meio urbano.

Quadro 6 – Solicitações relatadas pelas agricultoras nas hortas comunitárias segundo a COSAN em 2023.

Solicitações	Horta Kadija	Horta Vila América	Horta Jardim Valéria	Horta Recanto das Águas
Manutenção do poço artesiano	x			
Adbos e preparo de compostagem	x	x	x	x
Orientação técnica especializada de forma regular	x	x	x	x
Melhoramento da cerca para proteção da horta comunitária	x	x		
Fiscalização do lixo depositado irregularmente pelos moradores da região		x	x	
Pavimentação (asfalto) do bairro			x	
Melhoria na Iluminação Pública do bairro/ instalação de postes		x		x
Apoio com doações de sementes			x	
Controle de pragas e fungos			x	
Apoio para transporte das Hortaliças para a Feira Agroecológica da UESB			x	

Fonte: Pesquisa de Campo, COSAN, 2023.

Contudo, a Lei 11.326/2006, que estabelece as diretrizes para a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, “[...] considera no Art. 3 como agricultor familiar aquele que pratica atividades em meio rural. O que dá a entender, portanto, que não existe agricultor em meio urbano” (Fernandez, 2019, p. 9).

A Portaria 523/2018, no Art. 3, que descreve sobre a agricultura urbana, afirma que “[...] podendo a atividade agrária ser desenvolvida em ambiente rural ou urbano” (Brasil, 2018). Nesse sentido, cabe o debate sobre a concessão da DAP às agricultoras das hortas comunitárias, visto que estas cultivam lotes de terra em área urbana. Outra questão que pode

ser levantada refere-se à utilização do termo agricultura familiar urbana, pois as agricultoras exercem as atividades agrícolas juntamente com a família. Para que a regularização e retirada do documento seja efetivada, é preciso o registro e a concessão do lote de terra às agricultoras, registro que está sendo regularizado, segundo a coordenadora da COSAN.

A pesquisa em campo e as entrevistas confirmaram que a Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista realiza ações de acordo com as solicitações feitas pelas agricultoras, com base na disponibilidade de recursos e funcionários para executar o serviço, no entanto as ações referem-se somente à manutenção nas imediações das hortas comunitárias (Quadro 7).

Quadro 7 – Ações realizadas pela Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista informadas pela COSAN, 2023.

Horta Comunitária	Ações realizadas pela PMVC	
	2023	2024
Kadija	Limpeza na área externa; Fornecimento de água (carros pipas) no período que a bomba estava quebrada; Fornecimento de adubo; Visitas semanais para orientação técnica;	Limpeza na área externa; Fornecimento de adubo; Visitas para orientação técnica;
Vila América	Limpeza na área externa; Fornecimento de adubo; Poda das árvores; Visitas semanais para orientação técnica;	Limpeza na área externa; Fornecimento de adubo; Visitas para orientação técnica;
Jardim Valéria	Limpeza na área externa; Fornecimento de adubo; Visitas semanais para orientação técnica;	Limpeza na área externa; Fornecimento de adubo; Visitas para orientação técnica;
Recanto das Águas	Limpeza na área externa e interna; Fornecimento de adubo; Poda das árvores; Visitas semanais para orientação técnica;	Fornecimento de adubo; Visitas para orientação técnica;

Fonte: Pesquisa de Campo, COSAN, 2023.

Estas ações são relevantes pois espelham o funcionamento e a infraestrutura necessária para a realização das atividades, mas é inevitável que, à medida que as hortas passam a atender uma quantidade superior de famílias, outras necessidades comecem a se manifestar de maneira objetiva, entre elas a solicitação por inclusão e acesso a políticas públicas, como relatado durante as entrevistas.

O poder público de Vitória da Conquista incentiva as mulheres agricultoras a tomar decisões em relação ao plantio. No entanto, em entrevista, as agricultoras relataram que os técnicos que as orientam fazem algumas ressalvas quanto às escolhas em relação ao cultivo de alimentos. Eles sugerem que o cultivo do milho e feijão sejam evitados nas hortas por apresentarem um ciclo extenso, como o da mandioca, por exemplo, que pode levar até dez

meses entre o plantio e a colheita, embora algumas agricultoras ainda cultivem somente para o consumo da família.

A orientação é que optem por cultivos de plantas comestíveis para autoconsumo como hortaliças, plantas medicinais, como na imagem, que têm um ciclo de cultivo em torno de três meses, e podem gerar excedentes, devido ao volume e diversidade que conseguem atingir. A diversificação no cultivo é relevante em razão de permitirem que agricultoras e agricultores tenham diferentes opções para o autoconsumo e para a comercialização.

A utilização de práticas como a rotação de culturas dentro das hortas aumenta a sustentabilidade e o cultivo, visto que podem ser plantados diferentes tipos de hortaliças, tais como as produtoras de raízes (cenoura e rabanete), bulbos (beterraba e cebola), folhas (alface, couve e espinafre), frutos (tomate, pepino e pimentão) e flores (couve-flor e brócolis). Este princípio fundamenta-se no “[...] aumento da diversidade, no que se refere ao convívio simultâneo das espécies, cultivadas ou não, aliadas à diversidade de espaço e tempo, que auxilia os processos biológicos de proteção das plantas” (Lucon; Chaves, 2004, p. 61), que, juntamente com o uso de insumos naturais, também reduz os impactos ambientais.

Uma das mulheres agricultoras entrevistadas explica como faz o adubo natural com esterco de boi e folhas secas. Enfatiza que aprendeu a fazer com os técnicos da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, que realizam visitas mensais: “[...] eles vieram aqui e ensinaram pra nós como é que faz pra não usar veneno nas plantas” (Gérbera, 2022)⁵⁰. Outra agricultora acrescenta: “[...] aqui tudo é natural, não tem veneno nenhum, a gente aduba tudo aqui com esse adubo que a gente faz utilizando esterco” (Melissa, 2022)⁵¹.

Além da garantia de utilização de adubos naturais, as agricultoras investem em sustentabilidade, pois a regularidade de ciclagem de nutrientes, ou seja, a frequente transferência de nutrientes entre o solo e as plantas e vice-versa, promove a renovação do solo com as folhagens presentes no próprio ambiente. O adubo é feito com um processo que exige tempo, paciência e disposição, como descrito pela agricultora Gérbera:

[...] pega uma lata de esterco de boi e bota aqui, põe umas folhas dessa e aí vai fazendo as camadas e vai molhando e vai virando e mexe todo dia por um mês. E aí ele vira um adubo maravilhoso, cheio de riquezas né?! Para as plantas aí depois pega uma lata dele e mistura com cinco litros de água e bota nas plantas, é muito bom! (Gérbera, 2022)⁵²

⁵⁰ Entrevista concedida em março de 2022.

⁵¹ Entrevista concedida em março de 2022.

⁵² Entrevista concedida em março de 2022.

Embora o processo que envolve a preparação do adubo não seja tóxico, é importante manter cuidados para proteger a saúde, sobretudo porque se trata de compostos orgânicos à base de esterco, que podem entrar em contato com a pele, olhos ou boca e provocar contaminação por coliformes fecais (Arbos, *et al.* 2010). Segundo as agricultoras, os técnicos enfatizam que respeitar o tempo de maturação da compostagem também assegura resultados seguros, eficientes e livre de contaminações dos alimentos (Figura 27).

Figura 27 – Agricultoras explicando sobre o adubo orgânico nas hortas comunitárias dos bairros Jardim Valéria e Recanto das Águas, 2023.



Horta Comunitária Jardim Valéria
Fonte: Pesquisa de campo, 2023.



Horta Comunitária Recanto das Águas

A elaboração do adubo natural é um importante processo que funciona como alternativa para garantir a qualidade dos alimentos. É um sistema que permite alcançar rendimento no cultivo, evita ao mesmo tempo os riscos de contaminação química das agricultoras, dos consumidores e do meio ambiente (Lucan; Chaves, 2004). Esta técnica exige dedicação, paciência e participação colaborativa das agricultoras, pois respeita o tempo da natureza em detrimento do tempo capitalista, que suprime o ritmo natural ao utilizar fertilizantes químicos e agrotóxicos.

A gestão das hortas comunitárias envolve esforço e trabalho regulares, a constância da assistência técnica oferecida pela PMVC, a atenção e dedicação das coordenadoras de cada uma das hortas comunitárias e a persistência, a re-existência das agricultoras no processo de cultivo e comercialização, que é fundamental para que as hortas permaneçam vivas na cidade

e possam assegurar renda e autoconsumo para as famílias. Como afirmam Hurtado e Porto Gonçalves (2022, p. 5), “[...] a re-existência é então entendida como o poder de recomeçar, de regenerar, de dar novos significados ou de renovar os sentidos da existência”⁵³. A próxima seção corrobora para compreender as nuances desse trabalho associado a constituição de territorialidades femininas.

⁵³ “[...] a Re-existencia se entiende entonces como el poder de recomenzar, de regeneración, de dar nuevos sentidos o renovar los sentidos de la existência” (Porto Gonçalves, 2022, p. 5)

5 TERRITORIALIDADES FEMININAS: ENTRE CULTIVO, CIRCULAÇÃO E CONSUMO DE ALIMENTOS



“A gente planta tudo,
aqui é terra,
água e pai do céu,
só não dá se não plantar”

(Margarida, 2024)⁵⁴

⁵⁴ Entrevista concedida em agosto de 2024.

5. TERRITORIALIDADES FEMININAS: ENTRE CULTIVO, CIRCULAÇÃO E CONSUMO DE ALIMENTOS

“Fome ‘é coisa de mulher’, porque,
segundo os homens,
‘ela é quem sabe mais dessas coisas’,
‘ela é quem sente mais’

Agonia da Fome
(Freitas, 2003, p. 122)

Diante da Insegurança Alimentar e Nutricional (INSAN) presente no Brasil, movimentos sociais no espaço urbano, sobretudo nas grandes e médias cidades, têm investido no uso do espaço ocioso para o cultivo de alimentos. A INSAN não se limita apenas à escassez de alimentos, mas também ao tipo de nutrição a que as famílias têm acesso. Isso se evidencia quando a população enfrenta transformações sociais que afetam o consumo de alimentos, sendo a vulnerabilidade social um fator de risco para uma dieta não saudável (Brasil, 2022).

O Censo 2022 revelou que as mulheres são responsáveis por quase metade dos lares brasileiros. Das 72,5 milhões de unidades domésticas do Brasil, 49,1% têm responsáveis do sexo feminino. Nos dados de 2010, eram de 38,7%. Em 10 estados brasileiros, “[...] o percentual de mulheres responsáveis pela unidade doméstica foi maior que 50%: Pernambuco (53,9%), Sergipe (53,1%), Maranhão (53,0%), Amapá (52,9%), Ceará (52,6%), Rio de Janeiro (52,3%), Alagoas e Paraíba (51,7%), Bahia (51,0%) e Piauí (50,4%)” (IBGE, 2022). A chefia feminina dos domicílios não representa algo novo, no entanto, revela que a responsabilidade feminina sobre a família e o lar tem aumentado.

Para Njenga (2020), na história do desenvolvimento e do planejamento urbano, o cultivo de alimentos e a Segurança Alimentar e Nutricional das famílias recebeu atenção limitada, o que contribuiu para a invisibilidade do trabalho das mulheres no abastecimento alimentar das cidades. Nesse sentido, compreender o processo de cultivo, comercialização e consumo dos alimentos das hortas comunitárias urbanas pode contribuir para encontrar caminhos que fortaleçam o acesso a alimentos pelas mulheres e suas famílias, objetivos que estão atrelados aos propósitos da Agenda 2030 dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

Compreender a maneira como as mulheres constituem territorialidades no processo de cultivo, comercialização e consumo de hortas no município de Vitória da Conquista pode

permitir aprofundar o olhar para o território vivido a fim de reconhecer e fortalecer as diferentes maneiras de práticas da agricultura urbana.

5.1. O trato da terra no cultivo de alimentos

Os processos de produção do território estão imbricados na apropriação do espaço, que gera transformações materiais e/ou simbólicas e que implicam em relações de dominação, o que provoca a consolidação de territorialidades.

[...] o território é uma categoria espessa que pressupõe um espaço geográfico que é apropriado e esse processo de apropriação – territorialização – enseja identidades – territorialidades – que estão inscritas em processos sendo, portanto, dinâmicas e mutáveis, materializando em cada momento uma determinada ordem, uma determinada configuração territorial (Porto Gonçalves, 2002, p. 230).

As reflexões sobre território e territorialidade são amplas e abrangem dimensões que incluem a economia, a política, mas que também perpassam pela cultura, por relações de gênero e autonomia. As territorialidades que se efetivam “[...] em todas as nossas relações sociais cotidianas de maneira múltipla e híbrida” (Saquet, 2009, p. 90) se manifestam nas diferentes formas de trocas comerciais e sociais de quem mantém essa prática e a utiliza como alimentação, além dos destinos do cultivo, que geram fluxos e promovem redes de relações entre as mulheres, famílias e grupos sociais. Quando o autor se refere à maneira híbrida, entende-se, por exemplo, que as territorialidades abrangem aspectos das relações sociais e familiares, dos indivíduos e dos grupos, assim como das relações urbano-rurais, não se fixando somente em uma forma, mas considerando a complexidade do espaço-tempo.

A realização de práticas agrícolas nas cidades possibilita uma nova compreensão do espaço urbano. Essa renovação conceitual deve ser feita para que as relações socioespaciais entre campo e cidade possam ser compreendidas, bem como as novas territorialidades advindas (Coutinho; Moura Costa, 2011). A importância do debate influencia sobretudo os segmentos sociais que se dedicam a construir relações sociais que superem as desigualdades de gênero, reproduzidas historicamente pela cultura patriarcal, contra os padrões de comportamento que favorecem os homens no trabalho, por exemplo, em detrimento das mulheres.

Para Furlin (2013), a incorporação do conceito de gênero nas discussões que envolve as dinâmicas cotidianas e territoriais permite explicar os comportamentos e funções assumidas

por mulheres na convivência social, bem como compreender os problemas e as dificuldades que as mulheres enfrentavam na vida política, social, profissional e familiar.

Particularidades entre mulheres e homens na agricultura urbana são percebidas em manifestações materiais e simbólicas nas hortas comunitárias e representam territorialidades distintas, “[...] a dimensão do gênero, portanto, deve ser utilizada como uma ferramenta analítica essencial para revelar as complexidades das atividades agrícolas nas cidades” (Wilbers, 2004, p. 7). As manifestações materiais envolvem as preferências relacionadas às plantações, às prioridades e percepções de mulheres e homens que vão definir os tipos de cultivo, a quantidade e a finalidade dos alimentos cultivados na cidade. As simbólicas estão presentes na diversidade inerente aos conhecimentos, estratégias, saberes e fazeres de mulheres e homens, como no sistema de irrigação (Figura 28).

Figura 28 – Técnica de irrigação na horta comunitária urbana do bairro Vila América, em Vitória da Conquista, 2023.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2023.

A estrutura montada por um agricultor, com madeira, canos e garrafas, permite que a água escorra irrigando as hortaliças, poupando o trabalho físico de carregar os regadores manualmente. Ao lado, a variedade dos cultivos realizados por uma agricultora revela a perspectiva da diversidade dos alimentos. Expressões diferentes na forma de cultivo em que os saberes e fazeres relacionados aos conhecimentos adquiridos ao longo da vida como agricultoras e agricultores se expressam por meio de territorialidades distintas, mas que coexistem. Sobre o aspecto da experiência vivida, Young e Rodríguez (2020) asseveram que

as mulheres experimentam a agricultura urbana de maneira diferente dos homens devido a fatores políticos, sociais e econômicos.

Para Maia (2001), o universo simbólico depende de “[...] constante atualização por parte dos indivíduos e de práticas interativas concretas. Ao mesmo tempo em que as relações cotidianas são rotinizadas, elas são também marcadas pela pluralidade e diversidade, podendo sempre ser vivificadas pela criatividade do novo” (Maia, 2001, p. 11). Assim se configuram as territorialidades femininas nas práticas da agricultura urbana.

Uma maneira de manter a umidade do solo é usando a técnica de gotejamento com garrafas PET. O processo é simples: enche-se a garrafa com água, fazendo um pequeno furo na tampa e inserindo a garrafa no solo. A água será liberada gota a gota, o que mantém o solo irrigado por mais tempo e evita variações na umidade. Vide o exemplo na Figura 29.

Figura 29 – Canteiros das hortas comunitárias irrigados pela técnica de gotejamento, 2024.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2022.

A presença dessa técnica foi verificada em canteiros cultivados por mulheres⁵⁵. As agricultoras também relataram diferenças em alguns trabalhos executados por mulheres e homens, como o preparo dos canteiros. A atividade de preparar a terra para receber as sementes ou mudas é normalmente executada pelos homens. Embora não seja uma regra, verificou-se que quando existe disponibilidade de tempo, são eles que executam essas funções que exigem esforço físico, dessa forma deixam os lotes prontos para que as mulheres possam plantar.

Quanto à diferença entre o trabalho de mulheres e homens, a agricultora Angélica afirma: “os homens só vêm aqui, cavam, e acha que já tá bom, a gente vem, planta, cuida,

⁵⁵ Esta informação prevaleceu até o término das visitas de campo.

molha e contempla, essa é a diferença” (Angélica, 2024)⁵⁶. Isso não significa que a atividade exercida pelos homens tem valor inferior, são apenas atividades distintas. Na compreensão da agricultora, o trabalho que eles exercem deveria estar envolto em atenção, uma das peculiaridades femininas desde o cuidado com o corpo, a saúde, a casa, o trabalho e a família. Quando a agricultora afirma que contempla a plantação, expressa o respeito que dedica ao cultivo dos alimentos, a admiração pelo trabalho realizado e seu esforço recompensado (Figura 30).

Figura 30 – Agricultora mostrando alimentos cultivados na horta comunitária Recanto das Águas, 2023.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2023.

Na imagem à esquerda, a agricultora aponta com atenção as sementes plantadas há uma semana, brotando e despontando na terra. Na imagem à direita, a agricultora colhe uma beterraba e uma espiga de milho e mostra satisfeita para a câmera a qualidade e o resultado do seu trabalho. A ação de contemplar e admirar é fruto do trabalho cotidiano que reforça as territorialidades. Raffestin (1993) afirma que a territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do ‘vivido’ territorial pelos membros de uma coletividade e pelas sociedades em geral; nesta situação, a territorialidade feminina é expressa pelo afeto e cuidado no cultivo dos alimentos.

Quando a agricultora Orquídea diz “[...] trabalhar na terra é uma ciência, eu sinto que quando eu tô plantando eu tô me curando dos meus problemas” (Orquídea, 2022)⁵⁷ espelha

⁵⁶ Entrevista concedida em agosto de 2024.

⁵⁷ Entrevista concedida em setembro de 2022.

um legítimo pertencimento com o fazer no território, além de ressaltar o poder curativo do seu trabalho. A agricultora Acácia completa: “[...] aqui a gente planta, colhe, vende, faz doação também, eu moro ali do lado, então pra mim aqui é como se fosse o quintal da minha casa” (Acácia, 2024)⁵⁸. Para Brandão (2000), a relação de afeto representa a essência entre a agricultora e a terra, e é dessa forma que as mulheres transformam o que é proporcionado pela natureza em alimento.

O trabalho de plantar requer cuidado. Segundo Paulilo, “[...] a responsabilidade pelo cuidado é sempre das mulheres, sejam elas mães, esposas, filhas, noras ou empregadas domésticas” (Paulilo, 2016, p. 307). Função imposta pela sociedade patriarcal, “[...] para restringir às mulheres ao ato de cuidar como se fosse parte inerente ao ‘ser mulher’” (Bernardo, 2021, p. 7), que, incorporado socialmente ao longo das gerações, concedeu às mulheres conhecimentos inestimáveis relacionados à percepção do sentir. Também é responsabilidade feminina o cuidado na seleção das mudas para evitar perdas no processo de cultivo. (Figura 31).

Figura 31 –Agricultora plantando alface na horta do bairro Kadija, 2021.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2023.

Semelhantemente a uma mãe que se debruça sobre o berço para cuidar de seu bebê, a agricultora, embora idosa, debruça-se sob a terra, e em suas mãos estão pequenas mudas, que como os filhos que cresceram sob seus cuidados, assim ela também contemplará o fruto de suas mãos.

O território também é o registro das tensões, dos sucessos e fracassos da história de uma sociedade, e precisa ser compreendido em uma perspectiva integradora (Haesbaert, 2004). Em entrevista, a agricultora Açucena afirma que os conflitos dentro da horta eram

⁵⁸ Entrevista concedida em outubro de 2024.

comuns, pois o controle da liberação da água era feito por um homem que, segundo a agricultora, não disponibilizava um volume suficiente para abastecer a plantação e isso comprometia consideravelmente o cultivo. O relato da agricultora expõe as relações de poder, que se referem às relações de gênero atreladas à constituição de valores: “[...] muitas vezes naturalizados no âmbito de nossa sociedade, apagando diferenças e ocultando situações de exclusão e opressão” (França, *et al.*, 2011, p. 297), influenciando diretamente nas relações sociais.

As mulheres estavam sujeitas à sua forma de administração, imersas no consenso social de submissão, não identificavam que estavam sendo prejudicadas, ou, se percebiam, permaneciam em silêncio. Quando perguntado a agricultora Açucena se o conflito se resolveu, ela afirma:

[...] chegou uma mulher nova aqui e ela foi reclamar da falta de água, que não tinha água pra molhar nada, brigou com ele, falou que não tinha direito de fazer isso e ficar segurando a água, e ele não aguentou e saiu, largou tudo. Aí ela e outra assumiram a responsabilidade e liberaram a água, agora a gente tem água o ano todo! (Açucena, 2022)⁵⁹.

Como as desigualdades de gênero penetram em todas as esferas da vida, “[...] as estratégias feministas envolvem um enfrentamento da posição subordinada das mulheres tanto dentro das instituições do estado como da sociedade civil” (Brah, 2006, p. 342), para que seja possível mudar as relações sociais de poder imbricadas no gênero. O enfrentamento em determinadas situações fortalece as territorialidades.

Segundo Sales e Gualberto (2019), territorialidades são as concepções que temos do poder exercido por um indivíduo ou um grupo, demonstrando domínio, poder e influência dentro de um determinado território. As mulheres, de forma individual ou coletiva através de suas organizações, têm rejeitado e contestado as relações desiguais e opressoras de gênero e configurado diferentes modos de agir, de reagir e de lutar, o que particulariza cotidianamente a constituição de novas territorialidades (Scheffler, 2018).

Embora os saberes das mulheres tenham sido silenciados ou invisibilizados ao longo do tempo e “[...] nem todas as pesquisas etnobotânicas consideram as complexas relações de gênero no seu escopo, nem que forma a intersecção de gênero, raça e etnia interferem na produção e transmissão destes conhecimentos” (Figueiredo, 2024, p. 22), historicamente, as mulheres têm sido responsáveis pelo uso de chás e infusões para o tratamento do corpo e da mente.

⁵⁹ Entrevista concedida em março de 2022.

As observações no decorrer da pesquisa revelam que as mulheres agricultoras demonstram conhecimento em suas práticas de cultivo relacionadas às Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC) e plantas medicinais, além de incluírem explanação de receitas no momento da comercialização, enquanto os homens se voltam para o cultivo específico de hortaliças.

Durante observação em campo, foi possível presenciar um rapaz de aproximadamente 16 anos que procurou um agricultor solicitando “hortelã grosso”⁶⁰ para fazer chá para seu filho de três meses, o agricultor se aproximou de dois canteiros com diversas espécies, mas não reconheceu a planta solicitada, informando ao rapaz que não havia. Imediatamente, uma das agricultoras se voltou ao rapaz dizendo: “não pode ser hortelã grosso, não, tem que ser do miúdo” (Margarida, 2024)⁶¹.

O rapaz prontamente respondeu: “mas foi minha vó que mandou”. Nesse momento, a agricultora apontou para o pé de hortelã grosso, pedindo ao agricultor que colhesse para o rapaz; em seguida, voltou a dizer: “criança de três meses não pode tomar chá de hortelã grosso, não”, mas o rapaz, ainda confiante no conhecimento da sua vó, seguiu com sua compra, sem responder.

A narrativa sobre o que se observou na horta comunitária revela algumas questões a respeito do cultivo de alimentos. Em primeiro lugar, a permanência da cultura que envolve o consumo de fitoterápicos. Estudos apontam “[...] a crescente redescoberta do valor curativo das plantas medicinais, pois os efeitos colaterais dos medicamentos industrializados e o seu elevado valor tem contribuído para que a população busque tratamentos mais saudáveis e baratos para combater os seus problemas de saúde” (Lopes B., *et al.* 2021, p. 131). A segunda questão diz respeito ao conhecimento das mulheres em relação às plantas medicinais, pois, enquanto o agricultor não reconheceu a planta solicitada, a agricultora reconheceu e também sabia exatamente onde estava localizada e a utilização na cultura popular como um remédio.

A observação em campo revela o que Almeida e Bandeira (2010) denominam de “domínio cognitivo entre os gêneros sobre o conhecimento de plantas”, ou seja, corresponde ao comportamento que se expressa de forma diferente quanto ao conhecimento relacionado a plantas medicinais entre mulheres e homens. As experiências de agricultura urbana envolvem saberes relacionados à origem rural dessas mulheres.

⁶⁰ As partes e espécies vegetais que estão permitidas para o preparo de chá como alimento pelas suas propriedades farmacológicas, como a hortelã (*Mentha Piperita*), estão descritas na RDC 10/2010 (Brasil, 2010).

⁶¹ Entrevista concedida em março de 2022.

[...] os saberes ligados à vivência rural anterior podem estar relacionados a dinâmicas de transmissão de conhecimentos da agricultura familiar ou camponesa onde se aprendia com os pais, mães ou avós o cultivo de roças e dos quintais, os cuidados na criação de animais, a identificação de plantas medicinais nativas e o uso de remédios caseiros (Moura Costa; Almeida, 2012, p. 9).

Efetivamente, as mulheres demonstram segurança e saberes específicos quanto ao cultivo e consumo de plantas medicinais, o que se deve às práticas que se relacionam com a noção de cuidado e que “[...] são predominantemente de domínio feminino em função da divisão sexual do trabalho instituída pela ordem patriarcal, sendo transmitidos entre sucessivas gerações” (Costa; Marin, 2023, p. 2). Em contextos de ausência de atendimento médico ou acesso à saúde pública, esses saberes e práticas serviam como suporte no tratamento de doenças. Embora tenha ocorrido um avanço em relação ao acesso à assistência médica, também ocorreu avanço na medicina alternativa e no uso de medicamentos naturais, pois, “[...] mesmo com o desenvolvimento dos fármacos sintéticos, as plantas medicinais permaneceram como forma alternativa de tratamento em várias partes do mundo, observando-se nas últimas décadas a valorização do emprego de preparações à base de plantas para fins terapêuticos” (Badke, 2012, p. 364).

À medida que o conhecimento acerca do uso de plantas medicinais é posto em prática pelas mulheres dentro das hortas comunitárias, reforça-se a tradição, a cultura e as territorialidades femininas que se manifestam pelas apropriações que ocorrem no território. O quadro 07 apresenta a diversidade das plantas, denominação popular, usos frequentes, e as hortas onde são cultivadas. (Quadro 8).

Quadro 8 – Plantas Alimentícias Não Convencionais cultivadas nas Hortas Comunitárias Urbanas de Vitória da Conquista, 2023.

Imagem	PANC (nome científico)	PANC (nome popular)	Uso popular	Horta Kadija	Horta Vila América	Horta Jardim Valéria	Horta Recanto das Águas
	<i>Salvia rosmarinus</i>	Alecrim	Anti-inflamatório, melhora enxaqueca, febre e cólica.	✓	✓	✓	✓
	<i>Gossypium</i>	Algodão	Chá das folhas alivia cólicas e cicatrizante.				✓
	<i>Aloe vera</i>	Babosa	Uso do gel em dermatites, infecções e queimaduras.	✓			✓
	<i>Pelmus boldus</i>	Boldo	Uso em chá para o fígado e estomago.	✓	✓		

	<i>Portulaca oleracea</i>	Beldroega	Consumo em saladas, sopas, molhos, caldos, rica em vitamina C e proteína.			✓	
	<i>Mucuna pruriens</i>	Café Beirão	Propriedades antidepressivas, anti-inflamatório, artrite e afrodisíaco.				✓
	<i>Erechtites valerianifolius</i>	Capiçoba	Rica em proteína, sabor picante, caldos e saladas.	✓	✓	✓	
	<i>Cymbopogon citratus</i>	Capim Santo	Utilizado para fazer chás, sucos.	✓	✓	✓	
	<i>Tropaeolum majus</i>	Capuchinha	Rica em vitamina C, potássio, cálcio e zinco	✓	✓		
	<i>Amaranthus viridis</i>	Caruru	Anti-inflamatório e antibacteriano.	✓	✓	✓	✓
	<i>Cichorium intybus</i>	Chicória	Uso do chá como digestivo, diurético e problemas hepáticos e intestinais.		✓		
	<i>Symphytum officinale</i>	Confrei	Anti-nflamatório e cicatrizante.		✓		
	<i>Taraxacum officinale</i>	Dente de leão	Uso em chá, ação anti-inflamatório, diurética e antioxidante.	✓	✓	✓	
	<i>Melissa officinalis</i>	Erva Cidreira	Uso em chá para problemas gastrointestinais.		✓	✓	
	<i>Foeniculum vulgare</i>	Erva doce	Uso para chá, redução de gases no intestino.	✓	✓	✓	✓
	<i>Gynura bicolor</i>	Espinafre roxo	Folhas ricas em proteína, e ferro é anti-inflamatório e cicatrizante	✓	✓	✓	
	<i>Cajanus cajan</i>	Feijão Gandu	Uso das folhas para febre e cefaleia, grãos para alimentação.	✓	✓	✓	✓
	<i>Mentha spicata</i>	Hortelã	Utilizado no preparo de saladas, chás e sucos.	✓	✓		✓
	<i>Ocimum basilicum</i>	Manjericão	Consumido em alimentos e saladas.	✓	✓	✓	✓
	<i>Dysphnia ambrosioides</i>	Mastruz	Cicatrizante, anti-inflamatório e digestivo.	✓	✓	✓	✓

	<i>Pereskia aculeata</i>	Orapronobis	As folhas contêm proteína e ferro, uso em saladas e sopas.			✓	
	<i>Origanum vulgare</i>	Orégano	Uso do chá, antifúngico, melhora digestão e reduz o colesterol.			✓	
	<i>Stachys brizanthina</i>	Peixinho	Consumo cru ou empanado, rico em fibras e vitamina C.	✓	✓	✓	
	<i>Plantago major</i>	Transagem	Uso como chá, bactericida, antibiótico e anti-inflamatório.	✓	✓		
	<i>Hibiscus sabdariffa</i>	Vinagreira	Utilizada como chá para hipertensão e prisão de ventre.	✓	✓		

Fonte: Pesquisa de campo, 2023.

As denominadas PANC são as plantas que possuem pelo menos uma parte que seja fonte de alimento, podendo ser a raiz, o caule, as folhas, brotos, flores, frutos ou sementes. As diferentes espécies que se enquadram na categoria de PANC “[...] são fontes ricas de macro e micronutrientes, além de possuírem compostos bioativos que podem apresentar propriedades importantes na prevenção de doenças” (Gonçalves, R., *et al.*, 2020, p. 69). Normalmente, são plantas que crescem de forma espontânea, são resistentes a fungos e insetos, adaptam-se facilmente ao ambiente e requerem pouco ou nenhum cuidado.

As plantas classificadas como “não convencionais” são assim denominadas cientificamente por seu uso estar associado a uma determinada região, território ou comunidade tradicional, “[...] são aquelas que não receberam ainda a devida atenção por parte da comunidade técnico-científica e da sociedade como um todo, resultando em consumo em algumas localidades ou regiões, com dificuldade de penetração para as demais regiões do país” (Brasil, 2010, p. 9). Conforme seu uso é divulgado socialmente, ela passa a ser reconhecida, cultivada e comercializada, deixa de ser denominada como uma PANC, passa a ser considerada convencional (Ranieri, 2017; Kinupp, 2009), como o manjeriço, alecrim e o orégano, o que justifica a importância da divulgação para o consumo devido às suas propriedades nutricionais, históricas e culturais.

Segundo Coradin (*et al.*, 2011) o Brasil apresenta a maior biodiversidade do mundo, com 20% das espécies do planeta, que poderá ter um papel estratégico na consolidação e elevação da saúde da população brasileira. Todavia, 90% do alimento consumido mundialmente provém apenas de 20 espécies de plantas. Isso deve-se ao monopólio de

grandes empresas na produção de alimentos para garantir produtos alimentícios que geram lucro superior comparado aos alimentos *in natura*. Para Callegari (2017), a maioria do circuito comercial de vegetais atualmente “[...] é dominado por algumas poucas plantas, gerando uma dieta que não contempla certos nutrientes e compostos importantes para metabolismo, o que muitas vezes é compensado com o consumo de suplementos” (Callegari, Matos Filho, 2017, p. 9), conseqüentemente gera a diminuição da variedade no consumo de alimentos.

A cozinheira e ativista da “cultura alimentar”⁶² Tainá Marajoara, contrária ao uso da denominação PANCs, por defender que as plantas já faziam parte da cultura e culinária dos povos originários antes da chegada dos colonizadores, enfatiza sentido à denominação “Plantas Alimentícias Não Colonizadas”⁶³. Primeira a representar este setor no Conselho Nacional de Política Cultural (CNPCC), ela afirma que,

[...] são muitas camadas de colonialismo e de discriminação para continuar com práticas de dominação, uma desterritorialização do paladar. A inserção cada vez mais forte da industrialização tira de nós o gosto do alimento (Marajoara, 2022, p. 3).

A invisibilização de espécies de plantas nutritivas e saudáveis, como as PANC, em função de produtos alimentícios ultraprocessados, influencia nas escolhas alimentares e causa cacofonia alimentar na população. Rau e Menasche (2015) afiançam que, na noção de cacofonia alimentar, “[...] reúnem-se as dúvidas em torno do comer, geradas pelo excesso de informações transmitidas pelos meios de comunicação e amplamente divulgadas pelos profissionais do setor de saúde e – por vezes com intenção duvidosa – pela indústria de alimentos” (Rau; Menasche, 2015, p. 208). A quantidade excessiva de informações, as diversas linguagens como meio de comunicação em forma de propagandas, confundem os consumidores e podem enfraquecer os saberes locais, além de influenciar diretamente na cultura e cultivo de alimentos.

Os movimentos de mulheres, sobretudo as produtoras de alimentos, como a Marcha das Margaridas⁶⁴, chamam a atenção para o poder dos grandes conglomerados de empresas

⁶² Conceito utilizado por Tainá Marajoara como base para construção de políticas públicas para cultura alimentar no Brasil, a partir da Moção 094 da 3ª Conferência Nacional de Cultura (Cavalcante, *et al.*, 2023, p. 102).

⁶³ OLIVEIRA, Bruna. **Plantas Alimentícias Não Colonizadas**. [Instagram]. 27 jan. 2022. Disponível em: https://www.instagram.com/brunacrioula/p/CmaZ0wxt4oA/?next=https%3A%2F%2Fwww.instagram.com%2Fp%2F--7H_HSvcu%2Fliked_by%2F%3F__coig_login%3D1.

⁶⁴ Em 2000, as mulheres trabalhadoras rurais realizam a primeira Marcha das Margaridas. Ao longo das sete edições (2000, 2003, 2007, 2011, 2015, 2019 e 2023) a capacidade de organização e mobilização foi sendo ampliada, chegando a alcançar o quantitativo de 100 mil mulheres reunidas em Brasília, em 2023.

(formados por empresas de diferentes setores de produção que estão conectadas) e no centro dos debates está “[...] o questionamento ao modelo de desenvolvimento capitalista, neoliberal, expresso no meio rural pela implementação da revolução verde e sua modernização conservadora, que fortaleceu o setor do agronegócio e o latifúndio no Brasil” (Moreira, S., 2019, p. 41). Os conglomerados controlam sementes e comercializam *commodities* referentes à alimentação que ameaçam a saúde das pessoas e o ambiente, além de comprometer a capacidade dos países de implementar políticas públicas autônomas e de Segurança Alimentar e Nutricional (Siliprandi, 2013). As práticas da agricultura urbana caminham na contramão desse processo, e persistir na constituição de hortas é uma alternativa para avançar nesse embate.

As observações durante a pesquisa empírica nas hortas comunitárias urbanas, revelaram no cultivo de alimentos, uma variedade de plantas alimentícias não convencionais, também tratadas como plantas medicinais e comercializadas pelas agricultoras juntamente com hortaliças, e que servem como recurso terapêutico. Essas plantas medicinais são “[...] utilizadas por muitas famílias em suas práticas populares de cuidado com a saúde, costume que se perpetua também por meio de atores, como benzedeiros (as), raizeiros (as) e parteiras transladados às periferias urbanas” (Oliveira L., *et al.*, 2018, p. 204). O uso de raízes, ervas e chás está diretamente ligado aos saberes e práticas culturais realizadas no espaço rural, bem como no urbano. Para Barbosa,

[...] as mulheres são centrais para a transmissão dos saberes tradicionais relacionados à utilização de plantas medicinais e no cuidado e promoção à saúde, sendo a valorização desses conhecimentos e práticas elemento fundamental na estratégia de fortalecimento da agricultura (Barbosa, 2021, p. 117).

Estes saberes e fazeres relacionados às práticas de cultivo de PANC e hortaliças também contribuem para a configuração de territorialidades femininas, expressas por meio do afeto, do trabalho, de ações individuais e coletivas, associadas também à circulação e ao consumo de alimentos nas hortas comunitárias.

Dessa forma, as territorialidades da Agricultura Urbana “[...] estão configuradas no plantio, na localização das hortas, na relação com o entorno e com o poder público, mas também no trato com a terra e na colheita” (Azevedo, *et al.*; 2020, p. 12), além do processo de comercialização que implica diretamente na constituição de uma rede de relações sociais voltadas à alimentação. Segundo Wilbers (2004), as relações de gênero ficam explícitas quando as oportunidades de cultivar mais alimentos vão depender de quanto as mulheres

possam influenciar as decisões na família sobre os cultivos a serem realizados, o consumo, a finalidade, a comercialização e a distribuição dos benefícios dentro do núcleo familiar.

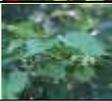
5.2. Vivências femininas e circularidade dos alimentos

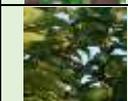
Em maio de 2018, ocorreu uma paralisação no setor de cargas e transportes no Brasil. A manifestação, liderada principalmente por caminhoneiros, teve como motivação inicial o posicionamento contra os reajustes de preços nos combustíveis, sobretudo o óleo diesel. Com duração de dez dias, houve “[...] significativos impactos socioeconômicos decorrentes da interrupção no abastecimento de bens, insumos e combustíveis que atingiram diversos setores econômicos, os bloqueios de rodovias foram registrados nas Unidades da Federação” (Brasil, 2024). Essa paralisação afetou também a distribuição de alimentos perecíveis como frutas, legumes e hortaliças, em várias cidades do Brasil.

Na cidade de Vitória da Conquista, embora também tenha constatado o impacto da paralisação nacional, a distribuição de hortaliças e vegetais manteve-se estável durante o processo, o que ocorreu devido à proximidade com os locais de cultivo, como os realizados pelos agricultores familiares nos espaços periurbanos e os provenientes das hortas comunitárias urbanas, que abasteceram sobretudo as feiras próximas aos locais de cultivo.

Durante as visitas realizadas nas quatro hortas comunitárias, foram elaborados levantamentos sobre os alimentos cultivados e o resultado foi a verificação de uma variedade de cultivos como hortaliças, tubérculos, legumes e frutas. As frutas (Quadro 9) são cultivadas para o autoconsumo, mas as agricultoras em alguns períodos as comercializam com hortaliças e legumes.

Quadro 9 – Principais frutas cultivadas nas Hortas Comunitárias Urbanas de Vitória da Conquista, 2023.

Fotografia	Fruta (nome popular)	Horta Kadija	Horta Vila América	Horta Jardim Valéria	Horta Recanto das Águas
	Abacate		✓		✓
	Acerola		✓		✓
	Amora	✓	✓		
	Banana		✓	✓	✓

	Cana (Gramínea)	✓	✓	✓	✓
	Côco	✓	✓		
	Goiaba			✓	
	Graviola			✓	✓
	Jaca				✓
	Limão		✓		✓
	Mamão	✓	✓	✓	✓
	Manga		✓	✓	✓
	Seriguela			✓	

Fonte: Pesquisa de campo, 2023.

A comercialização dos alimentos provenientes das hortas comunitárias urbanas envolve um processo que apresenta características, as quais Darolt (2021) conceitua como Circuitos Curtos de Comercialização (CCC), e ocorre quando um produto chega às mãos do consumidor com informações que lhe permitam saber onde foi produzido, ou seja, a procedência, o local de cultivo, por quem foi cultivado, quem são as agricultoras e agricultores e de que forma foi realizado o cultivo, quais as técnicas e saberes empregados. Esses aspectos imprimem aos alimentos referências de aproximação e confiança entre agricultoras e consumidores; além disso, “[...] as tradições e a cultura alimentar por detrás dos alimentos” (Rover; Darolt, 2021, p. 27) são elementos socioculturais que podem ser identificados.

As particularidades apresentadas pelo autor perpassam as particularidades observáveis na agricultura urbana presente na cidade. O processo de comercialização dos alimentos nas hortas comunitárias pode ser tipificado de formas distintas, como venda direta ou indireta. A primeira delas ocorre com a venda de forma fluida e constante, com a procura das hortaliças por consumidores e consumidoras que residem nas proximidades da horta, denominados pelas agricultoras de clientes fixos.

Em entrevista, a agricultora Margarida, quando perguntada sobre a comercialização dos alimentos que ela cultiva, responde: “Eu vendo aqui mesmo pra quem chega procurando, e meu marido também sai pra vender nos condomínios, na rua, já tem as pessoas certas” (Margarida, 2024)⁶⁵. Essa comercialização é identificada como venda direta, em que a agricultora mantém relação com o consumidor dentro do local de cultivo ou indo até ele diretamente, utilizando carrinhos de mão, bicicleta ou outras formas de se deslocarem para acomodar os cultivos (Figura 32).

Figura 32 – Mulheres agricultoras na horta comunitária do Vila América, 2023



Fonte: Pesquisa de campo, 2023.

Assim como a agricultora que revela a divisão de tarefas com o marido, outras mulheres casadas também informaram que os companheiros saem para comercialização na feira ou nas residências próximas à horta. As entrevistadas relataram que a renda obtida com a comercialização não é dividida entre eles, mas é destinada à compra de alimentos e itens para toda a família. A agricultora Gérbera também relata sobre o destino dos alimentos:

[...] aqui nós vende e também consome, tem uns que sai de galinhota, de carro de ferro pra entregar. Vai caminhando... eu enchia um carrão de verdura e saía pra entregar, já tem as casas certas, as freguesias que a gente entrega. O pessoal já deixa encomendado, aí tem uns que sai duas vezes na semana, tem uns que sai uma, depende do tanto de verdura que tem (Gérbera, 2023)⁶⁶.

⁶⁵ Entrevista concedida em agosto de 2024.

⁶⁶ Entrevista concedida em outubro de 2023.

Esse tipo de comercialização relatado pela agricultora caracteriza a venda direta fora do local de cultivo, segundo Darolt “[...] a ausência de intermediários entre os consumidores e os produtores é comum a qualquer sistema de comercialização direta e permite aos consumidores um acesso facilitado (preço menor) a produtos de qualidade” (Darolt, 2013, p. 160). Segundo as agricultoras, apesar de saírem do perímetro da horta e adentrar ao bairro ou em condomínios, mantém a relação de proximidade com os consumidores. Para Sabourin,

[...] tais situações de contato direto dão lugar a relações humanas (conversas e explicações em torno do produto, do trabalho, dos procedimentos, das receitas) as quais geram sentimentos e valores de amizade, de fidelidade e de confiança entre produtores e consumidores (Sabourin, 2013, p. 13).

As estreitas relações que se estabelecem na comercialização direta representam reciprocidade referente a laços afetivos, reconhecimento mútuo ou valores étnicos de respeito: “[...] o princípio de reciprocidade corresponde a um ato reflexivo entre sujeitos, a uma relação intersubjetiva e não somente a uma simples permuta de bens ou de objetos” (Sabourin, 2013, p. 9). A oferta de alimentos entre as famílias e os fregueses fortalece o vínculo com a horta comunitária, favorecendo o cultivo de alimentos na cidade e a permanência das mulheres agricultoras em seu território de vida e trabalho.

Além dos consumidores que regularmente adquirem alimentos nas hortas, existem aqueles que não são assíduos, mas que procuram diretamente as agricultoras com solicitações específicas esporadicamente ou que buscam nas feiras os alimentos cultivados nas hortas. Estes consumidores, apesar de não serem frequentadores do local de cultivo, dispõem da referência sobre o mesmo, a forma de cultivo e as agricultoras, ou seja, conhecem a procedência dos alimentos, especialmente nas feiras.

Para Queiroz e Menezes, “[...] seja para abastecer a despensa ou saciar a fome, a feira livre é também locus de socialização por meio de múltiplas trocas de produtos e saberes, assim como é reduto da comensalidade, do encontro dos amigos” (Queiroz; Menezes, 2021, p. 77). A feira desempenha um papel essencial na inclusão socioeconômica das famílias, pois contribui para diminuir a presença de intermediários, permitindo a venda direta dos alimentos que excedem ao consumo familiar.

Verificou-se também, por meio das entrevistas, a comercialização das hortaliças de forma indireta, quando se evidencia um intermediário entre as agricultoras e o consumidor, as agricultoras se referiram a estes como ‘compradores’, sem detalhar a informação, como relatou a agricultora: “a gente vende aqui e pra fora também, vem os compradores aqui e pega

pra vender” (Hortência, 2023)⁶⁷. Apesar da agricultora mostrar conhecimento sobre a comercialização que é realizada fora da horta, seu empenho está voltado à venda do próprio cultivo, uma vez que as hortaliças têm o período certo para serem colhidas e consumidas, porque após a colheita, se não forem comercializadas, podem ocorrer perdas.

A presença dos intermediários nas hortas é comum durante dias específicos da semana, “[...] embora não exista uma definição oficial, há consenso em designar um circuito curto como um processo comercial cujo número de intermediários entre produção e consumo é limitado a zero ou máximo um”⁶⁸ (Chaffotte; Chiffolleau, 2007, p. 1). Estes intermediários normalmente são comerciantes donos de mercadinhos locais, pessoas que compram das agricultoras para comercializar no próprio bairro ou feirantes que comercializam hortaliças e complementam com cultivos das hortas.

A observação em campo também permitiu a verificação de que existe a comercialização das hortaliças dentro das hortas com a venda de canteiros entre as agricultoras. Em entrevista, a agricultora Bromélia, quando perguntada sobre a venda das hortaliças, responde: “Eu vendo pras meninas aqui, já é certo, elas compram na minha mão e depois vende pra fora, tem o pessoal da feira, tem restaurante” (Bromélia, 2022)⁶⁹. O relato da agricultora atesta a comercialização dos alimentos dentro da horta comunitária entre as agricultoras, com algumas mulheres sendo intermediárias ao mesmo tempo que também cultivam suas hortaliças. No entanto, não é possível afirmar que a comercialização ocorra de forma contínua, com frequência anual, devido a variações na quantidade do cultivo e a demanda de alimentos.

Em alguns casos, os alimentos também são comercializados a um intermediário de fora da horta. Em conversa informal, uma consumidora relatou que os alimentos das hortas comunitárias são comercializados numa feira de alimentos realizada em um bairro de classe média da cidade, a cada quinze dias. A consumidora destaca que, na feira, as hortaliças são comercializadas a preços maiores do que nas hortas. No entanto, o consumidor final não deixa de ter a referência dos alimentos cultivados quando questiona a procedência, dessa forma ainda se efetiva o circuito curto de comercialização, como enfatiza Darolt (2013).

Outro exemplo ocorre com a agricultora de codinome Violeta, que compra os alimentos na horta e vende no próprio bairro, próximo a uma área comercial.

⁶⁷ Entrevista concedida em março de 2023.

⁶⁸ “bien qu’aucune définition officielle n’existe, un consensus se dégage pour désigner un circuit court comme un processus commercial dont le nombre d’intermédiaires entre la production et la consommation se limite à zéro ou maximum um” (Chaffotte; Chiffolleau, 2013, p. 1).

⁶⁹ Entrevista concedida em setembro de 2022.

Eu trabalhei aqui na horta muito tempo plantando, foi mais de 20 anos trabalhando aqui, criei quatro filhos e consegui construir minha casa, meus filhos fizeram faculdade, tudo saindo daqui de dentro... mas agora eu pego aqui com o pessoal e só vendo, não aguento mais trabalhar não (Violeta, 2024)⁷⁰

Os consumidores têm conhecimento sobre a origem das hortaliças que são comercializadas, compram com Violeta pela relação que se estabeleceu com a agricultora e pela proximidade com as residências (Figura 33).

Figura 33 – Mulher comercializando alimentos da Horta Comunitária Jardim Valéria, 2024.



Fonte: Pesquisa de campo, 2024.

Os “[...] circuitos curtos permitem maior autonomia do agricultor, contato direto com o consumidor, transações financeiras sem intermediários, remunerações mais justas e menor risco de perdas na comercialização” (Darolt, *et al.*, 2016, p. 14). Para as agricultoras, a presença de um intermediário está associada à necessidade de assegurar a venda, sobretudo a um comprador regular, que é importante do ponto de vista de garantia do retorno financeiro.

Quanto às agricultoras que fornecem as hortaliças para outras dentro da horta, a percepção é de uma relação de parceria, pois quando vende seus canteiros consegue assegurar o retorno financeiro, garantindo sua própria segurança alimentar, além de certificar-se de que não ocorra a perda dos alimentos pelo tempo de espera para a comercialização. Para Candido, “[...] essencialmente, a parceria é uma sociedade pela qual alguém fornece a terra, ficando com direito sobre parte dos produtos obtidos pelo outro” (Candido, p. 123), contudo, nas

⁷⁰ Entrevista concedida em março de 2024.

hortas comunitárias, a parceria não está relacionada a uma troca referente ao uso da terra, mas à comercialização.

Foi possível observar as relações de poder entre as agricultoras, na hierarquia entre as mais experientes e as novatas, ou entre aquelas que possuem um número menor de canteiros, no entanto, os laços de sociabilidade são perceptíveis, como expressa a agricultora:

[...] comecei a trabalhar ajudando as meninas aqui, limpar, molhar, cavar a terra, aí depois eu fui indicada e consegui essa leira, tô trabalhando aqui tem três anos. Eu vendo a leira fechada para as meninas, já deixo pra elas e elas vendem pra fora. Eu já trabalhei na roça, mas era plantando coisa grande, era fumo, feijão, aí quando cheguei aqui não sabia plantar essas coisas, mas as meninas foram me ensinando e eu fui aprendendo, hoje eu já sei como planta alface, coentro (Rosa, 2024)⁷¹.

A narrativa evidencia algumas questões importantes para compreender as hortas comunitárias, entre elas, estão as relações de poder que se estabelecem no território entre as agricultoras, por meio da comercialização. Além do estabelecimento de normas, quando diz que foi indicada e “conseguiu” a leira. A indicação feita por uma agricultora para que pudesse conquistar a terra para o cultivo foi proporcionada pelo exercício e reconhecimento do seu trabalho. Uma das regras que se destacou em todas as hortas comunitárias urbanas durante a pesquisa é que não basta ter acesso à terra, é preciso cultivá-la.

Também assinala as trocas simbólicas no recurso de ensinar e aprender sobre o cultivo, no repasse das artes de ‘saber fazer’, alicerçada por De Certeau (2013), segundo quem essas práticas constituem uma maneira de pensar investida de uma maneira de agir, resultando na arte indissociável de combinar e utilizar processos de interações cotidianas. Essas subjetividades é que fazem com que cada território se diferencie do outro e apresente uma dinamicidade própria.

Quando a agricultora se refere às companheiras como ‘meninas’, enfatizando proximidade, destacam-se as relações que formam redes de sociabilidade. Para Menezes,

[...] redes de sociabilidade constituem recursos utilizados envolvendo atributos, intencionalmente apresentando-se como uma estratégia de trabalho, de reciprocidade, de produção, de proximidade. As redes constituem, pois, em uma relação primária estratégica cotidiana constituída pelos atores sociais, que atuam como emissores ou receptores; os vínculos ou elementos relacionais atuantes estão permeados dos aspectos simbólicos, éticos e consistem em fortes atributos nas relações econômicas (Menezes, 2009, p. 165).

⁷¹ Entrevista concedida em abril de 2024.

Os aspectos simbólicos que permeiam os processos cotidianos como as trocas, realizadas na convivialidade, reforçam as redes de sociabilidade e constituem as territorialidades. Nas hortas, cada agricultora é responsável por adubar, plantar e regar seu canteiro, mas aquelas que o abandonam correm o risco de perder o direito sobre ele. Contudo, quando uma companheira não pode comparecer por questões de saúde ou outro problema, as colegas se solidarizam e assumem o trabalho, contribuem dessa forma com a manutenção do cultivo.

A agricultora Magnólia relata: “[...] caso alguém daqui adoecer e não puder vir aqui molhar aí a gente molha, mas plantar, cuidar, cada um cuida do seu” (Magnólia, 2023)⁷². Esta relação intersubjetiva (Sabourin, 2013) contribui para a construção de redes de sociabilidade que funcionam como estratégias das mulheres para manter as hortas comunitárias e resultar na configuração de territorialidades. Para Mesquita e Almeida,

[...] a territorialidade feminina se constrói cotidianamente pela apropriação simbólica e afetiva do espaço e pelas relações de poder e também de solidariedade estabelecidas com os sujeitos. As mulheres, com os seus conhecimentos e experiências usam e controlam o território em busca de melhor vida para a sua família (Mesquita; Almeida, 2017, p. 10).

O acesso à renda proporcionado pela comercialização das hortaliças geralmente ocorre por meio de pagamento em dinheiro. No entanto, algumas mulheres têm a opção de receber seus pagamentos via PIX. Como a agricultora Açucena relata: “Eu passei a vender no pix quando fui trabalhar na feira, o pessoal pedia, aí eu fiz, que agora ninguém tem mais dinheiro, agora tudo é pix” (Açucena, 2022)⁷³. A comercialização por meio do PIX é uma adaptação às novas tecnologias oferecidas pelo mercado financeiro, proposta pelo Banco Central do Brasil desde 2016, com a finalidade de promover a inclusão financeira. A operação pode ser concluída em alguns minutos, com a disponibilização dos recursos para o recebedor de forma quase imediata.

A agricultora cultiva alimentos agroecológicos em três lotes da horta há sete anos, comercializa dentro da própria horta, na feira do bairro Patagônia e também fornece hortaliças para um restaurante. Quando necessário, Açucena compra alimentos de outras mulheres para não deixar de efetivar a comercialização.

A agricultora Begônia revela a postura de alguns clientes no momento da comercialização, quando se refere aos alimentos agroecológicos que comumente denominam

⁷² Entrevista concedida em maio de 2023.

⁷³ Entrevista concedida em março de 2022.

de orgânicos⁷⁴: “[...] tem gente que prefere comprar mais barato e comer veneno, mas aqui é tudo orgânico, não tem veneno não” (Begônia, 2021)⁷⁵. A agricultora afirma que os alimentos convencionais⁷⁶ têm o custo inferior porque o uso de agrotóxicos no cultivo incentiva o crescimento rápido e reduz a perda após a colheita, em função disso as agricultoras conseguem comercializar com valores reduzidos se comparado com o cultivo de agroecológicos.

Durante a pesquisa, ao se investigar sobre os preços médios de algumas hortaliças comercializadas com frequência nas hortas comunitárias, nas feiras e em alguns mercados, observou-se significativa diferença entre o que é cobrado pelos alimentos convencionais e os alimentos agroecológicos (Tabela 10).

Tabela 10 – Diferença entre valores de hortaliças comercializadas em mercados, feiras e nas hortas comunitárias em Vitória da Conquista, 2025.

Hortaliças	Mercado (Convencional)	Feira (Convencional)	Venda direta nas Hortas (agroecológico)
Alface	R\$ 6,50	R\$ 5,00	R\$ 3,00
Couve	R\$ 6,50	R\$ 5,00	R\$ 3,00
Coentro/ Cebolinha ⁷⁷	R\$ 5,00	R\$ 4,00	R\$ 2,00
Alho Poro	R\$ 9,00	R\$ 7,00	R\$ 3,00

Fonte: Pesquisa de campo, 2025.

Com base nas informações dos comerciantes locais, as hortaliças comercializadas nos mercados e nas feiras não são cultivadas de forma orgânica.⁷⁸ Em relação ao volume/quantidade de hortaliças acondicionadas nas embalagens, é visível que nas hortas comunitárias a porção selecionada pelas agricultoras apresenta até o dobro do volume dos mercados e das feiras. Acerca dos preços, percebe-se que os alimentos agroecológicos presentes nas hortas comunitárias são acessíveis, podendo custar metade, ou menos que os alimentos convencionais comercializados em mercados e feiras.

No momento da comercialização, alguns consumidores preferem adquirir os alimentos com baixo custo e, segundo a entrevistada, não se preocupam com o processo em que foram

⁷⁴ De acordo com o Artigo 2º da Lei no. 10.831 de 23 de dezembro de 2003, “Considera-se produto da agricultura orgânica ou produto orgânico, seja ele *in natura* ou processado, aquele obtido em sistema orgânico de produção agropecuário ou oriundo de processo extrativista sustentável e não prejudicial ao ecossistema local” (Brasil, 2003).

⁷⁵ Entrevista concedida em outubro de 2021.

⁷⁶ Os alimentos produzidos na “agricultura convencional são considerados altamente dependente de insumos externos, como fertilizantes químicos e agrotóxicos que podem, quando utilizados de forma inadequada, provocar contaminação de solos, água e ar, além de causar resistência de pragas e aumento das emissões de gases de efeito estufa” (Rosset, *et al.*, 2014, p. 82).

⁷⁷ Frequentemente são comercializados juntos, em uma única porção, amarrados por barbante.

⁷⁸ Embora haja comercialização de hortaliças orgânicas em alguns mercados e feiras específicos na cidade, optou-se pela escolha destes convencionais para fins de comparação.

cultivados. Para Fischler (1995, p. 66), incorporar um alimento é incorporar todas as suas propriedades, “[...] a incorporação estabelece a identidade. Os alimentos que absorvemos fornecem não apenas a energia que nosso corpo consome, mas também a própria substância desse corpo, no sentido de que contribuem para a manutenção da composição bioquímica do organismo”⁷⁹. Dessa forma, ‘somos o que comemos’, e um alimento carregado de agrotóxicos certamente fará parte do nosso corpo. O alimento livre também incorpora ao corpo a liberdade.

Uma alternativa para prevenir a comparação entre a qualidade e os preços dos alimentos agroecológicos e convencionais seria criar um espaço exclusivo para a venda, como uma feira dedicada às hortas comunitárias. Isso evitaria o constrangimento da comparação de preços e incentivaria a relevância do consumo de alimentos agroecológicos. Para Joshi (*et al.*, 2020), as atividades agrícolas são influenciadas pelo gênero não apenas com relação ao cultivo, mas ao longo de todas as cadeias de valor, entre elas estão os conhecimentos cognitivos que expressam os saberes, as diferentes formas de comercialização e as diversas maneiras de se pensar o consumo.

5.3 Consumo e autonomia: caminho para a Segurança Alimentar e Nutricional

Comer “[...] é um dos assuntos mais antigos e mais marcantes do pensamento humano” (Bakhtin, 1987, p. 245), mas, quando se perde o vínculo entre o alimento, a natureza, sua constituição e o trabalho humano para cultivá-lo, perde-se a concepção de nutrição. Para Joshi (*et al.*, 2020), a nossa relação com a alimentação é complexa, plural e se dá através de múltiplas camadas. A relação com o alimento perpassa o cultivo, as tradições que o envolve, a cultura, as relações que se estabelecem com o ato de comer e as necessidades de nutrição. Segundo Fischler (1995), não há nada mais vital e íntimo do que comer. Ao comer nos tornamos um único corpo com o alimento, nos tornamos íntimos dele.

No contexto brasileiro, a primeira publicação institucional sobre alimentação e nutrição só ocorreu na década de 1950. A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) “[...] só passou a receber particular atenção quando pesquisas realizadas na década de 1980 revelaram que a insegurança alimentar dos indivíduos era principalmente um resultado da pobreza e da falta de acesso ao alimento e não da sua disponibilidade no mercado” (Paiva, *et al.*, 2019, p.

⁷⁹ “[...] La incorporación funda la identidad. Los alimentos que absorbemos proporcionan no sólo la energía que consume nuestro cuerpo, sino también la sustancia misma de este cuerpo, en el sentido de que contribuyen a mantener la composición bioquímica del organismo” (Fischler, 1995, p. 66).

2). Em 2006, foi instituída a lei nº 11.346, a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), que consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (Brasil, 2006).

Tendo em vista garantir esses direitos, o decreto nº. 7.272 de 25 de agosto de 2010 define as diretrizes e objetivos da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), que dispõe sobre a sua gestão, mecanismos de financiamento, monitoramento e avaliação, no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Brasil, 2010). Entretanto, a garantia de todos os direitos ainda encontra lacunas para serem executados e a realidade ainda apresenta a insegurança alimentar e nutricional de uma parte da população. Para Castro e Lara,

[...] a nutrição não pode ser separada da alimentação, da saúde, do meio ambiente e da agricultura. Alimentação e nutrição abrangem identidade, amor, cuidado, espiritualidade e saúde física, mental e emocional. Os movimentos sociais percebem e vivenciam a alimentação e a nutrição cotidianas como um conceito indivisível⁸⁰ (Castro; Lara, 2015, p. 33).

Quando se trata de nutrição, é necessário considerar mais do que apenas o ato de comer, é fundamental assegurar que as pessoas, especialmente mulheres e crianças, tenham acesso aos alimentos. Siliprandi destaca que “[...] do ponto de vista do consumo, espera-se que as mulheres deem conta da alimentação da família, no entanto, não se discute com quais recursos e em que condições – tempo, esforço pessoal, infraestrutura – isso ocorre” (Siliprandi, 2013, p. 165). As mulheres que trabalham nas hortas urbanas, em geral, precisam ser capazes de gerenciar a residência e desempenhar o trabalho de gerar renda por meio da comercialização dos alimentos cultivados.

O trabalho nas hortas comunitárias “[...] pode conferir benefícios distintos às mulheres, que muitas vezes enfrentam restrições de emprego maiores que os homens em áreas urbanas” (Alves, *et al.*, 2019, p. 164). Algumas exercem outros trabalhos para o sustento da família, “[...] a agricultura urbana agrega valor às mulheres, permitindo que elas trabalhem

⁸⁰ [...] la nutrición no puede separarse de los alimentos, la salud, el medio ambiente y la agricultura. La alimentación y la nutrición engloban identidad, amor, cuidado, espiritualidad, salud física, mental y emocional. (...) Los movimientos sociales perciben y viven la alimentación y nutrición diarias como un concepto indivisible (Castro; Lara, 2015, p. 33).

perto de casa e, ao mesmo tempo, combinem essa atividade com suas muitas responsabilidades diárias”⁸¹ (Moreno Flores, 2007, p. 6). Quando perguntado para Íris sobre seu trabalho na horta comunitária, ela responde:

[...] eu trabalho o dia todo numa casa de família, saio depois do almoço, mas teve umas mudanças de horário e se minha patroa não deixar eu sair cedo não vou conseguir chegar aqui na horta pra molhar e cuidar das hortaliças. Isso aqui é minha vida, eu gosto demais de ficar aqui e vê tudo crescendo... me tranquiliza e ainda consigo tirar um dinheiro pra mim e levar umas coisas daqui pra comer em casa (Íris, 2023)⁸².

A narrativa da agricultora revela que a conciliação de atividades de trabalho faz parte do seu cotidiano, o cultivo da horta lhe fornece renda e alimentação. O cultivo das hortas não está restrito às mulheres, no entanto, estas se destacam nesses territórios por se apresentarem em maior número e por seus saberes e fazeres, que estão associados à identidade que elas constroem como agricultoras e ao trabalho voltado à alimentação.

As mulheres são frequentemente responsáveis pela venda a varejo de produtos frescos como frutas e hortaliças, fornecimento de alimentos e venda de refeições e comida de rua. Tais atividades promovem o acesso à alimentação para um grande número de pessoas a baixo custo, favorecendo até certo ponto a Segurança Alimentar e Nutricional (FAO, 2011).

A agricultora Margarida, explica que sempre trabalhou com agricultura no campo, e desde criança ajudava a família com a plantação de feijão, mandioca e milho. Em entrevista, relata:

Eu vim da roça com meu marido pra ver se conseguia melhorar as coisas; hoje em dia já tenho uma ajuda que meu marido aposentou e eu também aposentei, então já melhorou. Mas meu ponto certo de comer foi aqui dentro e nunca faltou... quando eu cheguei aqui com quatro filhos, o mais velho com onze anos, o que me sustentou foi esse ponto aqui, foi daqui que a gente tirou o sustento, foi daqui que minha família sobreviveu, daqui não falta o dinheiro do pão, não falta o dinheiro da merenda, compra carne, compra as coisas que precisa (Margarida, 2024)⁸³

Quando a agricultora se refere à horta comunitária como seu ponto de sustento, ela expressa o vínculo com o território, comunica sobre acesso e oportunidade, mas sobretudo fala do alimento que se desdobra em nutrição e obtenção de renda, o que garante a segurança alimentar e nutricional para a família.

⁸¹ “[...] la agricultura urbana adquiere un valor agregado para las mujeres, ya que les permite trabajar cerca de sus hogares, al mismo tiempo que pueden combinar esta actividad con sus múltiples responsabilidades diarias” (Moreno Flores, 2007, p. 6)

⁸² Entrevista concedida em maio de 2023.

⁸³ Entrevista concedida em agosto de 2024.

O consumo dos alimentos que cultiva e a renda proveniente da comercialização é utilizada para comprar outros itens, que fazem parte da cultura alimentar, no entanto, não cultivadas na horta e que precisam ser adquiridos em outros lugares na cidade. Segundo o Guia Alimentar para a população brasileira, a complementação de pequenas quantidades de alimentos de origem animal, combinadas a alimentos de origem vegetal como grãos, tubérculos, legumes, verduras e frutas, constitui uma base excelente para uma alimentação nutricionalmente balanceada, saborosa e culturalmente apropriada (Brasil, 2014).

O Guia Alimentar para a população brasileira também conceitua alimentação adequada e saudável como um conjunto de aspectos ambientais, culturais, econômicos e sociais e tem forte influência sobre ações de promoção de saúde. Dessa forma, entende-se que fazem parte da alimentação adequada e saudável

[...] alimentos específicos, preparações culinárias que resultam da combinação e preparo desses alimentos e modos de comer particulares constituem parte importante da cultura de uma sociedade e, como tal, estão fortemente relacionados com a identidade e o sentimento de pertencimento social das pessoas, com a sensação de autonomia, com o prazer propiciado pela alimentação e, conseqüentemente, com o seu estado de bem-estar (Brasil, 2014, p. 16)

Frequentemente, as mulheres agricultoras são responsáveis pelo preparo e acesso das refeições familiares e, conseqüentemente, tendem a se preocupar com a qualidade dos alimentos consumidos. Para Souza Leão (*et al.*, 2023), a importância da agricultura urbana para o alcance da Segurança Alimentar e Nutricional se destaca em razão das famílias agricultoras terem disponibilidade de produtos frescos tanto para si quanto para os residentes no entorno das hortas e para os consumidores atendidos por seus canais de escoamento. Pimbert (2009, p. 45) ressalta: “[...] graças a sua estreita relação com a produção para o autoconsumo, as mulheres detêm conhecimentos sobre sementes, técnicas de plantio, de armazenamento de alimentos e produtos tradicionais”. Estes alimentos são nutritivos e diversos, diferentes dos disponibilizados em mercados convencionais.

O contato com o processo de plantar e colher possibilita às mulheres a reflexão acerca do consumo adequado e saudável dos alimentos, com responsabilidade sobre os recursos provenientes dos seus cultivos e comercializações. Quando perguntado a agricultora Dália sobre o destino dos alimentos, ela responde: “Aqui, a gente come de tudo, planta, colhe e come também, se não vender a gente divide com quem quiser” (Dália, 2022)⁸⁴ A agricultora

⁸⁴ Entrevista concedida em março de 2022.

Begônia também responde: “[...] o que a gente planta, uma parte a gente come e também dá pros vizinhos, pra família...” (Begônia, 2021)⁸⁵.

Essas mulheres descreveram as experiências com a horta demonstrando alegria, interesse e satisfação em plantar e colher para o próprio consumo, além de serem capazes de oferecer a outras famílias os alimentos cultivados, o que expressa as relações de sociabilidade.

Para Sabourin (1999, p. 46), a sociabilidade está relacionada com “[...] um conjunto de práticas que contribuem para tecer a essência das relações, conduzindo à criação e ao respeito dos valores humanos, precisamente na medida que são compartilhadas as mesmas estruturas produtivas”. O ato de doar os alimentos para outras famílias corresponde também ao respeito pelo trabalho exercido e o valor ao direito de todos à alimentação. A agricultora Petúnia, falou sobre pessoas que passaram por necessidades econômicas:

Minha filha, eu trabalho aqui dentro tem vinte e dois anos, já vi muita gente aqui passar necessidade... de sustento mesmo sabe, necessidade mesmo de não ter nada... e a valência foi os alimentos daqui, um e outro ajudando foi o que sustentou. Porque aqui a gente é igual uma família, todos se ajudam, não deixa faltar pra ninguém não. (Petúnia, 2025)⁸⁶.

Os vínculos sociais se estabelecem pela proximidade, fundamental para a formação de um grupo. As relações cotidianas evidenciam a proximidade entre as agricultoras e proporcionam a construção de uma rede de sociabilidade que promove o fortalecimento do sentimento de comunidade, impulsiona a cooperação entre as famílias e reduz a insegurança alimentar e nutricional.

Para Sodré, o trabalho é “[...] o incentivo à integração social a partir das atividades da horta, como função terapêutica, associado ao consumo de alimentos saudáveis, à partilha deste alimento como questão social, somada à atividade lúdica de produzir, de manter, de colher, ou apenas de observar” (Sodré, *et al.*, 2019, p. 176). A doação de alimentos e o ato de compartilhar também contribuem para garantir a alimentação e a nutrição das famílias que não estão diretamente envolvidas no cultivo de alimentos.

Embora os lotes sejam de responsabilidade das mulheres, em pesquisa de campo foi possível observar que a família compartilha a prática de cultivo e cuidado com a plantação. Em entrevista, a agricultora Gardênia fala sobre quem trabalha nas hortas,

[...] tem dia que vem duas, três pessoas da mesma família, a mulher, o marido e a filha, tem dia que vem só a mulher que tem o cadastro, mas a maioria são as mulheres mesmo que vem. Só tem Sr. João e Loro que vem

⁸⁵ Entrevista concedida em outubro de 2021.

⁸⁶ Entrevista concedida em fevereiro de 2025.

mais sozinho mesmo, mas aqui são as mulheres mesmo que vem (Gardênia, 2023)⁸⁷.

Para Giddens, “[...] o parentesco geralmente proporciona uma rede estabilizadora de relações amigáveis ou íntimas que resistem através do tempo-espaço” (Giddens, 1991, p. 92), o que proporciona a estabilização de um ambiente permeado por relações de confiança. Quando perguntado à agricultora de codinome Hortêncina sobre o tempo que trabalha na horta, ela responde:

Sozinha aqui tem três anos, mas minha mãe tem essa terra aqui faz 24 anos, criou três filhos trabalhando aqui. A gente veio da zona rural de Anagé pra cá, cheguei aqui na barriga da minha mãe. Eu vinha com ela quando era criança também, agora ela precisou ir pra São Paulo pra ajudar um parente e eu tava sem trabalho, então fiquei aqui cuidando e trabalhando pra tirar meu dinheiro e tiro as coisas pra comer também (Hortêncina, 2023)⁸⁸.

Hortêncina relata que consegue cultivar alimentos para o consumo e comercializar, mas também há um “[...] resgate dos conhecimentos sobre plantas, temperos e ervas medicinais, com a retomada de práticas de plantio e consumo das pessoas que viviam no campo e hoje estão na cidade. Há com isso o resgate de memórias e o fortalecimento das relações entre gerações” (Ribas; Rigon, 2024, p. 39). Embora ela tenha vivenciado outras experiências de atividades fora da horta, quando percebeu a oportunidade de continuar o trabalho exercido pela mãe há vinte e quatro anos, escolheu ficar e plantar. (Figura 34).

Figura 34 – Agricultora na Horta Comunitária do bairro Kadija, Vitória da Conquista, 2023.



Fonte: Pesquisa de campo, 2023.

Dessa forma, “[...] as práticas de Agricultura Urbana possibilitam o cultivo de alimentos como forma de sobrevivência frente às dificuldades impostas pelas condições da

⁸⁷ Entrevista concedida em maio de 2023.

⁸⁸ Entrevista concedida em maio de 2023.

vida urbana e como expressão do cerne de suas histórias de vida e o cuidado com a terra” (Oliveira, *et al.*, 2018, p. 203). As hortas constituem-se como fonte de manutenção da família, das suas territorialidades, do cotidiano, das relações, dos costumes e dos hábitos alimentares vivenciados nesse território.

As hortas comunitárias contribuem para a reprodução social das famílias agricultoras urbanas. Segundo Pacheco (2019), a desigualdade de gênero na divisão de benefícios na família se manifesta de vários modos. Homens e mulheres gastam de forma diferente: “[...] a renda controlada pelas mulheres tem mais probabilidade de contribuir para a garantia da alimentação da família e do bem-estar dos filhos do que aquela controlada pelos homens” (Pacheco, 2009, p. 6). Significa dizer que geralmente são as mulheres que estão efetivamente atentas às necessidades e despesas da família, por consequência, conduzem a renda prioritariamente para garantir a alimentação.

No livro **Agonia da Fome**, a autora destaca que, quando o homem se encontra desempregado e a mulher sustenta a casa, eles são quem administram os recursos, tornando ainda mais desigual a condição feminina.

De fato, a mulher apresenta uma produção discursiva sobre a necessidade do alimento para a família, com mais ênfase que o homem, o qual se mantém numa determinada posição cultural de distanciamento sobre esse tema, ainda que tantas vezes transite contracenando com a mulher sobre as dificuldades para a manutenção da casa (Freitas, 2003, p. 122).

A autonomia econômica das mulheres pode inferir não só na sua forma de administrar a renda com relação à alimentação e melhorar as condições de vida da família, mas ampliar o seu poder de decidir sobre seus recursos pessoais, como narra a agricultora Orquídea:

Eu cresci trabalhando na roça catando café, com treze anos fui pra Salvador, quando vim pra cá não achei trabalho, tive problema no joelho e o que eu achei aqui foi vim trabalhar aqui na horta e hoje o que eu ganho aqui é só meu, não divido com ninguém. Aí tiro um dinheiro da semente, o dinheiro do adubo, no final do mês as vezes pago um menino que ajuda a molhar de manhã, porque o trabalho aqui é duro, pegar água nos regadores pra molhar tudo não é brincadeira, mas no final do mês o que sobra é meu (Orquídea, 2022)⁸⁹

O relato da agricultora ecoa como um alerta social, como uma bandeira de luta reverberando o quanto é significativo que as mulheres possam não só dizer, mas, sobretudo, fazer o que elas querem ou anseiam com seus próprios recursos. Ser responsável por si

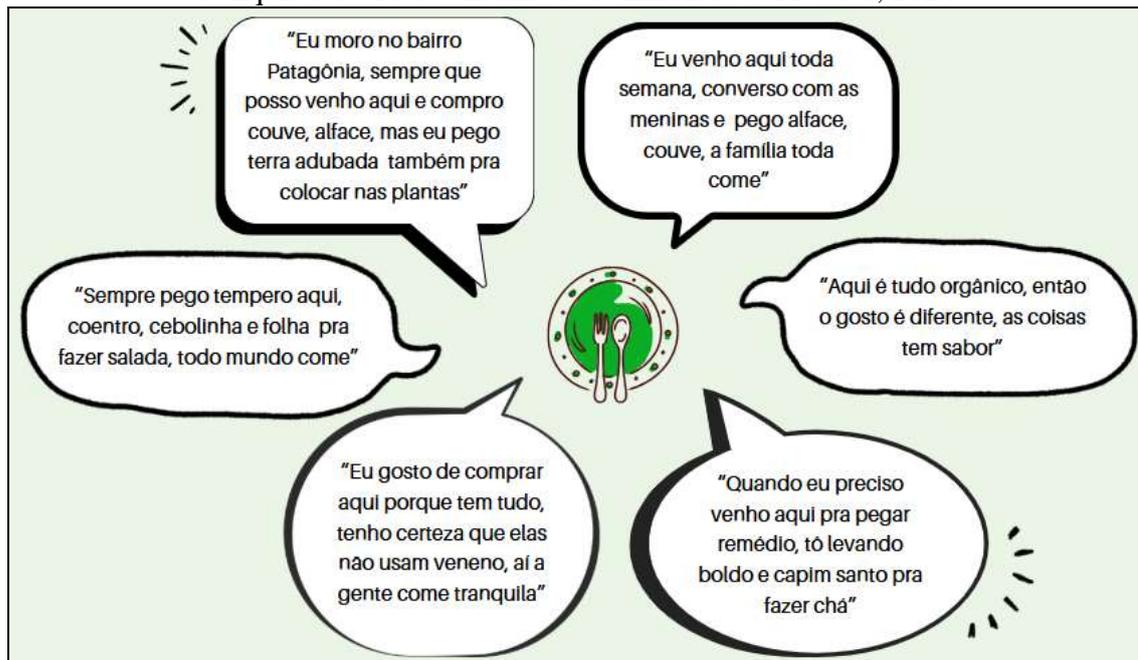
⁸⁹ Entrevista concedida em setembro de 2022.

mesmo, cultivar seu próprio alimento, receber honestamente pela comercialização e, sobretudo, escolher o que fazer com o fruto do seu trabalho representa a importância de permanecer viva frente às batalhas diárias de ser mulher.

Shefler (2013) enfatiza que a desigualdade econômica entre homens e mulheres se constitui uma das variáveis preditivas da prevalência da violência contra a mulher, visto que respalda, simbolicamente, o sentido de propriedade e de domínio que está subentendido nas relações de gênero. Em contraposição a discussão do autor, o trabalho das mulheres nas hortas comunitárias proporciona autonomia, entre o que cultivar, como cultivar, a forma de comercialização, o destino do consumo, numa rede de sociabilidade que cria constantemente territorialidades femininas, proporciona respeito e fortalece a permanência das hortas na cidade.

No decorrer das observações e visitas em campo, foi possível conversar com alguns consumidores que se faziam presentes nas hortas. Uma das perguntas direcionadas de maneira informal refere-se ao consumo dos alimentos adquiridos nas hortas comunitárias (Quadro 10).

Quadro 10 – Percepções dos consumidores das Hortas comunitárias Urbanas de Vitória da Conquista sobre o consumo dos alimentos cultivados, 2024.



Fonte: Pesquisa de campo, 2024.

Em relação aos consumidores e às hortas comunitárias, os entrevistados mostraram ter conhecimento sobre como os alimentos são cultivados. O uso de plantas medicinais e a confirmação de alimentos com sabor distinto dos convencionais disponíveis nos mercados são

aspectos que se destacaram. Também afirmaram consumir sem se preocupar, devido à inexistência do uso de agrotóxicos, importante para a saúde e o desenvolvimento sustentável.

5.4 Hortas Comunitárias Urbanas e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

As Hortas Comunitárias Urbanas podem ser realizadas a custo reduzido com retorno em área saúde física, mental e alimentação saudável para as famílias que a praticam, pois “[...] as hortas adquirem outras funções, para além da produção de alimentos, e passam a ser identificadas pelas suas multifunções” (Machado, *et al.*, 2024, p. 278). Numa visão sistêmica, é possível pensar a multifuncionalidade das hortas além da renda, do valor alimentar ou do volume de produtos e efetivar resultados na dimensão da educação, da cultura, do conhecimento popular e da conservação de ecossistemas. Para Bohn, “[...] a complexidade inerente à agricultura urbana pode ser apreendida através de uma abordagem interdisciplinar e sistêmica que permita combinar a agricultura e o urbano em um mesmo esforço de compreensão” (Bohn, 2024, p. 41).

Entre alguns benefícios das hortas comunitárias verificados em pesquisa de campo, estão a contribuição para a Agenda 2030, que se constitui em um documento elaborado a partir do compromisso estabelecido pela ONU em 2015 com 193 países, em que propõe 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que referenciam 169 metas para combater as desigualdades e melhorar a vida das pessoas mundialmente (Figura 35).

Figura 35 – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, 2025.



Fonte: <https://brasil.un.org/pt-br>, 2025.

Foi possível identificar por meio da pesquisa empírica que as hortas comunitárias urbanas de Vitória da Conquista colaboram genuinamente com a realização de seis Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, contribuindo por sua vez com doze metas propostas (Quadro 11).

Quadro 11 – Contribuição das Hortas Comunitárias Urbanas de Vitória da Conquista para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, Agenda 2030.

ODS	Tema do Objetivo	Dimensão	Metas	Contribuição
1	Erradicação da pobreza	Social	7	---
2	Fome Zero e Agricultura Sustentável	Social	8	3
3	Saúde e Bem Estar	Social	12	1
4	Educação de qualidade	Social	10	---
5	Igualdade de Gênero	Social	9	3
6	Água potável e saneamento	Ambiental	8	---
7	Energia limpa e acessível	Social	5	---
8	Trabalho decente e crescimento econômico	Econômica	12	---
9	Indústria, Inovação e Infraestrutura	Econômica	8	---
10	Redução das Desigualdades	Econômica	10	---
11	Cidades e Comunidades Sustentáveis	Social	10	4
12	Consumo e Produção Responsáveis	Econômica	11	1
13	Ação Contra a Mudança Global do Clima	Ambiental	5	---
14	Vida na Água	Ambiental	10	---
15	Vida Terrestre	Ambiental	12	1
16	Paz, Justiça e Instituições Eficazes	Social	12	---
17	Parcerias e Meios de Implementação	Institucional	19	---

Fonte: Adaptado de Silva, *et al.*, 2023. (Elaborado pela autora).

Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e a descrição completas das metas que se destacam nas Hortas Comunitárias Urbanas encontram-se no Apêndice D. Com relação ao segundo objetivo, “Fome Zero e Agricultura Sustentável” (ODS 2), que tem como propósito acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar, melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável, três metas se destacam no que se refere à contribuição das hortas comunitárias urbanas de Vitória da Conquista: a meta 2.1, 2.3 e a 2.4 que assinalam acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas a alimentos saudáveis e nutritivos (ODS 2.1), dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres (ODS 2.3), e garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos além de implementar práticas agrícolas resilientes (ODS 2.4).

O terceiro objetivo, “Saúde e Bem-estar”, visa garantir uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades. Com esse propósito, as hortas comunitárias urbanas contribuem com a meta 3.9 (ODS 3.9): reduzir substancialmente o número de mortes e doenças por produtos químicos perigosos, contaminação e poluição do ar e água do solo. Ao cultivar de maneira agroecológica e sem utilização de agrotóxicos no solo ou na água, as agricultoras previnem-se da contaminação e protegem a saúde.

O objetivo 5, “Igualdade de Gênero”, pretende alcançar a igualdade de gênero e empoderar as mulheres. Nesse sentido, três metas se destacam como contribuição das hortas urbanas: garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança de tomada de decisão na vida política, econômica e pública (ODS 5.5); dar às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso à propriedade e controle sobre a terra (ODS 5.a); adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero (ODS 5.c).

O objetivo 11 trata de “Cidades e Comunidades Sustentáveis” a fim de tornar as cidades e comunidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis; as hortas comunitárias contribuem com quatro metas, como: aumentar a urbanização inclusiva e sustentável (ODS 11.3); fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural (ODS 11.4); proporcionar o acesso a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência (ODS 11.7), e apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais (ODS 11.a).

O objetivo “Consumo e Produção Responsáveis” trata de garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis; as hortas contribuem para reduzir pela metade o desperdício de alimentos *per capita* mundial, nos níveis de varejo e do consumidor, e reduzir as perdas de alimentos ao longo das cadeias de produção e abastecimento, incluindo as perdas pós-colheita (ODS 12.3); até 2030, garantir que as pessoas tenham informação relevante e conscientização para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza (ODS 12.8)

“Vida Terrestre” trata de proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, as hortas contribuem para integrar os valores dos ecossistemas e da biodiversidade ao planejamento nacional e local, nos processos de desenvolvimento, nas estratégias de redução da pobreza e nos sistemas de contas (15.9). Além dos Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável, as hortas comunitárias contribuem com as quatro dimensões da agricultura urbana: a dimensão humana, social, econômica e ambiental.

Na dimensão humana, a experiência nas hortas promove a saúde física, mental e psicológica, evidenciado por meio do trabalho e da ocupação no cultivo, aumentando a conexão com a natureza. Em entrevista, a agricultora Bromélia afirma: “aqui é mais idoso, tem muito idoso, que foram os primeiros que chegaram, pra lá, perto do portão, já são os jovens” (Bromélia, 2022)⁹⁰.

⁹⁰ Entrevista concedida em setembro de 2022.

A presença dos idosos nas hortas é importante tanto individualmente como socialmente, pois, segundo Santos e Vaz, “[...] a partir do convívio social e da troca de ideias é que nascem novas motivações e a descoberta de conquistar qualquer área, seja na educação, na cultura ou na família” (Santos; Vaz, 2008, p. 338). Para o grupo de idosos que cultiva nas hortas urbanas, as práticas estimulam a convivência social. A agricultora Rosa, que trabalha na horta há cinco anos, destaca:

Eu gosto demais de trabalhar aqui porque é melhor do que ficar em casa. É só eu e meu filho, aí ele sai pra trabalhar e eu ficava em casa sozinha o dia todo sem ter nada pra fazer. Aqui não, eu trabalho, converso, vejo as coisas e ainda tiro um dinheirinho com as verduras que eu vendo (Rosa, 2024)⁹¹

Durante a pesquisa de campo, ao finalizar a entrevista, Gérbera faz o convite para visitar sua casa, insiste para entrar e oferece um café. Ao adentrar pela sala, revela-se uma surpresa: uma sala de aula, com cadeiras, mesas e materiais escolares. Gérbera explica com ar de satisfação:

[..] aqui é assim, todo dia de cinco até sete e meia da noite eu assisto aula ali na televisão e depois a professora explica, a que vem aqui. É eu e mais dez mulheres que vem todo dia, e nós aprende as letras e tem umas que já sabe até fazer o nome! É bom demais aprender! (Gérbera, 2022)⁹²

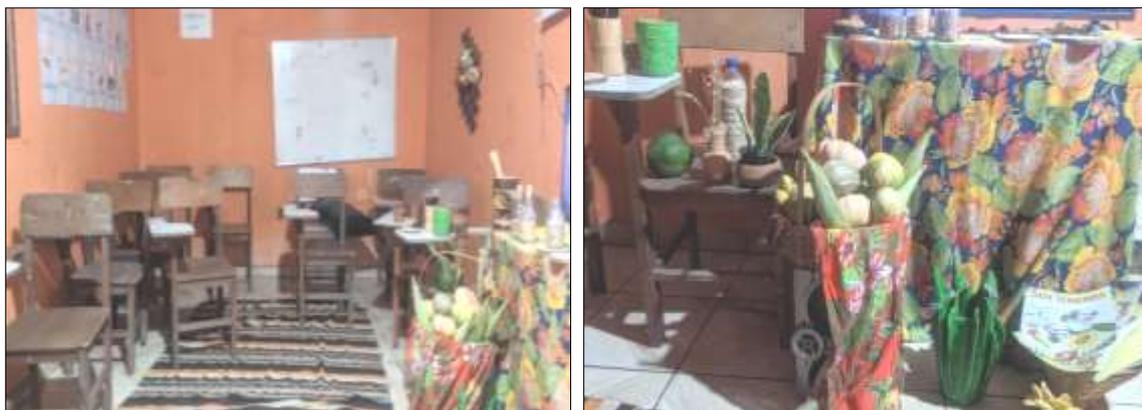
A explicação sobre a sala de aula dentro da sua casa se estende por alguns minutos e ela mostra com alegria a apostila em que realiza as atividades de letramento. O programa que Gérbera e dez mulheres participam chama-se “Sim, eu posso”, uma iniciativa do Governo Estadual da Bahia, juntamente com a Universidade Estadual da Bahia (UNEB) e o Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MTST)⁹³. O programa teve início em junho de 2023 com 300 turmas em 16 municípios de 11 Territórios de Identidade do Estado, a perspectiva do programa é alfabetizar 4.500 pessoas. A professora que vai à casa da agricultora utiliza os alimentos cultivados na horta (como milho, mamão e abóbora), expressão do fazer das agricultoras, como referência no processo de ensino e aprendizagem para a realização do sonho de aprender a ler e escrever (Figura 36).

⁹¹ Entrevista concedida em abril de 2024.

⁹² Entrevista concedida em março de 2022.

⁹³ Trata-se de um método criado em Cuba, aplicado após a revolução e difundido em diversos países, entre eles o Brasil. O método alfanumérico, associa letras e números, permitindo uma maior apreensão do conhecimento já existente dos números, muitas vezes associada ao trabalho das mulheres.

Figura 36 – Sala de aula na casa da agricultora e alimentos utilizados no processo de ensino e aprendizagem, 2023.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2023.

A fala de forma firme sobre a importância da horta comunitária revela a força de seu trabalho como mulher quando afirma, mostrando as mãos: “eu tenho orgulho de minhas mãos tá assim ó, que eu gosto de trabalhar na natureza” (Gérbera, 2022)⁹⁴. A fala de Gérbera evidencia “[...] a importância de projetos educacionais que tenham em vista a preservação dos saberes populares locais, tomando-os como elementos que carregam potencial para o desenvolvimento sustentável da comunidade” (Costa; Marin, 2023, p. 14). Isso contribui de maneira significativa para a concretização da dimensão humana.

Além da dimensão humana, as hortas destacam-se pela dimensão social com a promoção da segurança alimentar e nutricional, além da concretização das redes de sociabilidade. Mas um fator significativo está relacionado as parcerias com instituições públicas, como a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, a Universidade Federal da Bahia - UFBA e escolas da rede básica voltadas para a educação. Para Nagib (2020), “[...] as hortas urbanas ultrapassam a estrita dualidade entre campo e cidade e abrem a possibilidade de serem uma ferramenta de participação direta da sociedade nas formas e conteúdo da paisagem urbana e nos arranjos territoriais locais” (Nagib, 2020, p. 27)

Durante as entrevistas, algumas agricultoras relataram a presença de estudantes e professores nas hortas, como enfatizou a agricultora Azaléia: “[...] os alunos vêm muito aqui, tanto das escolas como da UESB, eles fazem pesquisa com os professores. Esses dias mesmo teve um grupo aqui que ficou dois meses fazendo pesquisa, do curso de Agronomia” (Azaléia, 2024)⁹⁵. A participação dessas instituições com projetos, instrumentos e ações contribuem para consolidar as práticas da agricultura urbana, além de fortalecer os territórios de cultivo e formar novos consumidores.

⁹⁴ Entrevista concedida em março de 2022.

⁹⁵ Entrevista concedida em março de 2024.

Na dimensão econômica, as hortas garantem a geração de renda e autonomia para as mulheres, como enfatiza a agricultora Orquídea durante entrevista:

[...] eu falei: sabe de uma, agora eu vou trabalhar pra mim mesma, eu mesmo trabalho, eu mesmo colho e vou vender de carrinho, não é vergonha. Eu boto no carrinho, saio daqui toda cheia de terra seis horas da manhã, que eu chego cinco horas, amarro meus trem, chego em casa tomo meu banho, me arrumo saio linda e maravilhosa e vou pra feira. Termino, saio, no sol quente, e volto pra cá, meu trabalho é esse (Orquídea, 2022)⁹⁶.

A importância da renda é diferente para cada uma das mulheres. Algumas utilizam para melhorar as condições de vida da família, outras aproveitam para auxiliar na qualidade da alimentação e algumas investem no seu próprio bem-estar. Garantir esse direito e a autonomia na escolha do que fazer com a sua renda também é garantir equidade de gênero. Mas algumas mulheres praticam a agricultura pelo que sentem em estar em contato com a terra, como a agricultora Melissa: “[...] eu trabalho porque eu gosto de mexer na terra, gosto de plantar” (Melissa, 2022)⁹⁷, ou a agricultora Margarida, que enfatiza: “eu gosto de sentir a terra” (Margarida, 2024)⁹⁸. (Figura 37).

Figura 37 –Agricultora colhendo hortaliças, horta comunitária do bairro Jardim Valéria, Vitória da Conquista, 2024.



Fonte: Pesquisa de campo, 2024.

A expressão da agricultora, associada ao sorriso, indica que tocar a terra vai além de simplesmente pisar o chão e perceber sua umidade, aderência ou textura. Para a agricultora, sentir está relacionado à percepção e à conexão, ao ato de vivenciar.

⁹⁶ Entrevista concedida em setembro de 2022.

⁹⁷ Entrevista concedida em março de 2022.

⁹⁸ Entrevista concedida em agosto de 2024.

As práticas agrícolas urbanas podem auxiliar o acesso ao território e à cidade, não à cidade obsoleta, como afirma Lefebvre (2011), mas “[...] à vida urbana, à centralidade renovada, aos locais de encontro e de trocas, aos ritmos de vida e empregos do tempo que permitem o uso pleno e interior desses momentos e locais” (Lefebvre, 2011, p. 139). O estabelecimento da autonomia é importante para obter opções saudáveis no campo da alimentação, que depende da capacidade individual de fazer escolhas, mas também do ambiente onde se vive, das condições externas ao sujeito, incluindo a forma de organização da sociedade e suas leis, os valores culturais e o acesso à educação e a serviços de saúde (Brasil, 2014).

A dimensão ambiental promovida pelas hortas comunitárias ocorre por meio da conservação da biodiversidade, redução de resíduos e melhoria da qualidade do solo. Os cultivos são naturais e empregam práticas que garantem a saúde do ambiente. As práticas de conservação do solo e cultivos agroecológicos favorecem a sustentabilidade, mantêm a paisagem e contribuem com o equilíbrio climático e ambiental.

Outra contribuição ambiental diz respeito à redução de custos com o deslocamento, devido a pequenas escalas de comercialização destinadas a mercados locais, isso evita danos como emissão de poluentes na atmosfera proveniente da queima de combustíveis utilizados no transporte.

A conexão entre as dimensões que permeiam as hortas comunitárias urbanas é fundamental para a formação de uma rede que pode impulsionar o sistema de cultivo de alimentos com a finalidade de proporcionar a soberania alimentar, “[...] a conexão entre mulheres e soberania alimentar é evidente. Afinal, são as mulheres que fazem a maior parte do trabalho de produção agrícola e comércio de alimentos, já que têm sido as principais responsáveis pela alimentação da família” (Pimbert, 2009, p. 43). No entanto, envolver os homens na promoção da consciência de gênero, análise, programas e atividades é visto como essencial para atingir o objetivo social de equidade de gênero.

Segundo Joshi (*et al.*, 2020), para compreender a relação de gênero com os sistemas alimentares nos espaços urbanos, precisamos primeiramente entender que os espaços verdes nas cidades têm múltiplos significados e valores. Estas características são essenciais para conferir reconhecimento das diversidades, promover relações sociais pautadas no respeito e reforçar o pertencimento social. Dessa forma, a análise de gênero no cultivo de alimentos é fundamental para fomentar pesquisas com bases sólidas a respeito das prioridades das mulheres e dos homens que praticam a agricultura no meio urbano.

Para que as hortas permaneçam na cidade, é necessário um envolvimento diário da sociedade e do poder público, um comprometimento cotidiano com práticas que fortaleçam o cultivo de alimentos. As mulheres decerto são principais guardiãs dos conhecimentos, “[...] as mulheres são cozinheiras, curandeiras ou jardineiras há muito tempo. Elas aprendem sobre as propriedades das plantas e flores. As curandeiras e agricultoras de hoje preservam e atualizam conhecimentos muito importantes.”⁹⁹ (Navarro; Linsalata, 2014, p. 429). Por isso, não há possibilidade outra que caminhar no sentido da elaboração de uma forma de cultivar, comercializar e consumir alimentos que sejam limpos, livres e sustentáveis.

Para Bombardi (2023), são as mulheres que majoritariamente se nutrem de coragem para festejar o som dos pássaros, dos insetos, da vida que brota nas inúmeras experiências de agricultura livre de agrotóxicos. Essas territorialidades são consideradas nesse estudo como femininas, não somente pela consistente presença das mulheres nas hortas comunitárias urbanas, mas pelas nuances vivenciadas no cotidiano do trabalho e nas relações que se percebe nesse território, femininas como a essência das mulheres no movimento de recomeçar.

⁹⁹ “[...] las mujeres desde hace mucho tiempo han sido cocineras, curanderas o tienen un jardín. Aprenden de las propiedades de las plantas, de las flores. Las curanderas y las agricultoras actuales están guardando y actualizando un conocimiento que es muy importante” (Navarro; Linsalata, 2014, p. 429).

6 CONCLUSÃO



“O falar não se restringe ao ato de emitir palavras,
mas de poder existir”.

Djanira Ribeiro

6. CONCLUSÃO

“O importante não é ser o primeiro ou a primeira,
o importante é abrir caminhos”

Conceição Evaristo¹⁰⁰

Pesquisar e escrever sobre mulheres, sobretudo as que cultivam o próprio alimento, caminhar pela teoria e observar a prática da agricultura urbana, foi um desafio surpreendente. Tanto pela necessidade de adentrar a um território que, embora seja em sua maioria feminino, é novo e tomado por sutilezas e particularidades que requerem atenção e persistência para serem compreendidas. Como também, pela pluralidade de fenômenos e subjetividades de vivências que demandaram sensibilidade nas análises e interpretações.

Durante décadas, a atenção ao cultivo de alimentos em áreas urbanas foi limitada, aliada ao atual sistema agroalimentar, restringiu o acesso de várias comunidades a alimentos adequados e saudáveis, intensificando a vulnerabilidade econômica, gerando Insegurança Alimentar e Nutricional que afeta parte da população brasileira. A adoção de práticas voltadas para o cultivo de alimentos nas cidades proporciona diferentes visões sobre o ambiente, a economia, a sociedade e a cultura.

As investigações teóricas e empíricas acerca das questões de gênero na agricultura urbana estabelecem uma fundamentação considerável para ações de planejamento, programas e políticas públicas que possam ser executadas nos municípios. As pesquisas contribuem para desvendar as desigualdades e equidades entre mulheres e homens, reconhecer os processos que frequentemente colocam as mulheres em situação desfavorável e analisar a relevância do cultivo de alimentos. Analisar e compreender as mulheres nesses territórios é oportunizar uma transformação social.

A agricultura urbana constitui uma alternativa para o autoconsumo e gera renda, mas também promove a inclusão social. A proximidade com os consumidores observada no momento das entrevistas revelou que eles não só valorizam o alimento cultivado, como demonstram confiança na qualidade destes. As redes de sociabilidade que se formam fortalecem as práticas agrícolas cotidianas e contribuem para que as famílias tenham acesso a alimentos frescos, diversificados e saudáveis, que oferecem nutrientes adequados a uma dieta rica, variada e de baixo custo, capaz de garantir a Segurança Alimentar e Nutricional das famílias.

¹⁰⁰ Citação feita por Conceição Evaristo durante uma entrevista para o programa "Roda Viva", sobre a sua candidatura à Academia Brasileira de Letras.

Embora as hortas urbanas sejam vistas como uma prática social, é importante ressaltar que, por questões técnicas, elas não são caracterizadas como uma atividade agrícola familiar e não possuem o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF), documento normalmente concedido para agricultores em áreas rurais. O investimento do poder público do município de Vitória da Conquista em Agricultura Urbana por meio das Hortas Comunitárias tem sido importante durante décadas, no entanto, no planejamento urbano têm-se negligenciado o potencial das hortas comunitárias urbanas como componente estruturante e de revitalização social, econômica e ambiental.

Para o cumprimento da Lei 14.935/24 que Institui a Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana, devem ser efetivados projetos e programas que possibilitem as compras públicas e institucionais. Estes também devem contribuir com a realização do Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 12.7, que é promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais. A regulamentação dos documentos referentes às agricultoras e às hortas comunitárias é de fundamental importância para assegurar não somente a comercialização institucional, mas também o direito à utilização do terreno público de forma permanente.

No entanto, não basta apenas inserir as mulheres na implementação de ações. Para que os projetos sejam eficazes e inclusivos, é preciso que as mulheres também estejam na liderança, não se trata apenas de ampliar o número de opções dentro da economia, mas sim estabelecer uma possibilidade de economia onde o trabalho das mulheres seja visível e compartilhado.

A perspectiva da análise de gênero apresentada nessa pesquisa não enfatiza as divergências entre mulheres e homens presentes nas hortas, que, embora existam e façam parte da configuração social do território, não evidenciaram abrangência relevante a ponto de ser necessário destacar, examinar ou contestar comportamentos ou posições masculinas e femininas. As observações referentes à convivência dentro das hortas revelaram que as vivências cotidianas superam os conflitos e priorizam a complementaridade.

A pesquisa ocupou-se em reconhecer e confirmar as elaborações, as contribuições e as experiências das mulheres na agricultura para compreender as territorialidades femininas e como se manifestam nas relações de gênero. A sistematização do levantamento de dados conferiu a compreensão de que as hortas permanecem e duram no tempo, resistindo como ambiente que proporciona o refúgio e a proteção às mulheres, frente às pressões e desafios enfrentados socialmente, dia a dia, devido à organização patriarcal.

O canteiro, porção de terra utilizada para a plantação e o cultivo, é uma das formas em que se materializa o pequeno espaço das experiências cotidianas em que são construídas as microterritorialidades. Estas, são manifestadas na decisão do que plantar, como plantar (um canteiro inteiro com um único cultivo, ou não), como adubar, como e quando regar ou colher. E não menos importante, como e com quem comercializar. Todas essas decisões individuais, tomadas diariamente, quando combinadas e somadas por meio da sociabilidade, formam uma rede de territorialidades femininas nas hortas comunitárias urbanas de Vitória da Conquista.

O cultivo do canteiro simboliza o microterritório da agricultora dentro do território da horta. Delimitado fisicamente pela separação entre as linhas de plantio e simbolicamente pelo zelo que cada agricultora dedica à plantação. Esse canteiro materializa seu ambiente particular, acessível diariamente, e define seu “espaço de fora”, no local público. No seu microuniverso, a agricultora é reconhecida, ouvida, pode falar, ser vista como mulher e demonstrar sua participação ativa na sociedade.

As mulheres ainda são as principais responsáveis pela alimentação, desde a amamentação, até a escolha do que será servido à mesa, além de se preocuparem com a comida no que diz respeito à da saúde da família. Espera-se que as mulheres sejam reconhecidas como protagonistas no cultivo de alimentos e contribuidoras da luta pela Segurança Alimentar e Nutricional no município de Vitória da Conquista.

A participação ativa das mulheres desde semear, cultivar e comercializar, tomando decisões ao longo do processo, é essencial para que possam expressar suas particularidades e manter as tradições do conhecimento, no cultivo e no consumo de alimentos. As hortas são territórios de autonomia de saberes e fazeres, territórios que viabilizam a defesa das necessidades e interesses individuais, que fortalecem suas posições em conflitos sociais e estimulam ações coletivas.

A agricultura urbana é uma estratégia para minimizar a Insegurança Alimentar e Nutricional, representa abastecimento e reconexão com as cadeias alimentares locais com acesso ao alimento, frente a crises econômicas, climáticas e sanitárias, como a pandemia de Covid-19. As hortas comunitárias urbanas estão à frente na batalha contra o domínio do capital sobre o sistema agroalimentar que insiste em afastar as mulheres da terra. Em vista disso, as hortas urbanas são território de (re)existência quando abrigam famílias provenientes do campo e garantem alimento. Ao mesmo tempo são (re)existência quando permanecem como território de cultivo em meio ao concreto e aos automóveis, quando atravessam gerações e diferentes gestões públicas cultivando alimentos sem a utilização de agrotóxicos.

Esta pesquisa assegura a importância das hortas comunitárias na elaboração de territorialidades femininas e para a garantia da Segurança Alimentar e Nutricional às famílias na cidade de Vitória da Conquista. Todavia, não revela somente as particularidades sobre a agricultura urbana, mas, a respeito de uma prática que contribui para a manutenção da vida. Portanto, esta tese foi elaborada para ser lida, refletida e ouvida. Escuta! São quarenta anos de permanência, este projeto de hortas comunitárias urbanas merece ser regado ou melhor, valorizado e multiplicado, como muda de planta replantada para renascer!.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria da Conceição. **Complexidade, Saberes Científicos, Saberes da Tradição**. Editora Livraria Científica. Rio Grande do Norte, 2010.

ALMEIDA, Maria Geralda de. Comunidades tradicionais quilombolas do nordeste de Goiás: quintais como expressões territoriais. **Confins** [on-line], n. 29, 2016. Disponível em: <http://confins.revues.org/11392>. Acesso em: 07 jan. 2024.

ALMEIDA, Maria Geralda de. Quintais rurais e a visibilidade do trabalho e saberes das mulheres quilombolas e assentadas – Goiás. In: ALMEIDA, Maria Geralda de. **Geografia Cultural: um modo de ver**. Goiânia: Ed. UFG, 2018, p. 343-470.

ALMEIDA, Vanusa Sousa; BANDEIRA, Fábio Pedro Souza de Ferreira. O significado cultural do uso de plantas da caatinga pelos quilombolas do Raso da Catarina, município de Jeremoabo, Bahia, Brasil. **Rodriguésia**, v. 61, n. 2, p. 195-209, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rod/a/jhVxFtmFqKs6NHfmJg3bS/?lang=pt>. Acesso em: 15 out. 2024.

ALMEIDA, Maria Geralda de. Uma leitura etnogeográfica do Brasil Sertanejo. In: SERPA, Angelo (org.). **Espaços culturais**. Salvador. Ed. UDFBA, 2008. p. 313-336.

ALVES, Ana Elizabeth Santos. Divisão sexual do trabalho: a separação da produção do espaço reprodutivo da família. **Trabalho, educação e saúde**, v. 11, p. 271-289, 2013. <https://www.scielo.br/j/tes/a/8nTGWjJrv7MsqfCmLvZhvvL/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 jun. 2022.

ALVES, José Jakson Amâncio. A contribuição de Josué de Castro no estudo e combate à fome e sua repercussão científica e política na Geografia. **Revista de geografia da UFPE, Recife**, v. 25, n. 2, p. 98-112, 2008. Disponível em: <https://www.periodicos.ufpe.br> Acesso em: 26 dez. 2024.

ALVES, D. de Oliveira. MOURA, de Quadros Adeildo; SCHULTZ, Glauco. Agricultura urbana no Brasil: um levantamento sobre a produção científica nas bases Scopus e Web of Science. **DRd-Desenvolvimento Regional em debate**, v. 9, p. 160-178, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.24302/drd.v9i0.1946>. Acesso em: 10 dez. 2022.

ALVES, Flamarion Dutra; SILVEIRA, Vicente Celestino Pires. A metodologia sistêmica na geografia agrária: um estudo sobre a territorialização dos assentamentos rurais. **Sociedade & Natureza**, v. 20, p. 125-137, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sn/a/CZsybHqsgkg79xw3ctZrQKK/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 11 dez. 2022.

ALVES, Flamarion Dutra. Ruralidade e as cidades pequenas no Sul de Minas Gerais. In: **Análises geográficas sobre o território brasileiro: dilemas estruturais à Covid-19**. Flamarion Dutra Alves, Sandra de Castro de Azevedo (Organizadores) – Alfenas -- MG: Editora Universidade Federal de Alfenas, 2020. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/> Acesso em: 13 jan. 2024.

ALVES, Flamarion Dutra. A relação campo-cidade na Geografia Brasileira: apontamentos teóricos a partir de periódicos científicos. **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 16, n. 3, p. 7-18, 2012. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/231196.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2025.

ALVES, Flamarion Dutra. Apontamentos teórico-metodológicos sobre a ruralidade. **Revista Rural & Urbano**, v. 6, n. 1, p. 27-46, 2021. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet>. Acesso em: 15 fev. 2025.

AMARO, Geovani Bernardo; SILVA, Dione Melo; MARINHO, Adejar Gualberto; NASCIMENTO, Warley Marcos. Recomendações técnicas para o cultivo de hortaliças em agricultura familiar. **Embrapa, Programa Biodiversidade**, Brasília, DF, 2007. Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc7/1/ct47.pdf>. Acesso em: 12 out. 2024.

ANDREWS, Donna; SMITH, Kiah; MORENA, Alejandra. Enfurecidas: Las Mujeres y La Naturaleza. In: Observatorio del Derecho a la Alimentación y a la Nutrición, El poder de las mujeres en la lucha por la soberanía alimentaria. **FIAN (Internacional)**, Edición 11, 2019. Disponível em: https://www.righttofoodandnutrition.org/wp-content/uploads/2019/10/rtnf-watch11-2019_esp_b.pdf Acesso em: 10 mar. 2025.

ARBOS, Kettelin Aparecida; FREITAS, Renato João Sossela de; STERTZ, Sônia Cachoeira; CARVALHO, Lucimar Aparecida. Segurança alimentar de hortaliças orgânicas: aspectos sanitários e nutricionais. **Food Science and Technology**, v. 30, p. 215-220, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cta/a/tm3bcPGZhzp9mgm77c5VQxt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 mar. 2025.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Rio de Janeiro, **PNUD, IPEA**, Fundação João Pinheiro, 2013. Índice de Desenvolvimento Humano municipal, 2010. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/consulta>. Acesso em: 12 dez. 2024.

AZEVEDO, Francisco Fransualdo de; PERXACS, Helena; ALIÓ, Maria Àngels. Dimensão social da agricultura urbana e periurbana. **Mercator (Fortaleza)**, v. 19, 2020. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/2732>. Acesso em: 13 out. 2022.

BADKE, Marcio Rossato *et al.* Saberes e práticas populares de cuidado em saúde com o uso de plantas medicinais. **Texto & Contexto-Enfermagem**, v. 21, p. 363-370, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/RSYSYv9rM7rsDP7dzThJVsj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 08 out. 2024.

BAHIA. **Lei 14.688 de 02 de maio de 2024**. Confere ao município de Vitória da Conquista o título de Capital Estadual do Biscoito. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/ba/lei-ordinaria-n-14688-2024-bahia>. Acesso em: 23 mai. 2025.

BAIARDI, Amílcar. Gênese e evolução da agricultura familiar: desafios na realidade brasileira e as particularidades do semiárido. **Revista Econômica do Nordeste**, p. 143-156, 2014. Disponível em <https://bnb.gov.br/revista/ren/article/view/505>. Acesso em: 10 jun. 2024.

BAKHTIN, Mikhail. **A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento**: o contexto de François Rabelais. Tradução de Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1987. Disponível em: <https://tendimag.com/wp->

content/uploads/2020/03/mikhail-bakhtin.-cultura-popular-na-idade-mc3a9dia-
erenascimento.-livro.pdf. Acesso em: 12 mar. 2025.

BARBOSA, Yamira Rodrigues de Souza. Semeando agroecologia e soberania alimentar: a experiência do Movimento de Mulheres Camponesas no Oeste de Santa Catarina. In: Siliprandi, E. *et al.* **Soberania alimentar**: biodiversidade, cultura e relações de gênero. Editoras Técnicas. – Brasília, DF: Embrapa, 2021. Disponível em: [http://transicao-agroecologica-Vol.5-v4%20\(4\).pdf](http://transicao-agroecologica-Vol.5-v4%20(4).pdf). Acesso em: 15 nov. 2024.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo sexo**: Fatos e Mitos. Difusão Europeia do livro, Tradução De Sérgio Milliet 4ª edição, 1970.

BEAUVOIR, Simone de. **A força da idade**. Tradução De Sérgio Milliet, 4ª edição: Nova Fronteira, 2019.

BERNARDO, Marina Augusta Tauil. Mulheres, cuidado informal e a ideologia da invisibilização: Quem se importa?. **Cadernos de Agroecologia**, v. 16, n. 1, 2021. Disponível em: <https://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/article/download/6614/4853/28533>. Acesso em: 21 abr. 2025.

BERTONI, Luci Mara.; MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. O trabalho invisível no sertão e o saber-fazer das mulheres na produção de queijo. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 16, n. 70, p. 103–118, 2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/>. Acesso em: 10 jan. 2023.

BOHN, Leonardo. **A multifuncionalidade das hortas urbanas: um estudo acerca da evolução histórica da atividade agrícola em Porto Alegre/RS**. Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2024. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/276896>. Acesso em: 20 mar. 2025.

BONNEMAISON, Joel. Viagem em torno do território. In: **Geografia Cultural: uma ontologia (I)**, org. R.L. Corrêa e Z. Rosendahl, Rio de Janeiro: EdUERJ, p. 279-303, 2012. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lPA279&d=BONNEMAISON>. Acesso em: 13 jan. 2022.

BOMBARDI, Larissa Mies. O papel da geografia agrária no debate teórico sobre os conceitos de campesinato e agricultura familiar. **GEOUSP–espaço e tempo, São Paulo**, n. 14, p. 107-117, 2003. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/wp>. Acesso em: 30 dez. 2024.

BOMBARDI, Larissa Mies. **Agrotóxicos e colonialismo químico**. Editora Elefante, 2023.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução Maria Helena Kühner - 11º ed. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/BOURDIEUPierre.Adomina.pdf>. Acesso em: 20 set. 2021.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, p. 329-376, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/B33Fqnv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 nov. 2022.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O afeto da terra**. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2000.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Fotografar, documentar, dizer com a imagem. **Cadernos de Antropologia e Imagem**, v. 18, n. 2, p. 27-54, 2004. Disponível em: <https://www.apartilhadavida.com.br/>. Acesso em: 12 nov. 2024.

BRASIL. Agência Brasileira de Inteligência. Retrospectiva ABIN 25 anos: greve dos caminhoneiros de 2018 aperfeiçoou o acompanhamento de Inteligência Corrente, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/abin/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/retrospectiva-abin-25>. Acesso em: 10 fev. 2025.

BRASIL. Sistema Nacional de Segurança Alimentar – SISAN, com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Lei n. 11.346, de 15 de setembro de 2006. **Diário Oficial da União**, 18 set. 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei.htm. Acesso em: 10 ago. 2024.

BRASIL. **Constituição (1988)**. **Constituição** da República Federativa do Brasil de **1988**. Brasília, DF: Presidente da República, 2022. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/constituicao1988>. Acesso em: 16 mar. 2022.

BRASIL. **Ministério da Saúde**. Dispõe sobre a notificação de drogas vegetais junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e dá outras providências RDC de 10 de março de 2010. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2010/rdc0012010.pdf>. Acesso em: 11 out. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia alimentar para a População Brasileira**. Brasília: MS; 2014. Disponível em: [http://guiaalimentarpopulacaobrasileira2ed%20\(2\).pdf](http://guiaalimentarpopulacaobrasileira2ed%20(2).pdf). Acesso em: 11 out 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Insegurança Alimentar e Nutricional**. Sobre a Falta de acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente para uma vida saudável, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-brasil/glossario/inseguranca-alimentar-e-nutricional> Acesso em: 27 dez. 2024.

BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária. Disciplina a emissão de declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). Portaria nº 523 de 24 de agosto de 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/mda/dap/formularios-manuais-e-legislacao>. Acesso em: 05 fev. 2024.

BRASIL. **Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos**. **Decreto Nº 11.700, de 12 de setembro de 2023**. Institui o Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana e o Grupo de Trabalho do Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana. Disponível em: http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/DEC%2011.700-2023?OpenDocument. Acesso em: 12 mai. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Compra com Doação Simultânea**, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/inclusao-productiva-rural/paa>. Acesso em: 15 jan. 2024.

BRASIL. **Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PNSAN**, estabelece o parâmetro para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e dá outras providências. Decreto n. 7.272, de 25 de agosto de 2010. Regulamenta a Lei n. 11.346, de 15 de setembro de 2006. Diário Oficial da União, 25 ago. 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007/decreto/d7272.htm. Acesso em: 13 jan. 2022.

BRASIL. Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos. **Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana**, 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/114935.htm. Acesso em: 31 out. dez. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **A trajetória do programa que tirou o Brasil do mapa da fome**, Assessoria de Comunicação, MDS, outubro de 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/a-trajetoria-do-programa-que-tirou-o-brasil-do-mapa-da-fome> Acesso em: 19 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária. **Lei nº 10.831 de 31 de dezembro de 2003**. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. 2003. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/br/assuntos/sustentabilidade/organicos/legislacao/portugues/lei-no-10-831-de-23-de-dezembro-de-2003.pdf/view>. Acesso em: 19 mar. 2025.

BRASIL. **Lei nº 8.629 de 25 de fevereiro de 1993**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18629.htm Acesso em: 16 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Manual de hortaliças não-convencionais**. Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo. – Brasília: Mapa/ACS, 2010. Disponível em: <https://repositorio-dspace.agricultura.gov.br/handle/1/1318>. Acesso em: 19 jan. 2025.

BRANCO, Marina Castelo; ALCÂNTARA, Flávia A de. Hortas urbanas e periurbanas: o que nos diz a literatura brasileira?. **Horticultura brasileira**, v. 29, p. 421-428, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hb/a/BBhZ9hvsDdRCbwd9mQF87ZQ/> Acesso em: 10 jan. 2023.

BRUMER, Anita. Previdência social rural e gênero. **Sociologias**, p. 50-81, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/RjHdp4QzNsZbPT6MqnsGDDt/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 22 jan.2024.

BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Revista Estudos Feministas**, v. 12, n. 1, p. 205-227, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2004000100011>. Acesso em: 29 jun. 2022.

CAHETÉ, Frederico Luiz Silva. **Sustentabilidade dos sistemas agrícolas: uma análise no contexto da agrobiodiversidade**. Um estudo de caso na Amazônia Oriental. 2005. 255 f. Tese (Doutorado) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2005. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. Disponível em <http://repositorio.ufpa.br:8080/jspui/handle/2011/1753>. Acesso em: 15 set. 2022.

CALLEGARI, Cristina Ramos; MATOS FILHO, Altamiro Morais. Plantas Alimentícias Não Convencionais - PANCs. **Boletim Didático**, n. 142, p. 53-53, 2017. Disponível em: <https://publicacoes.epagri.sc.gov.br/BD/article/view/409>. Acesso em: 18 fev. 2024.

CANDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito**. Ouro sobre Azul/ Rio de Janeiro, 1964. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/8174677/modresource/content/0/Antonio-Candido-Os-Parceiros-Do-Rio-Bonito.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2024.

CARRERA, Ana Daniele Mendes. A Contribuição do Feminismo e dos Estudos Culturais para uma Educação Voltada a Equidade de Gênero In: **(Re)descobrimo epistemologias outras: saberes decoloniais na Amazônia**. [recurso eletrônico] Org. Luciana Amoras, *et al.* - Belém: EDUEPA, 2020. Disponível em: https://propesp.uepa.br/ppged/wp-content/uploads/2021/11/Ebook_re_descobrimo_outras-3.pdf#page=40. Acesso em: 18 jan. 2025.

CARNEIRO, Marina de Fátima Brandão; PEREIRA, Luiz Andrei Gonçalves; GONÇALVES, Teomar Magalhães. Agricultura urbana e segurança alimentar no Brasil: desafios e perspectivas. **Revista Desenvolvimento Social**, v. 19, n. 1, p. 51-61, 2016. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/rds/article/view/1901>. Acesso em: 18 out. 2024.

CARNEIRO, Maria José. Herança e gênero entre agricultores familiares. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n. 01, p. 22-55, 2001. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S0104&script=sci_abstract. Acesso em: 27 mai. 2022.

CAROSIO, Alba. Feminismo latinoamericano: imperativo ético para la mancipación. **Revista Género y globalización**, p. 229-252, 2009. Disponível em: <https://diariofemenino.com.ar/documentos/11caro.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2022.

CARVALHO, Raquel; MARQUES, Teresa. A evolução do conceito de paisagem cultural. **GOT, Revista de Geografia e Ordenamento do Território**, n. 16, p. 81-98, 2019. Disponível em: <https://scielo.pt/scielo.php?script=sci>. Acesso em: 02 mai. 2025.

CARVALHO, Jéssyca Tomaz de. **AGRO: A síntese das ações de commodities nos territórios brasileiros**. Tese (Doutorado) Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Socioambientais (Iesa) programa de Pós-Graduação em Geografia, Goiânia, 2022. Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/12229>. Acesso em: 19 out. 2024.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História da alimentação no Brasil**. Global Editora e Distribuidora Ltda, 1967.

CASIMIRO, Isabel. Mulher, pesquisa, ação e mudança. In: SILVA, Teresa Cruz; COELHO, João Paulo Borges; SOUTO, Amélia Neves de. **Como fazer ciências sociais e humanas em África: questões epistemológicas, metodológicas, teóricas e políticas**, p. 211-226, 2012. Disponível em: <https://www.africabib.org/rec.php?RID=37048095>. Acesso em: 12 ago. 2022.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome o dilema brasileiro: pão ou aço**. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

CASTRO, Mafalda Galdames; LARA, María Daniela Núñez Burbano de. Género y soberanía alimentaria: Las mujeres como sujetas activas en la construcción de la alimentación y la nutrición. **Observatorio del Derecho a la Alimentación y a la Nutrición**, 2015. Disponível em:

<https://www.righttofoodandnutrition.org/files/watch2015article3spangeneroysoberaniaalimentaria.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2025.

CAVALCANTE, Lina Luz; BARBALHO, Alexandre; SEVERINO, José Roberto. Nós estamos vivos, conhecedores, sabedores das nossas histórias, detentores dos nossos conhecimentos e salvaguardas das nossas culturas. Entrevista com Tainá Marajoara. **Políticas Culturais em Revista**, v. 16, n. 2, p. 101-111, 2023. Disponível em:

<https://periodicos.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/55707>. Acesso em: 17 jan. 2025.

CHAFFOTTE, L. & CHIFFOLEAU, Y. Circuits courts et vente directe: définition, typologie et évaluation. **Cahiers de l'Observatoire CROC**, n. 1 et 2, février/mars, 2007.

COELHO, Ana. AMSTED, Élcio. CHYSSAFIDIS, Jay. V. Agendas municipais de agricultura urbana e periurbana: um guia para inserir a agricultura nos processos de planejamento urbano. Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (FGV), **TEEB Agricultura & Alimentos/PNUMA**, Coordenação-Geral de Apoio à Agricultura Urbana e Periurbana do Ministério da Cidadania, 2022. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/33065>. Acesso em: 15 jan. 2022.

CONSEA, Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Princípios e diretrizes de uma política de Segurança Alimentar e Nutricional: textos e referências da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília, 2004. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Seguranca_Alimentar_II. Acesso em: 07 out. 2024.

CORADIN, Lidio; SIMINSKI, Alexandre; REIS, Ademir (Ed.). **Espécies nativas da flora brasileira de valor econômico atual ou potencial: plantas para o futuro: região sul**. Ministério do Meio Ambiente, 2011. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/biodiversidadeebiomass/biodiversidade1/RegiaoSul.pdf>. Acesso em: 21 out. 2024.

CORRÊA, Carina Júlia Pensa; TONELLO, Kelly Cristina; NNADI, Ernest; ROSA, Alexandra Guidelli. Semeando a cidade: histórico e atualidades da agricultura urbana. **Ambiente & Sociedade**, v. 23, p. e00751, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/D9jj4kzfltzqKwWqbKxVhnc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 out. 2024.

CORRÊA, Roberto Lobato. Processos, formas e interações espaciais. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 61, n. 1, p. 127-134, 2016. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7317473>. Acesso em: 11 nov. 2023.

CORREIO DA MANHÃ. O sistema de extensão rural, Ano 1965/Edição 22077, 3º caderno, 26 de março de 1965. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=089842_07&pagfis=63180 Acesso em: 11 jan. 2025.

COSTA, Christiane Gasparini Araújo; GARCIA, Mariana Tarricone; RIBEIRO, Silvana Maria; SALANDINI, Maria Fernanda de Sousa; BÓGUS, Cláudia Maria. Hortas comunitárias como atividade promotora de saúde: uma experiência em Unidades Básicas de Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 20, p. 3099-3110, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/JPY6yTpKQXj7x4qF5wrk5Xk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 06 jan. 2025.

COSTA, Juliana; MARIN, Joel Orlando Bevilaqua. Mulheres rurais e plantas medicinais: saberes populares e significados na luta pela terra. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 31, n. 1, 2023. Disponível em: https://www.revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/esa31-1_st02/e2331107pdf. Acesso em: 03 nov. 2024.

COUTINHO, Maura. Neves.; MOURA COSTA, Heloisa. Soares. de. Agricultura urbana: prática espontânea, política pública e transformação de saberes rurais na cidade. **Revista Geografias**, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 81–97, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/geografias/article/view/13322>. Acesso em: 11 jan. 2023.

DAMATTA, Roberto. A casa & a rua. **Rio de janeiro: Rocco**, p. 1971-1973, 1997. Disponível em: <https://tecnologia.ufpr.br/lahurb/wp-content/uploads/DAMATTA-Roberto-A-Casa-e-a-Rua.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2025.

DAROLT, Moacir Roberto. Circuitos Curtos de Comercialização de Alimentos Ecológicos: Reconnectando Produtores e Consumidores. In: Niederle, Paulo André; Almeida, Luciano de.; Vezzani, Fabiane Machado. **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**, Curitiba : Kairós, 2013. Disponível em: <https://terradedireitos.org.br/wp-content/uploads/2013/07/Livro-AGROECOLOGIA-FINAL-IMPRESSO.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2024.

DAROLT, Moacir Roberto. LAMINE, Clarice. BRANDENBURG, Alfio. Alencar, Maria de C. Faggion. ABREU, Lucimar Santiago. Redes alimentares alternativas e novas relações produção-consumo na França e no Brasil. **Ambiente & sociedade**, v. 19, p. 01-22, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/KgSQNgpc5gF5Tx65N9H7DGd/?format=pdf>. Acesso em: 04 dez. 2022.

DAROLT, Moacir Roberto; ROVER, Oscar José. **Circuitos curtos de comercialização, agroecologia e inovação social** [livro eletrônico]. Florianópolis, SC: Estúdio Semprelo, 2021.

DE CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1 Artes de fazer**, 20ed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

DE CERTEAU, Michel. GIARD, Luce. MAYOL, Pierre. **A Invenção do Cotidiano: 2 Morar, cozinhar**. 8ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

DELGADO, Cecília. Agricultura urbana, espaço de protagonismo feminino. **Faces de Eva: Revista de Estudos Sobre a Mulher**, n. 37, p. 62-81, 2017. Disponível em: <https://run.unl.pt/handle/10362/43155> Acesso em: 02 nov. 2022.

DE PAULA, Fernanda Folster. Gênero e modernização da agricultura. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 40, n. 2, p. 390-408, 2020. Disponível em: <http://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/677>. Acesso em: 13 dez. 2022.

EMBRAPA. **Hortalças PANC Segurança Alimentar e Nicho de Mercado**. 2021. Disponível em: <https://www.embrapa.br/documents/10180/46878777/Guia4>. Acesso em: 15 out. 2024.

FALCÃO, Márcia Ivana da Silva. **Por uma geografia feminista: as mulheres na conquista do território Guajuviras, Canoas/RS**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/170530>. Acesso em: 09 jan. 2022.

FAO – FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. Promessas e desafios: do setor informal de alimentos em países em desenvolvimento. Roma: **FAO**, 2011. 34 p. Disponível em: <https://www.fao.org/4/i1124pt/i1124pt00.htm> Acesso em: 31 out. 2024

FEDERICI, Silvia. Revolución en punto cero: trabajo doméstico, reproducción y luchas feministas. Argentina: **Traficante de Sueños**, 2017. 282 p. Disponível em: [http://Texto%20del%20artículo-128003-1-10-20151123%20\(2\).pdf](http://Texto%20del%20artículo-128003-1-10-20151123%20(2).pdf). Acesso em: 19 jan. 2022.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Editora Elefante, 2004.

FELDENS, Leopoldo. **O homem, a agricultura e a história**. Lajeado: Ed. Univates, 2018. Disponível em: https://www.univates.br/editora-univates/media/publicacoes/246/pdf_246.pdf. Acesso em: 14 jun. 2022.

FERNANDEZ, Annelise Caetano Fraga *et al.* Agricultura familiar urbana. Limites da política pública e das representações sociais. **Cidades. Comunidades e Territórios**, n. 39, 2019. Disponível em: <https://journals.openedition.org/cidades/1825>. Acesso em: jan. de 2024.

FERREIRA, Darlene de Oliveira. A Geografia Agrária no Brasil: conceituação e periodização. **Terra Livre**, n. 16, p. 39-70, 2001. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/349/331>. Acesso em: 25 fev. 2025.

FIGUEIREDO, Priscila Silva de. **Mulheres e as plantas medicinais: memória e etnobotânica na comunidade “Quilombo de Thiagos”, Ribeirão do Largo - Bahia**. Tese (Doutorado) Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, Vitória da Conquista, 2024. Disponível em: <http://www.uesb.br/ppg/ppgmls>. Acesso em: 27 nov. 2024.

FISCHLER, Claude. **El [h] omnívoro: el gusto, la cocina y el cuerpo**. Anagrama, Barcelona, 1995.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. Edições Loyola, 1996. Disponível em: <https://cienciaslinguagem.eca.usp.br/FoucaultOrdemDoDiscurso.pdf>. Acesso em: 03 out. 2024.

FRANÇA, Georgeana Barbosa *et al.* Gênero e território: a participação das mulheres nas práticas de sustentabilidade e a afirmação da territorialidade enquanto elemento de cidadania. **Cadernos da Escola de Direito**, n. 16, 2011. Disponível em:

<https://portaldeperiodicos.unibrasil.com.br/index.php/cadernosdireito/article/view/2959> Acesso em jan. de 2023. Acesso em: 01 out. 2024.

FRANZ, Juliana Cristina; PINTO, Carlos Vinícius da Silva; SALAMONI, Giancarla. Reprodução e permanência da agricultura familiar: um estudo de caso no município de Lajeado (RS). In: FERREIRA, Darlene Aparecida de Oliveira *et al.* **Estudos agrários: a complexidade do rural contemporâneo**. Cultura Acadêmica, 2011. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/entities/publication/ad90f1ce-0cfd-4d68-9044-228f8d4f6ed5>. Acesso em: 04 set. 2022.

FREITAS, Maria do Carmo Soares de. **Agonia da fome**. Salvador: EDUFBA; FIOCRUZ, 2003.

FRIKEL, Protásio. Agricultura dos índios Munduruku. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Nova Série, n. 4. Belém, PA, 1959. Disponível em: <http://www.etnolinguistica.org/biblio:frikel-1959-agricultura>. Acesso em: 10 mai. 2022.

FRÚGOLI Jr., Heitor. **Sociabilidade urbana**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2007.

FURLIN, Neiva. A perspectiva de gênero no MST: um estudo sobre o discurso e as práticas de participação das mulheres. In: **Mulheres Camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**, p. 257-282, 2013.

GIACCHÈ, Giulia; PORTO, Lya. Políticas públicas de agricultura urbana e periurbana: uma comparação entre os casos de São Paulo e Campinas. **Informações econômicas**, v. 45, n. 6, p. 45-60, 2015. Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/48359866/IE_Giacche_Portolibre.pdf?1472313897=&responsecontentdisposition=inline%3B+filename%3DPolíticas_publicas_de_agricultura_urban_a.pdf. Acesso em: 18 jan. 2023.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1991. Disponível em: <https://www.afoiceeomartelo.com.br/posfsa/autores/Giddens20Anthony.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2022.

GODOI, Emília Pietrafesa de; AGUIAR, Vilênia V. Porto. Mulheres e territórios vividos em contextos rurais: um olhar sobre a política de desenvolvimento territorial. **Cadernos pagu**, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/J89R6LhSmCY6bCrrdR/html&lang=pt>. Acesso em: 10 dez. 2022.

GODOI, Emilia Pietrafesa de. Territorialidade: trajetória e usos do conceito. **Raízes: Revista De Ciências Sociais E Econômicas**, 2014, 34(2), 8–16. <http://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view1/393>. Acesso em: 09 dez. 2022.

GONÇALVES, Rúbner Pereira; LIMA, Juliana Rodrigues; MORAES, Laís Oliveira. Hortas como formas de utilização e disseminação de plantas alimentícias não convencionais no Brasil. **FTT Journal of Engineering and Business**, n. 6, 2020. Disponível em: <https://saijournal.cefsa.org.br/index.php/FTT/article/view/348>. Acesso em: 30 out. 2024.

GONÇALVES, Rita Galvão. **Hortas Urbanas, Estudo do Caso de Lisboa**. Dissertação de Mestrado em Engenharia Agrônômica. Instituto Superior de Agronomia, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2014. Disponível em: <https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/6809>. Acesso em: 03 dez. 2022.

HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização e as “regiões-rede”. **Anais do V Congresso Brasileiro de Geografia**. Curitiba: AGB, p. 206-214, 1994.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade**: a rede “gaúcha” no Nordeste. Niterói: EDUFF, 1997. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/15086> Acesso em: 15 ago. 2020.

HAESBAERT, Rogério. **Território e multiterritorialidade**: um debate. 2010. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Rogério-Haesbaert/publication/328821424.pdf>. Acesso em: 01 mai. 2021.

HAESBAERT, Rogério. A corporificação “natural” do território: do terricídio à multiterritorialidade da terra. **GEOgraphia**, v. 23, n. 50, 2021. Disponível em <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/48960>. Acesso em: 01 mai. 2021.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialidade: do fim dos territórios a multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2004.

HARARI, Yuval Noah. **Sapiens: Uma breve história da humanidade**. Porto Alegre, RS: L e PM, 2019.

HERRERA, Karolyna Marin *et al.* A jornada interminável: a experiência no trabalho reprodutivo no cotidiano das mulheres rurais. (Tese). **Centro de Filosofia e Ciências Humanas** - Universidade Federal de Santa Catarina, 2019. Acesso em: 15 abr. 2022.

HOVORKA, Alice; ZEEUW, Henk de; NJENGA, Maria. Mulheres alimentando cidades: Integração de gênero na agricultura urbana e segurança alimentar. **CTA/Ação Prática**, 2009. Disponível em: https://ruaf.org/assets/2019/11/Women_feeding_cities.pdf. Acesso em: 10 ago. 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017**. Produtos da horticultura. 2022. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6954#resultado>. Acesso em: 12 dez.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017**. 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/21814-2017-censo-agropecuario.html>. Acesso em: 20 jun. 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. 2023. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censodemografico/demografico/2010/inicial>. Acesso em: 23 ago. 2023.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017. Produtos da lavoura temporária**. 2022. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6959#resultado>. Acesso em: 18 dez. 2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística **Censo Agropecuário 2017**. Horticultura. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/vitoria-da-conquista/pesquisa/10097/0?ano=2017&indicador=91198&tipo=ranking&localidade1=29080> Acesso em: 23 ago. 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Agência de Notícias**, Especial Mulheres, 2025. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa.html> Acesso em: 07 abr. 2025.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Diretoria de Geociências. Coordenação de Geografia, **Regiões de Influência das Cidades**, 2018. Disponível em: [https://geofpt.ibge.gov.br/organizacao_do_territorio/divisao_regional/regioes_de_influencia_das_cidades/Regioes_de_influencia_das_cidades_2018_Resultados_definitivos/mapas/Mapa_34-Vitoria_da_Conquista_\(BA\)-Capital_Regional_B_\(2B\).pdf](https://geofpt.ibge.gov.br/organizacao_do_territorio/divisao_regional/regioes_de_influencia_das_cidades/Regioes_de_influencia_das_cidades_2018_Resultados_definitivos/mapas/Mapa_34-Vitoria_da_Conquista_(BA)-Capital_Regional_B_(2B).pdf) Acesso em: 27 abr. 2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Enciclopédia dos municípios brasileiros: Municípios da Bahia**. Rio de Janeiro: IBGE, 1958.

IÑIGUEZ IBARRA, A. L. ; BERTONI, Luci. Mara. . Aportaciones de las doctoras de la Iglesia Católica y de algunas feministas en torno a la educación de las mujeres. In: Rita Maria Radl Pilipp; Livia Diana Rocha Magalhães. (Org.). **Educación, género y dinámicas sociales diversas en el contexto transnacional**. 1ed.Santiago de Compostela - Es: Universidade de Santiago de Compostela, 2016, v. 1, p. 145-168. Acesso em: 29 mar. 2025.

IPPUC - Instituto de Pesquisa e Planejamento de Curitiba e Instituto Escolhas. **Os caminhos da comida: O papel do planejamento urbano na transformação do sistema alimentar**. - Curitiba: IPPUC Editora, 2025.

I SERRA, Isabel Salamaña; FERRÉ, Mireia Baylina. El lugar del género en la geografía rural. **BAGE: Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles**, n. 41, p. 99-112, 2006. Disponível em: <https://dugi-doc.udg.edu/bitstream/handle/10256/8886/Lugar-genero-geografia.pdf?sequence=1>. Acesso em: 10 jan. 2022.

IVO, Isnara Pereira. **Homens de caminho: trânsitos culturais, comércio e cores nos sertões da América portuguesa. Século XVIII**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2012.

JOSHI, Deepa. HALLIDAY, Jess. YOUNG, Laine. VEENHUIZEN, René Van. Um convite para ações transformadoras sobre gênero e iniquidade. In: Gênero nos Sistemas Alimentares Urbanos. Urban Agriculture, **Revista de Agricultura Urbana**, RUAF, n.37, 2020. Disponível em: <https://ruaf.org/document/urban-agriculture-magazine-no-37-gender-in-urban-food-systems/>. Acesso em: 23 jan. 2023.

KAUTSKY, Karl. La cuestión agraria: análisis de las tendencias de la agricultura moderna y de la política agraria de la socialdemocracia. **Siglo XXI**, 2015. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20POS-GRADUACAO/KAUTSKY/Kautsky,%20K.pdf> Acesso em: 22 mai. 2022.

KIGULI, Juliet; KIGULI Lillian N. Gênero e acesso à terra para a agricultura urbana em Kampala, Uganda. In: **Gênero e Agricultura Urbana**. Revista de Agricultura Urbana n12,

2004. Disponível em: https://ruaf.org/assets/2003/04/rau12_total.pdf. Acesso em: 27 jun. 2022.

KINUPP, Valdely Ferreira *et al.* Plantas alimentícias não-convencionais (PANCs): uma riqueza negligenciada. **Reunião anual da SBPC, 61a**, v. 4, 2009. Disponível em: https://www.sbpnet.org.br/livro/61ra/mesas_redondas/MR_ValdelyKinupp.pdf. Acesso em: 11 jan. 2025.

LAURO, Aluztane Di. **Análise do uso e ocupação da terra em Vitória da Conquista, Barra do Choça e Planalto: estudo das transformações socioambientais a partir da implantação da lavoura cafeeira (1970 a 2008)**. Dissertação (mestrado) UFBA, Salvador, 2011. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/17824>. Acesso em: 17 mai. 2023.

LAYRARGUES, P. Horta Escolar: O Plantio da Educação Ambiental Crítica e a Colheita do Alimento Agroecopolítico In: COSENZA, A; SILVA, C. N.; REIS, E. **Agroecologia escolar: quando professores/as e agricultores/as se encontram**. Rio das Ostras, RJ: Nupem/ufrrj, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/15495/11534>. Acesso em: 25 set. 2024.

LEBRÃO, Jemiffer Souza. **As mulheres do café em Vitória da Conquista: dinâmica histórico-espacial da mobilidade do trabalho e a (re) produção da periferia urbana**. Dissertação - Universidade Federal da Paraíba UFPB. João pessoa, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/11569>. Acesso em: 09 nov. 2022.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. Tradução Rubens Eduardo Frias, São Paulo: Centauro, 2011.

LE GOFF, J. **Por amor às cidades**. São Paulo: Unesp, 1998. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=I0vIw2c0xhIC&lpg=PA9&ots=tgoLmFX1i3&dq=LE%20GOFF%2C%20J.%20Por%20amor%20%20C3%A0s%20cidades&lr&hl=pt-BR&pg=PA9#v=onepage&q=LE%20GOFF,%20J.%20Por%20amor%20%20C3%A0s%20cidades&f=false>. Acesso em: 07 nov. 2021.

LIMA, Ângela Bernadete. Alimentação no Contexto da Primeira Guerra Mundial: Berlim e seus espaços de cultivo urbano. **História e Cultura**, v. 9, n. 2, p. 154-176, 2020. Disponível em: <https://seer.franca.unesp.br/index.php/historiaecultura/article/view/3336> Acesso em: 26 set. 2024.

LOCATEL, Celso Donizete. Da dicotomia rural-urbano à urbanização do território no Brasil. **Mercator-Revista de Geografia da UFC**, v. 12, n. 2, p. 85-102, 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2736/273628672007.pdf>. Acesso em: 06 set. 2024.

LOCATEL, Celso Donizete; AZEVEDO, Francisco Fransualdo de. Gestão do território e a prática da agricultura urbana na cidade de Natal (RN-Brasil). **Scripta Nova: revista electrónica de geografía y ciencias sociales**, 2010. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-331/sn-331-55.htm>. Acesso em: 15 abr. 2021.

LOPES, Bruno Elias Rocha; BARBIERI, Matheus Gabriel Marcondes; CAMPOS, Willians Andrade. Análise comparativa entre o uso de plantas medicinais e medicamentos industrializados em rolim de moura do Guaporé-RO. **Biodiversidade**, v. 20, n. 1, 2021.

Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/biodiversidade/article>. Acesso em: 11 out. 2024.

LUCON, Cleusa Maria Mantovanello; CHAVES, Alexandre Levi Rodrigues. Horta orgânica. **Biológico, São Paulo**, v. 66, n. 1/2, p. 59-62, 2004. Disponível em: http://www.biologico.agricultura.sp.gov.br/uploads/docs/bio/v66_1_2/lucon2.pdf. Acesso em: 05 out. 2024.

MAIA, Hermógenes Bezerra. **Produção de fertilizantes sustentáveis de liberação lenta de ureia: utilização de biopolímeros, argila e serragem como matérias-primas**. 2023. 122 f. Dissertação (Mestrado em Química) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2023. Disponível em: <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/18887>. Acesso em: 05 fev. 2024.

MAIA, Meirilane Rodrigues; OLIVEIRA, Edvaldo; LIMA, Espedito Maia. O uso do solo e a questão ambiental na região sudoeste da Bahia-Brasil. **Revista Geográfica de América Central**, v. 2, n. 47E, 2011. <https://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/2451/2347>. Acesso em: 18 mar. 2023.

MAIA, Rousiley Celi Moreira. Sociabilidade: apenas um conceito. **GERAES-Revista de Comunicação Social**, n. 53, p. 4-15, 2001. Disponível em: www.http://Rousiley_Maia_-_Sociabilidade_apenas_um_conceito.pdf.-libre.pdf. Acesso em: 25 jun. 2023.

MACEDO, Márcia dos Santos. Relações de gênero no contexto urbano: um olhar sobre as mulheres. In: *Perspectivas de Gênero: Debates e questões para as ONGs*. Recife: GT Gênero. Plataforma de Contrapartes Novib/SOS CORPO. Gênero e Cidadania, 2002. Disponível em: <https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/30960440/perspect-libre.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2023.

MACHADO, Altair Toledo; MACHADO, Cyntia Torres de Toledo. **Agricultura urbana**. Embrapa, FAO. Planaltina, DF, 2002. Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/1/doc48.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2022.

MACHADO, Leticia; CURY, Bernardo Teixeira; ALBUQUERQUE, Maria Paula de. Uma leitura sobre o projeto Cultivando Horizontes. **Hortas comunitárias urbanas: a segurança alimentar e nutricional nas cidades**, 2024. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2025.

MACHINI, Mariana Luiza Fiocco. **Nas fissuras do concreto: Política e movimento nas hortas comunitárias da cidade de São Paulo**. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-12092018135858/publico/2018.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2024.

MARAJOARA, Tainá. **A gastronomia neoliberal e a tentativa de aniquilação da cultura alimentar**. Entrevista concedida a Flávia Schiochet. 2022. Disponível em: <https://flaviaschiochet.substack.com/p/entrevista-tainamarajoara>. Acesso em: 07 jan. 2025.

MARCONDES, Marleine Paula; TOLEDO, Ferreira de. A história real da mulher na Idade Média. **Revista de Estudos Universitários-REU**, v. 27, n. 1, p. 23-30, 2001. Disponível em: <https://periodicos.uniso.br/reu/article/view/2703> Acesso em: 25 abr. 2022.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010. Disponível em: <https://docs.fct.unesp.br/> Acesso em: 21 jan. 2022.

MCDOWELL, Linda. **Género, identidad y lugar: un estudio de las geografías feministas**. Universitat de València, 2000. Disponível em: <https://kolectivoporoto.cl/wp-content/uploads/2015/11/Linda-McDowell-G%C3%A9nero-Identidad-y-Lugar.-Un-Estudio-de-Las-Geograf%C3%ADas-Feministas.pdf> . Acesso em: 02 jan. 2023.

MEDINA, Katerine Vanessa Flórez. **A Horta comunitária na cidade, um olhar para além dos cultivos**. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, 2019.

MENDES, Geisa Flores; DE ALMEIDA, Maria Geralda. Território e lugar nas representações do Sertão da Ressaca, Bahia, Brasil. **Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía**, n. 16, p. 39-47, 2007. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2818/281821949005.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2022.

MENDES, Jefferson. Teorias do Macrocosmo e do Microcosmo: Uma Introdução. **Revista Ideação**, v. 1, n. 47, p. 327-324, 2023. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?cluster=1877122494646269852&hl=pt-BR&as_sdt=0,5. Acesso em: 29 jan. 2025.

MENESES, Maria Paula. Desafios à descolonização epistêmica: práticas, contextos e lutas para além das fraturas abissais. **Contemporânea: Revista de Sociologia da UFSCar**, v. 10, n. 3, p. 1067-1097, 2020. Disponível em <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/95799>. Acesso em: 30 mai. 2024.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça; ALMEIDA, Maria Geralda de. Pamonha, alimento identitário e territorialidade. **Mercator (Fortaleza)**, v. 20, p. e20002, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.4215/rm2021.e20002>. Acesso em: 10 mai. 2023.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça; ALMEIDA, Maria Geralda de; DEUS, José Antônio Souza de (org.). **Novos Usos do Espaço Rural e suas Resiliências: Transformações e Ruralidades em Goiás, Minas Gerais e Sergipe**. 1 ed. Aracaju, SE: Criação Editora, 2020. Disponível em: <http://editoracriacao.com.br/wp-content/uploads/2021/02/Novos-usos-do-Espaco-final-2.pdf> . Acesso em: 15 ago. 2022.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. **A força dos laços de proximidade na tradição e inovação no/do território sergipano das fabriquetas de queijo**. 2009. 360 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2009.

MESQUITA, Livia Aparecida Pires de. **Saberes e Fazeres de Mulheres Assentadas: Relações de Gênero e os Processos de Empoderamento no Território do Vão do Paranã, GO**. (Tese), Instituto de Estudos Socioambientais - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019. Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/12270>. Acesso em: 05 jul. 2020.

MESQUITA, Livia Aparecida Pires de; ALMEIDA, Maria Geralda. Territórios, Territorialidades e Identidades: relações materiais, simbólicas e de gênero no campo. **Revista**

GeoNordeste, n. 1, p. 02-16, 2017. Disponível em:

<https://periodicos.ufs.br/geonordeste/article/view/5891>. Acesso em: 19 nov. 2024.

MESQUITA, Alina. Agricultura Urbana No Brasil: Desafios E Perspectivas Para Cidades Sustentáveis. **Encontro latino americano e europeu sobre edificações e comunidades sustentáveis**, p. 726-739, 2021. Disponível em:

<https://eventos.antac.org.br/index.php/euroelecs/article/view/2555>. Acesso em: 22 abr. 2023

MONDARDO, Michele Lindner. Manifestações das ruralidades em pequenos municípios gaúchos: o exemplo da Quarta Colônia de Imigração Italiana. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v.3, n.5 p. 114-137, 2008. Disponível em:

<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/6935>. Acesso em: 17 jul. 2022.

MÓNICO, Lisete; ALFERES, Valentim R.; CASTRO, Paulo A.; PARREIRA, Pedro M. A. Observação Participante enquanto metodologia de investigação qualitativa. **CIAIQ 2017**, v. 3, 2017. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Lisete.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2023.

MONTANARI, Massimo. **Comida como cultura**. São Paulo: SENAC, 2008. Disponível em: <http://edisciplinas.usp.br>. Acesso em: 27 dez. 2021.

MONTANARI, Massimo; FLANDRIN, Jean-Louis. **História da alimentação** [tradução de Luciano Vieira Machado e Guilherme J. F. Teixeira]. — São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

MORÁN ALONSO, Nerea. Agricultura urbana: un aporte a la rehabilitación integral. **Papeles de relaciones ecosociales y cambio global**, n. 111, p. 99-111, 2010. Disponível em: <https://oa.upm.es/12160/>. Acesso em: 16 jan. 2022.

MORÁN ALONSO, Nerea. Huertos urbanos en tres ciudades europeas: Londres, Berlín, Madrid. **Boletín CF+ S**, n. 47/48, p. 75-124, 2011. Disponível em: <https://polired.upm.es/index.php/boletinufs/article/view/2716> Acesso em: 26 jun. 2024.

MOREIRA, Crispim. Trajetórias contemporâneas da agricultura urbana. In: HISSA, Cássio Eduardo Viana (Org.). **Saberes ambientais: desafios para o conhecimento disciplinar**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008. p. 243-281.

MOREIRA, Sarah Luiza de Souza. **A contribuição da Marcha das Margaridas na construção das políticas públicas de agroecologia no Brasil**. Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural. Brasília, 2019. Disponível em: <http://www.rlbea.unb.br/jspui/handle/10482/37630>. Acesso em: 31 jan. 2025.

MORENO FLORES, Osvaldo. **Agricultura Urbana: Nuevas Estrategias de Integración Social y Recuperación Ambiental en la Ciudad**. 2007. Disponível em: <https://repositorio.uchile.cl/handle/2250/117766> . Acesso em: 30 nov. 2022.

MOTA, Dalva Maria da.; SILIPRANDI, Emma; PACHECO, Maria Emília Lisboa. **Soberania alimentar: biodiversidade, cultura e relações de gênero**. Editoras técnicas – Brasília, DF: Embrapa, 2021. Disponível em: <https://agris.fao.org/search/en/providers/122419/records/647>. Acesso em: 22 dez. 23024.

MOUGEOT, L.J.A. Agricultura Urbana – conceito e definição. In: BAKKER, N. *et al.* (Ed.). **Cultivando cidades, cultivando comida**. International Development Research Centre (IDRC), Cities Fielding People Programme. Ottawa, Canadá, 2000. p. 1-7 Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=Agricultura+Urbana++conceito+e+defini%C3%A7%C3%A3o+Luc+J.A.+Mougeot&btnG=. Acesso em: 25 set. 2022.

MOURA COSTA, Heloisa Soares de. ALMEIDA, Daniela Adil Oliveira de. Agricultura Urbana: possibilidades de uma praxis espacial? **Cadernos de estudos culturais**, v. 4, n. 8, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/cadec/article/view/3528>. Acesso em: 17 mai. 2023.

MUNANGA, Kabenguele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1999. Disponível em: <https://we.riseup.net/assets/432688/docslide.com.br+rediscutindo-a-mesticagem-no-brasilkabengele-munanga.pdf>. Acesso em: 07 set. 2022.

MUSSI, Ricardo Franklin de Freitas; MUSSI, Leila Maria Prates Teixeira; ASSUNÇÃO, Emerson Tadeu Cotrim; NUNES, Claudio Pinto. Pesquisa Quantitativa e/ou Qualitativa: distanciamentos, aproximações e possibilidades. **Revista Sustinere**, v. 7, n. 2, 2019. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/8ac9/f5d8fbd44ab24a31ab2ceaaede.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2021.

NAGIB, Gustavo. **O espaço da agricultura urbana como ativismo: alternativas e contradições em Paris e São Paulo**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, 2020. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/>. Acesso em: 21 dez. 2022.

NASCIMENTO, Maria Filomena Dias. Ser Mulher Na Idade Média. **Revista do Programa De Pós-graduação em História da UnB.**, 5(1), 82–91, 1976. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/textos/article/view/27754> . Acesso em: 13 mai. 2020.

NAVARRO, Mina Lorena; LINSALATA, Lucia. Feminismo y alternativas no capitalistas para la reproducción de la vida. Claves para repensar lo común. Entrevista a Silvia Federici. In: COMPOSTO, Claudia; NAVARRO, Mina Lorena (Org.). Territorios en disputa. Despojo capitalista, luchas en defensa de los bienes comunes naturales y alternativas emancipatorias para América Latina. **México: Bajo Tierra Ediciones**, 2014. Disponível em: http://otrosmundoschiapas.org/docs/territorios_en_disputa_bienes_comunes.pdf. Acesso em: 10 fev. 2024.

NJENGA, Mary. Mulheres Alimentando Cidades: incorporando gênero na agricultura urbana e na segurança alimentar. In: Gênero nos Sistemas Alimentares Urbanos. Urban Agriculture, **Revista de Agricultura Urbana**, RUAF, n.37, 2020. Disponível em: <https://ruaf.org/document/urban-agriculture-magazine-no-37-gender-in-urban-food-systems/>. Acesso em: 13 jan. 2024.

NOBRE, Miriam. Censo Agropecuário 2006 Brasil: uma análise de gênero. In: BUTTO, Andrea; DANTAS, Isolda; HORA, Karla (Org.). **As mulheres nas estatísticas agropecuárias: experiências em países do Sul**. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Ed.1, Brasília, 2012. Disponível em: <https://www.gov.br/mda/pt-br/acervo-nucleo-de-estudos-agrarios/nead-outras-publicacoes.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2025.

NOGUEIRA, Martha Maria Brito. Empoderamento das mulheres negras: cultura, tradição e protagonismo de dona dió do acarajé na “lavagem do beco”. **Revista Mosaico-Revista de História**, v. 10, p. 174-190, 2017. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/mosaico/article/view/5855/3426>. Acesso em: 21 jan. 2023.

OAKLEY, Emily. Quintais domésticos. **Revalorizando**, p. 37, 2004. Disponível em: <http://aspta.org.br/files/2014/10/Artigo-12-Quintais-dom%3%A9sticos-uma-responsabilidade-cultural.pdf> Acesso em: 18 jun. 2020.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007.

OLIVEIRA, Fernanda Chamarelli de. O matriarcado e o lugar social da mulher em África: uma abordagem afrocentrada a partir de intelectuais africanos. **Odeere**, v. 3, n. 6, p. 316-339, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.22481/odeere.v3i6.4424>. Acesso em: 15 ago. 2022.

OLIVEIRA, Luana do Carmo Araujo de.; ALVES, Cristiana Guimarães; PAULA, Bruno Martins Dala. Agricultura urbana e migrações: processos de resistência e interculturalidade. **Revista da Universidade Federal de Minas Gerais**, v. 25, n. 1 e 2, p. 198-223, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistadaufmg/article/view/19538>. Acesso em: 30 jan. 2022.

OLIVEIRA, Marcelo Fernandes de. Política Externa Brasileira Assertiva (2003-2016...2023-2026) e Combate à Fome: Um breve ensaio. In: **Política externa brasileira e combate à fome: lições do passado, perspectivas para o futuro**. Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2023. Disponível em: https://ebooks.marilia.unesp.br/index.php/lab_editorial/catalog/view/428/4147/7687 Acesso em: 11 jan. 2024.

OLIVEIRA, Renata Ferreira de; PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. **Tecendo memórias: identidade e resistência indígena no Planalto da Conquista nos fins do século XX e princípios do XXI**, 2011. Disponível em: <http://www.faceq.edu.br/pdf/tecendomemorias>. Acesso em: 16 ago. 2022.

OLIVEIRA, Edvaldo; ROCHA, Flávia Amaral; SILVA, Tais Pires da. **A Urbanização em áreas tipicamente rurais: Impactos na produção agrícola- O Caso do Bairro Lagoa das Flores em Vitória Da Conquista–Ba**. Colóquio Tempos, Espaços e Representações: Abordagens Geográficas e Históricas - UESB, 2013. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/229300444.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2023.

OLIVEIRA PIZA, Suze de; PANSARELLI, Daniel. Sobre a descolonização do conhecimento: a invenção de outras epistemologias. **Estudos de Religião**, v. 26, n. 43, p. 25-35, 2012. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6342481>. Acesso em: 05 jan. 2025.

ONU, Brasil. **Como as Nações Unidas apoiam os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil**, 2025. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/279573-sobre-onu>. Acesso em: 15 fev. 2025.

PACHECO, Maria Emília Lisboa. Os caminhos das mudanças na construção da Agroecologia pelas mulheres. In: **Mulheres construindo a agroecologia. Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**, v.6, n.4/2009, 2009. disponível em: https://aspta.org.br/files/2011/05/Agriculturas_v6n4.pdf Acesso em: 13 nov. 2024.

PAIVA, Janaína Braga. de. MAGALHÃES, Lílian Miranda; SANTOS, Sandra Maria Chaves dos; SANTOS, Lígia Amparo da Silva; BOMFIM, Lany Alves. A confluência entre o “adequado” e o “saudável”: análise da instituição da noção de alimentação adequada e saudável nas políticas públicas do Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, p. e00250318, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csp/2019.v35n8/e00250318/pt/>. Acesso em: 12 abr. 2025.

PARAGUASSU, Lidice Almeida Arlego. **A agricultura urbana como estratégia de sustentabilidade da cidade do Salvador, Bahia, Brasil**. Universidade de Salamanca, Departamento de Geografia, TESE(Doutorado) - Salamanca, Espanha, 2013. Disponível em: <https://gedos.usal.es/handle/10366/122904> Acesso em: 17 mar. 2025.

PAULILO, Maria Ignez S. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Revista Estudos Feministas**, v. 12, p. 229-252, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/fngwsjnkZHvKMD7Ly3T6gks/abstract/?lang=pt> Acesso em: 14 jun. de 2022.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. Que feminismo é esse que nasce na horta?. **Política & Sociedade**, v. 15, p. 296–316-296–316, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2016v15nesp1p296>. Acesso em: 21 abr. 2021

PESSÔA, Jeniffer Ribeiro. Feminismo e Gênero: avanços nas políticas de igualdade de gênero no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. In: **Mulheres, Gênero e Sexualidade: Diversos olhares sobre a cultura da desigualdade**. (Org.) BRABO, Tânia Suely A. Marcelino, Volume I, Editora Oficina Universitária, São Paulo/SP, 2020. Disponível em: <https://books.google.com.br/books>. Acesso em: 15 nov. 2024.

PIMBERT, M. Mulheres e Soberania Alimentar. In: **Mulheres construindo a agroecologia. Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**, v.6, n.4. Fundação Ilea, Rio de Janeiro - RJ, 2009. Disponível em: https://aspta.org.br/files/2011/05/Agriculturas_v6n4.pdf. Acesso em: 01 dez. 2024.

PINTO, Rute Sofia Borlido Fiúza Fernandes. **Hortas Urbanas: Espaço para o Desenvolvimento Sustentável de Braga**. 2007. Dissertação (Mestrado em Engenharia Municipal) – Escola de Engenharia, Universidade do Minho, Braga, 2007. Disponível em: <https://www.proquest.com/openview/5b323d751c10121c566626f2ed036b7b/1?pq-origsite=gscholar&cbl=2026366&diss=y>. Acesso em: 01 out. 2024.

PMVC. **Prefeitura revitaliza horta comunitária do loteamento Recanto das Águas**. 10 de maio de 2021. Disponível em: <https://www.pmvc.ba.gov.br/prefeitura-revitaliza-horta-comunitaria-do-loteamento-recanto-das-aguas/>. Acesso em: 29 jan. 2023.

PMVC. **IDGM aponta Vitória da Conquista como a segunda melhor cidade do Nordeste para se viver**. 10 de fevereiro de 2021. Disponível em: <https://www.pmvc.ba.gov.br/idgm->

aponta-vitoria-da-conquista-como-a-segunda-melhor-cidade-do-nordeste-para-se-viver/. Acesso em: 19 dez. 2022.

PMVC. Prefeitura e lojas maçônicas celebram convênio para organizar gestão das hortas comunitárias, 2024. Disponível em: <https://www.pmvc.ba.gov.br/prefeitura-e-lojas-maconicas/> Acesso em: 20 nov. 2024.

PORTAL BRASÍLIA AGORA. **Hortas comunitárias em São Sebastião receberão a delegação da Agendas Municipais de Agricultura Urbana e Periurbana**, 2023.

Disponível em: https://brasiliaagora.com.br/hortas-comunitarias-em-sao-sebastiao-receberao-a-delegacao-da-agendas-municipais-de-agricultura-urbana-e-periurbana/?srsltid=AfmBOopI9PiFj90XpYjb1823IZjhhXNOmD6u_rcT5od1Fw5RmYOg65E9 . Acesso em: 20 jul. 2024.

PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. **CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales**, Buenos Aires, 2002. Disponível em: <https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20101018013328/11porto.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2024.

PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. Pela vida, pela dignidade e pelo território: um novo léxico teórico político desde as lutas sociais na América Latina/Abya Yala/Quilombola. **Polis Revista Latino Americana**. 2015. Disponível em: <https://journals.openedition.org/polis/11027>

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 26ª edição, v. 9, 1981.

QUARESMA, A. P. Mulheres e quintais agroflorestais: a “ajuda invisível” aos olhos que garante a reprodução da agricultura familiar camponesa amazônica. In: HORTA, K.; REZENDE, M.; MACEDO, G. (Orgs.). **Coletânea sobre estudos rurais e gênero**: Prêmio Margarida Alves. Brasília: MDA, 2015. p. 35-43. Disponível em: <https://www.gov.br/mda/pt-br/acervo-nucleo-de-estudos-agrarios/coletanea-sobre-estudos-rurais-e-genero-2013-mulheres-e-agroecologia.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2024.

QUEIROZ, Greiziane Araújo; MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. Feira livre: tem alimento fresco, tem, mas tem comida também. In: MENEZES, Sônia de Souza Mendonça; DEUS, José Antônio de Souza; CHELOTI, Marcelo Cervo; CALDAS, Alcides dos Santos. **Geografia dos Alimentos**: territorialidades, identidades e valorização dos saberes e fazeres. 1. ed. Aracaju, SE: Criação Editora, 2021. Disponível em: <https://editoracriacao.com.br/wp-content/uploads/2022/03/alimntos.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2024.

RADL-PHILIPP, Rita Maria; RADL, Fanny. Martínez. Conocimiento y producción científica de mujeres. Mujeres científicas en la Edad media. In: GÓMEZ VÁZQUEZ, BEGOÑA Y MOSTEIRO GARCÍA, Ma JOSEFA. (Org.). **Identidades de género, trabajo, conocimiento y educación: desafíos y retos en el contexto transnacional**. 1ed.Santiago de Compostela: Servizo de Publicacións de la Universidade de Santiago de Compostela, 2017. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6276160>. Acesso em: 11 mai. 2025.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Editora Ática, v. 29, 1993.

RAFFESTIN, Claude. A produção das estruturas territoriais e sua representação. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, p. 17-35, 2009.

RANIERI, Guilherme R. *et al.* Guia prático sobre PANCs: plantas alimentícias não convencionais. **São Paulo: Instituto Kairós**, 2017. Disponível em: <https://institutokairos.net/wp-content/uploads/2017/08/Cartilha-Guia-Pr%C3%A1tico-de-PANC-Plantas-Alimenticias-Nao-Convencionais.pdf>. Acesso em: 22 out. 2024.

RAU, Raquel; MENASCHE, Renata. A construção do saudável e as transformações no comer. MENASCHE, Renata (Org.). **Saberes e sabores da colônia: alimentação e cultura como abordagem para o estudo do rural**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2015. E-book. p. 201-225, 2015. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/171811/001056.pdf>. Acesso em: 09 nov. 2024.

RIBAS, Maria Teresa Gomes de Oliveira; RIGON, Silvia do Amaral. Tecendo o enfoque da Alimentação Adequada e Saudável na perspectiva brasileira de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN). In: GARCIA, Mariana Tarricone; BÓGUS, Cláudia Maria; COELHO, Denise Eugenia Pereira. **Hortas comunitárias urbanas: promovendo a saúde e a segurança alimentar e nutricional nas cidades**, São Paulo: Instituto de Saúde, 2024.

RIBEIRO, José Luiz Lourenço; DIAS, Liz Cristiane. Agricultura urbana e as Iniciativas de Resistência Popular. **RELACult-Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, v. 5, 2019. Disponível em: <https://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/1369>. Acesso em: 13 ago. 2023.

RIBEIRO, Silvana Maria; BÓGUS, Cláudia Maria; WATANABE, Helena Akemi Wada. Agricultura Urbana Agroecológica en la Perspectiva de la Promoción de la Salud. **Saúde e sociedade**, v. 24, p. 730-743, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/H8sp5CgPgsJ6gf6nqtMwv9G/abstract/?lang=es>. Acesso em: 22 jan. 2022.

RICHTER, Marc François *et al.* Hortas urbanas–História, Classificação, Benefícios e Perspectivas. **Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia**, n. 55, 2022. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/46324>. Acesso em: 18 set. 2024.

ROSA, Pedro Paulo Videiro. Políticas públicas em agricultura urbana e periurbana no Brasil. **Revista Geográfica de América Central**, v. 2, n. 47E, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/2384>. Acesso em: 10 set. 2022.

ROSI, Iara; MANDELLI, Cacilda Sueli. Projeto Gênero e Comercialização – Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo. In: HORA, Karla; REZENDE, Marcela; MACEDO, Gustavo. Coletânea sobre estudos rurais e gênero. **Prêmio Margarida Alves**, v. 4, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Brasília, 2015. Disponível em: <https://www.gov.br/mda/pt-br/acervo-nucleo-de-estudos-agrarios/nead-especial-1/2-coletanea-sobre-estudos-rurais-e-genero.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2024.

ROSSET, Jean. Sergio; COELHO, Gustavo. Ferreira; GRECO, Marcelo; STREY, Leonardo; GONÇALVES JUNIOR, Affonso. Celso. Agricultura convencional versus sistemas agroecológicos: modelos, impactos, avaliação da qualidade e perspectivas. **Scientia Agraria Paranaensis**, v. 13, n. 2, p. 80–94, 2014. Disponível em:

<https://saber.unioeste.br/index.php/scientiaagraria/article/view/7351>. Acesso em: 5 abr. 2025.

RÖSSLER, Mechtild. World Heritage cultural landscapes: A UNESCO flagship programme 1992–2006. **Landscape Research**, v. 31, n. 4, p. 333-353, 2006. Disponível em:

<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/0142639060100420>. Acesso em: 20 out. 2024.

RUA, Maria das Graças. Análise de políticas públicas: conceitos básicos. **Manuscrito, elaborado para el Programa de Apoyo a la Gerencia Social en Brasil. Banco Interamericano de Desarrollo: INDES**, 1997. Disponível em:

<https://www.univali.br/pos/mestrado/mestrado-em-gestao-de-politicas-publicas/processo-seletivo/SiteAssets/Paginas/default/RUA.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2025.

SABOURIN, Eric. Práticas de reciprocidade e economia de dádiva em comunidades rurais do Nordeste brasileiro. **Raízes: Revista De Ciências Sociais E Econômicas**, 1999.

Disponível em: <https://doi.org/10.37370/raizes.1999.v.165>. Acesso em: 20 jan. 2024.

SABOURIN, Eric. Comercialização dos produtos agrícolas e reciprocidade no Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 21, n. 1, p. 5-33, 2013. Disponível em:

<https://www.redalyc.org/pdf/5999/599964683001.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2024.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Primórdios do conceito de gênero. **Cadernos Pagu**, n. 12, p. 157-163, 1999. Disponível em:

<https://ieg.ufsc.br/public/storage/articles/October2020/Saffioti.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2022.

SALES, Tamna Santos; GUALBERTO, Rosângila Domingos. Concepções de Território e Territorialidade no Antigo Norte Goiano. **Holos**, v. 2, 2019. Disponível em:

<https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/101449900/pdf-libre.pdf>.

Acesso em: 02 nov. 2024.

SAMPAIO, Vilomar Sandes; MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. A produção artesanal de biscoitos em Vitória da Conquista-Bahia. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 1, n. 42, p. 79-97, 2020. Disponível em: <http://200.145.6.156/index.php/cpg/article/view/7134>. Acesso em: 10 Jul. 2024

SANTANA, Aurelane Alves. A Inserção da Cafeicultura no Planalto da Conquista-Bahia: Transformações Sociais e Econômicas da Região. **GEOFRONTER**, v. 9, 2023. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/GEOF/article/view/7689>. Acesso em: 11 jan. 2024.

SANTANDREU, Alain; LOVO, Ivana Cristina. Panorama da agricultura urbana e periurbana no Brasil e diretrizes políticas para sua promoção: Identificação e caracterização de iniciativas de AUP em Regiões Metropolitanas Brasileiras. **Documento Referencial Geral: Versão Final**. Belo Horizonte, 2007. 36p. Disponível em:

<https://www.agriculturaurbana.org.br/textos/panorama.AUP.pdf> . Acesso em: 19 dez. 2022.

SANTOS, Aline Maiara Demétrio. **Trajetórias de Mulheres Agricultoras que se tornaram lideranças políticas: resistências e conquistas**. Dissertação (Mestrado) Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional. Pato Branco, 2019. Disponível em: <http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/4436>. Acesso em: 18 dez. 2022.

SANTOS, Edilene de Jesus. **Educação ambiental e agricultura familiar: uma análise do povoado de Lagoa das Flores em Vitória da Conquista, BA**. 2013. Disponível em: http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/22695/2/MD_GAMUNI_2014_2_4.pdf. Acesso em: 21 nov. 2022.

SANTOS, Geraldini Alves dos; VAZ, Cícero Emídio. **Grupos da terceira idade, interação e participação social**. In ZANELLA, AV., *et al.*, org. Psicologia e práticas sociais [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 333-346. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/886qz/pdf/zanella-9788599662878-31.pdf> Acesso em: 02 ago. 2023.

SANTOS, Jânio. Um (novo) olhar sobre a história de Vitória da Conquista na condição de cidade média. In: **Vitória da Conquista no século XXI: reestruturação urbana e mudanças em seu papel como cidade média**. Edições UESB, 2016

SANTOS, Morgana M. CORREIA, Maria da C. A. Barbosa, Anna C. F. SANTOS, Carlos A. B. LIRA, Jalline F. S. de. OLIVEIRA, Gertrudes M. de. O Papel dos Quintais Produtivos na Promoção da Segurança Alimentar: Uma Revisão Sistemática de Literatura. **Journal of Media Critiques**, v. 10, n. 26, p. e108-e108, 2024. Disponível em: <https://journalmediacritiques.com/index.php/jmc/article/view/108/80>. Acesso: 07/01. 2025.

SAQUET, Marcos A. As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i) materialidade. **Geosul**, v. 22, n. 43, p. 55-76, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/download/12646/11806/0>. Acesso: 29/11/22.

SAQUET, Marcos Aurelio. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SCHEFLER, Maria de Lourdes N. **Território e gênero: territorialidades ausentes**. In: Territorialidades: dimensões de gênero, desenvolvimento e empoderamento das mulheres. Salvador: EDUFBA, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/30351> Acesso em: 13 jun. 2024.

SCHOLL, Camille Johann. **Matriarcado e África: a produção de um discurso por intelectuais africanos: Cheikh Anta Diop e Ifi Amadiume**. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul Instituto De Filosofia E De Ciências Humanas Departamento De História, 2016. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/156965>. Acesso em: 18 nov. 2021.

SEDUR. Secretaria de Desenvolvimento Urbano. A Rede Urbana do Estado da Bahia: Hierarquia, classificação e regiões de influência. **Planejamento Territorial**, 2021. Disponível em: <http://www.sedur.ba.gov.br/wp-content/uploads/Estudo-Rede-Urb-BACompleto1.pdf> Acesso em: 22 jun. 2024.

SEDUR, Secretaria de Desenvolvimento Urbano da Bahia. **Estudo da Rede Urbana da Bahia, Relatório Final (versão final) – Caracterização da Rede Urbana Estadual e Propostas de Ações Estratégicas**, Salvador - BA, 2011. Disponível em: http://www.sedur.ba.gov.br/wp-content/uploads/2022/08/Estudo-Rede-Urb-BA_Completo1.pdf. Acesso em: 22 jun. 2024.

SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. **E-cadernos ces**, n. 18, 2012. Disponível em: <https://journals.openedition.org/eces/1533>. Acesso em: 15 jun. 2022.

SEI. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Perfil dos Territórios de Identidade da Bahia**, 2024. Disponível em: <https://www.ba.gov.br/sei/>. Acesso em: 18 mai. 2024.

SEIBERT, Iridiani G.; SAYEED, Azra T.; GEORGIEVA, Zdravka; GUERRA, Alberta. Sin feminismo no hay agroecología. In: Observatorio del Derecho a la Alimentación y a la Nutrición, El poder de las mujeres en la lucha por la soberanía alimentaria. **FIAN** (Internacional), Edición 11, 2019. Disponível em: https://www.righttofoodandnutrition.org/wp-content/uploads/2019/10/rfn-watch11-2019_esp_b.pdf Acesso em: 10 mar 2025.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

SHIVA, Vandana. Mulheres e Biodiversidade. In: Dasgupta, Samir. **Compreendendo o Meio Ambiente Global**, 2009. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=wMiSuQhG>. Acesso em: 20 mai. 2025.

SILIPRANDI, Emma C. **Mulheres e Agroecologia**: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar. Tese – Doutorado Desenvolvimento Sustentável, Brasília – DF, 2009.

SILIPRANDI, Emma Cademartori. A alimentação como um tema político das mulheres. In: ROCHA, Cecília (Org.). Segurança Alimentar e Nutricional: perspectivas, aprendizados e desafios para a políticas pública. Rio de Janeiro, **FIOCRUZ**, 2013. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br>. Acesso em: 25 out. 2024.

SILIPRANDI, Emma Cademartori. A alimentação como um tema político das mulheres. In: ROCHA, C. BURLANDY, L. MAGALHÃES, R.(Org.) **Segurança Alimentar e Nutricional**: perspectivas e aprendizados e desafios para as políticas públicas. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013.

SILVA, Alberto Bomfim da. **O Carnaval? “Ave Maria, era mil maravilha!”**: trânsitos políticos e culturais das associações negras e mestiças de Vitória da Conquista. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, Vitória da Conquista, 2022.

SILVA, Joseli Maria. Um ensaio sobre as potencialidades do uso do conceito de gênero na análise geográfica. **Revista de História Regional**, 2003. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2167>. Acesso em: 30 jan. 2023.

SILVA, Joseli Maria; DE OLIVEIRA CESAR, Tamires Regina Aguiar; PINTO, Vagner André Morais. Gênero e geografia brasileira: uma análise sobre o tensionamento de um campo de saber. **Revista da ANPEGE**, v. 11, n. 15, p. 185-200, 2015. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/anpege/article/view/6452>. Acesso em: 30 set. 2023

SILVA, Luís Octávio da. Os quintais e a morada brasileira. **Cadernos de arquitetura e urbanismo**, v. 11, n. 12, 2004 Disponível em: www.http://periodicos.pucminas.br. Acesso em: 11 jan. 2025.

SODRÉ, Maria Lúcia da S.; SANTOS, Ubirani O.; DIAS, Altemar S. Novo Olhar da Produção e do Consumo de Alimentos: Uma Experiência de Horta Urbana no Lar dos Idosos e Segurança Alimentar **Revista GeoNordeste**, Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/geonordeste/article/view/12260>. Acesso em: 21 ago. 2023.

SORZANO, Angelina Herrera. Impacto de la agricultura urbana en Cuba. **Novedades en población**, v. 5, n. 9, 2014. Disponível em: <http://www.novpob.uh.cu/index.php/NovPob/article/viewFile/151>. Acesso em: 06 dez. 2022.

SOUSA, Maria Aparecida de. A Conquista do Sertão da Ressaca: povoamento e posse da terra no interior da Bahia. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2001.

SOUSA, Tatiana de O.; BAZZOLI, João A.; DELGADO, Cecília. Agricultura urbana e alimentação: hortas urbanas em Palmas - TO. **Estudos Geográficos: Revista Eletrônica de Geografia**, v. 18, n. 2, p. 89-111, 2020. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo/article/view/15911>. Acesso em: 07 jan. 2025.

SOUZA. Amélia Barreto de. **Alimentação no Planalto da Conquista no período de 1930 a 1950**. Vitória da Conquista: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 1996.

SOUZA, A. B.; FORNAZIER, A.; DELGROSSI, M. E. Sistemas Agroalimentares Locais: possibilidades de novas conexões de mercados para a agricultura familiar. **Ambiente & Sociedade**. São Paulo, v. 23, p. 1-20, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/ttkqwMk45DLStLlhgym5yRH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 05 jan. 2022.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. Território da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas de um conceito fundamental. In: **SAQUET, MA; SPOSITO, ES Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009.

SOUZA, Suzane Tosta. **Da negação ao discurso “hegemônico” do capital à atualidade da luta de classes no campo brasileiro**. Camponeses em luta pelo/no Território no Sudoeste da Bahia. Tese (Doutorado) Universidade Federal de Sergipe, Programa de Pós-Graduação em Geografia, São Cristóvão – SE, 2008. Acesso em: 03 jan. 2023.

SOUZA, Suzane T.; SANTOS, Jânio R. D. dos; BATISTA, Fátima C.; LEAL, Victor A. S. A relação campo-cidade na produção do espaço urbano industrial: o bairro Lagoa das Flores em Vitória da Conquista/BA. **Simpósio Cidades Médias e Pequenas da Bahia-ISSN 2358-**

5293, v. 1, n. 1, 2016. Disponível em:

<http://anais.uesb.br/index.php/ascmpa/article/viewFile/5555/5322>. Acesso em: 10 out. 2022.

SOUZA LEÃO, Vitória O. P. de; CURAN, Roberta M.; MARQUES, Paulo E. M. A agricultura urbana e perirubana do município de São Paulo diante da pandemia de Covid-19: análises de experiências pertinentes para o combate à fome. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 30, 2023. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8670691>. Acesso em: 18 nov. 2024.

SPENILLO, G. M. D. Resistências urbanas e novas ruralidades. **Revista Interdisciplinar em Educação e Territorialidade – RIET**, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 14–32, 2023. DOI: 10.30612/riet.v3i1.15414. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/riet/article/view/>. Acesso em: 16 jan. 2024.

SPÓSITO, Eliseu. FERREIRA, Márcia Ajala de A. M.; BÓRGES, Ronan E.; SOGAME, Maurício. Dissertação, tese e metodologia. **Formação (Online)**, v. 1, n. 3, 2000. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br>. Acesso em 02 de jan. de 2025. Acesso em: 20 jan. 2024.

TAVARES, Luis Henrique Dias. **História da Bahia**. Editora UNESP, Salvador, 2001.

TEIXEIRA, Diana M. da C. L. **Hortas urbanas: o contributo da arquitetura para a integração das hortas urbanas na (re) qualificação da cidade**. Universidade de Coimbra, FCTUC – Arquitetura, 2016. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10316/36984>. Acesso em: 13 ago. 2024.

TITON, Nathalia Luiza *et al.* Horticultura E Jardinagem Como Auxílio A Atividades Terapêuticas No Centro De Atenção Psicossocial (Caps), Videira–Sc. **Anais da Mostra Nacional de Iniciação Científica e Tecnológica Interdisciplinar (MICTI)-e-ISSN 2316-7165**, v. 1, n. 16, 2023. Disponível em: publicacoes.ifc.edu.br. Acesso em: 18 set. 2024.

TOURINHO, Helena L. Zagury; SILVA, Maria Goreti C. A. da. Quintais urbanos: funções e papéis na casa brasileira e amazônica. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 11, n. 3, p. 633-651, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/h5ZctxMyGgPxrtZfnLYwSHy/>. Acesso em: 13 mar. 2025.

ULTRAMARI, Clóvis; CARDOSO, Nelson Ari; MOURA, Rosa. Territorialidades em movimento. **Revista de administração pública**, v. 4, pág. 6 a 13-6 a 13, 1995. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/8256/7044>. Acesso em: 20 fev. 2025.

VEJRE, Henrik, *et al.* Can Agriculture Be Urban?. In: LOHRBERG, Frank *et al.* (Ed.). **Urban agriculture europe**. Berlin: Jovis, 2016. Disponível em: <https://www.ideabooks.it/wp-content/uploads/2016/12/Urban-Agriculture-Europe.pdf>. Acesso em: 19 set. 2024.

VIEIRA, Rosana F. **Ciclo do nitrogênio em sistemas agrícolas**. Brasília, DF: Embrapa, 2017. Disponível em: <https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/bitstream/doc/1090589.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2024.

VITÓRIA DA CONQUISTA. **Lei Orgânica do município de Vitória da Conquista**, de 23 de fevereiro de 2007. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/>. Acesso em: 13 abr. 2025.

VITÓRIA DA CONQUISTA. Lei Complementar Municipal Nº 1.986/2014, 2014. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/>. Acesso em: 13 abr. 2025.

YOUNG, Laine. RODRÍGUEZ, Alexandra. A importância da Análise Feminista na pesquisa em Agricultura Urbana. In: Gênero nos Sistemas Alimentares Urbanos. Urban Agriculture, **Revista de Agricultura Urbana**, RUAF, n.37, 2020. Disponível em: <https://ruaf.org/document/urban-agriculture-magazine-no-37-gender-in-urban-food-systems/>. Acesso em: 17 jan. 2023.

WANDSCHEER, Elvis Albert Robe. **Agricultura urbana: uma análise da atividade em Belém – PA no norte e Porto Alegre – RS no sul do Brasil**. Tese (Doutorado) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/pdfsequence1&=y>. Acesso em: 04 mar. 2022.

WANDSCHEER, Elvis A. R.; MEDEIROS, Rosa M. V. Agricultura urbana: reflexões sobre os territórios nestes espaços. **Dinâmicas do espaço agrário: velhos e novos territórios**, 2017. Disponível em: <http://www.bibliotecahortasurbanas.ibict.br/jspui/bitstream/123456789/36/1/001016893.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2022.

WASSMANSORF, Luiz Felipe; SALAMONI, Giancarla. **A percepção dos mediadores sociais sobre os mercados institucionais de alimentos na Serra dos Tapes/RS: relações entre segurança alimentar nutricional e agricultura familiar**. 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufpel.edu.br/>. Acesso em: 23 fev. 2025.

WILBERS, Joanna. Gênero e Agricultura Urbana. **Revista de Agricultura Urbana** n. 12, 2004. Disponível em: https://ruaf.org/assets/2003/04/rau12_total.pdf. Acesso em: 18 nov. 2022.

ZAAR, Miriam-Hermi. Agricultura urbana: algunas reflexiones sobre su origen e importancia actual. **Biblio 3w: revista bibliográfica de geografía y ciencias sociales**, 2011. Disponível em: <https://www.raco.cat/index.php/Biblio3w/article/view/250870> Acesso em: 15 ago. 2024.

ZAMBAM, Neuro José; ICKERT, Airton Juarez. A democracia brasileira e a pena privativa de liberdade: alternativas que preservam a dignidade humana. **Revista Brasileira de Direito**, v. 7, n. 2, p. 147-166, 2011. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5120204>. Acesso em: 15 out. 2024.

Apêndice A – Entrevista com representante do Poder Público.

Coordenação Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - COSAN

Identificação	
Nome	
Cargo	Período no cargo:
Formação	
Questões	
Qual a quantidade de Hortas Comunitárias Urbanas em Vitória da Conquista?	
Qual a área de cada Horta Comunitária?	
Quantos Lotes tem cada Horta?	
Quantas famílias trabalham em cada horta?	
Como é possível adquirir um lote na Horta Comunitária Urbana?	
O que a PMVC oferece às Hortas Comunitária Urbanas?	
Quem é responsável pela administração das Hortas?	
Qual o papel das Hortas Comunitárias Urbanas pra a PMVC?	
Qual o papel da PMVC na implementação das Hortas?	
Existe algum projeto de revitalização ou criação de novas Hortas Comunitárias Urbanas?	

Fernanda Ramos Lacerda

Responsável pelo estudo

Telefone para contato: 77 XXXXXXXXXX

E-mail: nandarlacerda@gmail.com

Apêndice B - Entrevista semiestruturada com as mulheres que trabalham nas Hortas Comunitárias Urbanas.

Mulheres que trabalham nas Hortas Comunitárias Urbanas		
Horta Comunitária (bairro):		
Nome:		
Idade:	Gênero:	
Estado Civil:	Filhos:	
Em que bairro você mora?		
Há quanto tempo você trabalha na horta?		
Como adquiriu o lote na horta?		
Quantos dias da semana você trabalha na horta?		
Você tem outro trabalho além do cultivo na horta? () Sim () Não	Qual?	
Como (por que) começou a trabalhar na horta?		
Escolaridade		
Ensino Fundamental I	() Completo () Incompleto	
Ensino Fundamental II	() Completo () Incompleto	
Ensino Médio	() Completo () Incompleto	
Curso técnico	() Completo () Incompleto	Especificar:
Curso Superior	() Completo () Incompleto	Especificar:
Pós-graduação	() Completo () Incompleto	
Característica do cultivo		
O que você cultiva?		
Como aprendeu a cultivar?		
Utiliza alguma ferramenta?		
Utiliza algum insumo ou adubo?		
Tem ajuda de alguém para cultivar?		
Você utiliza algum saber tradicional para o cultivo na horta?		
A horta gera algum custo para você?		
Quais os desafios enfrentados no processo de cultivo?		
Comercialização		

Qual alimento que você mais cultiva?	
Onde você comercializa os alimentos? <input type="checkbox"/> Feira <input type="checkbox"/> Estabelecimento comercial <input type="checkbox"/> No espaço da Horta	Outro:
Qual a quantidade de alimentos que você comercializa?	
Você ou sua família consome o que cultiva na horta?	
Qual é a importância de consumir os alimentos que cultiva?	
Para quem vai o valor adquirido pela comercialização dos alimentos?	
Saúde	
Você já teve algum problema de saúde provocado pelo trabalho na horta?	
Você cultiva alguma erva medicinal para consumo próprio?	
Relações	
Como são as relações com as outras mulheres que trabalham na Horta?	
Como é a relação com quem administra as Hortas?	
Como é a participação da PMVC nas Hortas?	
Pessoal	
Qual a importância da horta na sua vida?	
Você se identifica como agricultora?	

Apêndice C - Entrevista semiestruturada com os consumidores nas Hortas Comunitárias Urbanas.

Consumidores nas Hortas Comunitárias Urbanas	
Horta Comunitária (bairro):	
Nome:	
Idade:	Gênero:
Estado Civil:	Filhos:
Em que bairro você mora?	
Consumo	
Há quanto tempo você consome alimentos na horta?	
Como (por que) começou a comprar alimentos na horta?	
Qual alimento que você mais compra e/ou consome?	
Para você qual é a importância de consumir os alimentos das hortas?	
Relações	
Como é a relação com as mulheres que trabalham na Horta?	
Qual a importância da horta para você e sua família?	

Apêndice D – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, com destaque para as metas que recebem contribuição das Hortas Comunitárias Urbanas de Vitória da Conquista, 2025.

Objetivo 2	
Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.	
Metas	
2.1	Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano.
2.2	Até 2030, acabar com todas as formas de desnutrição, incluindo atingir, até 2025, as metas acordadas internacionalmente sobre nanismo e caquexia em crianças menores de cinco anos de idade, e atender às necessidades nutricionais dos adolescentes, mulheres grávidas e lactantes e pessoas idosas.
2.3	Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola.
2.4	Até 2030, garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas resilientes, que aumentem a produtividade e a produção, que ajudem a manter os ecossistemas, que fortaleçam a capacidade de adaptação às mudanças climáticas, às condições meteorológicas extremas, secas, inundações e outros desastres, e que melhorem progressivamente a qualidade da terra e do solo.
2.5	Até 2020, manter a diversidade genética de sementes, plantas cultivadas, animais de criação e domesticados e suas respectivas espécies selvagens, inclusive por meio de bancos de sementes e plantas diversificados e bem geridos em nível nacional, regional e internacional, e garantir o acesso e a repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes da utilização dos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados, como acordado internacionalmente.
2a	Aumentar o investimento, inclusive via o reforço da cooperação internacional, em infraestrutura rural, pesquisa e extensão de serviços agrícolas, desenvolvimento de tecnologia, e os bancos de genes de plantas e animais, para aumentar a capacidade de produção agrícola nos países em desenvolvimento, em particular nos países menos desenvolvidos.
2b	Corrigir e prevenir as restrições ao comércio e distorções nos mercados agrícolas mundiais, incluindo a eliminação paralela de todas as formas de subsídios à exportação e todas as medidas de exportação com efeito equivalente, de acordo com o mandato da Rodada de Desenvolvimento de Doha.
2c	Adotar medidas para garantir o funcionamento adequado dos mercados de commodities de alimentos e seus derivados, e facilitar o acesso oportuno à informação de mercado, inclusive sobre as reservas de alimentos, a fim de ajudar a limitar a volatilidade extrema dos preços dos alimentos.
Objetivo 3	
Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades.	
Metas	
3.1	Até 2030, reduzir a taxa de mortalidade materna global para menos de 70 mortes por 100.000 nascidos vivos
3.2	Até 2030, acabar com as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos, com todos os países objetivando reduzir a mortalidade neonatal para pelo menos 12 por 1.000 nascidos vivos e a mortalidade de crianças menores de 5 anos para pelo menos 25 por 1.000 nascidos vivos
3.3	Até 2030, acabar com as epidemias de AIDS, tuberculose, malária e doenças tropicais negligenciadas, e combater a hepatite, doenças transmitidas pela água, e outras doenças transmissíveis

3.4	Até 2030, reduzir em um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis via prevenção e tratamento, e promover a saúde mental e o bem-estar
3.5	Reforçar a prevenção e o tratamento do abuso de substâncias, incluindo o abuso de drogas entorpecentes e uso nocivo do álcool
3.6	Até 2020, reduzir pela metade as mortes e os ferimentos globais por acidentes em estradas
3.7	Até 2030, assegurar o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo o planejamento familiar, informação e educação, bem como a integração da saúde reprodutiva em estratégias e programas nacionais
3.8	Atingir a cobertura universal de saúde, incluindo a proteção do risco financeiro, o acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes, de qualidade e a preços acessíveis para todos
3.9	Até 2030, reduzir substancialmente o número de mortes e doenças por produtos químicos perigosos, contaminação e poluição do ar e água do solo
3a	Fortalecer a implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco em todos os países, conforme apropriado
3b	Apoiar a pesquisa e o desenvolvimento de vacinas e medicamentos para as doenças transmissíveis e não transmissíveis, que afetam principalmente os países em desenvolvimento, proporcionar o acesso a medicamentos e vacinas essenciais a preços acessíveis, de acordo com a Declaração de Doha, que afirma o direito dos países em desenvolvimento de utilizarem plenamente as disposições do acordo TRIPS sobre flexibilidades para proteger a saúde pública e, em particular, proporcionar o acesso a medicamentos para todos
3c	Aumentar substancialmente o financiamento da saúde e o recrutamento, desenvolvimento e formação, e retenção do pessoal de saúde nos países em desenvolvimento, especialmente nos países menos desenvolvidos e nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento
3d	Reforçar a capacidade de todos os países, particularmente os países em desenvolvimento, para o alerta precoce, redução de riscos e gerenciamento de riscos nacionais e globais de saúde
Objetivo 5	
Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.	
Metas	
5.1	Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda parte
5.2	Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos
5.3	Eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos prematuros, forçados e de crianças e mutilações genitais femininas
5.4	Reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade compartilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos nacionais
5.5	Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública
5.6	Assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos, como acordado em conformidade com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes de suas conferências de revisão
5a	Realizar reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e os recursos naturais, de acordo com as leis nacionais
5b	Aumentar o uso de tecnologias de base, em particular as tecnologias de informação e comunicação, para promover o empoderamento das mulheres
5c	Adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas em todos os níveis

Objetivo 11	
Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros e resilientes e sustentáveis	
Metas	
11.1	Até 2030, garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos e urbanizar as favelas
11.2	Até 2030, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos
11.3	Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países
11.4	Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo
11.5	Até 2030, reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por catástrofes e substancialmente diminuir as perdas econômicas diretas causadas por elas em relação ao produto interno bruto global, incluindo os desastres relacionados à água, com o foco em proteger os pobres e as pessoas em situação de vulnerabilidade
11.6	Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros
11.7	Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência
11a	Apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento
11b	Até 2020, aumentar substancialmente o número de cidades e assentamentos humanos adotando e implementando políticas e planos integrados para a inclusão, a eficiência dos recursos, mitigação e adaptação às mudanças climáticas, a resiliência a desastres; e desenvolver e implementar, de acordo com o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030, o gerenciamento holístico do risco de desastres em todos os níveis
11c	Apoiar os países menos desenvolvidos, inclusive por meio de assistência técnica e financeira, para construções sustentáveis e resilientes, utilizando materiais locais
Objetivo 12	
Assegurar padrões de produção e consumo sustentáveis.	
Metas	
12.1	Implementar o Plano Decenal de Programas sobre Produção e Consumo Sustentáveis, com todos os países tomando medidas, e os países desenvolvidos assumindo a liderança, tendo em conta o desenvolvimento e as capacidades dos países em desenvolvimento
12.2	Até 2030, alcançar a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais
12.3	Até 2030, reduzir pela metade o desperdício de alimentos per capita mundial, nos níveis de varejo e do consumidor, e reduzir as perdas de alimentos ao longo das cadeias de produção e abastecimento, incluindo as perdas pós-colheita
12.4	Até 2020, alcançar o manejo ambientalmente saudável dos produtos químicos e todos os resíduos, ao longo de todo o ciclo de vida destes, de acordo com os marcos internacionais acordados, e reduzir significativamente a liberação destes para o ar, água e solo, para minimizar seus impactos negativos sobre a saúde humana e o meio ambiente
12.5	Até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso
12.6	Incentivar as empresas, especialmente as empresas grandes e transnacionais, a adotar práticas sustentáveis e a integrar informações de sustentabilidade em seu ciclo de relatórios
12.7	Promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais
12.8	Até 2030, garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e conscientização para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza

12a	Apoiar países em desenvolvimento a fortalecer suas capacidades científicas e tecnológicas para mudar para padrões mais sustentáveis de produção e consumo
12b	Desenvolver e implementar ferramentas para monitorar os impactos do desenvolvimento sustentável para o turismo sustentável, que gera empregos, promove a cultura e os produtos locais
12c	Racionalizar subsídios ineficientes aos combustíveis fósseis, que encorajam o consumo exagerado, eliminando as distorções de mercado, de acordo com as circunstâncias nacionais, inclusive por meio da reestruturação fiscal e a eliminação gradual desses subsídios prejudiciais, caso existam, para refletir os seus impactos ambientais, tendo plenamente em conta as necessidades específicas e condições dos países em desenvolvimento e minimizando os possíveis impactos adversos sobre o seu desenvolvimento de uma forma que proteja os pobres e as comunidades afetadas
Objetivo 15	
Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade	
Metas	
15.1	Até 2020, assegurar a conservação, recuperação e uso sustentável de ecossistemas terrestres e de água doce interiores e seus serviços, em especial florestas, zonas úmidas, montanhas e terras áridas, em conformidade com as obrigações decorrentes dos acordos internacionais
15.2	Até 2020, promover a implementação da gestão sustentável de todos os tipos de florestas, deter o desmatamento, restaurar florestas degradadas e aumentar substancialmente o florestamento e o reflorestamento globalmente
15.3	Até 2030, combater a desertificação, restaurar a terra e o solo degradado, incluindo terrenos afetados pela desertificação, secas e inundações, e lutar para alcançar um mundo neutro em termos de degradação do solo
15.4	Até 2030, assegurar a conservação dos ecossistemas de montanha, incluindo a sua biodiversidade, para melhorar a sua capacidade de proporcionar benefícios que são essenciais para o desenvolvimento sustentável
15.5	Tomar medidas urgentes e significativas para reduzir a degradação de habitat naturais, deter a perda de biodiversidade e, até 2020, proteger e evitar a extinção de espécies ameaçadas
15.6	Garantir uma repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos e promover o acesso adequado aos recursos genéticos
15.7	Tomar medidas urgentes para acabar com a caça ilegal e o tráfico de espécies da flora e fauna protegidas e abordar tanto a demanda quanto a oferta de produtos ilegais da vida selvagem
15.8	Até 2020, implementar medidas para evitar a introdução e reduzir significativamente o impacto de espécies exóticas invasoras em ecossistemas terrestres e aquáticos, e controlar ou erradicar as espécies prioritárias
15.9	Até 2020, integrar os valores dos ecossistemas e da biodiversidade ao planejamento nacional e local, nos processos de desenvolvimento, nas estratégias de redução da pobreza e nos sistemas de contas
15a	Mobilizar e aumentar significativamente, a partir de todas as fontes, os recursos financeiros para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e dos ecossistemas
15b	Mobilizar recursos significativos de todas as fontes e em todos os níveis para financiar o manejo florestal sustentável e proporcionar incentivos adequados aos países em desenvolvimento para promover o manejo florestal sustentável, inclusive para a conservação e o reflorestamento
15c	Reforçar o apoio global para os esforços de combate à caça ilegal e ao tráfico de espécies protegidas, inclusive por meio do aumento da capacidade das comunidades locais para buscar oportunidades de subsistência sustentável

Fonte: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>

Apêndice E – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

A Sra. está sendo convidada a participar da pesquisa: “Territorialidades Femininas e Agricultura Urbana em Vitória da Conquista, Ba” que tem por objetivo: analisar as territorialidades das mulheres agricultoras e as relações de gênero presentes entre as hortas comunitárias e as feiras livres em Vitória da Conquista, Ba. Para este estudo adotaremos os seguintes procedimentos: a) levantamento bibliográfico b) pesquisa documental c) pesquisa de campo com realização de entrevistas. A Sra. está sendo convidada para responder algumas questões sobre o cultivo, comercialização e consumo de alimentos no seu município. A Sra. tem a liberdade de não responder ou interromper a ENTREVISTA em qualquer momento, sem nenhum prejuízo para seu atendimento. Essa pesquisa possui risco de desconforto ou constrangimento com algumas perguntas feitas durante a entrevista ou com o registro de imagens, caso isso aconteça a pergunta será retirada do roteiro de entrevistas imediatamente e as imagens não serão capturadas. Pode haver benefícios indiretos com a divulgação da pesquisa tanto na atração de novos pesquisadores para o tema como no entendimento sobre o cultivo, comercialização e consumo de alimentos no município de Vitória da Conquista/BA. A Sra. tem a liberdade de não participar da pesquisa ou retirar seu consentimento a qualquer momento, mesmo após o início da entrevista/coleta de dados, sem qualquer prejuízo. Caso aceite participar pedimos sua autorização para utilizar as informações, suas fotos e de sua produção bem como seu depoimento para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides), em favor do pesquisador. Caso a Sra. autorize a utilização de imagens e depoimentos seu nome não será divulgado. Seu nome será codificado utilizando duas letras maiúsculas que não correspondem a suas iniciais para preservar sua privacidade. Se julgar necessário, a Sra. dispõe de tempo para que possa refletir sobre sua participação, consultando, se necessário, seus familiares ou outras pessoas que possam ajudá-los na tomada de decisão livre e esclarecida. A Sra. não terá nenhuma despesa e não há compensação financeira relacionada à sua participação na pesquisa, porém estão assegurados à Sra. o direito a pedir indenizações e a cobertura material para reparação a dano causado pela pesquisa. Garantimos à Sra. a manutenção do sigilo e da privacidade de sua participação e de seus dados durante todas as fases da pesquisa e posteriormente na divulgação científica dos resultados. Os dados, imagens e resultados serão arquivados por um período de 5 (cinco) anos após a finalização da pesquisa e estarão à sua disposição. Caso tenha alguma dúvida sobre a pesquisa poderá entrar em contato com a coordenadora responsável pelo estudo: Fernanda Ramos Lacerda, que pode ser localizado no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe localizada na Av. Marechal Rondon, s/n - Jardim Rosa Elze, São Cristóvão - SE, 49100-000 ou no endereço residencial [REDACTED] Vitória da Conquista /Bahia., também pelo e-mail: nandarlacerda@gmail.com ou pelo telefone (77) [REDACTED] via ligação, SMS e WhatsApp (7 dias por semana). A Sra. também pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Sergipe (CEP/UFS), para sanar dúvidas, fazer reclamação ou denúncia, localizado na Rua Cláudio Batista s/nº, Bairro Sanatório, Aracaju-Sergipe ou pelo telefone (79)3194-7208 ou no e-mail cep@academico.ufs.br ou atendimento presencial das 07h às 12h. O CEP/UFS é um colegiado interdisciplinar, independente, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos, o CEP é responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos.

Consentimento da participante

Declaro que li e concordo voluntariamente em participar deste estudo após ser informada do objetivo da pesquisa de maneira clara e detalhada. Recebi uma via deste termo assinada por mim e pela pesquisadora.

_____, ____/____/____

Participante da pesquisa

Pesquisadora

Anexo A – Projeto Municipal de Hortas Comunitárias, Vitória da Conquista, 1984(?).

Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista

PROJETO MUNICIPAL DE HORTAS COMUNITÁRIAS

Este projeto visa produzir olerícolas de fácil cultivo junto as comunidades de baixa renda, Escolas Municipais, Creches e Instituições diversas, visando ainda um aumento no orçamento doméstico, bem como, manter ocupadas idosas, crianças e adolescentes.

OBJETIVO: - Socializar e estimular o trabalho cooperativo na comunidade, facilitar e enriquecer a alimentação das participantes e ainda, fornecer alimentos de baixo custo aos demais moradores.

META: - Orientar através de assistência técnica as participantes do projeto, afim de que possam cultivar, comercializar, bem como, ter noções de valor nutritivo das olerícolas e de suas utilizações na alimentação humana de forma mais racional (proveitamento de parte aérea de certas espécies, cascas, cascas, etc.).

DESENVOLVIMENTO: - A instalação de um projeto de horticultura em uma comunidade, inicia-se com um estudo formal da mesma para a Secretaria de Desenvolvimento da Saúde-Comunidade.

MOB. 014 011-1300
Rua JOAQUIM CORREIA, 25 - FONE: (48) 3171442 - FAX: (48) 3171442 - TELE: (071) 2679 PAV. VITÓRIA DA CONQUISTA - BA - BRASIL

Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista

02

Ação Comunitária, onde um técnico fará as análises necessárias. Estas análises, serão feitas através de visita do técnico ao local, para verificar se há condições básicas para a produção (declive, vegetação etc.). Observando principalmente a questão da água que é fator extremamente importante.

Satisfeitas as condições para produzir, inicia-se limpeza. Após retirada de todo material inerte da área (tocos, restos de vegetação, pedras, etc.), serão feitas aração e gradagens. Em seguida, passamos para a medição do número de leiras que a área comporta, para darmos aos dirigentes da comunidade a quantidade de gleba que caberá a cada família inscrita.

Em presença dos participantes, serão formadas algumas leiras, para que os mesmos comecem a trabalhar em sua área, formando seus canteiros em área cercada.

Depois das leiras prontas, passamos a dar as diretrizes. Com relação a adubação, será sempre orgânica, quer seja

MOB. 014 011-1300
Rua JOAQUIM CORREIA, 25 - FONE: (48) 3171442 - FAX: (48) 3171442 - TELE: (071) 2679 PAV. VITÓRIA DA CONQUISTA - BA - BRASIL

Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista

03

através de esterco ou de compostos. Orientando quanto a forma correta de utilização.

Quando os canteiros estiverem preparados, passamos a orientar como semear as diversas espécies.

Após a emergência das plantas entramos em o conhecimento básico das técnicas de:

- Transplante
- Controle de ervas daninhas
- Controle de doenças e pragas.

É importante salientar que neste interim a comunidade assume conosco a responsabilidade de do cadastramento dos participantes, os quais participarão de um curso onde serão orientados quanto a:

- Início das atividades
- Disciplina dentro da horta
- Vigilância
- Valor nutricional
- Época certa para colheita e como proceder
- Preparo das olerícolas para a alimentação humana.

MOB. 014 011-1300
Rua JOAQUIM CORREIA, 25 - FONE: (48) 3171442 - FAX: (48) 3171442 - TELE: (071) 2679 PAV. VITÓRIA DA CONQUISTA - BA - BRASIL

Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista

04

Inicialmente a assistência técnica será feita três vezes por semana, após um ano, duas vezes, a partir dos três anos, uma vez, deixando assim a comunidade mais a vontade.

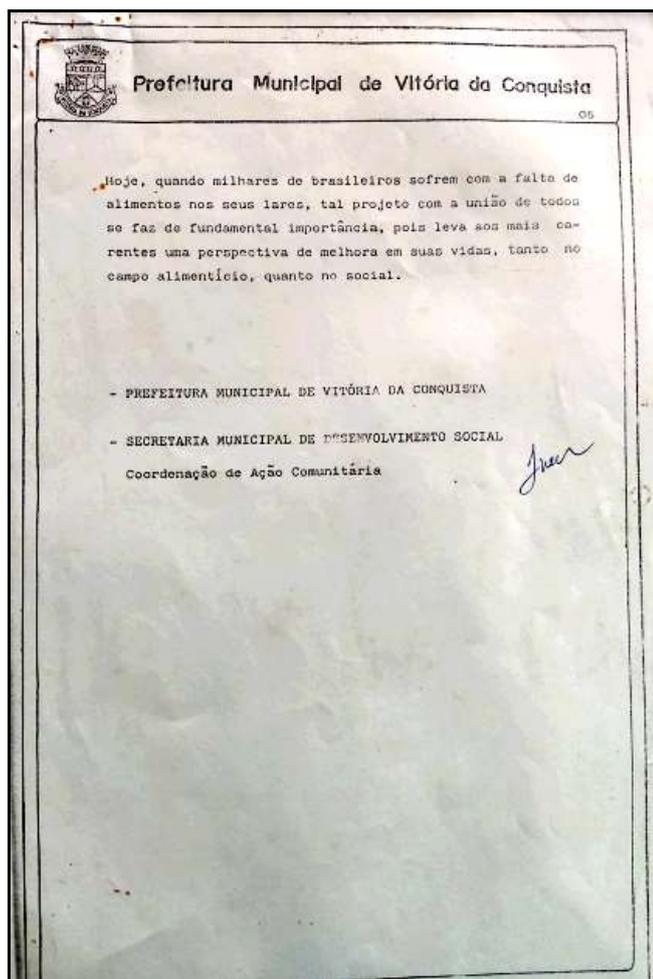
Informamos ainda que a comunidade é o parceiro mais interessado no projeto, portanto, cabe a ela as responsabilidades em relação aos participantes.

Todos os insumos (sementes, esterco, terra preta, etc.), serão doados pela Secretaria ou órgão conveniado.

Após as primeiras colheitas, alguns destes itens ficam sob a responsabilidade dos mesmos, exceto doação de adubo orgânico.

O destino que será dado a produção (comercialização ou consumo) será de responsabilidade dos dirigentes.

MOB. 014 011-1300
Rua JOAQUIM CORREIA, 25 - FONE: (48) 3171442 - FAX: (48) 3171442 - TELE: (071) 2679 PAV. VITÓRIA DA CONQUISTA - BA - BRASIL



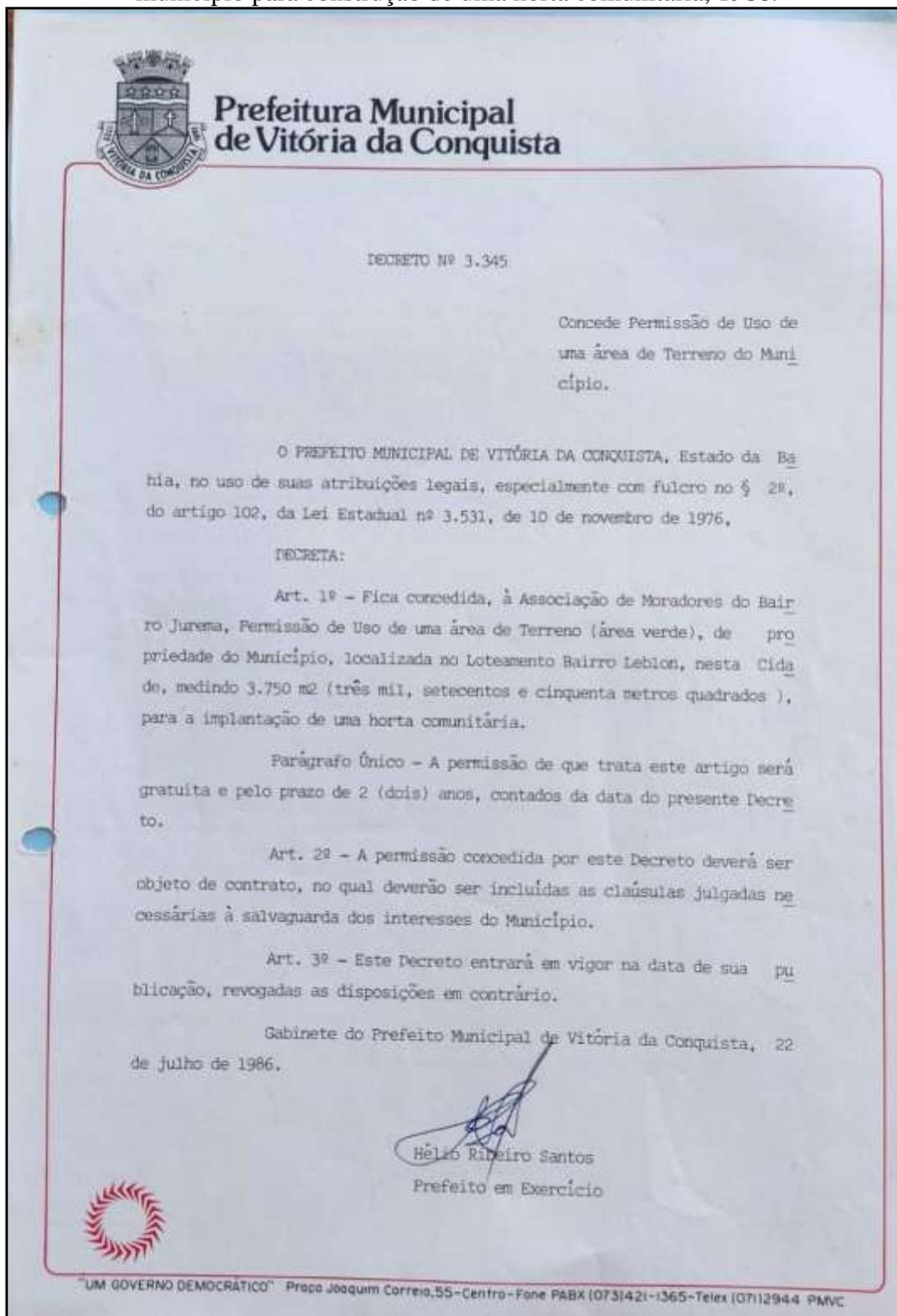
Fonte: Arquivo Público Municipal, 2022.

Anexo B – Projeto de Lavoura e Horta Comunitária em Vitória da Conquista, 1986.



Fonte: Arquivo Público Municipal de Vitória da Conquista, 2022.

Anexo C – Decreto 3.345 de 1986 sobre permissão para uso de uma área de terreno do município para construção de uma horta comunitária, 1986.



Fonte: Arquivo Público Municipal de Vitória da Conquista, 2022.

Anexo D – Reportagem do Jornal “A Tarde” sobre instalação de uma Indústria de Alimentos Hidrossolúveis, 1989.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA

JORNAL A TARDE DATA 19/03/89 CIDADE SALVADOR
 PÁGINA 05 CADEIRNO 02 ENDREZA _____
 ASSUNTO CIDADE
 ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO = CONTROLE DE CLIPPING (PUBLICAÇÕES)

Prefeitura constrói uma indústria de alimentos

Vitória da Conquista (Da Sucursal) — Dentro de no máximo dois meses, a prefeitura municipal concluirá as obras de construção, no bairro Kadja, do prédio que abrigará a Indústria de Alimentos Hidrossolúveis, tendo a soja como matéria-prima.

Conhecido como “Vaca Mecânica”, o equipamento terá capacidade diária para produção de oito mil litros de leite e melhorará o sabor do pão, adicionando-lhe, à massa, resíduos de soja. Além disso, a indústria fabricará sopa com verduras e legumes, patê, carne de galinha e suco de frutas.

Pelos esforços de Ranulfo Lima, presidente da Associação de Moradores do Bairro Kadja, junto à Funabem, Secretaria de Desenvolvimento Social da Bahia e Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, a construção do prédio, que abrigará a instalação da indústria comunitária, será ao lado da padaria da associação, que se encontra em pleno funcionamento.

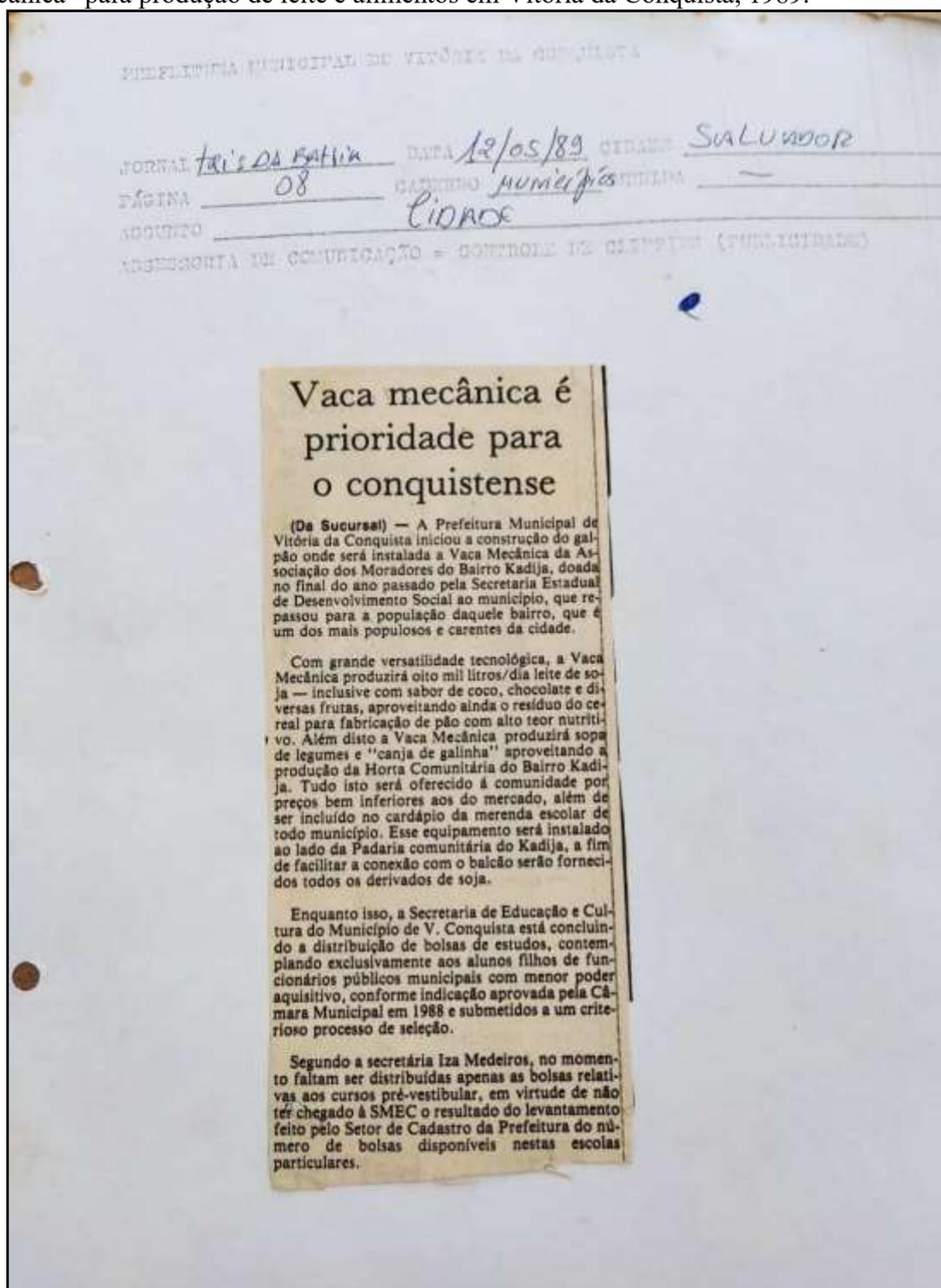
Segundo Ranulfo, a indústria favorecerá a população de baixa renda, fornecendo-lhe alimento nutritivo e de baixo custo, sendo possível incluir a soja, o patê e o suco no cardápio da merenda escolar da rede municipal de ensino. Estão sendo mantidos contatos com os produtores de soja de Guanambi, Barreiras e da microrregião de Vitória da Conquista, visando ao abastecimento do mercado.

No ano passado, a prefeitura municipal construiu, no mesmo bairro, a primeira padaria comunitária, beneficiando até os moradores dos bairros vizinhos pelo preço inferior e melhor qualidade do que os produtos fornecidos por outras padarias na cidade. Também já foi implantado um programa de horta comunitária, além da implantação da piscicultura.

O prefeito Murilo Marmore assegura que, como incentivador e participante direto na criação de associações de moradores, continuará dando apoio necessário para o crescimento das existentes, bem como fomentando a criação de novas entidades, por entender que “a organização de um povo é inegavelmente a melhor forma para o desenvolvimento político, social e econômico de um município”.

Fonte: Arquivo Público Municipal de Vitória da Conquista, 2022.

Anexo E – Reportagem do Jornal “Tribuna da Bahia” sobre a instalação de uma “vaca mecânica” para produção de leite e alimentos em Vitória da Conquista, 1989.



Fonte: Arquivo Público Municipal de Vitória da Conquista, 2022.